

MAST Colloquia

Vol.10

Documentação
em
Museus



Ministério da
Ciência e Tecnologia



© Museu de Astronomia e Ciências Afins — 2008

COORDENAÇÃO DO MAST COLLOQUIA

Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia Niemeyer Matheus Loureiro

ORGANIZAÇÃO DA EDIÇÃO

Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia Niemeyer Matheus Loureiro

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Luci Meri Guimarães & Márcia Cristina Alves

TRANSCRIÇÃO DAS FITAS

Izis Escóssia Moreira de Oliveira

REVISÃO DAS TRANSCRIÇÕES

Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia Niemeyer Matheus Loureiro

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores não refletindo necessariamente o pensamento do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

FICHA CATALOGRÁFICA

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST
Documentação em Museus / Museu de Astronomia e Ciências Afins-
Organização de: Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria
Lucia N. M. Loureiro . — Rio de Janeiro : MAST, 2008.
p.(MAST Colloquia; 10)

Inclui bibliografia e notas.

1. Documentação de acervo. 2. Preservação de acervo. I Granato, Marcos II. Santos, Cláudia Penha. III. Loureiro, Maria Lucia N.M. IV. MAST. V. Título. VI. Série.

CDU 00

Sumário

Apresentação.	05
TEMA: DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS	
A Documentação e suas diversas abordagens <i>Johanna Wilhelmina Smit</i>	11
Esboço acerca da documentação museológica <i>José Mauro Matheus Loureiro</i>	24
TEMA: DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E A PESQUISA	
Documentação museológica e a pesquisa em museus <i>Heloisa Barbuy</i>	33
Documentação e Pesquisa: a História das Ciências com base em Arquivos Museológicos <i>Christina Helena. Barbosa</i>	44
TEMA: ARQUIVOS HISTÓRICOS EM MUSEUS	
Arquivos históricos de museus: o arquivo de História da Ciência do MAST <i>Maria Celina Soares de Mello e Silva</i>	59
O Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional <i>Rosângela de Almeida Costa Bandeira</i>	67
TEMA: DOCUMENTAÇÃO EM ARTE E CIÊNCIA	
Horizontes da informação em Museus <i>Lena Vania Ribeiro Pinheiro</i>	79
A documentação museológica entre arte e ciência <i>Maria Lucia Niemeyer Matheus Loureiro</i>	102

TEMA: THESAURUS E THESAURUS EM MUSEUS

Thesaurus como linguagem de representação em informação	
<i>Rosali Fernandez de Souza</i>	115
Aproximaciones para el diseño de un tesouro de museus	
<i>Maria José Lopez Huertas</i>	126

TEMA: DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA EM EM MUSEUS DE CIÊNCIA

Documentação de acervos em ciência e tecnologia: novos desafios para o Museu a Vida	
<i>Eloísa Sousa Ramos</i>	145
A coleção de objetos de ciência e tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins: reflexões sobre a documentação museológica	
<i>Claudia Penha dos Santos</i>	161

TEMA: TERMOS CONCEITOS DE MUSEOLOGIA

Museologia, informação, comunicação e terminologia: pesquisa, termos e conceitos da museologia	
<i>Diana Farjalla Correia M. Lima</i>	181
Termos e Conceitos da Museologia: contribuições para o desenvolvimento da museologia no campo disciplinar	
<i>Teresa C. M. Scheiner</i> 198	

Apresentação

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT) realiza anualmente uma série de encontros mensais, denominada MAST Colloquia, versando sobre temática de interesse da instituição e abordando, em cada palestra, diferentes aspectos do tema geral. A série de 2007, organizada pela Coordenação de Museologia, é dedicada à documentação de acervos em museus, atividade cuja importância é inquestionável no âmbito dos museus e da Museologia e que se configura como a base para socialização do patrimônio cultural.

Embora a elaboração de inventários e catálogos seja uma prática antiga no universo museológico, a documentação foi, por longo tempo, desvalorizada e negligenciada nos museus e, freqüentemente, realizada de forma amadora, improvisada e desordenada. Há algumas décadas, o conjunto de práticas e processos designados como “documentação” vem sendo alvo de reflexões, sendo cada dia mais evidente seu papel estratégico para os museus, vistos cada vez mais como espaço de informação. Organizações dedicadas não apenas à conservação física dos objetos que integram suas coleções mas, igualmente, à preservação e à disseminação das informações registradas em seus bancos de dados, os museus vêm encarando o desafio de desenvolver e implementar sistemas de recuperação de informações capazes de dar conta da complexidade e diversidade que caracterizam seus conjuntos documentais. Os temas dos quatorze trabalhos apresentados nesta coletânea foram originalmente apresentados na forma de palestras cujos temas refletem diferentes aspectos do tema “Documentação em Museus”.

Na seção de abertura da série, que teve como tema “A Documentação e suas Diferentes Abordagens”, Johanna W. Smit, da Universidade de São Paulo – USP, reflete sobre os conceitos de documento e de documentação - que define como “uma ação operada *com* ou *sobre* os documentos”. A autora identifica duas diferentes abordagens ao conceito de documento: enquanto a primeira corrente, mais pragmática, restringiria o conceito aos registros gráficos, sobretudo textuais, a segunda - funcionalista, situacional e relativista – enfatizada pela autora, teria como precursores Paul Otlet e, sobretudo, Suzanne Briet. José Mauro M. Loureiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, um panorama da documentação museológica, afirmando seu caráter essencial na estruturação e desenvolvimento das ações das “instituições e organizações das sociedades ocidentais

modernas” e enfatizando a atividade como a que “mais fortemente delinea a proeminência do *sistemismo* nos museus”.

O tema “Documentação Museológica e a Pesquisa” foi discutido no segundo encontro da série. Heloisa Barbuy, do Museu Paulista / USP, enfatiza a dimensão material da cultura e defende o desenvolvimento da Documentação Museológica como campo técnico específico. Conforme a autora, “se tratados do ponto de vista histórico, os artefatos são, sem dúvida alguma, poderosos portadores de informações, mesmo individualmente mas, sobretudo, enquanto integrantes de sistemas culturais configurados materialmente”. Christina Helena Barboza, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, defende a idéia de que, em uma perspectiva construtivista a documentação existente nos arquivos dos museus de ciência pode dar uma contribuição original à pesquisa em história das ciências no Brasil.

Os “Arquivos Históricos em Museus” são abordados em dois trabalhos. Maria Celina S. Mello e Silva, do MAST, discorre sobre o Arquivo de História da Ciência da instituição, abordando ainda conceitos como documento de arquivo, além de noções e princípios oriundos da Arquivologia. Rosângela de Almeida C. Bandeira, do Museu Histórico Nacional - MHN, apresenta o Arquivo Histórico do Museu, ressaltando diferentes aspectos, como origem e formação do acervo.

O tema “Documentação em arte e ciência” foi debatido por Lena Vania R. Pinheiro, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, que discorre sobre os horizontes da informação em museus, abordados como sistemas de informação. A autora enfatiza a influência da “Teoria Geral dos Sistemas” e os estudos e pesquisas no âmbito da “Informação em Arte”. A partir da documentação das obras de arte, Maria Lucia N. M. Loureiro, do MAST, aponta algumas questões relacionadas à prática documental nos museus e reflete sobre questões relacionadas à documentação de acervos de arte e de ciência. Conforme a autora, o museu não é mero reproduzidor, mas produtor ativo de informação e “instrumento imprescindível para o conhecimento da arte e sobre arte”.

“Thesaurus e thesaurus em museus” foi o tema discutido por Rosali Fernandez de Souza, do IBICT, que aborda o thesaurus como linguagem de representação da informação. A autora enfoca o tema sob o viés da Organização do Conhecimento no contexto da Ciência da Informação, ressaltando, entretanto, que “o campo de estudos e pesquisas em organização do conhecimento ultrapassa as fronteiras das áreas de atuação dos profissionais de

informação”. María José López-Huertas, da Universidad de Granada, España, enfoca especificamente os *tesauri* de museus que, conforme a autora, são centros de informação que têm ao menos dois níveis de realidade, constituídos, respectivamente pelos objetos e pela documentação. A autora concentra-se no domínio específico dos museus, apresentando a metodologia utilizada na construção de um *thesaurus* de instrumentos musicais.

Outro tópico de reflexão foi constituído pela “Documentação museológica em museus de ciência”. Cláudia Penha dos Santos, do MAST apresentou a metodologia adotada para a documentação do acervo dos objetos de ciência e tecnologia do MAST, destacando as especificidades do registro e da catalogação dessa tipologia de acervo. Eloísa Ramos Sousa, do Museu da Vida da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ nos convida a refletir sobre a incorporação de novas categorias aos acervos dos museus de ciência e tecnologia, os aparatos interativos, trazendo uma nova perspectiva para a documentação tradicional.

O tema “Termos e Conceitos de Museologia”, eleito para encerrar a série, foi abordado por Diana Farjalla C. M. de Lima e Teresa C. M. Scheiner, ambas da UNIRIO. A primeira aborda a terminologia museológica como linguagem de especialidade, a qual é vista não só na perspectiva da comunicação científica, mas, a partir de Pierre Bourdieu, como “manifestação cultural do sistema simbólico” e “instrumento de legitimação do campo”. Scheiner, por sua vez, entende a linguagem como “instância de representação social e codificação de experiências do humano no mundo”, reconhecendo a dependência do domínio lingüístico por parte da disciplina ‘Museologia’. A autora traça um histórico dos estudos sobre o tema no âmbito da Museologia, enfatizando o empreendimento de construção do *Dictionarium Museologicum*.

Esperamos que esta coletânea seja útil para todos aqueles que fazem, pensam ou se interessam por museus: de estudantes de Museologia em seus diferentes níveis até museólogos e demais profissionais envolvidos no cotidiano do fazer museológico.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2008
Os Organizadores..

TEMA: DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS

A documentação e suas diversas abordagens

Joahanna Wilhelmina Smit

Esboço acerca da documentação museológica

José Mauro Matheus Loureiro

Nota Biográfica

Johanna Wilhelmina Smit

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de São Paulo (1970), mestrado em Documentação pela - École Pratique des Hautes Études (Paris, 1973) - e doutorado em Análise de Discurso pela Universidade de Paris-I (1977). Representou a Ciência da Informação junto a CAPES por dois mandatos (2002-2007). Atua como docente de graduado e pós-graduação junto ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP e dirige o Arquivo Geral da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: ciência da informação, arquivologia, arquivo fotográfico, vocabulário controlado e organização da informação.

José Mauro Matheus Loureiro

Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1980), mestrado (1996) e doutorado (2000) em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorado em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (2006). Atualmente, é professor adjunto IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, consultor *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pesquisador colaborador da Universidade Federal da Paraíba, pesquisador colaborador do Museu de Astronomia e Ciências Afins e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Tem experiência na área de Museologia, atuando principalmente nos seguintes temas: informação, divulgação científica, museu e memória.

A documentação e suas diversas abordagens

Joahanna W. Smit

O termo documentação ocorre com diferentes significados, seja na linguagem do cotidiano, seja em áreas de especialidade, mas implicitamente sempre remete a uma ação exercida sobre documentos, quer seja sua reunião, análise ou ainda sua utilização. Assim sendo, a documentação pode ser entendida como uma ação operada com ou sobre os documentos, afirmação essa que pressupõe uma reflexão sobre o que seja um documento.

O desafio, ou a dificuldade, para tratar um tema como o da “documentação” reside exatamente em sua aparente naturalização, tendo em vista que os termos documento e documentação fazem parte da linguagem do cotidiano, sendo necessário, portanto, conceituá-los de uma forma mais precisa quando o objetivo da discussão se inscreve no ambiente acadêmico, ou seja, num ambiente que não pode avançar enquanto recorrer aos termos do cotidiano em detrimento do recurso a uma linguagem de especialidade, ou sua construção.

1 O CONCEITO DE DOCUMENTO

Tradicionalmente, o documento é definido como resultante de uma inscrição em um suporte, com ênfase na inscrição textual em um suporte papel. Essa definição associa o conceito de documento à noção de registro, mas é insuficiente diante dos documentos produzidos por tecnologia digital e que atualizam antigas confusões entre documentos e não-documentos.

É possível detectar duas correntes de pensamento que conformaram, a partir de meados do século passado, o entendimento do que seja um documento e, conseqüentemente, do que possa ser entendido pelo termo documentação, sendo uma corrente mais pragmática e a outra se caracterizando por uma abordagem funcionalista do documento.

A abordagem mais pragmática do documento encontra importantes representantes nos Estados Unidos, por exemplo nos trabalhos de Jesse Shera e Louis Shores¹. Shera, em 1972, limitou o documento a um registro gráfico (graphic record), primordialmente textual, mas podendo abarcar os documentos audiovisuais. De todo modo, o caráter intencional do

documento, através do registro, foi muito enfatizado e conserva um traço característico do conceito de documento até hoje.

Do outro lado do Atlântico, uns 40 anos antes, Paul Otlet – considerado o “pai” da documentação - seguiu por uma trilha bastante diferente, muito abrangente, ao considerar praticamente tudo um **documento**, inclusive os objetos encontrados na natureza. Diante da explosão informacional e do aumento exponencial de documentos produzidos, em boa parte graças à invenção da imprensa, Otlet perseguiu uma outra visão do documento, menos relacionada à sua materialidade (pressuposta) e mais voltada à discussão de sua **função**. No início do século 20 a **função** do documento era correntemente relacionada à expressão do conhecimento humano, o que tornava o documento uma fonte de um conhecimento fixado materialmente, suscetível de ser usado para referência ou estudo, ou ainda como um argumento de autoridade². Nessa mesma época Otlet, em seu “Tratado de Documentação” (1934), define os documentos na condição de registros escritos, gráficos ou tridimensionais que representam idéias ou objetos e que informam³. Nessa definição fica muito claro que o documento deixa de ser concebido como um objeto auto-referenciado, passando à condição de **representante** de idéias ou objetos.

Na ótica⁴ adotada por Otlet o documento adquire uma maior amplitude e de certa forma deixa de constituir um conceito distintivo já que em sua ótica literalmente “tudo” poderia ser considerado digno de guarda e preservação, pois representante de alguma ação humana ou de algum detalhe da natureza.

A expansão proposta por Otlet, do conceito de documento para praticamente qualquer objeto chamou a atenção para muitos documentos que, por não serem textuais e registrados em suporte papel, nem por isto deixam de ser documentos. Jesse Shera, mais tarde, nos Estados Unidos, adotou a mesma delimitação, como já foi apontado. Mas a abordagem funcional do documento ainda era vaga e carecia de uma definição mais precisa: esta foi a proposta de Suzanne Briet, uma das três primeiras bibliotecárias atuando na Biblioteca Nacional da França. Muito envolvida nas atividades de intercâmbio de informações entre bibliotecas, ela passa a atuar intensamente em prol da recém-criada documentação e em 1951 lança uma espécie de manifesto, com o sugestivo título “O que é a documentação?” Neste texto ela resgata o sentido da palavra documento, qual seja, ensinamento ou prova, e afirma que “o documento é uma evidência que apóia um fato”⁵. Cumpre ressaltar a permanência da idéia do registro na concepção de Briet, pois sem registro (seja em qualquer sistema de símbolos, suporte ou tecnologia) não está garantida a evidência,

ou seja, a comprovação de um fato que, uma vez registrado, pode ser preservado, garantindo sua permanência no tempo. Detalhando sua definição, Briet caracteriza o documento como “qualquer índice concreto ou simbólico, preservado e registrado para representar, reconstituir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual”⁶.

A importância das colocações de Briet é ressaltada por Buckland, ao apontar que a maior implicação de sua definição reside no fato que a documentação não deveria ser limitada ao trato com os textos mas entendida pelo sua ênfase no acesso à evidência⁷.

A questão da evidência ocupa uma parte importante do texto de Briet, que enuncia algumas perguntas aparentemente singelas, mas portadoras de profundos questionamentos para o futuro da documentação, ao propor uma distinção entre objetos e documentos, atribuindo aos últimos o poder de evidenciar algo. Assim sendo, Briet enumera alguns objetos e se pergunta se podem ser considerados na qualidade de documentos:

Objeto	Documento?
Estrela no céu	Não
Fotografia da estrela	Sim
Pedra no rio	Não
Pedra no museu	Sim
Animal na natureza	Não
Animal no zoológico	Sim

Quadro 1 – O documento na proposta de Suzanne Briet

Deduz-se do questionamento de Briet duas afirmações, particularmente importantes para direcionar as reflexões atuais, que ainda têm muita dificuldade para conceituar o documento que nasce e permanece registrado eletronicamente:

- o documento não é mais caracterizado pelo seu suporte, mas pela sua condição de registro, que garante tanto a permanência da informação no tempo como também sua portabilidade no espaço;
- o documento, enquanto registro, pressupõe, no senso comum, a intencionalidade, o que leva Briet a formular nova questão: como caracterizar a intencionalidade da pedra que foi tirada do rio e entrou para o acervo de um museu?

Michael Buckland, que prestou um enorme serviço à Ciência da Informação ao resgatar a obra entrementes esquecida de Otlet e difundi-la internacionalmente, resgatou igualmente as propostas de Suzanne Briet, que também se encontravam abandonadas face à prevalência de uma visão da Ciência da Informação orientada pela tecnologia. Buckland, que estudou profundamente a obra de Briet e a apelidou “Madame Documentação”, considera sua proposta não muito clara e propõe conseqüentemente uma leitura das “condições” de Briet para determinar quando um objeto se torna documento⁸ :

- **Materialidade** – deve haver materialidade, ou seja, somente objetos físicos e sinais físicos podem constituir documentos;
- **Intencionalidade** – deve haver a intenção de tratar o objeto como evidência de algo;
- **Processamento** - os objetos devem ser processados, ou seja, devem ser transformados em documentos;
- **Fenomenologicamente** - os objetos devem ser percebidos na qualidade de documentos.

Buckland resgatou o termo evidência utilizado por Briet, segundo o qual a intencionalidade atribuída ao documento pode ser resumida da seguinte maneira: o documento é aquilo que traz uma evidência (Briet), sob forma de signos e esses signos nunca são objetos naturais. Ou seja, os signos não constituem uma propriedade natural, que pode ser procurada e encontrada nos objetos, mas uma propriedade atribuída aos objetos (naturais ou artificiais).

Decorre da leitura que Buckland fez das propostas de Briet que o documento constitui a evidência de um fato, sublinhando, portanto, a ênfase atribuída à função do

documento, em detrimento de uma delimitação – redutora – do documento ao aspecto material do registro. A percepção do caráter evidencial do documento leva a outra constatação, a saber, que a determinação se “algo” é um documento depende de um ponto de vista, ou seja, a adoção de um critério situacional.

De acordo com esse histórico, o estatuto do documento foi melhor determinado: inicialmente assimilado ao registro textual ou audiovisual (Shera), em seguida abrangendo todos os suportes, códigos e objetos potencialmente úteis para a documentação (Otlet) para, finalmente, ser definido pela evidência de um fato (Briet), ou seja, uma propriedade atribuída aos objetos. A título de exemplo, e para encerrar esta parte, pode-se citar objetos que, de acordo com um objetivo, podem ser investidos da propriedade documento: pedra, fotografia, bula de remédio, folheto de fabricante, rascunho de poesia, etc. Se Otlet, em sua ânsia de tudo abarcar, considerou todos os objetos potenciais portadores de informação, Briet sublinhou as condições nas quais o objeto pode ser considerado um documento: quando o mesmo traz uma evidência que faz com que outros o percebam como documento, ressaltando o caráter relativo da caracterização.

2 DOCUMENTAÇÃO

Em supondo aceita a definição situacional e relativista do documento, é possível passar a detalhar o conceito de documentação.

A documentação nasceu como uma dissidência da biblioteconomia, considerada muito genérica em seus procedimentos de organização da informação. A documentação se propõe, portanto, a tratar a informação de uma forma mais detalhada. O movimento por um tratamento mais detalhado e, portanto, especializado, da informação, levou ao surgimento, nos Estados Unidos, da biblioteconomia especializada e na Europa à documentação, termo adotado nos anos 20 do século passado⁹. A partir dos anos 50 do século passado, a terminologia muda, adotando-se termos que enfatizam a informação como: Ciência da Informação, Sistema de Informação, Sistema de Recuperação de Informação que constituem os exemplos mais probantes desta alteração terminológica que corporificam as preocupações da biblioteconomia especializada e da documentação.

O já citado Paul Otlet, nascido em 1868 e falecido em 1944, ainda durante a 2ª Guerra Mundial, é considerado o pai da documentação, mas de fato ele sistematizou os ideais de um movimento que vinha ganhando terreno desde o final da 1ª Guerra Mundial, e que se

caracteriza pela consciência da quantidade, variedade e importância das informações produzidas e circulando através do mundo.

Otlet era um pacifista convicto (perdera um filho na 1ª Guerra Mundial) e dedicou sua vida à reunião e organização de informações que, em sua ótica, poderiam garantir a paz mundial na medida em que todos os povos tivessem acesso à informação de outros povos, de modo a poder dimensionar as diferenças culturais e a aprender a conviver com as diferenças. Esta preocupação soa estranhamente atual na contemporaneidade, quando a “aldeia global” provoca o surgimento das tribos e dos movimentos que ressaltam a identidade de grupos, culturas ou modos de vida¹⁰. Através da amizade com Lafontaine, senador belga com grande influência política (Prêmio Nobel da Paz em 1913) e acesso a vultosos meios financeiros, Otlet se dedicou à concepção de um sistema mundial de informação, apresentado em seu *Traité de Documentation*. O *Traité* é verborrágico, mais prescritivo do que teórico, e traduz a concepção otletiana em imensas listas de condições e procedimentos a cumprir¹¹. Otlet foi incansável em seus propósitos e, apesar de ter sido considerado excessivamente centralizador, utópico, ou ingênuo por alguns¹², marcou profundamente a concepção do que pode ser feito com a informação e os documentos, permanecendo atual em suas grandes idéias e seu ideal pacifista.

Importa ressaltar no ideário de Otlet a linha mestra de seus objetivos, a saber, a síntese de informações, **síntese** essa sempre produzida a partir da análise. Se até hoje impera um modelo analítico na documentação, segundo o qual as informações devem ser descritas a partir de sua análise, ressaltando-se seus aspectos mais pertinentes em relação aos objetivos de quem as analisa (instituição e/ou pessoa), Otlet objetivava a **síntese das informações**, ou seja, a elaboração de uma nova informação, sintética, baseada nas informações disponíveis e devidamente avaliadas quanto à sua correção. Para chegar à síntese, Otlet imaginou separar as informações presentes nos documentos, retirando-as de seu contexto original e juntando-as a outras informações sobre o mesmo tema. A síntese, possível a partir da análise, repousa no que ele batizou de “princípio monográfico”, ou seja, o isolamento de informações sobre o mesmo tema, reunindo-as de acordo com o tema (donde monográfico, ou seja, tema único). O princípio monográfico deixa claro que não se trata mais de organizar a informação, na forma na qual é apresentada, mas sintetizar uma nova informação, que reunida, comporia um verbete de um “livro universal da ciência”, organizado sob forma de enciclopédia. A coincidência de unidades físicas com unidades intelectuais, de significado, e o inter-relacionamento entre unidades, mostrando a relação que poderia ser estabelecida entre essas (causa-conseqüência, aplicação a determinado período de tempo ou espaço geográfico,

etc.) deu origem à Classificação Decimal Universal - CDU, hoje vista como um sistema de classificação, mas na origem concebida como um dispositivo para explicitar as relações entre temas, previamente isolados pela aplicação do princípio monográfico. Em sua ânsia, ou fúria, padronizadora, Otlet adotou a ficha usada pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, de (5,5 x 12,5)cm e nestas fichas registrava os temas, copiando citações ou mesmo isolando trechos de obras originais, recortando-os e colando-os nas fichas.

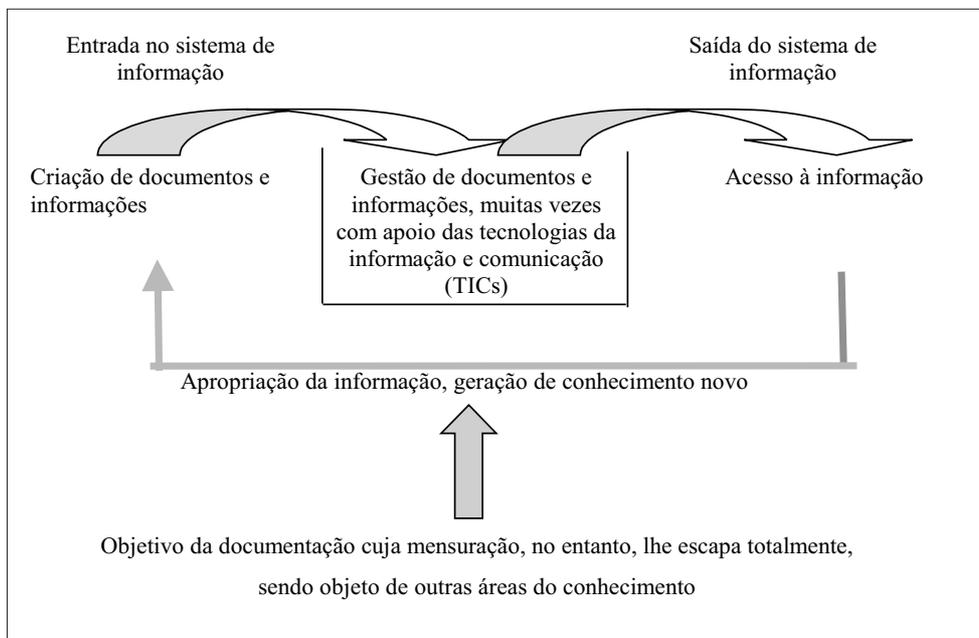
Se o sonho de Otlet se mostrou completamente inviável, tanto em função de sua ingenuidade quanto também porque a tecnologia imaginada para organizar a síntese de informações (fichas mais códigos e recursos propiciados pela CDU) não era suficientemente potente para atender aos objetivos propostos, até hoje as idéias expostas em seu *Traité* continuam atuais, quando o mesmo dizia que os procedimentos típicos da documentação, sempre determinados por objetivos institucionais, eram os seguintes:

- Coleccionar documentos;
- Preservar documentos;
- Organizar documentos;
- Representar a informação presente em documentos;
- Selecionar, ou recuperar, documentos de acordo com a informação procurada;
- Reproduzir documentos e
- Disseminar documentos e informações.

Deve-se salientar que a “bibliografia” tinha os mesmos objetivos, mas foi concebida numa era na qual a erudição se impunha, em detrimento de um tratamento eficaz de grandes volumes de informação. De todo modo, a documentação herdou da bibliografia dois objetivos essenciais, a saber, a organização da informação e a avaliação da informação em função de objetivos.

3 A DOCUMENTAÇÃO HOJE

A documentação e o produto de sua ação, ou seja, os sistemas de informação, numa visão contemporânea, podem ser esquematizados da maneira apresentada no quadro a seguir:



Quadro 2 – A documentação hoje.

Embora a documentação seja caracterizada por sua condição de **apoio** em relação às outras áreas do conhecimento, hoje sua função social é sistematicamente ressaltada, na medida em que:

- a informação é entendida como possibilidade de integração entre os povos, culturas e tempos, reavivando o sonho otletiano;
- a documentação funciona como espelho do mundo, que permite detectar diferenças e aproximações, para chegar a sínteses. De toda forma, a documentação dispõe o que “já-se-sabe-sobre”, também denominado o “estado-da-arte” em determinado assunto, evitando o investimento em questões já resolvidas e propiciando o avanço do conhecimento a partir do que está consolidado.

A documentação continua perseguindo os objetivos enunciados por Otlet há quase um século atrás, ao selecionar, colecionar, tratar, organizar e disseminar informações presentes em documentos, mas enfrenta um novo desafio, quando se constata que muitas informações hoje estão registradas em documentos eletrônicos¹³. A **materialidade** do documento eletrônico obriga a uma nova reflexão, quando se reconhece que o documento eletrônico não é produto de uma inscrição em um suporte, mas a associação de três partes: **estrutura lógica** (que especifica a organização de um documento para indicar suas diferentes partes), o **conteúdo do documento** (formado pela informação contida em cada parte) e a **estrutura de apresentação** (a forma como o documento aparece na página, sua formatação)¹⁴. Muito embora a especificidade do documento eletrônico ainda deva mover muitas discussões, forçoso é constatar que a definição de Briet resiste às inovações eletrônicas, pois o documento eletrônico continua sendo percebido como evidência de um fato. Pode-se dizer que a dimensão dinâmica do documento eletrônico - percebida na produção, transmissão e guarda dos documentos - propiciada pela tecnologia, trouxe novos temas para a agenda de pesquisa da documentação. A dimensão dinâmica do documento repercute em questões de autoria e autenticidade da informação, com a qual os profissionais da informação se debatem hoje, sem ainda ter chegado a uma solução conclusiva.

A documentação oscila hoje entre dois pólos, igualmente necessários, na medida em que esta deve conciliar:

- **uma ênfase no acervo** (independentemente de suporte, tecnologia e sistema de signos), ou seja, um cuidado com os registros, sua organização e preservação e
- **uma ênfase no acesso à informação**, o que é particularmente problemático quando os registros são eletrônicos, dada a rápida obsolescência das diferentes tecnologias envolvidas. De toda forma, o acesso à informação pressupõe sua organização, fornecendo evidências que permitam a elaboração de novas sínteses, para retomar a terminologia de Otlet e Briet.

4 A DOCUMENTAÇÃO NO FUTURO QUE JÁ COMEÇOU

Para finalizar, exercendo a opção de inserção da documentação na Ciência da Informação, opção esta que não é consensual mas por mim adotada, e sem desenvolver uma discussão complexa que não cabe no espaço deste texto, pode-se considerar a Ciência da Informação e sua precursora, a Documentação, na condição de uma ciência pós-moderna, que se caracteriza pelo feixe de questões, geradas pelas ciências modernas, para as quais

propõe soluções. Nesse sentido, a documentação discute questões relacionadas ao acesso à informação, levando em conta diversidades culturais e problemas de distribuição da informação, bem como questões relacionadas à preservação da informação (o que será da memória da humanidade nos próximos 200 anos, quando se sabe que hoje uma boa parte dos registros são fugazes, determinados por uma tecnologia marcada pela obsolescência rápida?), e questões relacionadas à seleção e autenticidade da informação, particularmente atuais quando a produção e distribuição de informações foram tornadas instantâneas e cada vez envolvendo custos menores. As questões acima resumidas representam a agenda de pesquisas e experiências da documentação e ciência da informação atuais, sempre determinada pelo acesso e as condições de circulação social e utilização da informação.

No entanto, pode-se ainda ressaltar que a explosão informacional, fruto de um crescimento exponencial na produção de documentos e informações, aumenta a importância da documentação, mas também revela com mais nitidez a dificuldade da geração de sínteses de informações, quando a análise das mesmas fica comprometida face ao volume de informações em circulação atualmente pelo mundo.

Por mais potentes que sejam os atuais sistemas de informação e a tecnologia que os sustenta, pode-se afirmar que o sonho de Otlet, a saber, a organização de **toda** a informação, mostrou-se totalmente inviável hoje, pois à abordagem quantitativa (**toda** a informação) não pôde ser acrescida uma abordagem qualitativa, quando se constata que a capacidade de leitura e absorção de informações pelo ser humano praticamente não mudou nos últimos séculos. Dito de outra maneira, as sínteses propostas por Otlet propõem uma solução para o acesso a uma informação cada vez mais volumosa, mas uma solução forçosamente unificadora, ou centralizadora, que dificilmente corresponde às diferentes necessidades **locais** dos habitantes da aldeia global.

Uma proposta alternativa, ainda insuficientemente discutida, foi formulada por Jean-Claude Gardin quando este, a partir do mesmo quadro de referência, propõe a alteração na forma de redação de textos científicos, de modo a neles identificar os diferentes tipos de informações presentes: base de conhecimentos já consolidados, hipóteses, informação nova, exemplificações, etc. .¹⁵ De acordo com essa proposta o texto científico é reorganizado numa lógica hipertextual, permitindo diferentes leituras, de acordo com as necessidades – e o tempo - de cada leitor.

Quem sabe a re-escrita dos textos científicos passe a ser incorporada à agenda de propostas da documentação, experimentando uma nova alternativa para atingir o sonho de Otlet?

Notas

1 Buckland, 1997, p.1 (foi consultada a versão eletrônica, razão pela qual a paginação não corresponde à paginação do artigo publicado em meio impresso).

2 Definição de 1937, sem autoria, citada por Buckland, 1997, p.3.

3 Otlet, 1934, p. 217.

4 Embora a importância de Otlet seja inquestionável no avanço da concepção de uma documentação pró-ativa, parte da bibliografia reconhece nela também um traço de loucura obsessiva, em sua vontade de reunir tudo, guardar tudo, classificar tudo, para chegar a um conhecimento uno e perfeitamente coerente sobre todos os assuntos possíveis. Cf. Rayward, 1997 e Rieusset-Lemarié, 1997.

5 Briet, 1951, p.7.

6 Briet, 1951, p.7.

7 Buckland, 1997, p.4.

8 Buckland, 1997, p. 4.

9 Eduardo Wense Dias (2002) descreveu de forma muito clara a passagem da Biblioteconomia à Ciência da Informação.

10 Nestor Garcia Canclini, em 1998 e 2005, trata com muita propriedade os efeitos, na cultura, das questões de perda de identidade causadas pela globalização e o fenômeno inverso, de afirmação de identidades locais, grupais, étnicas, culturais, etc.

11 Rayward, 1997.

12 Rieusset-Lemarié, 1997.

13 Buckland, 1998.

14 Santos, 2005, p.41.

15 Gardin, 2001.

Bibliografia

BRIET, Suzanne. Qu'est-ce la documentation? Paris : EDIT, 1951.

BUCKLAND, Michael. What is a « document »? Journal of the American Society of Information Science, vol. 48, n.9, p.804-809, 1997. Disponível em:<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>. Acesso em: 1 maio 2008.

BUCKLAND, Michael. What is a “digital document”? Document Numérique, vol. 2, n.2, p.221-230, 1998. Disponível em :
<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/digdoc.html>. Acesso em: 1 maio 2008.

DIAS, Eduardo Wense. O específico da Ciência da Informação. In: AQUINO, Miriam de Albuquerque (org.). O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p.87-99.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GARDIN, Jean-Claude. Vers un remodelage des publications savantes: ses rapports avec les sciences de l'information. In: CHAUDIRON, Stéphane, FLUHR, Christian. Filtrage et résumé automatique de l'information sur les réseaux : 3^e Congrès du Chapitre Français de l'ISKO. Paris: Université de Nanterre Paris X, 2001. p.3-11.

OTLET, Paul. Traité de documentation: le livre sur le livre. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934.

RAYWARD, W. Boyd. The origins of Information Science als the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). Journal of the American Society for Information Science, vol. 48, n.4, p.289-300, 1997.

RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle. P.Otlet's Mundaneum and the international perspective in the history of documentation and information science. *Journal of the American Society for Information Science*, vol. 48, n.4, p.301-309, 1997.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. *Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística*. 2ª ed. rev. aum. Brasília: ABRQ, 2005.

A Documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica

José Mauro Matheus Loureiro

I

O conceito “Documentação” permite ativar uma série diversificada de áreas do conhecimento e disciplinas a partir das quais se abrem caminhos inter e multidisciplinares. No âmbito das heterogêneas instituições e organizações das sociedades ocidentais modernas a documentação é essencial na estruturação e desenvolvimento de suas ações. As construções humanas no âmbito teórico e/ou aplicativo tendem à dispersão em virtude de seu crescimento exponencial, sua multiplicidade espaço-temporal, diversidade temática, dentre tantos outros fatores.

Referências aos processos teóricos e operacionais relativos à “Documentação” apontam para uma categoria central para entendê-la: a “Ordem” e seus correlatos. Trata-se da invenção de normas, códigos e interesses sobrecondicionados por valores e lógicas distintas, voltados para a ordenação dos saberes, a fim de prover instâncias facilitadoras de acesso à informação. Nesse sentido, revela-se a face oposta ao acaso, à casualidade, à eventualidade; é a construção de aparatos formais de gestão dirigidos à transferência da informação de modo coerente com os valores, a lógica e a necessidade de um dado grupo social em um ambiente espaço-temporal determinado. Essa me parece a base essencial do **documentar** como elaboração e implantação de processos analíticos, representacionais e sistêmicos em que fluxos aleatórios de saberes encontram eixos estruturantes para que possam produzir sentido.

Teorias e operações documentárias encontram-se, como de resto todo empreendimento humano, contaminadas pelos sistemas de pensamento hegemônicos nos contextos históricos e sócio-culturais em que são geradas e disseminadas. A documentação, buscando criar campos possíveis de conectividade entre o conhecimento produzido e a sociedade, não se encontra ao largo dos processos histórico-culturais atravessados pela heterogeneidade e o conflito. A análise dos quadros classificatórios, um a das várias pragmáticas envolvidas no processo documentário, empregados nos diversos setores do conhecimento mostra que a neutralidade não existe, é ingenuidade acreditar na neutralidade. Isso não torna a documentação menos essencial ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e mesmo da arte até porque todas essas áreas enfrentam o mesmo problema.

As reflexões acerca dos pressupostos documentários apresentados vinculam-se ao domínio específico dos museus. Seja qual for sua classificação, função e ações, a documentação integra permanentemente sua configuração essencial. Negligenciá-la é enveredar pelo reducionismo que predispõe esses espaços à opacidade e, conseqüentemente, à perda de inúmeras oportunidades de exercícios analíticos que combatam a pura reflexividade da qual são muitas vezes acusadas as instituições museológicas. Negligenciá-la é, sobretudo, negar à esfera pública a pluralidade de significados e sentidos presentes nos acervos, reduzindo-os tudo a uma objetificação impenetrável detendo-o nas margens intransponíveis da pura e simples reificação.

A visada do universo museológico relativa à documentação inscreve-a no plano museográfico – muitas vezes errônea e redutoramente entendido como voltado unicamente para o planejamento e execução de exposições.

O termo “museografia” aparece pela primeira vez no tratado de *Museographia* escrito por Gaspar F. Nieckel em 1727. Nessa obra, o autor apresenta instruções para a utilização e organização dos espaços museológicos. Alguns autores sublinham as dificuldades de uma conceituação clara e precisa do termo Museografia. As perspectivas nucleadoras desse saber crucial e indispensável para os museus, quaisquer que sejam eles, passaram por inúmeras transformações em virtude das diferentes vertentes epistêmicas, estéticas e tecnológicas em estreita conexão com as mudanças dos distintos contextos históricos e sociais. Os parâmetros museográficos são assim variáveis e sujeitos às mais distintas influências.

São notórias as estratégias empregadas para afirmar a museografia como a face eminentemente técnica, operacional e aplicativa nos esforços de construção da disciplina museológica, ficando reservada a esta última um caráter eminentemente “teórico”. Contrariando as tradições vigentes quanto à (falsa) dicotomia museologia-teoria/museografia-técnica, entendo que ambas constituem-se reciprocamente como um único ente disciplinar destinado a pensar e propor conceitos e operações estruturantes para as ações de musealização.

A museografia, desse modo, não se restringe unicamente à prática no interior dos espaços museológicos, mas encontra-se eminentemente e intrinsecamente vinculada à museologia em todos os seus aspectos. Museografia é um conjunto que, quando acionado, envolve concomitantemente teorias e ações concretas voltadas para os fins pretendidos nos

contextos musealizados. Não há entre ambas qualquer descontinuidade ou bipolaridade, exceto para aqueles que insistem na disciplina museológica como dotada de aparatos passíveis de enunciar e analisar totalidades e idealidades.

II

Os museus são espaços onde predominam elementos bi e tridimensionais pertencentes a tempos, espaços e grupos sociais diferenciados cujos arranjos são sobrecodificados por dois elementos axiais do mundo ocidental: a dicotomia natureza/cultura e a dimensão histórica. Cumpre a essas instituições um conjunto de elaborações estratégicas de preservação não somente dos aspectos físicos dos objetos, mas também a análise apurada dos diversos conteúdos simbólicos passíveis de integrarem conjuntos narrativos significativas. Para tanto, cumpre tornar o objeto em um documento apto a ingressar em um universo de conectividades significativas no intuito de representar seus domínios históricos e sociais originários e/ou temáticas outras, com as quais possui qualquer tipo de relação. Encontram-se implicadas aqui, sem dúvida, operacionalizações destinadas à criação de normas e modelos que estruturam a mediação dos diversos planos informacionais instituindo o controle dos variados significados e sentidos que ensejam a análise do objeto/documento.

Trata-se de estabelecer princípios reguladores, criar instrumentos e equacionar procedimentos que permitam uma interlocução entre contextos culturais os mais diversos. A lógica e os valores aí empregados, embora variáveis, são avaliados em função de um viés empírico no qual prevalecem a relevância e a eficácia para o público previamente visado. Nos distintos setores dos museus, todavia, o público (ou usuário como denominado no âmbito documentário) é diferenciado sob todos os pontos de vista. As regulações lógico-conceituais dos instrumentos de documentação frente ao desafio dessa pluralidade, devem submeter-se permanentemente a mudanças, re-orientações e experimentações. Tudo isso sem perder os elementos nucleadores do território da Documentação - um dos elementos da disciplina museológica considerado tradicionalmente como uma das partes integrantes da museografia, como já mencionada..

A documentação no âmbito museológico inicia-se a partir de uma integração de todas as áreas do conhecimento ali presentes. A análise, base essencial de qualquer partido documentário, requer subsídios permanentes das várias áreas do conhecimento. A criação e/ou inserção em sistemas de recuperação da informação, a contextualização histórica, os estudos sócio-culturais e muitas outras “leituras” do objeto musealizado exigem a

participação permanente de uma equipe multidisciplinar destinada à atualização permanente da documentação. Essa atualização, ao desaguar sua produção nas pragmáticas documentárias, garantirá o aprimoramento do acesso público à informação e aos conhecimentos gerados nas várias áreas daquela instituição museológica. A documentação comporta, em sua paisagem, diferentes agentes sociais, pois é construída e utilizada em vários níveis sem quaisquer prejuízos.

A essencialidade da Documentação nas conceituações e ações museológicas pode ser mais bem aquilatada quando nos detemos na investigação das diferentes características que contribuem para a construção dessas totalidades a que denominamos museus, que se configuram a partir da interação objetiva de planos categoriais distintos. Assim, nos horizontes museológicos, é válido enfatizar concomitantemente a memória, a comunicação, a educação; podemos privilegiar, também, aportes relacionados ao patrimônio, à nação, à identidade sem que com isso sua “natureza” seja arranhada. Isto porque o museu tem a capacidade de agenciar todas essas instâncias, interpenetrando-as e tornando-as produtos de suas estratégias na esfera da transferência de informação.

III

Dentre as múltiplas ações desenvolvidas, a documentação é aquela que mais fortemente delinea a preeminência do *sistemismo* nos museus - como de resto em muitas áreas do conhecimento e heterogêneas instituições na “cultura ocidental moderna” - permitindo analisar essas instituições como *Sistemas de Informação* compostos por sub-sistemas como as exposições, as reservas técnicas, dentre outras. A propósito, o aprofundamento radical das análises e estudos acerca dos níveis info-comunicacionais potencializa as construções teóricas relativas aos espaços museológicos, bem como contribui para o aprimoramento das ações performativas ali desempenhadas.

A referência ao museu como unidade sistêmica implica considerar a interdependência constitutiva de suas diversas áreas nas ações de coleta, seleção, pesquisa, classificação, preservação e exposição dos produtos retirados do meio ambiente histórico e sócio-cultural. Desse modo, ainda que em um patamar de idealização, compreendemos que essas instituições somente encontram um grau de eficácia mínima de suas funções essenciais por meio de uma economia das conexões das instâncias que o compõem. Não importa se tais funções sejam de pesquisas ou performativas, é o estabelecimento de um fluxo compartilhado de informações que assegura a possibilidade de geração de produtos com

qualidade. Os museus geram e consomem seletivamente informação em todos os seus contextos teóricos e operacionais. É ao aprimorar seus mecanismos de transferência interna e externa de informação que esses espaços encontram a possibilidade para o cumprimento pleno de seus objetivos e metas. Nesse sentido, as áreas componentes dos museus não podem e não devem ser múnadas dissociadas de seu arcabouço organizacional. Todo e qualquer ambiente museológico deve inscrever-se em uma permanente e necessária troca e interpenetração de seus produtos por intermédio dos sistemas de informação.

Enfatizo o conceito de Informação levando em conta sua inquestionável e crescente importância no desenrolar da “cultura ocidental”. Se nos detivermos na análise do desenvolvimento da ciência e das tecnologias modernas, aí aparece a informação como essencial para o seu desenvolvimento. Se olharmos para as inúmeras outras manifestações de nossa cultura, a Informação se apresenta também aí como basilar. Até mesmo se estudamos os instrumentos de poder em seus mais variados aspectos, veremos que a Informação encontra-se envolvida. Isso porque a Informação constitui base essencial da relação intersubjetiva no interior do social e media a relação dos humanos com os não-humanos.

No interior dos museus não é diferente. A informação é um elemento vital para o desenvolvimento de todo e qualquer empreendimento nesse universo. Há, todavia, que se considerar que a informação nesses ambientes deve privilegiar os aspectos concernentes à gestão, preservação e divulgação de seus acervos. O objeto musealizado, que integra os conjuntos de coleções denominadas de acervos, é o cerne de todo e qualquer empreendimento nos horizontes museológicos. Se em muitas outras áreas a justificativa, a validação e legitimação de sua existência histórica e social encontram-se nas práticas logocêntricas de inscrição, nos museus a justificativa e a validação de sua existência se dão em função – ou a partir - do objeto enquanto documento.

Assim considerando, é preciso assinalar que os objetos/documentos processados a partir dos processos de musealização não se detêm unicamente nos aspectos descritivos da materialidade, do concreto, mas remete-nos sempre aos contextos históricos e sócio-culturais de sua produção e uso. Esses dois níveis, para se tornarem úteis, devem ser integrados em uma instância significativa cuja construção é inviável sem os pressupostos da documentação.

Desse modo, a documentação organiza domínios de informação instituindo processos e construindo instrumentos essenciais nos quais os diversos produtores e usuários de informação possam estabelecer princípios racionais de preservação, gestão e acesso a

essas informações. A fragmentação dos saberes inerentes à modernidade ocidental e a heterogeneidade das produções concretas e simbólicas dos diferentes grupos sociais são estrategicamente ordenadas e inter-relacionadas, de forma a atender às demandas dos diferenciados agentes sociais e institucionais em suas mais variadas necessidades.

A toda essa elaboração racionalizadora de normas e modelos mediadores unem-se ainda planos de estratificação que contemplam os princípios de flexibilização, reformulação, inovação e pesquisa de pragmáticas e instrumentos referenciados ao aperfeiçoamento da relação do universo social com os sistemas de informação.

Em outros espaços como as Bibliotecas e os Arquivos, a documentação desenvolveu ao longo de sua existência (e permanece desenvolvendo) distintos processos e instrumentos universais de organização e representação da informação. No caso dos museus, não obstante os esforços que vêm sendo realizados, é essencial e urgente o aprofundamento radical das pesquisas relacionadas à gestão e transmissão da informação tendo como pano de fundo a documentação. Esse descompasso entre museus, arquivos e bibliotecas pode ser explicado pela heterogeneidade dos elementos componentes dos acervos ali abrigados. Em um mesmo contexto museológico podemos encontrar coleções compostas por elementos da ordem da arte, da ciência e das assim denominadas artes e tradições populares, de culturas e contextos espaço-temporais os mais diferenciados. Não citei a História intencionalmente, tendo em vista sua presença permanente - não conheço qualquer museu que não opere sob o eixo diacrônico, isto é, sob a perspectiva da historicidade vigente nas sociedades ocidentais.

Assim considerando, a criação de políticas e ações documentárias nos museus enseja desenvolver a um só tempo instrumentos que contemplem a diversidade, o heteróclito e até mesmo o singular. É necessária a criação de mecanismos que estabeleçam a um só tempo relações entre objetos, áreas do conhecimento e ações institucionais diferenciadas. Não podemos esquecer que os objetos musealizados são submetidos a um processo contínuo de re-significação frente às transformações trazidas pela produção do conhecimento e ao mundo das redes virtuais. A gestão e a transferência dessas informações produzidas no interior dos espaços museológicos somente encontrará os caminhos da otimização ao aliar-se de modo inequívoco à Documentação, área com a qual a produção do conhecimento ocidental possui uma enorme dívida de gratidão.

Para terminar, devo dizer que não me preocupo em discutir se o objeto musealizado possui ou não qualidades actanciais para o desenvolvimento de certas áreas do conhecimento.

Parto do princípio de que, ao lidarmos com artefatos, estamos diante de invenções humanas que possuem diferentes ordens de valores, sendo o maior deles o fato de expressarem muitas vezes as perspectivas simbólicas presentes nas diversas cosmologias.

Os princípios documentários desenvolvem aí o importante papel de aprimorar perspectivas intra-institucionais e, concomitantemente, permitir o aprofundamento das relações info-comunicacionais com os grupos sociais.

Documentar é, sobretudo no âmbito museológico, integrar em conjuntos significativos as tradições, diferenças e dispersões que caracterizam as ciências, saberes e discursos contemporâneos em benefício dos mais diferentes grupos sociais.

**TEMA: DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E A
PESQUISA**

Documentação Museológica e a Pesquisa

Heloísa Barbuy

**Documentação e Pesquisa : a História das Ciências com base em Arquivos
Museológicos**

Christina Helena Barboza

Nota Biográfica

Heloisa Barbuy

Graduação em Direito pela USP(1981). Especializações em Museologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política (1985-1987), com estágio em projeto de sistema de documentação para o Museu da Imagem e do Som de São Paulo (1986) e em sistema de documentação no Musée National de Artes et Traditions Populaires, Paris (1988). Participação em programa de administração cultural do Ministério da Cultura da França para profissionais de Cultura da América Latina (1995). Mestrado na linha de pesquisa História da Cultura Material (FFLCH-DH/USP, 1995) e Doutorado na linha de História Urbana e Cultura Material (FAUUSP, 2001). Pós-doutorado como pesquisadora convidada do Centre André Chastel/Université de Paris IV - Sóborne (2005). É Professora do Museu Paulista da USP, onde atua desde 1990, com participação na concepção do sistema documental (1991), supervisão da Equipe de Museologia (1991-1994), do Serviço de Objetos (1997-2004) e Direção Técnica da Divisão de Acervo e Curadoria (2006-2007). É Vice-Diretora do Museu Paulista desde 2007 e Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP desde 2006. Tem experiência e publicações nas áreas de História e Museologia, com ênfase em História da Cultura Material.

Christina Helena Barboza

Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984), graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1987), Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1994) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2002). Atualmente é pesquisadora no Museu de Astronomia e Ciências Afins. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Ciências, e particularmente nos seguintes temas: Astronomia, Meteorologia, Instituições Científicas (Observatório Nacional), Biografias Científicas (Emmanuel Liais, Luís Cruls).

Documentação museológica e pesquisa em museus

Heloísa Barbuy

Introdução

O tema proposto pelos organizadores do MAST – Documentação Museológica e Pesquisa em Museus – traz uma série de questões muito atuais. Uma delas, que tem se colocado mais recentemente, é relativa à pertinência ou não de se considerar a Museologia como uma Ciência da Informação e, para discuti-la, a reflexão tem que ser feita em torno da idéia do objeto entendido como documento, isto é, portador de informação. Outras questões, já antigas, continuam em pauta no que se refere tanto aos objetivos como às rotinas de trabalho nos museus e, ao mesmo tempo, remetem-nos à história desses objetivos e rotinas, de como e por que eles se estabeleceram ao longo do tempo, na realidade concreta dos museus, colocando-nos constantemente algumas perguntas: pode a pesquisa em museus, em torno de acervos, prescindir dos trabalhos especializados de um profissional documentalista? Por outro lado, haverá sentido em documentar tecnicamente acervos materiais sem ter em conta objetivos de pesquisa histórica, antropológica, artística ou de outras disciplinas, conforme as metas institucionais em questão? Em outras palavras, o pesquisador que utiliza a documentação para responder às suas próprias problemáticas, por todo o conhecimento que tem e desenvolve sobre e a partir dos acervos, é o profissional mais indicado para fazer a respectiva documentação? Ou um profissional especializado em documentação de acervos museológicos estará mais habilitado para sua organização, especialmente nos dias de hoje, com o desenvolvimento da informática e, em sentido amplo, a caracterização de uma sociedade da informação? Todas estas questões têm estado presentes nos museus e nos debates que a Museologia estabelece com a Arquivologia e a Biblioteconomia.

1. Objeto é documento?

Um texto clássico de Ulpiano T. Bezerra de Meneses explica-nos o status documental do objeto ao apontar que “não se pode desconhecer que os artefatos – parcela relevante da cultura material – se fornecem informação quanto à sua própria materialidade (matéria-prima e seu processamento, tecnologia, morfologia e funções, etc), fornecem

também, em grau sempre considerável, informação de natureza relacional. Isto é, além dos demais níveis, sua carga de significação refere-se sempre, em última instância, às formas de organização da sociedade que os produziu e consumiu”¹. De fato, se tratados do ponto de vista histórico, os artefatos são, sem dúvida alguma, poderosos portadores de informações, mesmo individualmente mas, sobretudo, enquanto integrantes de sistemas culturais configurados materialmente. Basta nos questionarmos sobre as noções que se tem, mesmo em senso comum (e talvez principalmente nesse âmbito), sobre a história, sobre o passado, sobre “como eram as coisas” nesse ou naquele tempo, em um ou outro lugar, para nos darmos conta de que grande parte das idéias que se tem sobre o mundo dizem respeito à dimensão material da cultura, isto é, dificilmente se pensa no passado como algo abstrato mas sim como algo estruturado por condições e características materiais relacionadas a modos de vida e mentalidades. Assim, a dimensão material, além de constituir-se em condição *sine qua non* da própria existência humana, é também, e por isso mesmo, condição estruturante da compreensão intelectual e psíquica da realidade. Mesmo em termos estritos da informação considerada a mais direta e objetiva possível, caso abríssemos mão de todo o conhecimento histórico que foi desenvolvido em torno da dimensão material da cultura, cairíamos num vertiginoso vazio, pontuado aqui e ali por informações difíceis de contextualizar e, portanto, de historicizar. Que idéias teríamos, por exemplo, da Idade Média européia, abstraindo de nossas noções as catedrais, a arte religiosa ou os modos de vida ligados às condicionantes climáticas das estações do ano?

Já se questionou, no entanto, se um objeto pode realmente ser considerado como documento, isto é, se ele traz, intrinsecamente, informação ou se as informações que a documentação museológica fornece são extraídas apenas indiretamente de outras fontes para contextualizar o objeto e relacioná-lo com outros elementos. Sobre considerar objetos e coleções de objetos como documentos, Armando Malheiro da Silva sustenta que “há em tal perspectiva um evidente equívoco: o artefato suscita informação, mas não se confunde com ela e nem é materialmente um mentefato (uma representação mental e subjetiva), mesmo que este esteja sempre na origem e na produção artesanal ou industrial de objetos materiais”². A afirmação faz parte da argumentação desse professor da Universidade do Minho em prol da construção epistemológica de uma Ciência da Informação, na qual situa a Museologia como “disciplina periférica” pois, segundo ele, “se nos parece líquido postular a existência de informação museológica, (...) é preciso ter bem presente que essa informação, na generalidade dos casos (...), é suscitada pelos objetos/artefatos e é gerada pela investigação conduzida em torno deles com vista à redescoberta de sua originária função e *locus* de produção e de funcionamento. Mas a informação não é – continua Malheiro da Silva – ao

contrário do que sucede claramente com a Arquivística e a Biblioteconomia, o objeto central de conhecimento museológico, se é que existe como tal. E se pomos em dúvida tal existência – diz ele – é porque, como já atrás frisamos, joga-se na musealização dos objetos a centralidade e a especificidade do trabalho dos profissionais do Museu”³.

Além disso, se comparado ao documento textual e arquivístico, que goza de status jurídico de documento com valor probatório, o valor documental do objeto poderá ser questionado pois as informações que pode trazer são, em geral, de outra natureza. Quanto a isso, Ana Maria Camargo e Silvana Goulart já apontaram para a “zona de penumbra” que se forma em torno dos documentos não-oficiais, sem função jurídica original, mesmo quando são textuais mas integrantes de arquivos pessoais. E indicam a necessidade de contextualizá-los para lhes garantir sentido.⁴

De nossa parte, entendemos que a organização de sistemas de informação e sua acessibilidade podem não ser o objetivo final do Museu mas são, por outro lado, condição intrínseca a todo trabalho que se queira desenvolver em torno de acervos museológicos. Assim, a Museologia, que vem sendo vista, entre nós, mais em seus aspectos de Comunicação, tem necessariamente, como um de seus campos, aquilo que estamos habituados a denominar “Documentação Museológica”⁵, isto é, a organização da informação sobre os acervos de museus, como base para todos os demais trabalhos institucionais, bem como para tornar a informação acessível a pesquisadores e público externos. Deste modo, talvez não seja correto considerar a Museologia em seu todo como uma Ciência da Informação⁶ mas é preciso incorporar ao conjunto dessas ciências o campo da Documentação Museológica, que, na realidade, ocupa boa parte das preocupações e dos trabalhos de profissionais de museus.

Uma primeira conclusão, portanto, é de que vale a pena e nos parece necessário incluir a Documentação Museológica, campo de conhecimento intrínseco à Museologia, entre aqueles a considerar quando se trata de Ciências da Informação. E nos últimos anos, em alguns fóruns, a Museologia foi de fato inserida entre as Ciências da Informação, de par com a Arquivologia e a Biblioteconomia, vista como área na qual também se desenvolvem, entre outros conhecimentos, aqueles voltados à organização de sistemas de informação. E o Museu foi perfilado com o Arquivo e a Biblioteca por sua responsabilidade conjunta por acervos culturais.

2. Quem Fará a Documentação Museológica?

Quanto às práticas profissionais da Documentação Museológica, nas extremidades negativas de seu processo histórico de desenvolvimento, poderemos nos ver diante de duas situações polarizadas. De um lado, o pesquisador que insiste em se manter apenas em seus métodos pessoais de registro documental, além de guardar para si todas as informações produzidas sobre determinado objeto ou coleção, sem ter em conta a necessidade de lançar os dados em um sistema preparado para acolhê-los e difundi-los, de colocá-los à disposição de grande número de outros pesquisadores ou outros tipos de usuários do sistema. Esse tipo de pesquisador, normalmente, não acredita no valor dos sistemas de informação e pensa, no fundo, que a publicação de artigos acadêmicos é o único meio válido de difusão dos resultados de seu trabalho. Tendo que garantir sua autoria e zelar pelo ineditismo dos dados, acaba muitas vezes por guardar por tempo demais as informações coletadas, freqüentemente nem chegando mesmo a publicá-las. De outro lado, poderemos nos deparar com certo tipo de documentalista cujas preocupações são estritamente burocráticas ou técnicas, que nunca leva em conta o fato de que as necessidades de pesquisa exigem complexidade e profundidade de um sistema de informação, caso se queira realmente que esse sistema as atenda, além de não se ver a si próprio como profissional também capaz de desenvolver pesquisas. Em seu potencial positivo, porém, o processo em questão poderá revelar que a boa interação entre pesquisadores e documentalistas pode multiplicar os resultados do trabalho de ambos, com claros benefícios para a coletividade de pesquisadores interessados em acervos de museus como documento, isto é, como portadores de informações.

3. O que Caracteriza a Documentação Museológica? Qual a natureza da informação a organizar?

Na realidade dos museus, onde se organizam, concretamente, no mais das vezes, sistemas de informação sobre acervos tridimensionais, variam drasticamente os respectivos níveis de complexidade e profundidade. O sistema pode se constituir, na prática, em apenas um inventário de peças ou em um fichário catalográfico com informações suscintas pois pouco se investe nesse sentido. Entretanto, idealmente, o objetivo central do sistema de documentação não é a localização de objetos e imagens do acervo (como se localiza um livro em uma consulta em biblioteca, localização esta que já representa o acesso a seu conteúdo) ou criar instrumentos de acesso às informações sobre elas (como se faz nos arquivos), embora estes aspectos imprescindíveis estejam nele contemplados. O objetivo principal é constituir

uma base ampla de informações, que alimente pesquisas e ações de curadoria, tanto da própria instituição como externas, e se alimente, por sua vez, das pesquisas realizadas sobre o acervo institucional ou em torno dele. É comum falar-se, quanto a isso, em movimentos centrífugos e centrípetos, isto é, o sistema de documentação tem a força de trazer para si, de concentrar em si, toda a gama de informações produzidas sobre o acervo e, ao sistematizá-las e gerar agilidade de consultas, passa a disseminar essas informações, colocá-las à disposição de interessados, e, assim, com a mesma força com que concentrou em si todas as informações, é capaz também de devolvê-las, agora processadas, à comunidade de pesquisa, curadoria museológica e outros tipos de usuários, multiplicando os efeitos da informação⁷. Por tradição, a maior dedicação dos curadores de museus – e muitas vezes ela é realmente imensa – se dá no estudo de cada peça ou coleção, organizando-se dossiês substanciosos sobre cada uma delas mas sem que a maior preocupação resida, normalmente, em criar sistemas organizados para essas informações. Isto se deve, sobretudo, ao fato de que o principal desafio do curador de acervos materiais é justamente compreender os artefatos sob seus cuidados (e propiciar sua compreensão por terceiros), já que isto exige um profundo trabalho de decodificação e, para tanto, também, de um extenso rastreamento de informações tanto no que diz respeito à própria materialidade do objeto como às realidades orgânicas de que ele originalmente participou mas que lhe são extrínsecas.

Para melhor esclarecer este aspecto, tomemos o exemplo de um descanso de prato de fabricação nacional pertencente ao acervo do Museu Paulista (figura. 1).

Figura 1-Descanso de mesa em faiança decorado com motivo holandês pintado com estanhola, fabricado pela Companhia Cerâmica Mauá (Mauá/SP), década de 1940 (19,2 x 19,2) cm. Acervo do Museu Paulista da USP.

Trata-se de uma placa de faiança, que pode, inicialmente, ser tomada por um azulejo e, ainda, por um objeto de fabricação estrangeira, mais precisamente holandesa, devido à cor azul sobre branco e ao motivo de paisagem com moinho que apresenta. É claro que mesmo para cometer esses enganos, é preciso ter um conhecimento prévio sobre a tradição holandesa da azulejaria e suas temáticas típicas e esse é justamente um tipo de informação que um curador-documentalista normalmente detém ou vai buscar no momento de seus estudos. Entretanto, examinando melhor a peça, é possível observar, no reverso, a marca, tendo-se a certeza, a partir daí, de que se trata de um objeto fabril e nacional. Depois de anotados os dados intrínsecos ao objeto – material (faiança pó-de-pedra), morfologia (placa de forma quadrada, semelhante a um azulejo mas com cantos arredondados e quatro pés, com dimensões de 19,2 (l) x 19,2 (c) x 3,0 (h)) cm, motivo de paisagem holandesa aplicado com estanhola, marca “Mauá/Marca Regist.” sobre figura de locomotiva – é necessária uma pesquisa de dados extrínsecos ao objeto para melhor situá-lo, mesmo ainda no nível da informação técnica, para poder recuperar o nome do fabricante (Cia. Cerâmica Mauá, antiga Fábrica de Louças Paulista), o local de fabricação (município de Mauá, Estado de São Paulo, onde houve grande concentração de fábricas de louça), o período em que foi produzido (década de 1940) e sua natureza de descanso de mesa (daí os cantos arredondados e os pés, que não são característicos dos verdadeiros azulejos)⁸. No caso desta peça, foi coletada por pesquisadores do Museu Paulista no contexto de um Grupo de Estudos sobre Faianças e Porcelanas que, depois de constatada a total ausência de guias de marcas e da pouca informação encontrada sobre louças fabricadas em São Paulo ou no Brasil, dedicou-se a esse tipo de estudo⁹. Vê-se, portanto, a postura ativa do curador de museu na própria formação do acervo de acordo com os recortes de pesquisa estabelecidos. O sistema de informação deverá decorrer desse trabalho, como meio e fim ao mesmo tempo.

Continuando com o exemplo de nosso descanso de mesa, um segundo nível de informação que ele deve ensejar é aquele a que Meneses chamou de “relacional”, isto é, referente “às formas de organização da sociedade que [o] produziu e consumiu”, conforme citado acima. Neste plano, são muitas as opções de pesquisa. No caso de nossa peça, podemos sugerir a utilização do padrão estrangeiro na forma e no motivo ornamental de objetos domésticos nacionais como um campo promissor, que poderá nos falar sobre o próprio referencial estrangeiro criado pelo intenso processo de importações de bens materiais no qual o Brasil foi importante receptor e suas amplas injunções culturais – o que levou a imprimir ao próprio artigo nacional um padrão estrangeiro – como à continuidade de importações de insumos pela própria indústria nacional, como, por exemplo, os decalques aplicados à louça, que até certo momento não eram fabricados aqui.

Um outro ponto importante quanto à informação construída sobre um artefato é a necessidade de registrar sobre ele uma informação funcional genérica, que pode ser diferente da informação individual. Normalmente, há uma função a que se destina determinado gênero de objeto mas, em sua biografia individual, ele pode ter tido outros usos. Isto é especialmente recorrente quando se trata de usos decorativos dados a objetos antigos, como é o caso de ferros de passar a carvão reciclados como enfeites de salas de visitas, etc. Neste mesmo sentido, conta uma crônica de Jorge Americano¹⁰ que em sua casa, quando era criança, havia um presépio montado pelas empregadas domésticas, com vários objetos com uso reciclado, tais como “uma boneca de celulóide nua, de braços e pernas móveis, presos com elásticos”, que fazia as vezes de “Menino Jesus”. Caso essa boneca tivesse sido doada a um museu, a Documentação deveria registrar esta informação, que diz respeito não à tipologia genérica do objeto mas à sua história individual, tanto quanto, em outra instância, mais interpretativa, a um traço cultural de informalidade em seu contexto de uso.

A descrição de objetos praticada por museólogos-documentalistas é outro ponto que freqüentemente causa estranhamento. Por que descrever com palavras um artefato se é possível incluir fotografias suas numa ficha catalográfica, principalmente com o auxílio da informática, que torna possível incluir galerias com grande número de imagens? A questão é que a descrição de artefatos é o que permite denominar com precisão não apenas o objeto como um todo, como cada parte que o compõe, sua ornamentação e, em muitos casos, apontar-lhes a função. A opção textual, isto é, narrativa, também é adotada porque possibilita apontar relações de continuidade e interdependência entre as partes, quando não uma hierarquia simbólica que o objeto possa conter. Um exemplo neste sentido é o caso da moldura que abriga um retrato de Santos Dumont, uma fotopintura de autoria de Giovanni Sarracino, conjunto apresentado na Exposição Internacional de Saint-Louis, em 1904, hoje pertencente ao acervo do Museu Paulista: “moldura de madeira (com emendas), na qual há ornamentos esculpidos em relevo, figurando um sentido geral do triunfo aeronáutico brasileiro e sul-americano de Alberto Santos Dumont, por meio dos seguintes motivos: na parte superior, presidindo o conjunto, um condor, pássaro de cujas características normalmente se sublinham a força e a origem sul-americana (andina), em posição de vôo, sobre nuvem (houve perda do bico e de grande parte da asa à esquerda de quem olha). Ao longo de toda a lateral à esquerda de quem olha, em sentido ascendente, um ramo de carvalho, simbolizando força; ao longo de toda a lateral direita, também em sentido ascendente, um ramo de loureiro, simbolizando vitória, ambos amarrados entre si, na parte inferior, por um laço de fita. No canto inferior esquerdo, a estrela do brasão de armas da República do Brasil, e na lateral direita, em sua metade inferior, a Torre Eiffel, em torno da qual passa um balão

dirigível, em alusão ao feito de Santos Dumont, que, em 1901, circundou aquela torre com o Dirigível nº6. Na parte inferior da moldura, acima do laço de fita, uma plaqueta de madeira, fixada por dois pregos, com a inscrição ‘SANTOS DUMONT’, foi agregada à peça, provavelmente *a posteriori*. A moldura é fixada em suporte também de madeira, com base que dá sustentação a toda a peça, no reverso da qual se encontra, à direita de quem olha, etiqueta de papel colada com a seguinte inscrição: ‘FABRICADO / NO / Liceu de Artes e Ofícios / DE / São Paulo.’ Logo abaixo dele, um selo de consumo, também colado, sobre o

Figura 2 :Retrato de Santos Dumont, de autoria de Giovanni Sarracino, com moldura artística do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, 1904, (263 (h) x 164 (l)) cm. Acervo do Museu Paulista da USP.

qual estão carimbadas as inscrições: ‘LYCE[O] DE ARTES E OFÍCIOS / INDUSTRIA BRA[Z]ILEIRA’, parcialmente ilegíveis.”¹¹ (figura. 2)

Vê-se que, neste caso, um simples elenco dos elementos presentes na moldura não seria suficiente para lhe conferir todo o sentido de que é portadora pois que as ligações entre uns e outros, a seqüência de motivos, precisam ser explicitadas.

Haverá certamente diferenças consideráveis na forma de documentar acervos conforme a área científica de base de cada museu, se de história, de arte, de ciências naturais ou outro. Parece desejável, porém, o desenvolvimento da Documentação Museológica como campo técnico específico, cujo especialista poderá e deverá interagir com o curador científico

de cada coleção, isto é, o historiador, o historiador da arte, o biólogo, etc., visando à organização de um sistema de informação que, se interessa ao pesquisador, não é, no entanto, seu objetivo final, enquanto para o documentalista, é a meta principal e por isso ele desenvolverá conhecimentos especializados em Documentação. Podemos, também aqui, recorrer a exemplo do Museu Paulista, no que se refere à concepção de seu *Thesaurus para o Acervo de Objetos*: parte-se do interesse de base do Museu, o campo da Cultura Material, para construir as hierarquias tipológicas, tais como a classe “Objetos para processamento da alimentação”, com as sub-classes “Tratamento e Preparação”, “Cozimento”, “Serviço/Consumo”, “Conservação/Guarda”, “Utensílios de Uso Geral”. Mas isto é uma estrutura montada com raciocínios afeitos à Cultura Material e destinados à organização da informação sobre os artefatos que integram o acervo e não um “roteiro de pesquisa”. O sistema de informação contém em si trabalhos de pesquisa para levantamento de informações intrínsecas e extrínsecas aos objetos e as inúmeras pesquisas interpretativas a que servirá posteriormente são um mundo aberto. Veja-se, por exemplo, o caso da pesquisa de Adilson José de Almeida sobre uniformes militares, na qual se constatou a ocorrência, na prática, de muitas variações nos uniformes da Guarda Nacional, usados no Brasil do século XIX, em relação ao que estava previsto como padrão nos respectivos regulamentos, sendo que uma das fontes essenciais a essa conclusão foram uniformes existentes no acervo do Museu Paulista, nos quais foi possível observar o uso de materiais e outros componentes, diferentes dos previstos oficialmente. Daí entender esse autor que “as informações características das matérias-primas, das técnicas de confecção empregadas e formas de uso, não são apenas dados empíricos prévios à informação histórica, eles já constituem informação histórica”¹². Em outra direção, na obra *Gênero e Artefato*, Vânia Carneiro de Carvalho mobilizou peças do acervo de objetos do Museu Paulista para apontar sentidos muito mais amplos que poderiam ter em seus contextos de uso: um conjunto de *souvenirs* de viagens (miniaturas da Torre de Pisa, do Batistério e do Panteão, que pertenceram a Olga de Souza Queiroz) indica que “de forma sintética e condensada, eles [os objetos decorativos] contavam histórias e eram utilizados para lições de civilização às crianças”, além de servir “como gatilho da conversação formal”, social, especialmente de mulheres.¹³

Sem dúvida, a Arquivologia e a Biblioteconomia estão muito mais desenvolvidas do que a Museologia no que diz respeito a sistemas de informação, mesmo nos grandes museus de referência, ainda mais que a demanda nesse sentido também é ainda muito menor nos museus que em suas instituições pares, dado o próprio despreparo geral para utilizar objetos como documentos. Entretanto, a tradição da Documentação Museológica, com pelo menos duzentos anos de maturação, quando se vir plenamente mobilizada para a organização da

informação tal como se entende e se espera hoje, certamente trará à coletividade veios de riquezas profundas a explorar.

Notas

1 MENESES, Ulpiano.T.B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História, São Paulo, Departamento de História da FFLCH/USP, N.Sér. n.115, p.103-117, jul.-dez. 1983.

2 SILVA, Armando.B.M da. “Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação”. In: INTEGRAR – 1º CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 2002, São Paulo. Textos. São Paulo: FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições/Imprensa Oficial, 2002. p.575. (O autor é português mas para a citação acima tomamos a liberdade de utilizar a grafia brasileira para termos como “artefato”, originalmente grafados com “c” pelo autor (“artefacto”).

3 Id. Ib. p.591-592.

4 CAMARGO, Ana.Maria. A.; GOULART, S. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. p.40 ss.

5 Tradicionalmente, são campos da Museologia em suas frentes relacionadas à Curadoria de Acervos: Pesquisa, Coleta de Acervos e Documentação Museológica; Conservação/Restauração; Museografia e Expografia; Ação Educativa e Cultural.

6 Dois congressos internacionais realizados em São Paulo, seqüencialmente, em 2002 e 2006 – I e II Integrar – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus – incluíram a Museologia no campo das Ciências da Informação. Também no CNPq chegou a haver essa inserção.

7 Sobre o Museu Paulista, ver BARBUY, H.; CARVALHO, V.; LIMA, S.F. (coord.) “O sistema documental do Museu Paulista: a construção de um banco de dados e imagens num

museu universitário em transformação”. In: OLIVEIRA, C.H.S.; BARBUY, H. (org.) *Imagem e produção de conhecimento*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2002. p.13-29.

8 PEREIRA, José Hermes Martins. *Louça paulista: as primeiras fábricas de faiança e porcelana na cidade de São Paulo e região*. São Paulo: Edusp, no prelo. p.103.

9 O Grupo de Estudos contou com a preciosa colaboração de Margarida Andreatta e o trabalho de José Hermes Martins Pereira acima citado, desenvolvido em 2002-2003, sob orientação de Heloisa Barbuy, com bolsa da FAPESP, finalizado e posto à disposição na Biblioteca do Museu Paulista em 2003, foi pioneiro e aguarda publicação pela Edusp (aprovado pela Editora em 2005). Exteriormente ao Museu Paulista, cite-se o site www.porcelanabrasil.com.br, desenvolvido por Fábio Carvalho, que o colocou no ar em 2005 e, em 2008, publicou o *Guia de marcas*, ambos referentes à louça de fabricação nacional.

10 AMERICANO, J. “Natal”. In: AMERICANO, J. *São Paulo naquele tempo, 1895-1915*. São Paulo: Saraiva, 1957. p.275.

11 Descrição de Heloisa Barbuy, realizada com auxílio de Angela Maria Gianeze Ribeiro, citada anteriormente em PETRELLA et alii. Restauração da fotopintura “Retrato em tamanho natural de Santos Dumont”, do fotógrafo Giovanni Sarracino. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, Museu Paulista da USP, N. Ser., v.6/7, p.161-180, 1998-1999 (editado em 2003), p.163.

12 ALMEIDA, Adilson José de. “A documentação de tecidos e o estudo de indumentária militar: apontamentos a partir dos uniformes da Guarda Nacional”. In: PAULA, Teresa Cristina Toledo de (ed.). *Tecidos e sua conservação no Brasil*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006. p.85-89.

13 CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp, 2008. p.89-90.

**Documentação e Pesquisa:
A História das Ciências com base em Arquivos Museológicos**

Christina Helena Barboza

A noção de que o conhecimento científico é uma construção social tornou-se hegemônica entre os historiadores da ciência deste início de século. Neste trabalho, procurarei apresentar alguns caminhos percorridos até chegarmos a este ponto, traçando um paralelo entre as mudanças que tiveram lugar na história *tout court* e na história das ciências desde a década de 1970. Em seguida, através do exemplo de análises históricas realizadas com base na documentação depositada em dois museus de ciências, respectivamente o Museu Nacional e o Museu de Astronomia e Ciências Afins, pretendo voltar à afirmação inicial, e apontar uma de suas conseqüências mais significativas para o Brasil¹.

As viradas da história

Entre os historiadores brasileiros, é comum atribuir-se à Escola de Annales o mérito de ter revolucionado a disciplina histórica, ampliando seu território de maneira a abarcar “novos objetos” e “novos problemas” através de “novas abordagens” – muitas delas tomadas de empréstimo de disciplinas afins, como a psicologia e a antropologia. De fato, já na famosa coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora e originalmente publicada em meados da década de 1970, apareciam estudos sobre aspectos da vida cultural até então relegados a um segundo plano pela história social, como as festas realizadas durante a Revolução Francesa, ou o cardápio de um restaurante parisiense. (Le Goff & Nora, 1976) Mais do que isso, é inegável a influência exercida pelo que seria uma quarta geração de Annales, formada por Roger Chartier e Jacques Revel, entre outros, na guinada de nossos especialistas de uma “história social da cultura” para uma “história cultural da sociedade”, na qual, segundo o próprio Chartier, o “principal objetivo [é] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (Chartier, 1990, p. 16-17)

No mundo anglo-saxão a chamada “virada cultural” ocorreu de maneira praticamente simultânea, durante a década de 80, e muito provavelmente foi motivada pelo mesmo tipo de insatisfação com os resultados da história social que afligia seus colegas franceses. As principais influências, neste caso, vieram menos de Foucault e Bourdieu, como

no caso de Chartier, e mais das obras de Hayden White *Meta-História; a imaginação histórica na Europa do século XIX*, e sobretudo de Clifford Geertz, *A interpretação das culturas*, ambas originalmente publicadas em 1973. Os dois grupos tiveram a oportunidade de encontrar-se em um Seminário realizado nos Estados Unidos, na Universidade da Califórnia, em abril de 1987, e o livro daí resultante, intitulado *A Nova História Cultural*, tornou-se ele próprio um marco, ao fazer tanto um balanço quanto uma defesa da pluralidade de enfoques já então em cena. (Hunt, 1992)

Aquela diversidade não parou de crescer, e sem quaisquer amarras teóricas e/ou ideológicas acabou explodindo nas décadas seguintes nos chamados “estudos culturais”. Alguns autores foram buscar na cultura explicações para fenômenos econômicos e acontecimentos políticos; outros invadiram um território até então restrito aos antropólogos e puseram-se a analisar símbolos e rituais. No sub-campo dedicado à “cultura material” proliferaram trabalhos sobre os alimentos, o vestuário, a mobília, as coleções. E talvez como um dos resultados mais positivos da “virada cultural”, uma renovada preocupação com questões relativas ao poder e à dominação deu lugar aos “estudos pós-coloniais” e aos “estudos de gênero”, dedicados à revisão de estereótipos e preconceitos ocidentais e/ou sexistas persistentes no mundo atual. (Burke, 2005)

Quase tudo pode cair sob a rubrica dos estudos culturais, já que a cultura desempenha um papel tão ubíquo na sua conceitualização; quase tudo é cultural de algum modo, e a cultura tem impacto em tudo, de maneira que a seta causal pode apontar em qualquer uma e todas as direções de uma só vez. (Bonnell & Hunt, 1999, pp. 10-11)

Podemos encontrar alguns traços comuns na “nova história cultural”, para além dessa ênfase em uma cultura diversa e vagamente definida. O mais significativo foi o questionamento de categorias, como por exemplo classe, tradicionalmente utilizadas pelos historiadores na análise do mundo social, antes tomadas como científicas e neutras e agora vistas como representações próprias de grupos em luta pela dominação simultaneamente no campo intelectual e no mundo social. “As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras”, afirmava Chartier já em 1988. (Chartier, 1990, p. 27) Em decorrência, e este é outro traço bastante comum, os historiadores da cultura no geral abriram mão da busca por explicações causais – do mesmo modo, aliás, que abriram mão das

macro-narrativas. Finalmente, a “nova história cultural” alçou as representações e as práticas à condição de categorias analíticas essenciais para a compreensão do mundo social.

A perspectiva construtivista da história das ciências, às vezes identificada com os chamados “estudos sociais das ciências”, ou mais genericamente com os “estudos de ciências”, compartilha de várias características mencionadas acima. Suas origens igualmente remontam à década de 70, mais especificamente à crítica de um grupo de sociólogos ingleses, entre os quais destacam-se David Bloor e Barry Barnes, da Universidade de Edimburgo, e Harry Collins, da Universidade de Bath, a uma concepção filosófica e apriorística de ciência que, segundo eles, teria impregnado todas as análises históricas (e sociológicas) até então feitas. Em síntese, a ciência teria sido tradicionalmente caracterizada como um sistema de proposições de caráter universal, formulado de maneira lógica ou racional com base na experiência e na observação de fenômenos do mundo natural. E a história dessa ciência teria sido, por excelência, uma história “interna” e auto-suficiente, preocupada em demonstrar o caráter racional subjacente ao desenvolvimento de um determinado conhecimento científico². Em contrapartida, para os defensores dos “estudos sociais das ciências”, qualquer forma de conhecimento científico, seja ele abstrato ou empírico, é por definição um produto social, coletivo, e por isso a história da ciência deve necessariamente ocupar-se de fatores antes vistos como “externos” à atividade científica.

Cabem aqui algumas considerações a respeito dessa nova perspectiva. Em primeiro lugar, por trás da afirmação aparentemente simples e unívoca de que a ciência é um produto social existem divergências significativas entre os autores. Assim, enquanto aquela primeira geração de sociólogos e historiadores procurou colocar em relevo o caráter social do conhecimento científico examinando a influência exercida pelo “contexto” de sua produção – político, ideológico, institucional – no “conteúdo” produzido, durante a década de 1980 teria ocorrido uma verdadeira “virada construtivista” no campo da história das ciências, largamente influenciada pelos estudos pioneiros de Bruno Latour (*Laboratory life*, de 1979, em co-autoria com Steve Woolgar, e *Science in Action*, de 1987), e pelo livro de Steven Shapin e Simon Schaffer, *Leviathan and the air-pump*, este último publicado em 1985. “Construtivismo”, conforme define Jan Golinski, “é mais uma orientação metodológica do que um conjunto de princípios filosóficos; ele dirige o foco sistematicamente para o papel dos seres humanos, como atores sociais, na feitura do conhecimento científico.” (Golinski, 1998, p. 6)

De fato, de um modo geral os “estudos de ciências” de orientação construtivista abandonaram os modelos explicativos baseados em estruturas sociais e, junto com eles, também as macro-narrativas, em um processo análogo ao que ocorreu na história *tout court* durante a “virada cultural”. Em seu lugar, multiplicaram-se micro-histórias focadas, de um lado, em objetos relativamente negligenciados pela historiografia tradicional, como as controvérsias e os instrumentos científicos, e, de outro lado, em categorias cuja historicidade era simplesmente impensada até então, como as descobertas, as experiências, as instituições, e o próprio método científico. Os chamados “estudos de laboratório”, realizados nos moldes do trabalho pioneiro de Latour e Woolgar, acabaram constituindo uma linha de investigação à parte, na qual ficou mais evidente a inspiração antropológica dos construtivistas, e particularmente a influência de Geertz, autor como vimos decisivo para a “nova história cultural” de língua inglesa. Entretanto, a despeito de tantas semelhanças entre esta última e a perspectiva construtivista – e este é um segundo ponto a ressaltar –, não apenas os fundamentos filosóficos do construtivismo devem ser buscados em autores diferentes, e sobretudo em Wittgenstein, como também historiadores das ciências e historiadores da cultura têm-se mostrado no geral pouco permeáveis às influências mútuas, desde as origens, na década de 1970, até hoje. (Pestre, 1996)

Por fim, devemos comentar, ainda que brevemente, a convergência existente entre a “nova história cultural” e a “nova história das ciências” no sentido da ênfase dada às representações e às práticas científicas, já que particularmente este último aspecto interessa de perto aos objetivos deste trabalho. Para os construtivistas, a ciência não deve ser concebida exclusivamente como um sistema de proposições, e por isso, nas palavras de Golinski, “os estudos de ciências [...] tenderam a abandonar a tentativa de reconstruir estruturas conceituais, focando ao invés disso nas atividades práticas que se apresentam à observação.” (Golinski, 1998, p. 9) Dito de outro modo, as novas gerações de historiadores e sociólogos das ciências relegaram a um segundo plano a preocupação dos fundadores do Programa Forte, Bloor, Barnes e Collins, no produto conceitual da ciência – o conhecimento – e puseram-se a analisar tópicos relativos à produção desse conhecimento, tais como a manipulação dos materiais e dos aparatos nos laboratórios, a comunicação dos cientistas entre si e com o mundo “exterior”, suas estratégias em busca de apoio social e financiamento.

Não que a noção de prática em uso na história das ciências esteja isenta de imprecisão similar à da noção de cultura. Mas a mudança de enfoque sem dúvida permitiu a emergência de trabalhos inovadores e importantes. Poderíamos citar, a título de exemplo, os artigos reunidos no livro seminal organizado por Andrew Pickering, *Science as Practice and*

Culture, publicado em 1992, ou no caso específico da história natural, alguns estudos publicados na obra coletiva *Cultures of Natural History*, de 1996. No Brasil em especial poderíamos tributar a essa nova perspectiva o desenvolvimento de uma das correntes mais dinâmicas da atual historiografia das ciências, sobre a qual discorreremos a seguir.

A nova história das ciências no Brasil

Na verdade, a “virada construtivista” da história das ciências nunca chegou a atingir o Brasil. Até a década de 1980 ainda predominava entre os nossos historiadores a visão – largamente influenciada pelo trabalho pioneiro de Fernando de Azevedo, *As Ciências no Brasil* (1955) – de que teria ocorrido um “atraso” científico no país, provocado pelo contexto cultural desfavorável da dominação colonial e do espírito obscurantista da Contra-Reforma. Para Azevedo e outros, até a criação das universidades de São Paulo e do Distrito Federal, na década de 1930, as atividades científicas teriam se desenvolvido aqui “aos saltos”, através das iniciativas pontuais de determinados indivíduos, muitos deles estrangeiros. (Azevedo, 1994)

De acordo com Juan José Saldaña, essa perspectiva resultava de um certo “mimetismo metodológico que, considerando a ciência e seus condicionantes de maneira essencialista, buscou as contribuições da América Latina ao *main stream* da ciência, ou os condicionantes socioeconômicos e culturais típicos da ciência moderna européia em meios sociais diferentes.” (Saldaña, 2000, p. 15) Durante a década de 80 contudo, em grande parte devido à influência exercida pelos “estudos sociais das ciências”, mas também devido à proliferação de análises mais aprofundadas sobre instituições científicas criadas em período anterior àquelas universidades, começaram a surgir no Brasil pesquisas levando em conta a especificidade do desenvolvimento científico em países periféricos.

Com o novo enfoque veio à tona uma rica documentação, muitas vezes inédita, relativa às atividades científicas desenvolvidas em instituições oitocentistas já conhecidas porém pouco exploradas, como a Escola Médica do Rio de Janeiro, a Academia Real Militar e o Jardim Botânico, criados no período joanino, ou o Museu Paraense (Emílio Goeldi), a Comissão Geológica do Império e o Instituto Agrônomo de Campinas, criados durante o período imperial. (Dantes, 2001) Merecem menção especial, e a elas voltaremos mais adiante, o Museu Real – depois denominado Museu Nacional – e o Imperial Observatório do Rio de Janeiro – hoje Observatório Nacional. Em síntese, como bem resumiu Sílvia Figueirôa,

a partir do momento que se passa a duvidar de que a ciência seja um corpus universal (espacial e temporalmente) de conhecimento que reproduz e espelha, de maneira direta, a realidade e, ainda, que se passa a admitir que tal conhecimento seja socialmente negociado, o estudo do processo de inserção e desenvolvimento de disciplinas científicas em contextos diversos daqueles nos quais floresceram originalmente reveste-se de sentido e importância. (Figueirôa, 1997, p. 22)

De um modo geral, os estudos históricos empreendidos no Brasil durante os últimos vinte anos buscaram contextualizar os processos de apropriação/tradução de teorias científicas estrangeiras pelos cientistas brasileiros, bem como a institucionalização das atividades científicas no país. Algumas vezes porém, e cada vez mais freqüentemente, os historiadores das ciências brasileiros deixaram problemas e categorias característicos do construtivismo imiscuírem-se nas suas análises.

Foi o que aconteceu com Maria Margaret Lopes, que analisou a trajetória do Museu Nacional durante o século XIX, e sua contribuição ao processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil. Neste trabalho, ela ajudou a invalidar a tese do “atraso” científico do país, demonstrando de maneira irrefutável que durante boa parte do século XIX o Museu Nacional não se restringiu a ser um “repositório de objetos” locais que devia servir aos naturalistas estrangeiros, mas buscou constituir-se em “museu metropolitano”, nos moldes dos museus de história natural europeus. (Lopes, 1997)

Inspirada em Latour, Lopes partiu do pressuposto de que os “museus metropolitanos” de história natural teriam cumprido função essencial à produção de uma ciência pretensamente universal: a chamada “mobilização geral do mundo”. Em outras palavras, através de suas coleções, alguns poucos cientistas privilegiados teriam tido acesso a um material empírico de outro modo disperso. Lopes conferiu pois atenção especial às coleções do Museu Nacional e às práticas envolvidas na sua coleta, preparação, classificação e organização, e para isso foi em busca de documentos bastante variados. Na justificativa deste procedimento metodológico ela ponderou que

se acompanhássemos a produção científica de seus diretores apenas por meio das publicações da instituição, não teríamos como nos referir a uma série de trabalhos desenvolvidos no dia-a-dia durante os cerca de cinquenta anos em que o Museu não contou com sua publicação oficial. Esses trabalhos estão registrados exatamente nos catálogos das coleções, nos resultados das análises químicas e mineralógicas dos materiais acumulados, nos relatórios administrativos, nas informações sobre as dificuldades de sua realização. (Lopes, 1997, p. 22)

Em decorrência da utilização de fontes inéditas, mas sobretudo desse novo olhar sobre os documentos textuais do Arquivo do Museu Nacional, ficamos conhecendo os principais doadores da instituição e a quantidade de itens doados para cada uma das seções criadas ao longo do século XIX: zoologia, botânica, mineralogia, numismática, paleontologia, antropologia. Ficamos conhecendo também a distribuição espacial dessas coleções no prédio e em cada sala do Museu, e a impressão dos naturalistas estrangeiros sobre o material exposto. Finalmente, ficamos conhecendo os bastidores dessa instituição científica, onde atuavam técnicos até pouco tempo invisíveis para a historiografia das ciências. Nas palavras de Lopes:

para termos uma vaga idéia do que era o cotidiano dessas atividades intermináveis, aos preparadores e ajudantes – sempre em número insuficiente e responsabilizados pelos trabalhos em mais de uma seção – cabia estufar e montar os animais, limpá-los, pôr olhos e extremidades nos exemplares em que estavam faltando, polir dentes, envernizar répteis, avivar as cores dos bicos e pés dos pássaros, além de colaborar na manutenção dos produtos zoológicos pertencentes às coleções do Colégio Pedro II, por exemplo. (Lopes, 1997, p. 105)

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) também é um museu de ciências, mas de um tipo completamente diferente do Museu Nacional. Na tipologia de Paulette McManus ele poderia ser classificado como um museu híbrido, na medida em que situado entre a segunda e a terceira gerações de museus de ciência e tecnologia, isto é, entre os museus de artes e ofícios oitocentistas, criados com a finalidade de exibir os avanços da ciência aplicada e da indústria, e os modernos centros de ciências, que visam, antes de tudo, ensinar conceitos científicos através de aparatos interativos. (Cazelli & al., 1999)

O MAST foi criado em 1985, e seu conjunto arquitetônico pertencia originalmente ao Observatório Nacional. Analogamente, o núcleo de seu acervo museológico é composto

por instrumentos científicos que pertenceram ao Observatório no período compreendido entre meados do século XIX e meados do século XX. Parte deste acervo encontra-se em exposição, mas o MAST também exhibe aparatos interativos, com o duplo objetivo de complementar o aprendizado escolar e sensibilizar o público em geral para a ciência.

Finalmente, o MAST possui um Arquivo de História da Ciência, no qual podem ser encontrados documentos tanto institucionais (do Observatório Nacional, evidentemente, mas também de outras instituições, como o CNPq e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil) quanto pessoais, pertencentes a cientistas das mais diversas áreas. Este é o caso dos documentos do matemático Manuel Amoroso Costa (1885-1929), do físico Bernhard Gross (1905-2002), e do antropólogo Luiz de Castro Faria (1913-2001). É também o caso dos Fundos Luiz Cruls (1848-1908) e Henrique Morize (1860-1930), constituídos pela documentação de dois ex-diretores do Observatório que examinaremos agora brevemente, a título de exemplo.

Sobre Henrique Morize uma biografia foi recentemente publicada, em 2003, por Antonio Augusto Passos Videira. (Videira, 2003) Morize ingressou no Observatório ainda no tempo do Império e foi seu diretor durante quase vinte anos, entre 1908 e 1930. Além disso, foi professor catedrático da Escola Politécnica e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Ciências, hoje Academia Brasileira de Ciências. Na época de sua morte chegou a ser chamado na imprensa de “fundador da física experimental no Brasil”, graças a um trabalho pioneiro sobre os raios-X, aos esforços para modernizar o ensino de física na Escola Politécnica, e sobretudo, segundo a tese de Videira, à sua militância em prol da ciência “pura” em um contexto marcadamente “utilitarista”.

Ao contrário das biografias tradicionais em história das ciências, de caráter hagiográfico, o trabalho de Videira procurou inserir Morize no contexto de sua época, em consonância com os objetivos perseguidos pelos profissionais da área desde a virada dos anos 1970. “Falar sobre Morize é praticamente o mesmo que discorrer sobre a relação entre ciência e a sociedade brasileira na República Velha”, justificou, enfático, o autor. (Videira, 2003, p. 28) De qualquer modo, é importante assinalar aqui que o uso por ele dado aos documentos não deixou de incorporar uma preocupação com as práticas científicas e, particularmente, com as estratégias de legitimação adotadas pelos cientistas, característica das correntes construtivistas. Nas suas palavras: “para conhecer um cientista, ainda mais alguém que teve inúmeras responsabilidades administrativas, não é suficiente estudar seus artigos científicos.” (Videira, 2003, p. 21)

A vida e a obra de Luiz Cruls foram o tema de uma exposição organizada no MAST em 2004, sob minha curadoria, intitulada *Luiz Cruls, um cientista a serviço do Brasil*. A propósito, o principal objetivo dessa exposição, de caráter temporário, foi justamente dar visibilidade à rica documentação daquele cientista doada ao Arquivo do MAST pouco antes. (Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2007) Assim, durante alguns meses, foram exibidos ao público não apenas os originais de material impresso, como livros e artigos científicos, e oficial, como relatórios, diplomas, decretos e cartas de nomeação, mas também documentos manuscritos produzidos ao longo da trajetória profissional e da vida privada de Cruls. Foram igualmente incluídos na mostra fotografias e mapas diversos, além de instrumentos científicos do acervo do MAST utilizados por Cruls no curso dos trinta anos em que ele trabalhou no Observatório Imperial/Nacional. (Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2004)

Cruls ingressou no Observatório em 1877 e foi seu diretor entre 1884 e 1908; a partir de 1889 foi também professor da Escola Militar. Durante todos esses anos desenvolveu inúmeras atividades de ciência “pura” e desempenhou algumas missões técnico-científicas de caráter “utilitarista”. Do primeiro conjunto, a exposição destacou duas realizações: a descoberta de um cometa em setembro de 1882, que rendeu a Cruls notoriedade na Corte e um prêmio da Academia de Ciências de Paris, e a observação da chamada passagem de Vênus, feita por ele no final daquele ano com o objetivo de contribuir para a determinação da distância exata entre a Terra e o Sol. A ênfase da exposição incidiu mesmo sobre o segundo conjunto, isto é, as sucessivas viagens realizadas por Cruls em missão oficial, no final do Império e principalmente após a proclamação da República. Foram deste modo mostrados ao público documentos (e objetos) relativos às seguintes viagens: aos Estados Unidos, como representante do Brasil na Conferência Internacional que deveria escolher um único meridiano de referência para os fusos horários e as longitudes (1884); ao Planalto Central, em duas expedições cuja finalidade era demarcar e explorar a área onde deveria ser construída a nova capital do país (1892-1893 e 1894-1895); e à Amazônia, naquela que seria sua última viagem a trabalho, para verificar as coordenadas geográficas de um trecho da fronteira do Brasil com a Bolívia (1901).

Existem dois aspectos da exposição *Luiz Cruls, um cientista a serviço do Brasil* sobre os quais devemos nos deter. Primeiro é preciso ressaltar que a despeito de não ter constituído uma biografia no sentido estrito do termo, a exposição assumiu pressupostos metodológicos semelhantes àqueles que orientaram Videira no seu exame da trajetória de Morize. Em outras palavras, procuramos incluir na mostra, junto aos produtos finais da

ciência – relatórios técnicos, livros e artigos científicos –, elementos reveladores do contexto político em que se deu essa produção. Esse foi o caso, por exemplo, da abordagem dada à observação da passagem de Vênus, quando fizemos referência aos debates parlamentares travados a propósito do projeto imperial de patrocinar duas expedições científicas brasileiras, uma dirigida a Punta Arenas, chefiada por Cruls, outra dirigida às Antilhas, chefiada pelo Barão de Teffé³. Evitamos contudo confundir as opções profissionais de Cruls com sua vida privada, e para isso muito contribuiu a variedade da documentação depositada no Arquivo do MAST. A título de exemplo, em carta enviada à esposa durante aquela viagem a Punta Arenas – exibida na exposição – encontramos o seguinte desabafo de Cruls:

assim que eu chegar em Montevideu eu te enviarei um telegrama, e eu espero alguns dias mais tarde ter a felicidade de encontrar todos com saúde, e depois disso eu juro nunca mais te deixar, porque decididamente eu não fui feito para viajar só, mas isto que faço é pela minha posição. (Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2004, p. 24)

Em segundo lugar, do ponto de vista de uma história institucional das ciências no Brasil, nossa preocupação durante a organização da exposição foi evitar análises valorativas, conforme a perspectiva hoje dominante na historiografia brasileira. Em contrapartida, de maneira análoga ao procedimento adotado por Lopes com relação ao Museu Nacional, procuramos colocar em evidência as práticas científicas em uso no Observatório durante o período em que Cruls foi seu diretor e, particularmente, uma dessas práticas, a nosso ver característica não só da astronomia mas de diversas disciplinas oitocentistas: as expedições científicas. Como vimos aqui, Cruls chefiou várias delas e, independentemente do rótulo dado pelos contemporâneos aos seus objetivos, se ciência pura ou aplicada, o fato é que através de sua análise conseguimos perceber com mais nitidez o processo de construção do conhecimento científico no período em questão.

De acordo com Alex Pang, em um trabalho recente autodefinido como “pós-construtivista”, a mais significativa diferença entre expedições naturalistas e/ou geográficas e expedições organizadas para a observação de fenômenos astronômicos, como os eclipses totais do Sol, não estaria nos seus objetivos imediatos, mas nas práticas adotadas no seu planejamento e execução. Em síntese, essas últimas tenderam a ser muito mais curtas e menos arriscadas do que as primeiras, na medida em que teriam se aproveitado da infra-estrutura material existente nos locais de observação em decorrência da expansão imperialista – núcleos urbanos, portos, estradas de ferro, redes telegráficas. Parte da

explicação residiria no fato de que as observações astronômicas requeriam já naquela época equipamento sofisticado, frágil, e literalmente muito mais pesado do que as ferramentas e instrumentos utilizados no trabalho de campo de naturalistas e geógrafos. (Pang, 2002)

Pang não chegou a tratar das expedições organizadas no final do século XIX para a observação da passagem de Vênus, as quais efetivamente mobilizaram astrônomos de diversos países. Mas quando analisamos os recursos envolvidos na organização da viagem de Cruls a Punta Arenas, que durou menos de três meses, começamos a comprovar sua tese. A verba extraordinária solicitada para esta expedição foi de trinta contos de réis – praticamente a mesma quantia destinada ao orçamento anual do Observatório –, e o governo ainda colocou à disposição de Cruls um navio de guerra comandado por um dos mais experientes comandantes da Marinha imperial, Luiz Felipe Saldanha da Gama. Através de inúmeras cartas enviadas por Cruls à sua esposa, ficamos sabendo ainda que em Punta Arenas, na época um acanhado vilarejo, os cientistas brasileiros ficaram hospedados em local relativamente confortável, a residência do comerciante José Nogueira, e tiveram a oportunidade de participar de diversos jantares oferecidos pela elite local. Finalmente, a lista de mantimentos levados por Cruls na longa viagem de navio revela o cuidado com seu conforto pessoal, e um padrão de consumo mais próximo do pai de uma família burguesa brasileira do que de um cientista com espírito aventureiro ou missionário. Essa lista foi exibida ao público na exposição e convém reproduzi-la aqui:

laranjinha”, chocolate, goiabada, doce de pitanga, biscoitos, passas, manteiga, queijo do Reno, tâmaras, licor de anis, licor Chartreuse, conhaque fino de Champagne, mostarda inglesa, vinho fino do Pôrto, chá preto, chá verde, mortadela, patê de lebre, figos, salame, cajuzinho de vinho, café, açúcar. (Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2004, p. 23)

Já a primeira expedição de Cruls ao Planalto Central e a viagem à Amazônia, ambas com objetivos geográficos, se estenderam durante nove e onze meses, respectivamente. As duas igualmente receberam apoio governamental, e até onde foi possível Cruls e os demais membros da equipe puderam contar com trens e navios à sua disposição, além da hospitalidade dos habitantes locais. No entanto, à medida que acentuavam-se o isolamento e a precariedade de meios de transporte nas regiões visitadas, os atrasos e as dificuldades aumentaram consideravelmente, imprimindo àquelas missões um caráter de aventura – e eventualmente de tragédia. Vejamos por exemplo do o depoimento de Cruls a respeito da

penúltima etapa da viagem à fronteira com a Bolívia (a última etapa teve que ser percorrida a pé, através de picadas abertas no meio da mata virgem)⁴.

*Difícil seria imaginar-se o que foram 52 dias de viagem em canoas, tripuladas por praças do exército, as quais, embora cheias de boa vontade e de admirável energia, nenhuma prática tinham do manejo dos remos e do governo de uma embarcação, vencendo a correnteza de um rio que se achava obstruído por uma infinidade de obstáculos! [...] O encalhe, por vezes, era tão rude e difícil, que exigia o auxílio do pessoal das demais canoas, e, como tal incidente reproduzia-se várias vezes durante o dia, e mais freqüente se tornava à medida que íamos subindo o rio, não há nenhum exagero em dizer-se que o pessoal passou dentro d'água grande parte da penosa viagem.*⁴

Considerações finais

A documentação depositada nos arquivos museológicos e, em particular, nos arquivos dos museus de ciências, como o Museu Nacional e o MAST, é farta e bastante diversificada. Por isso mesmo ela constitui fonte importante para a pesquisa em história das ciências no Brasil. Através dos exemplos acima tentei defender a idéia de que ela pode ser utilizada, sob diferentes abordagens, para a escrita de uma história institucional das ciências e eventualmente também de biografias científicas. Acredito porém que é sob uma perspectiva construtivista, com ênfase nas práticas científicas, que essa documentação pode dar uma contribuição original à interpretação histórica, modificando nossa compreensão sobre aspectos específicos do trabalho cotidiano dos cientistas em geral omitidos ou deformados nos relatórios oficiais e publicações técnicas.

Notas

1 - Este trabalho é fruto de uma palestra realizada a convite de Marcus Granato, a quem devo portanto um sincero agradecimento.

2 - A história das ciências levada a cabo por autores marxistas desde os anos 30 não se enquadrava evidentemente neste estereótipo; todavia, por ter reproduzido a distinção entre

“conteúdo” e “contexto”, tendeu a ser igualmente rejeitada pelas novas gerações de sociólogos e historiadores das ciências.

3 - Os debates parlamentares a propósito da passagem de Vênus foram tema de minha dissertação de mestrado. Cf.: (Barboza, 1994).

4 - *Renascença*, ano I, n. 10, 1904. p. 194. Acervo MAST, arquivo Luiz Cruis, LC.I.0029.

Referências bibliográficas:

Azevedo, F. (1994). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

Barboza, C. H. (1994). O Encontro do Rei com Vênus; a trajetória do Observatório do Castelo no ocaso do Império. *Dissertação de Mestrado (História)*. Niterói: ICHF/UFF.

Bonnell, V., & Hunt, L. (1999). *Beyond the cultural turn; new directions in the study of Society and Culture*. Berkeley, London: University of California Press.

Burke, P. (2005). *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Cazelli, S., & al. (1999). *Tendências pedagógicas das exposições de um Museu de Ciência*. Acesso em 25 de agosto de 2008, disponível em <http://www.cciencia.ufrj.br/Publicacoes/Artigos/Seminario/Art.Sem.Internacional.99%20Sibeledoc>.

Chartier, R. (1990). *A História Cultural, entre práticas e representações*. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil.

Dantes, M. A. (2001). *Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Figueirôa, S. (1997). *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. São Paulo: Hucitec.

Golinski, J. (1998). *Making Natural Knowledge; constructivism and the history of science*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hunt, L. (1992). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes.

Le Goff, J., & Nora, P. (1976). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Lopes, M. M. (1997). *O Brasil descobre a pesquisa científica; os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec.

Museu de Astronomia e Ciências Afins. (2007). Arquivo Luiz Cruls. *Inventário*. Rio de Janeiro: MAST.

Museu de Astronomia e Ciências Afins. (2004). Luiz Cruls, um cientista a serviço do Brasil. *Catálogo de exposição*. Rio de Janeiro: MAST.

Pang, A. (2002). *Empire and the Sun; Victorian solar eclipse expeditions*. Stanford: Stanford University Press.

Pestre, D. (1996). Por uma nova História Social e Cultural das Ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/UNICAMP*, v. 6, n. 1, pp. 3-56.

Saldaña, J. J. (2000). Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina. In: Figueirôa, S. F. (org.). *Um olhar sobre o passado; história das ciências na América Latina*. Campinas: Ed. Unicamp. pp. 11-31.

Videira, A. A. (2003). *Henrique Morize e o ideal de ciência pura na República Velha*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

TEMA: ARQUIVOS HISTÓRICOS EM MUSEUS

Arquivos Históricos de Museus: O arquivos de história da ciência do MAST

Maria Celina de Mello e Silva

O Arquivo Histórico no Museu Histórico Nacional

Rosângela de Almeida Costa Bandeira

Nota Biográfica

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (1987) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2007). Atualmente é arquivista do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Tem experiência na área de Arquivologia, com ênfase em Organização de Arquivos pessoais, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivo de ciência e tecnologia, preservação de arquivos, organização de arquivos, memória científica e disseminação de acervos.

Rosângela de Almeida Costa Bandeira

Responsável pelo Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional (funcionária do Museu Histórico Nacional há 26 anos). Arquivista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Pós-graduada em Gestão da Cultura com Ênfase em Marketing Cultural. Pós-graduada em Higienização e Conservação de Acervo Arquivístico pelo Arquivo Nacional. Pós-graduada em Didática do Ensino Superior. Conselheira e Diretora Cultural do Memorial Visconde de Mauá. Membro do Instituto Genealógico da Bahia. Sócia da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB-RJ). Sócia da Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP). Licenciada e bacharel em Letras - Português/Literaturas (Brasileira e Portuguesa) pela PUC-RJ.

Arquivos históricos de Museus: o Arquivo de história da Ciência

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Para abordar o tema proposto, o primeiro ponto a ser visto é o entendimento do que é um arquivo, quais são suas características e funções, para entendermos o que representa dentro de uma instituição museológica.

O conceito de arquivo a ser apresentado é o da Lei 8.159¹, que é uma lei moderna em relação a outros países, já prevendo arquivos pessoais como sendo de interesse público, e a gestão de documentos. O artigo 2 da Lei considera arquivo

o conjunto de documentos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de exercício de atividades específicas, bem como por uma pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Costuma-se diferenciar o documento de arquivo do documento de biblioteca, por exemplo – há um pouco de confusão entre esses limites: o documento de arquivo é produzido por uma instituição para executar suas atividades. Seja qual for a instituição, de qualquer área, ela tem uma missão. Para executar esta missão, ela precisa executar uma série de atividades, tanto específicas de área fim, quanto de suporte, da área administrativa, chamadas de atividade-meio. Para tal, ela necessariamente produz documentos. Assim, esses documentos são testemunhos destas atividades, são a prova de que determinadas atividades foram executadas. Então, podemos dizer que o documento de arquivo é aquele produzido e acumulado para a execução das atividades institucionais. O documento de arquivo está muito ligado ao valor de prova, ao valor fiscal e legal. E, num segundo momento, ao valor histórico. Quando ele é criado, é feito para cumprir um objetivo imediato. Se daqui há 10 ou 100 anos ele vai adquirir um valor histórico, isto é um valor a ser atribuído, mas ele não se propõe a isto quando é criado.

O documento de arquivo guarda estreita relação com a atividade que lhe deu origem, formando com ela uma unidade. Significa que aquela atividade da instituição está representada naquele documento.

Os documentos de arquivo possuem algumas características, que estão muito ligadas à Diplomática, ciência criada na época medieval, voltada para o estudo da autenticidade dos documentos. Uma das características seria a imparcialidade. O documento de arquivo seria imparcial com relação à forma como foi criado, à circunstância de sua criação, e não à intenção de uso futuro que ele terá. Eles fornecem provas originais porque são decorrentes de fatos, são produzidos para o desenvolvimento de atividades e dentro de determinadas circunstâncias.

Outra característica seria a autenticidade – o documento de arquivo é criado de acordo com regras e procedimentos do produtor, possuindo elementos que o identificam. A maneira como os documentos são produzidos autentica-os.

A característica da naturalidade é polêmica na área arquivística. Há os que defendem que a produção de documentos é natural, há os que defendem que não, alegando que há sempre uma intenção por trás. Mas, na verdade, há uma confusão pois a naturalidade não está no conteúdo do documento, e sim na sua produção. Os documentos são produzidos pelas atividades de um organismo e são testemunhos dessas ações, que visam cumprir as metas e os objetivos institucionais. Estamos falando de produção de documentos.

Uma outra característica de documento de arquivo é a organicidade ou relação orgânica entre os documentos. Um documento de arquivo é sempre descrito no seu conjunto. Raramente descrevemos um arquivo institucional pela unidade. Descreve-se um conjunto de documentos, um processo, uma etapa, uma série documental. A relação que um documento mantém com o seu contexto é fundamental para a descrição arquivística. Um documento retirado de seu contexto perde muito do seu valor e do seu significado. Vale lembrar que esta apresentação está voltada para arquivos institucionais e não arquivos pessoais. Se numa instituição os documentos estão embaralhados, eles não dizem muito sozinhos, porque eles não informam sobre o contexto. Quando falamos de documento de arquivo, o contexto, às vezes, é mais importante do que o documento. Quando o documento isolado é colocado dentro do seu contexto de criação, ele passa a fazer sentido, porque os demais documentos o contextualizam.

A última característica a ser considerada é a unicidade. Ela significa que cada documento é único e cada um tem um único lugar dentro de seu contexto. A posição dele dentro dessa lógica da organização é o que lhe dá sentido. Outros autores apontam que são

únicos porque não são produzidos em série, e não são publicados, sendo produzidos em apenas um exemplar.

A organização dos documentos de arquivo deve respeitar alguns princípios da Arquivologia. O princípio de respeito aos fundos foi estabelecido após a Revolução Francesa em 1789. As lutas para o estabelecimento de novos territórios geraram problemas com a documentação produzida por cada um. Começou-se a receber documentos de diversas províncias que resultaram em novo país. Decidiu-se que não se pode misturar as proveniências. Este princípio resolveu alguns problemas territoriais e começou a ser adotado também em outros países porque parecia um princípio lógico. Também é chamado de Princípio de Respeito aos Fundos. As diferentes entidades produtoras são chamadas de fundos.

Na área arquivística, muitos procedimentos são regidos pela legislação. Há legislação para determinar prazos de guarda, sanções para destruição de documentos públicos, classificação dos documentos em secreto e sigiloso, dentre outras. Os arquivistas que trabalham em órgãos públicos têm que seguir esta legislação.

A lei do meio ambiente² prevê punição para casos de destruição de arquivos, bibliotecas e museus.

O outro princípio da arquivística é a teoria das Três Idades, hoje controlada pelo que se chama gestão de documentos. A palavra arquivo, em inglês e francês, é usada para o arquivo de caráter permanente. Os documentos que estão sendo produzidos hoje pelos governos não eram vistos como arquivo. Em inglês, por exemplo, existe a distinção entre o termo “archives” e “Record manager”, este último usado para documentos correntes e intermediários. Se hoje um documento produzido há 100 anos tem um valor histórico, ao ser criado ele não tinha essa proposta, o objetivo de sua criação foi outro, foi um ato administrativo, para comprovação de alguma atividade da instituição ou da pessoa. Mas, com o passar do tempo, ele assumiu um outro valor, o histórico. E então, percebeu-se que o que estava sendo produzido hoje poderia se tornar histórico no futuro. Desta maneira, começou-se a pensar por que o arquivista deveria atuar somente quando o documento já é considerado histórico, e não desde a sua produção, criando critérios para o documento no sentido de valorar, com um mínimo de julgamento? A tendência hoje, para um sistema de avaliação e seleção, não é só avaliar o documento, mas também a atividade. Por exemplo, o MAST tem uma série de atividades. O que se mapeia hoje são as atividades e, dentro delas,

quais as que testemunham a sua atuação. Com isso, estabelece-se um prazo de validade para os documentos. Se um documento de arquivo é testemunho de uma atividade, então é preciso avaliar também esta atividade. A teoria das três idades quer dizer que é necessário começar a tratar dos documentos desde a sua produção, e não apenas quando chegam aos arquivos permanentes.

As três idades seriam: a fase corrente, onde o documento é produzido e enquanto está em vigência, em trâmite. São produzidos nos serviços, nas divisões e, enquanto está na fase corrente, o documento permanece onde foi produzido ou em trâmite. Mas chega uma hora que o documento produzido não está mais corrente, porém ainda não está no momento de ir para uma guarda permanente porque ainda pode ser passível de uma consulta durante um determinado tempo. É a fase que chamamos de intermediária. O arquivo intermediário representa uma fase que nem todas as instituições adotam, porque é preciso ter uma estrutura para tal: espaço físico diferenciado e equipe. Aqui seria o limbo, o documento ainda não está em condições de ir para sua destinação final: eliminação ou guarda permanente. O intermediário pode ser 6 meses, 1 ano, 10 anos e, nos casos de documentos sobre recursos humanos, pode ficar 80 anos numa guarda intermediária.

O permanente é a guarda definitiva. Todo documento que entra no arquivo permanente não pode ser descartado, pois é de caráter legal, fiscal, probatório, valor informativo, educativo ou histórico. Por isso, a lei prevê prazos de guarda para os de caráter administrativo, que são mais ou menos padronizados nas instituições. Na área meio é mais fácil de calcular prazos, pois tratam do mesmo assunto: infra-estrutura física, pessoal, orçamento, finanças, material etc. Mas para a área fim da instituição, cada uma estabelece seus prazos. A tabela que está sendo elaborada para o MAST não servirá, por exemplo, para o Museu Histórico Nacional.

Antes a avaliação era feita apenas considerando-se o conteúdo do documento. Porém, não se tem como prever a sua importância daqui a 100 anos. Isto é um problema. Partindo do princípio de que não se pode guardar tudo - não existe depósito capaz disso - é preciso fazer uma avaliação o mais criteriosa possível. E esses critérios somos nós que temos que estabelecer. Falarei da avaliação mais adiante.

O arquivo institucional, geral ou histórico - não importa o nome - é o local onde se guardam os documentos que não podem ser eliminados. O termo arquivo morto é muito utilizado por empresas, mas, na verdade, é o arquivo institucional, é o arquivo da instituição.

O que existe é muita falta de informação, de se saber o potencial que tem a documentação que não está mais em uso corrente nem intermediário. No caso do MAST, a importância é para a história da ciência. As empresas deveriam se dar conta do valor de um arquivo bem organizado e estruturado, e da economia em termos de custo-benefício.

A lei de arquivo que mencionei, de 1991, define no seu artigo 3º, a gestão de documentos como “o conjunto de procedimentos e operações referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Mas como saber se o documento será eliminado ou irá para a guarda permanente? A uma parte já respondi: a resolução do CONARQ³ estipula prazos para a guarda dos documentos da área-meio da administração pública do Poder Executivo Federal, e é usada como modelo para toda administração. A tabela proposta para a área meio deve ser adaptada a cada instituição, que deve criar sua própria tabela para as áreas fim. Uma vez criada a tabela – considerando-se as funções e atividades e não os setores e divisões internas, porque a instituição é dinâmica e a divisão pode se alterar – mapeiam-se os documentos e seus prazos. São os setores e os responsáveis pelas atividades que determinarão os prazos de guarda. Não é o arquivista nem o diretor que determinarão, mas sim, as pessoas envolvidas em cada área. É um trabalho conjunto, pois o arquivista não tem a clareza de todas as áreas. Para isso, o Arquivo Nacional determina a criação de uma Comissão Interna de Avaliação e Descarte de Documentos.

Outra informação importante é que não se pode jogar fora documento público sem o aval do Arquivo Nacional. O procedimento de uma instituição é o de montar uma tabela de temporalidade, encaminhar para a avaliação e aprovação do Arquivo Nacional. Uma vez aprovada, o Arquivo Nacional emite uma aprovação que é publicada em Diário Oficial, concedendo um prazo de no mínimo 30 dias para que as pessoas possam se manifestar. Findo este prazo, novamente se publica no Diário Oficial a destruição, que deve ser por trituração ou incineração.

Não se pode descartar documento público somente pela vontade. O que desejo mostrar é que os arquivos têm procedimentos regidos por Lei, não se pode trabalhar seguindo vontades próprias ou de maneira irresponsável.

Após essa introdução, entramos na questão dos arquivos de museus. Para iniciar, vale uma explicação sobre a diferença entre arquivo e coleção. Os museus trabalham com coleções. O que vimos até agora é que os documentos de arquivo não são colecionados, eles

são produzidos pela instituição e existe legislação respaldando as atividades. Mas os museus colecionam documentos que, muitas vezes, foram retirados de seu contexto por diversas razões, e foram vendidos ou doados a museus, arquivos e bibliotecas. Assim, eles acabam sendo considerados como peças isoladas, recebendo tratamento individualizado.

No caso do MAST, existem as duas situações: tanto há produção de documentos institucionais que o Arquivo de História da Ciência recolhe, como também coleção de documentos. Consideramos coleção a múltipla proveniência. O arquivo não é coleção porque é uma produção natural da instituição. A coleção vem de fora, de outras proveniências, de outras entidades produtoras que não o MAST. Para Bellotto coleção “é a reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica em comum”. No MAST, a característica comum é a de serem documentos pessoais de cientistas.

Os arquivos de instituições museológicas, em geral, possuem essa dupla função: recolher e colecionar. O que percebo é que os arquivos de museus têm essas duas missões. O Arquivo de História da Ciência recolhe documentos institucionais de guarda permanente, e coleciona arquivos pessoais de cientistas. Esses documentos possuem valor histórico, valor este que não é mais aquele para os quais foram criados. O valor histórico é o que interessa ao AHC, pois é um serviço voltado para a área fim da instituição: pesquisa na área de história da ciência. E é o mesmo interesse histórico de outros museus também.

Chegamos a um ponto muito importante: alguns museus separam o arquivo institucional do arquivo histórico. O MAST tem no Arquivo de História da Ciência as duas funções sendo realizadas no mesmo setor, pela mesma equipe. O objetivo é separar os dois arquivos, mas a realidade é que ainda não foi possível fazê-lo, é preciso ter estrutura e equipe. Hoje, não há condições para tal. Mas há a vontade e a determinação de se caminhar para isto porque os dois arquivos necessitam de procedimentos diferenciados. O arquivo institucional está preocupado com o documento desde sua produção nos setores, controlando a sua tramitação. E o outro trabalha com coleções, com compra, doação e comodato de acervos. São outros procedimentos e funções. Portanto, esses dois arquivos podem e devem ser separados, mas isso depende da estrutura da instituição para tal.

O arquivo institucional geralmente é ligado à área meio. Isto não é certo nem errado. É quase natural que seja ligado à administração porque o arquivo institucional está recebendo a documentação da instituição, controlando sua produção e com procedimentos burocráticos

de gestão até a guarda permanente. Porém, em outras instituições, o arquivo institucional está ligado à área fim. O que irá determinar é a estrutura institucional. Muitas vezes, não há arquivistas na instituição e é outro profissional que cuida dos documentos. No caso do MAST, o institucional está sob a responsabilidade da área fim.

Já o arquivo histórico, em geral, é vinculado à área fim. O MAST foi criado em 1985, é relativamente recente, com o objetivo, dentre outros, de preservar acervos de caráter histórico na área de ciência e tecnologia. Quando foi criado já havia um arquivo pessoal de cientista no acervo. Na ocasião, sua estrutura era composta por três coordenações: pesquisa e documentação; museologia; e administração, com uma equipe pequena. A estrutura administrativa não era como hoje, pois o Museu foi criado dentro do CNPq sem autonomia financeira. As questões administrativas e jurídicas eram resolvidas pela Agência Regional do CNPq no Rio de Janeiro. A administração do MAST funcionava mais como um suporte administrativo para o CNPq. Não existia um arquivo. Uma instituição não é criada para ter um arquivo, ele é uma consequência da instituição. Assim, ele é uma ferramenta da administração e, sobretudo, da instituição, a partir do momento em que possui uma documentação estruturada, organizada e disponível para se resolver qualquer questão. Por isso os documentos existentes na criação do MAST ficaram com o Departamento de Pesquisa e Documentação, área fim da instituição.

Com o passar do tempo, incorporando a documentação que, aos poucos, foi sendo recuperada nos diversos prédios do campus, foi se constituindo o acervo do Arquivo do MAST. Era preciso espaço físico para tal, que não existia. Foi feita uma adaptação em uma antiga garagem para ser um depósito de arquivo com a intenção de ser provisório para, posteriormente, se providenciar em espaço mais adequado. Este provisório já se estende por 20 anos. As salas ao lado do depósito foram organizadas para funcionarem como salas de trabalho e consulta. Isto ocorreu em 1996. Em 1997, o Museu já estava mais estruturado e dividido em quatro áreas fins: pesquisa (em história da ciência); informação e documentação (com uma divisão de arquivo e outra de biblioteca); dinamização (incluindo museologia, observação astronômica e projetos educacionais); e administração (com suas quatro áreas: pessoal, material, serviço geral e financeiro). Mais tarde, a área de dinamização se dividiu em duas: museologia e educação.

O Arquivo de História da Ciência somente recebeu este nome em 1996. Era divisão e depois serviço de arquivo. Mas desde o início do Museu ele teve a dupla função de recolher os documentos permanentes do MAST e o de receber acervos de fora da instituição.

Hoje, com a perspectiva de mudança para um novo prédio ora em construção, os depósitos do Arquivo de História da Ciência terão condições mais adequadas de conservação, aumentando a sua capacidade de guarda em até 4 vezes.

Para concluir, espero que esta breve apresentação possa contribuir para a compreensão do tema desse colóquio e do papel do Arquivo de História da Ciência no MAST.

NOTAS

1 Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991 – Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

2 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. No artigo 62 explicita: “Destruir, inutilizar ou deteriorar: I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial; II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial; Pena - reclusão, de um a três anos, e multa. Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa”.

3 CONARQ. Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública. (D.O.U, 08/02/2002). **Revoga Resolução nº 4/1996 e nº 8/1997.**

O Arquivo Histórico no Museu Histórico Nacional

Rosângela de Almeida Costa Bandeira

Em 1922 o Museu Histórico Nacional – MHN – foi criado para reunir em uma única instituição pública todas as relíquias¹ relacionadas ao passado histórico do Brasil. Com esta missão o MHN passou a reunir acervos vinculados à história do Brasil, que formam os registros desta história através dos tempos².

No início de suas atividades o MHN recebeu a transferência de diversos acervos de outras Instituições, que foram tratados de forma única, não havendo diferenciação entre documentos em suporte papel e objetos tridimensionais³. Isto se deveu pelo acúmulo de serviço para os técnicos da época, consumindo muito tempo e energia para a classificação do acervo transferido.

O Crescimento do Acervo

Fonte Histórica de Documentos (1924/1950)

Ao longo da década de 20 até o início dos anos 50 o acervo do MHN cresceu significativamente, passou de 2.476 objetos catalogados em 1924, para mais de 10 mil objetos. Os documentos em suporte papel eram expostos junto com os objetos tridimensionais, tendo à mesma consideração e manuseio que estes últimos⁴. O intuito principal, neste período, era de atender a visitantes e não a pesquisadores, colocando o público em contato com todo o acervo existente na época.

Um outro motivo que justifica esta situação era a ausência do espaço físico. Desde sua criação, o Museu enfrentou grandes dificuldades relacionadas às suas instalações. No início contava apenas com duas salas e, aos poucos, foi se expandindo, disputando espaço com outros órgãos de repartições públicas, também instaladas no prédio do Arsenal de Guerra.

No final da década de 30, os relatórios anuais narram as dificuldades de conservação dos registros sobre suporte papel⁵.

Nessa época, não havia nenhuma referência sobre a existência de um arquivo. Todas as transferências de acervo, as aquisições e as transferências de documentos não expostos que faziam parte de outras seções, foram dando origem a um acervo documental e a uma identidade conceitual antes inexistente.

O Acervo Arquivístico – Como Tudo Começou

Todo o acervo possuía a mesma importância e a mesma classificação: eram reconhecidos como provas reais de que os acontecimentos históricos ocorreram e que os indivíduos que existiram e transitaram em nosso país, fizeram história.

A ausência da separação entre os objetos tridimensionais e os documentos em suporte papel na hora de classificá-los ocorreu porque os funcionários e técnicos possuíam a atenção voltada para delimitar e demarcar o espaço a ser ocupado pela nova instituição. Eles precisavam formular justificativas que suportassem as transferências dos acervos pertencentes a outras instituições públicas para o MHN.

Os museus iniciam e mantêm seus arquivos, que formam o perfil e as características da organização a qual se referem. Os arquivos propiciam e permitem a recuperação do passado institucional, pois a história da instituição fica eternamente preservada⁶.

O MHN possui dois arquivos. Um arquivo que contém em seu acervo não só informações e documentos relacionados à área museológica, como também ligados às decisões e aos acontecimentos administrativos da instituição, preserva os registros gerados pelas diversas áreas do museu. Este arquivo é chamado de *Arquivo Institucional*⁷.

O MHN não possui somente este arquivo. O *Arquivo Histórico* do MHN cuida e trata de um outro tipo de acervo, lida com séries documentais e com fundos. Preserva documentos registrados em suporte papel, que possui igual ou superior importância para a sociedade.

Esses dois arquivos estão sob a responsabilidade de equipes diferentes:

O Arquivo Institucional é vinculado à área meio, enquanto que o Arquivo Histórico faz parte da área fim.

A Formação do Arquivo e a Origem do Conceito de Documentos

Em relatório datado de 1945 é possível identificar, pela primeira vez, o uso da palavra “Arquivo”. A palavra referia-se a um local, no qual se “acumula a documentação que foi transferida das salas de exposição. (...) O arquivo central constitui verdadeira seção autônoma, subordinada à chefia do Museu”.

Uma das justificativas mencionadas nos relatórios para defender a retirada dos documentos das exposições e sua transferência para a secretaria do MHN é a de que a documentação manuscrita e iconográfica estava sofrendo um processo de deterioração.

Em 1945 houve, pela primeira vez, uma diferenciação entre objetos tridimensionais e documentos em suporte papel, isto porque o tratamento empregado ao acervo documental difere totalmente do empregado a objetos tridimensionais⁸.

Com base nesta diferenciação do acervo, os itens passavam a ter um lugar definido e a relação com o visitante ocorria de forma diferente. Os objetos museológicos eram expostos em vitrines nas salas de exposição – havendo um contato mais direto com o visitante. Os documentos arquivísticos passaram a ficar guardados na secretaria do MHN – o visitante já não podia mais vê-los diretamente, mas para consultá-los necessitava efetuar uma busca pela ficha do mesmo, armazenada em um outro arquivo.

No relatório datado de 1949 tem-se registrada, pela primeira vez, a possibilidade de consulta ao acervo documental já separado do acervo tridimensional⁹.

A Criação e o Desenvolvimento do Conceito (1954/1984)

Em 1954 um novo regimento interno do MHN foi aprovado criando a Divisão de Documentação¹⁰ composta por três seções: a Biblioteca, a Seção de Arquivo e o Gabinete de Fotografia, com isto o acervo ficou dividido entre acervo histórico e artístico, acervo numismático e acervo documental¹¹.

O acervo documental englobava todo tipo de registro em suporte papel, tanto objetos arquivísticos quanto objetos bibliográficos.

No regimento de 1975¹² identifica-se que o Arquivo passou a contar também com a nomenclatura de Histórico, passando a ser chamado de Arquivo Histórico, denominação esta mantida até os dias atuais.

O Tratamento Técnico e a Reestruturação do Conceito de Documentação (1982/1990)

A partir de 1982, começaram a surgir novos conceitos e práticas¹³ que tinham como objetivo final modernizar e especificar a noção de documento em uso na instituição, assim como o tratamento técnico empregado ao acervo documental.

Em 1983, a equipe técnica¹⁴ desenvolveu uma metodologia própria para o tratamento técnico do acervo arquivístico. Surge então a noção de documento como suporte de informações e não apenas como suporte papel.

Todo o museu passa a ser imaginado e a funcionar como estrutura de um sistema de informações, organizando-se de forma a garantir, principalmente, o acesso dos visitantes e do público em geral à informação por ele armazenada.

Unido ao conceito de cultura, a nova visão do conceito de documento sendo entendido como suporte de informação, substituiu o conceito de relíquia histórica e o de documento suporte papel.

Em 1987 foi criado o Departamento de Acervo, responsável pelas

*atividades de documentação, que consistiam em reunir, selecionar, armazenar, classificar, catalogar, indexar, recuperar e disseminar o acervo das mais diversas naturezas. (...) vistos como importantes fontes de pesquisas, [os acervos] vêm impondo à organização do departamento um verdadeiro sistema de informação (...) desenvolvendo metodologia e instrumentos que permitem recuperar a informação de forma mais eficiente*¹⁵.

Atualmente o acervo do Arquivo Histórico do MHN está estimado em mais de 60.000 documentos. Esses documentos estão organizados por coleções, arranjas por titular, por assunto ou espécie documental.

Algumas das coleções são de elevada qualidade e originalidade, principalmente no que tange à iconografia, em seus diferenciados tipos de suporte.

Os instrumentos de busca e recuperação de informações já definidos e implantados, tornam as pesquisas mais fáceis e rápidas, podendo os pesquisadores alcançar os resultados esperados. Esta facilidade no acesso à informação do acervo, sob a guarda do Arquivo Histórico, foi sempre um dos objetivos do MHN. Não restringindo unicamente o acervo ao Arquivo, representando a função social da Instituição com a preservação do patrimônio histórico-cultural.

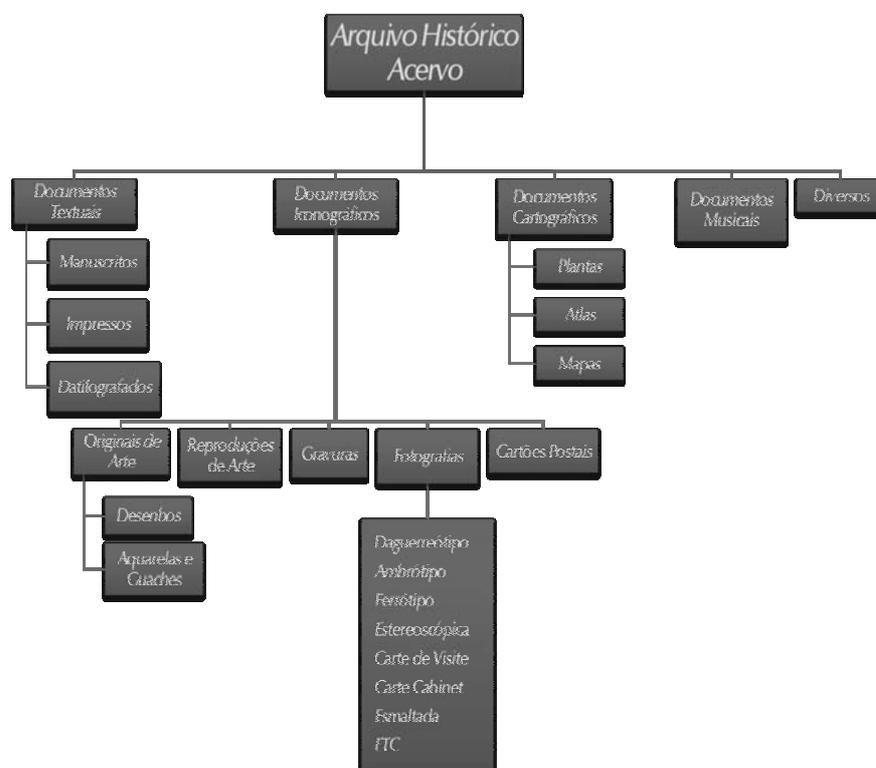


Figura 1: Organograma - Arquivo Histórico Acervo

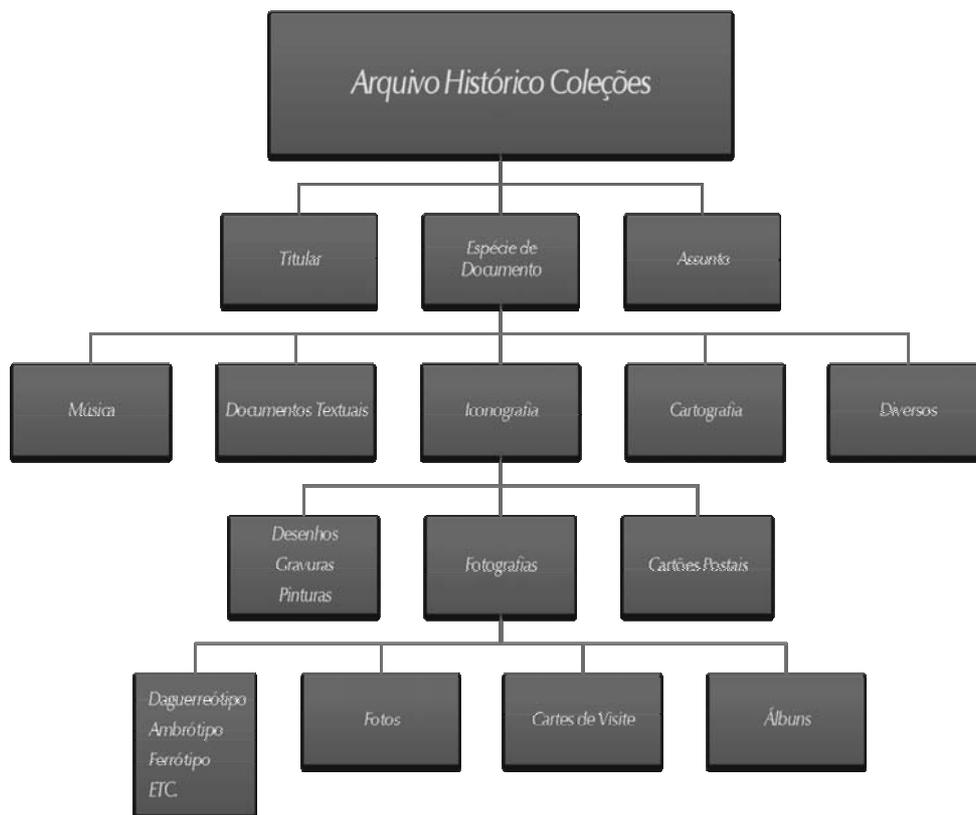


Figura 2: Organograma - Arquivo Histórico Coleções

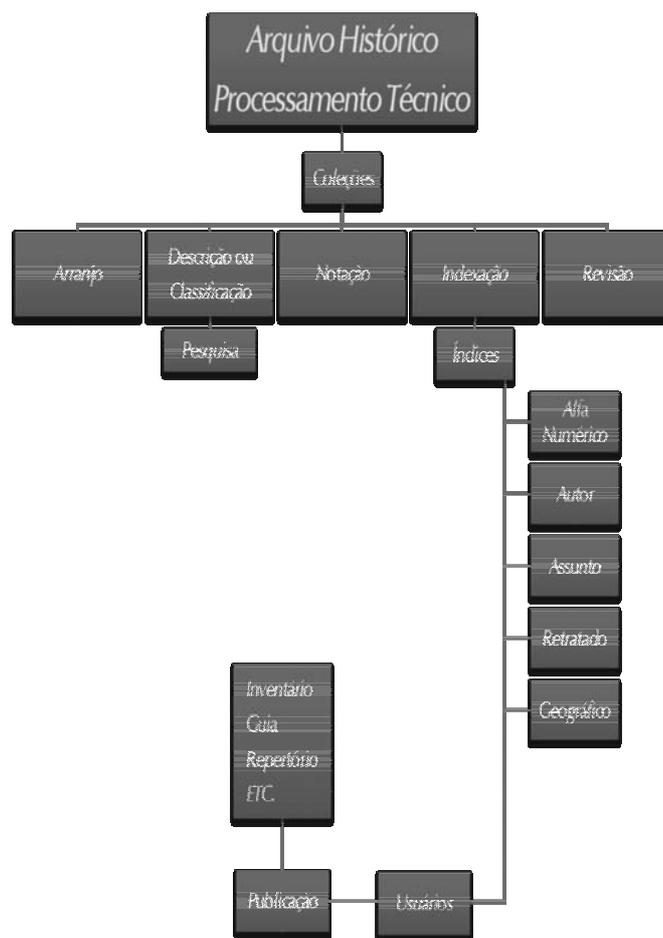


Figura 3: Organograma - Arquivo Histórico Processamento Técnico

Notas:

1. POMIAN, K. Coleção. Em: ROMANO, R. (org.). **Enciclopédia Einaudi**. vol.1. Lisboa: Imp. Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.64.
2. Para a aplicação do conceito, v. BARROSO, G., apud DUMANS, A. **A idéia da criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Gráfica Olímpica, 1947. Por exemplo: O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis, - espadas que tenham rebrilhado à luz nevoenta das grandes batalhas (...); lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos (...), e golpearam, com Andrade Neves, os quadrados paraguaios do Avaí (pp.4-5).
3. “O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e início do século XX, ser o fundamento do fato histórico (...) parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica”. (LE GOFF, J. Documento/Monumento. in ROMANO, R. (org.) – Op. cit., p.96). Pode-se acreditar que os “documentos tridimensionais”, tanto quanto os documentos de arquivo, uma vez localizados, passavam por alguma espécie de crítica. Esta lhes certificava a autenticidade, que dizer, legitimava sua incorporação ao acervo do museu.
4. BRASIL, Museu Histórico Nacional-**Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, 1924. O Catálogo trata todos os itens expostos como objetos, não fazendo nenhuma distinção entre objeto tridimensional e registro sobre suporte papel. Entretanto, todos os itens relacionados na Secretaria, Sala do Diretor e Sala de Conferências, com três ou quatro exceções, constituem itens do último tipo.
5. “Apesar da limpeza cuidadosa e constante, algumas preciosas relíquias têm sido atacadas pela umidade e por insetos de todos os tipos. Resulta daí sua deterioração, em alguns casos irremediável. (...) Algumas litografias e fotografias se encontram em muito mau estado.” BRASIL, Museu Histórico Nacional-Relatório da Direção para o ano de 1938., p.6. pp.3-15. Acervo do Arquivo Institucional.
6. DEISS, W. A. **Museum archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivists, 1984, p. 8.

7. Trata-se do Setor de Apoio Administrativo, criado pelo Regimento Interno de 1987. Hoje Arquivo Institucional e divide-se em duas áreas distintas: Arquivo Corrente e Arquivo Permanente. Parte da documentação deste último, aquela diretamente relacionada com o acervo museológico, encontra-se alocada em um setor especializado, o Setor de Controle do Patrimônio.

8. São relacionadas oito espécies documentais: diplomas, cartas particulares, mapas e plantas, publicações impressas, cartas patentes e documentos oficiais, fotografias e litografias e diversos.

9. “Possuindo hoje o Museu uma seção de Arquivo, para lá foram encaminhados os documentos retirados das salas, onde poderão ser consultados a qualquer momento pelos interessados”. (BRASIL, Museu Histórico Nacional – Relatório da Direção para 1949. Acervo do Arquivo Institucional.

10. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura-Regulamento do Museu Histórico Nacional, cap. II, art.2.

11. Idem, ibidem, cap.III, art.9.

12. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura-Regimento Interno do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 1975.

13. A criação da FNPM deu-se em 1981, como coroamento de uma série de estudos e experiências que visavam à modificação do conceito de patrimônio histórico no Brasil. O conceito que passa a ser adotado é o de bem cultural, ou seja, qualquer bem, material ou não, que represente, de alguma forma, a dinâmica e a tradição cultural do povo brasileiro. No caso dos museus, e particularmente do Museu Histórico Nacional, tal conceito substituiu os de relíquia e de documento.

14. BRASIL, Museu Histórico Nacional-**O que deve ser entendido por Coordenadoria de Tratamento Técnico do Acervo**. Rio de Janeiro, 1983 (mimeo).

15. BRASIL, Museu Histórico Nacional-O Museu Histórico Nacional. São Paulo, Banco Safra, 1989, p. 17.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Regulamento do Museu Histórico Nacional**.

_____. **Regimento Interno do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro. 1975.

BRASIL, Museu Histórico Nacional. **Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: 1924.

_____. **O Museu Histórico Nacional**. São Paulo, Banco Safra, 1989.

_____. **O que deve ser entendido por Coordenadoria de Tratamento Técnico do Acervo**. Rio de Janeiro: 1983. (mimeo)

_____. **Relatório da Direção para 1938**.

_____. **Relatório da Direção 1949**.

DEISS, W. A. **Museum archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivists, 1984.

DUMANS, A. **A. Idéia da criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. Em: Romano, R.(org) **Enciclopédia Einaudi**, vol.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

POMIAN, K. Coleção. Em: ROMANO, R.(org.) **Enciclopédia Einaudi**, vol.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

TEMA: DOCUMENTAÇÃO EM ARTE E CIÊNCIA

Horizontes da informação em museus

Lena Vania Ribeiro Pinheiro

Documentação Museológica entre a arte e a ciência

Maria Lúcia N. Loureiro

Nota Biográfica

Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/ECO e mestre em Ciência da Informação, pela UFRJ e IBICT. Começou sua carreira acadêmica na UFPA, como professora de História da Arte. Desenvolve atividades de ensino e pesquisa, há mais de 20 anos, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT/MCT, onde é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-PPGCI. Atua em Grupos de Pesquisa e lidera o de Comunicação e Divulgação Científicas, que inclui a linha de pesquisa Comunicação e Informação em Museus, área na qual iniciou suas atividades como Coordenadora do Projeto Lygia Clark, no MAM- Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Publicou mais de 70 trabalhos, no Brasil e exterior, e tem orientado dezenas de alunos, no PPGCI e em outros programas e cursos de pós-graduação. Atualmente é também professora (colaboradora) do mestrado em Museologia e Patrimônio, da UNIRIO-MAST.

Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro

Bacharel em Museologia pelo Museu Histórico Nacional - atual Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1976) -, Mestre (1998) e Doutora (2003) em Ciência da Informação pelo IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua na Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Realiza pesquisas relacionadas à informação em arte, divulgação científica, linguagens expositivas e processos de musealização nos domínios da arte e da ciência.

HORIZONTES DA INFORMAÇÃO EM MUSEUS

Lena Vania Ribeiro Pinheiro

A seu modo, conjuntos e sistemas de objetos falam, argumentam e persuadem

(...) a coleção e seu sinal de sangue: a coleção e seu risco de tétano: a coleção que nenhum imita. Escondo-a de José, para que não ria nem jogue fora esse museu de sonho.

Carlos Drummond de Andrade

1. Noções introdutórias para compreensão do museu como um sistema de informação

Pensar os horizontes da informação em museus tem como ponto de partida e alicerce a noção de sistema, no seu desdobramento de sistema de informação e no entendimento do museu como um sistema de informação.

Enquanto em algumas áreas, sobretudo Ciência da Informação e Ciência da Computação, por razões distintas, sistema é conceito inerente aos seus estudos e atividades, em Museologia a sua incorporação, hoje amplamente adotada, pelo menos no exterior, se deve mais às tecnologias de informação e comunicação- TIC's, que funcionam como fator de aproximação de áreas, especialmente nas ações, na prática.

Em busca geral e superficial no Google¹, e em resultados por diferentes estratégias, o mais expressivo foi o de *information museum systems* (76.100.000 milhões de itens recuperados), seguido de *museum systems* (13.200.000), *information system in museum* (8.800.000) e *museum network* (7.540.000).

Mas nem sempre assim foi, pois autores como Will (1994)², na ocasião membro do CIDOC - Comitê de Documentação do ICOM - Conselho Internacional de Museus, constatavam que os propósitos de museus, diferentemente de bibliotecas, eram mais administrativos e menos voltados ao sistema de recuperação da informação. Ele atribuía esta

distinção à ausência de enfoque do objeto de museu como fonte de informação e exemplificava este fato também pela lacuna de catálogos públicos padronizados, o que não acontecia em bibliotecas.

No Brasil, Ferrez e Bianchini (1987)³, ao observarem que na Museologia havia pouco investimento em sistemas e na recuperação da informação, “por fatores internos e externos” ao seu campo de atuação, observaram que, conseqüentemente, “acervos museológicos não eram encarados, de modo geral, como fontes de informação”. É oportuno mencionar que a autora principal, Ferrez, já tinha título de mestre em Ciência da Informação, o que deve ter contribuído para esse enfoque diferenciado, há mais de 20 anos atrás.

No entanto, a noção de sistema de informação transcende as tecnologias, e nos museus expressaria a sua relação com o público, os visitantes, e a visão de seus objetos como fontes de informação.

A idéia de sistema é muito antiga, já integrava o pensamento grego clássico e sua própria etimologia, originária do grego *systema* (*synistanai*), traduz e abrange - ao significar “juntar, combinar” - o universo, a natureza, o outro.

Sua incorporação em diferentes ciências se deve principalmente à “Teoria Geral dos Sistemas- TGS”, de Bertalanffy (1968 apud Pinheiro, 1997)⁴, elaborada na década de 50, tendo por idéia central um sistema aberto, entre cujos elementos - entradas (recursos), saídas (resultados), realimentação (controle) e meio ambiente - o último representa o que está fora do sistema mas o influencia e traça seus limites e fronteiras, daí a sua importância.

Inversamente, a noção de comunicação esteve mais presente nos estudos museológicos, especialmente nos relativos a exposições, o que talvez possa ser atribuído à presença de profissionais oriundos dessa área, como Véron e Cameron.

Sistema é, ainda, noção essencial para se pensar a funcionalidade de museus e seus congêneres, e mesmo a interdisciplinaridade, que transcende as atividades dos profissionais desse campo.

Morin (1977)⁵ por exemplo, em seus estudos sobre transdisciplinaridade, aponta sistema como a primeira noção, enfatizando que, na sua condição de um “todo organizado”,

favorece e produz qualidades novas, não presentes nas partes separadas que, por sua vez, estabelecem conexões das partes ao todo.

Os conceitos de sistema e sistema de informação e sua relação com museus e seus objetos implicam na discussão de um conceito nucleador e que perpassa os organismos de memória, como bibliotecas, museus e arquivos - documento.

2. O conceito primeiro e nucleador: documento

Documento é conceito incorporado à Biblioteconomia desde sempre, mas inicialmente aprisionado pelos chamados suportes convencionais, sobretudo o livro.

Ainda no final do século 19, um advogado e documentalista de vanguarda, hoje considerado o pai da gestão da informação e precursor da Ciência da Informação, Paul Otlet, tinha uma visão bastante ampla de documento. Para ele, documento englobava toda a gama de produtos de informação que surgem e se expandem com a revolução industrial: artigos e relatórios científicos e técnicos, desenhos industriais, patentes, protótipos, cartões postais, fotografias, enfim, tudo o que não era considerado material de biblioteca (Pereira, 2000)⁶.

Em sua obra magistral, *Traité de documentation*, Otlet (1934)⁷ deixou registradas suas idéias inovadoras e revolucionárias, nas quais reconhecia os objetos de museus e novos documentos como fotografia, cinema, televisão, todos aqueles que, para ele, tinham propósitos semelhantes aos do livro - conhecimento.

E documentação seria, segundo Otlet, o “meio de colocar em uso todas as fontes escritas e gráficas do nosso conhecimento”, tanto que além do repertório bibliográfico lançou, em 1906, um repertório iconográfico universal que o complementava. Este repertório de imagens reunia materiais ilustrados em fichas ou folhas de papel padronizadas, segundo Rayward (1997)⁸, maior estudioso da obra de Otlet. É esclarecedor o fato de que Otlet mantinha, tanto com a *Library of Congress* quanto com o *British Museum*, atividades cooperativas para incorporação de fichas dessas instituições em seus catálogos, portanto, registros de seus acervos.

A visão abrangente e não discriminatória de Otlet pode ser exemplificada pelo *International Office of Documentation for the Polar Regions, for Hunting and Fishing for*

Aeronautics. De acordo com descrição de Rayward (1997)⁹, esse escritório de documentação era constituído por:

- “repertório bibliográfico nas áreas das especialidades;
- repertório de material ilustrativo como fotografias, desenhos e pinturas; e
- uma biblioteca abrangente”.

Quanto ao tipo de documento, também era bastante diversificado: trabalhos literários, separatas de artigos, recortes de jornais, documentos parlamentares, relatórios, prospectos de estabelecimentos industriais e manuscritos”, livros, brochuras, periódicos, gravuras e mapas, além de objetos de caça e pesca (Rayward, 1997)¹⁰.

Este é um exemplo que ilustra o pensamento de Otlet, na articulação de documentos de bibliotecas, arquivos e museus, de forma integrada.

Outra definição abrangente é de Briet, com seu clássico livro *Qu'est-ce la Documentation?*, cujas idéias a tornaram conhecida como *Madame Documentation*. A autora reconhecia que o conceito de documento era central para a compreensão da atividade conhecida como documentação”, cuja definição, por ela apresentada, foi a seguinte: “qualquer traço concreto ou simbólico preservado ou registrado com o propósito de representar, construir ou comprovar um fenômeno físico ou intelectual”. No entanto, ela mesma questionava esse alargamento conceitual e, nas suas discussões perguntava: “Uma estrela é um documento?... Um animal vivo é um documento? E a própria autora respondia: “Não. Mas fotografia e catálogos de estrelas, seixos num museu de mineralogia e catálogos de animais exibidos num zôo são documentos”. (BRIET apud SHERA, J. H.; CLEVELAND, D. B, 1977)¹¹

Estas questões naturalmente conduzem ao objeto de estudo, tanto da Museologia quanto das demais áreas ditas de informação, como a Ciência da Informação, conforme abordaremos a seguir.

No Brasil, Ferrez (1994)¹², mencionada anteriormente, assim traduz o seu pensamento sobre a documentação de acervos museológicos:

... conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação da informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informação em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão do conhecimento.

Portanto, diversas seriam as funções da documentação em museus, como controle do acervo, recuperação ou localização de itens da coleção e otimização de seu uso, sendo ressaltada como fonte de pesquisa para o desenvolvimento de exposições e “... auxiliar indispensável ao desenvolvimento de exposições ou outras atividades do museu” (Ferrez, 1994)¹³

3. Presença e significado de informação para a Ciência da Informação e Museologia

Na literatura da Ciência da Informação, alguns teóricos recorrem à expressão “ciências da informação”, que muitos não adotam, inclusive por existir uma área com essa denominação, a Ciência da Informação. No entanto, tal posicionamento não significa discordar, pelo menos da proximidade dos objetos de estudo desses campos, nos seus atributos e nessa relação complexa entre documentos, objetos e informação. Afinal, o que todos representam?

Para discussão mais direcionada a essas inter-relações epistemológicas e conceituais, é fundamental introduzir as idéias de teóricos da Ciência da Informação e da Museologia.

Alguns fatores propiciaram essas facetas interdisciplinares, entre os quais a importância que as características sociais da Ciência da Informação e os museus como área de aplicação assumiram, segundo Buckland e Liu (1995)¹⁴: “aspectos educacionais, políticos, sociais e técnicos de museus tornaram-se particularmente ricos e áreas de interesse para a Ciência da Informação”.

Entre teóricos que incluem a Museologia em estudos interdisciplinares com a Ciência da Informação destaca-se Yuexiao (1988)¹⁵, no desenvolvimento de uma classificação das ciências que reúne, na categoria “ciências da informação” as seguintes: Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, Jornalismo, Comunicação, Educação, Informática, Informatologia e Ciência da Informação. Sem aprofundar as idéias

desse autor, e esclarecendo que sua visão é oriental, o que pode diferenciá-lo do pensamento ocidental, notadamente o anglo-americano, que predomina na Ciência da Informação, é oportuno esclarecer que no seu traçado de estrutura das ciências, Educação, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Jornalismo e Comunicação estão reunidas na categoria de “informação do conhecimento”.

Entre os estudos sobre interdisciplinaridade na Ciência da Informação, que incluem a Museologia, ressaltamos o de Smith (1992)¹⁶, no qual, além dessa área estão a Comunicação, a Telecomunicação, a Organização e Administração, a Educação e a Ciência da Computação.

Teóricos dos mais importantes da Ciência da informação, Wersig e Nevelling (1975)¹⁷ também adotam a terminologia “ciências da informação” e, no conjunto de disciplinas que as compõem inserem a própria Ciência da Informação, além da Museologia, Biblioteconomia, Arquivologia, Comunicação e Educação.

Posteriormente, Wersig (1993)¹⁸ especifica mais a relação da Ciência da Informação e da Museologia, ao abordar o design das exposições que, segundo Lima (2003, p. 103)¹⁹ “...corresponde à Museologia, que orienta e perpassa toda a montagem material/física, e ao plano prático da exibição, referente à Museografia”.

Wersig (1993)²⁰, que considera a Ciência da Informação um campo do conhecimento da pós-modernidade, ao fundamentar suas idéias no entrecruzamento de modelos, conceitos e interconceitos, defende os museus não somente como parte integral da Ciência da Informação, mas também ... das estratégias pós-modernas de apresentação do conhecimento”.

Na prática da Ciência da Informação pode ser observada, ainda, a presença de assuntos fronteiriços ou áreas interdisciplinares. Este é o caso da classificação adotada por um produto de informação, o LISA - *Library and Information Science Abstracts*²¹, que abrange Inteligência Artificial, Telecomunicações e Aplicações da Ciência da Computação.

No campo da Museologia, alguns autores abordam a comunicação, mas a descrevem como transferência de informação, tal como na Ciência da Informação. Este é o caso de Mensch (1987, 1990 apud Ferrez, 1994)²², ao afirmar que o processo de comunicação do museu compreende “todos os métodos possíveis para transferir a

informação a uma audiência: publicações, exposições e atividades educativas adicionais” - dentre outros, acrescentaríamos.

Nessa linha de pensamento também se inscreve Bellaigue (1994 apud Moraes, 2008)²³ na seguinte afirmativa: a “apreensão do real encontra-se no cerne da Museologia, desta Museologia que estuda como capturar os elementos susceptíveis de transmitir uma informação a todos os níveis dos sentidos: funcional, emocional, simbólico, metafísico. “

Passando da literatura para a prática, é pertinente exemplificar sistemas de informação, e até redes, na ambiência museológica e no escopo da Informação em Arte.

4. Um exemplo de sistema de informação em museus: informação em Arte

Foi nas bibliotecas de Arte que começaram as discussões sobre informação em Arte, a partir do tratamento ou processamento técnico dessa documentação. A preocupação inicial foi, portanto, operacional e prática, mas não pode ser desvinculada da teoria porque trazia, em si, questões de representação. Embora as bibliotecas analisassem imagens impressas ou transpostas para bases de dados e sistemas de informação, é pertinente observar que os fundamentos teóricos da análise e interpretação que sustentam a representação da informação são básicas para todo e qualquer documento, seja um livro de Arte, uma gravura ou uma escultura, porque o fenômeno da representação da informação artística transpõe esses limites.

A participação de bibliotecas nesse processo pode ser exemplificada pelas normas de catalogação de material gráfico da Library of Congress, que serviram de base para o manual do Museu Nacional de Belas Artes (1995)²⁴, relativo à pintura, escultura, desenho e gravura.

Corroboram esta afirmativa o livro *Art libraries and information services*²⁵, publicado em 1988, e o periódico *Library Trends*²⁶, que no mesmo ano editou um volume inteiramente dedicado à questão.

Num dos artigos, Lindsay (1988)²⁷ descreve os níveis da análise de informação de obras de Arte:

- empírico (por comparação a padrões convencionais de medição);
- analítico (estrutura formal e simbólica/ caráter convencional), por comparação de duas ou mais obras) e de perícia (estilos individuais de artistas); e
- Intuitivo ou valorativo (obra de arte como objeto único) pela experiência não quantificável da própria obra.

Na Museologia, a preocupação com a representação de objetos e seus atributos já se manifestara no já citado Mensch (1987, 1990 apud Ferrez, 1994)²⁸, ao elaborar a sua matriz tridimensional, com as qualidades extrínsecas e intrínsecas, assim configuradas:

- propriedades físicas do objeto (material, técnica e morfologia);
- função e significado (interpretação); e
- História (gênese, uso, fatores de deterioração e restauração).

Na Ciência da Informação são agregadas discussões sobre o tema e reconhecida a importância da História da Arte e da Estética em estudos nessa linha, o que pode ser demonstrado pela seguinte definição de Pinheiro (1996)²⁹, sobre Informação em Arte: “ ...estudo da representação do conteúdo informacional de objetos/ obras de Arte, a partir de sua análise e interpretação e, nesse sentido, a obra de arte é fonte de informação “ que, ao mesmo tempo, expressa “múltiplas manifestações e produções artísticas”.

Lima (1995)³⁰ abordou algumas dessas questões em sua dissertação de mestrado, na qual propôs um modelo estrutural para pesquisas em Artes plásticas, enfatizando dados sobre o artista plástico, sua trajetória profissional acervos, críticas, declarações do artista e mercado de arte

Assim, esses estudos incluem essencialmente as obras artísticas, mas estão relacionados também todo e qualquer tipo de documento sobre arte, dos bibliográficos aos iconográficos e, nesse sentido, museus de Arte e suas respectivas bibliotecas têm um importante papel na emergência dessa área.

Deve ser destacado o pioneirismo e importância da Getty Foundation, pela criação do Program Getty Art History and Information Program – AHIP. O Programa congregava oito (8) museus, entre os maiores dos EUA, como o MOMA, o Metropolitan, o Guggenheim e a National Gallery of Art, de Washington. O objetivo do AHIP era “ o estudo e a

implementação de sistema de informação, como apoio à pesquisa em Arte”. Embora pela finalidade, possa ser depreendido o seu caráter mais operacional, de estudo do registro de coleções de Arte, automação de acervos museológicos (informação), estas atividades não prescindem de conhecimentos sobre representação em Arte, inclusive de caráter teórico. (HUMANITIES AND ARTS, 1994)³¹

Este Programa foi encerrado em 1986, mas houve continuidade das ações e estudos, em novos projetos, incluindo as tecnologias de informação e comunicação - TIC's. Assim, a partir de 1994 um outro grande projeto foi desenvolvido, com o Grupo de Estudos em Recursos Eletrônicos, objetivando as Infovias em Arte e Humanidades. Embora tivesse por preocupação maior a tecnologia, esta era uma questão trabalhada em função do objetivo do projeto: tornar acessível e disponível, em rede, os acervos dos museus, em consonância com a política de acesso universal. (HUMANITIES AND ARTS, 1994)³²

Um mapeamento detalhado e atual, a partir das relações interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia foi delineado por Lima (2003)³³, em sua tese de doutorado, já citada, e na qual são apontados inúmeros exemplos nessas duas áreas, no seu entrecruzamento interdisciplinar, sobretudo o ICOM e seus Comitês, especialmente o CIDOC e a Informação em Arte. Hoje, os Grupos de Trabalho do CIDOC são os seguintes: Preservação Digital; Padrões de Documentação; e Centros de informação (<http://cidoc.mediahost.org>)³⁴

Em se tratado de grupos de estudos, na Ciência da Informação a ilustração vem da ASIST- *American Society for Information Science and Technology*, e os *Special Interest Groups - SIG, de Art and Humanities* (AH), no qual os estudiosos inserem seus trabalhos nos seguintes assuntos: aplicações em Arte; estrutura social de disciplinas das Humanidades e Artes e implicações tecnológicas. (<http://www.asis.org/SIG/ah.html>)³⁵

A ASIST assim descreve o conteúdo das questões discutidas nesse Grupo: armazenamento e recuperação computadorizada de textos, imagem e som, novos métodos de organização do trabalho acadêmico, estudos bibliométricos e outros de disseminação da informação, estrutura social das Humanidades e disciplinas de Belas Artes e implicações humanísticas da tecnologia da informação na sociedade de informação. Outro grupo da ASIST que pode abrigar questões relativas aos museus é o de *Visualization, Images & Sound - VIS* (<http://www.asis.org/SIG/vis.html>)³⁶, que abrange: informação visual e gráfica; imagens em movimento, com ou sem som; e representação virtual.

No Brasil, a origem da informação em Arte data dos anos 1980 e apresenta dois eixos, praticamente simultâneos: um operacional e decorrente da tecnologia, que é a automação de acervos de museus, e outro teórico, de estudos sobre a sua representação e organização do conhecimento .

No primeiro caso estão os projetos Portinari, Lygia Clark, no MAM; e o SIMBA, do Museu Nacional de Belas Artes, que atende aos padrões internacionais de registro e recuperação. No entanto, devemos considerar que esses dois enfoques não são excludentes, uma vez que do processo de automação fazem parte questões de caráter teórico. (Pinheiro, 1996)³⁷

No que se relaciona a acervos bibliográficos de Arte, foi criado um espaço para debater questões sobre essa temática, configurado na REDARTE- Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte (http://www.dezenovevinte.net/Bibliotecas_Arte.htm)³⁸, criada em 1995, por iniciativa da FUNARTE, na pessoa de Helena Ferrez. Esta rede, restrita aos acervos do Rio de Janeiro e Niterói, atualmente é composta por 30 instituições, tem por objetivo principal reunir e tornar disponível aos usuários os acervos dos seus integrantes, além de promover reuniões de profissionais para discussão de suas atividades e questões relacionadas à área.

O segundo eixo contempla aspectos teóricos da representação da informação ou organização do conhecimento e tem como pioneira Helena Ferrez (1987 e 1994)^{39 40}, com artigo onde aborda a questão, e o tesouro de Museus, mencionado neste artigo.

Nessa mesma linha, voltada à organização do conhecimento, se insere a dissertação de mestrado de Loureiro (1998)⁴¹, na qual a obra de arte é analisada como objeto museológico e fonte de informação, tendo por fundamentos teóricos, sobretudo nos aspectos conceituais, autores como Bourdieu, Foucault, Dufrenne, Heidegger e Latour.

Desenvolvida em outra direção, a dissertação de Carvalho (1998)⁴² teve por tema a análise da transferência da informação da exposição “Athos Bulcão – uma trajetória plural” para o público. No entanto, foge dos aspectos comumente estudados nesse tipo de pesquisa de público, ao ter por objetivo os impactos cognitivos e afetivos de suas mensagens sobre o visitante e a avaliação de sua absorção pelo público, na relação de informação e conhecimento e “mudança de estrutura”.

A mescla de teoria e de prática é expressa por Lima (1995)⁴³, na sua afirmativa de que Informação em Arte envolve tanto os aspectos formais, descritivos, quanto os “atributos e relações da obra de Arte com a história, análise, interpretação e representação da obra de arte, que implica em linguagens e técnica artísticas, assim como a ambiência, o cenário, o contexto, sua inserção num determinado tempo e espaço (História da Arte)”.

A exposição das questões e conceitos e o debate subsequente sobre o tema fazem aflorar a interdisciplinaridade, que é inerente e permeia os estudos de Informação em Arte, notadamente entre Ciência da Informação e Museologia.

5. Novos horizontes a partir das tecnologias de informação e comunicação

A implantação de sistemas de informação e, posteriormente, a globalização e as tecnologias de informação e comunicação -TIC's invadiram a sociedade em todos os seus segmentos – ciência, tecnologia, indústria, economia, educação, cultura – e representam a mudança mais significativa e transformadora, nada escapou à sua influência.

O ambiente virtual, a desterritorialização, as conexões, a interatividade e a rapidez definem as chamadas “tecnologias da inteligência” (Levy, 1993)⁴⁴. Algumas das características das TIC's vão afetar diretamente os museus, pela facilidade de reprodução da imagem e possibilidade de acesso a obras de grandes acervos de museus públicos e até particulares, a longa distância. As imagens ganharam a capacidade de ser representadas em suas dimensões (tridimensional), de forma mais próxima do real, pois a reprodução em papel fica aquém (Pinheiro, 2005)⁴⁵ Inclusão social.

Sensíveis a estas transformações no ambiente de museus, duas museólogas desenvolveram pesquisas sobre essa temática, especificamente em museus de Arte. A primeira, Miranda (2001)⁴⁶, analisou os sites de Museus de Arte brasileiros com o objetivo de verificar a sua inserção na Internet, a partir de dados sobre: ações museológicas, ações educacionais, pesquisa e infra-estrutura de informação, divulgação e disseminação, comércio, captação de recursos, imagem e recursos multimídia, comunicação e informação.

Na sua tese de doutorado, Loureiro (2003)⁴⁷ aborda os novos conceitos de museus na web, museu virtual e museu digital, numa análise aprofundada, a fim de estabelecer as suas convergências e divergências conceituais. A discussão teórica e conceitual conduz à idéia de

museu de arte como “aparato informacional”, a partir da definição de um novo termo, “artefato de informação”.

As TIC’s, pelo seu caráter multimídia – coexistência de imagem, som, texto e movimento - tornam-se meio propício para representação e transferência de informação em museus, especialmente os de Arte. Tanto para museus quanto para bibliotecas de Arte este é um recurso inesgotável na sua função educativa e estimuladora de aprendizagem.

No entanto, González de Gómez (1993)⁴⁸ alerta para o fato de que a transferência da informação não assegura o conhecimento e depende do “conjunto de ações sociais como os grupos e as instituições organizam e implementam a comunicação da informação através de processos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso”.

Todas essas questões, pelas dimensões sociais que alcançaram, passam a ser objeto de políticas públicas nacionais e internacionais, e se traduzem em grandes eixos de discussão.

Uma das primeiras preocupações que afloram está relacionada ao patrimônio e aparece nas diretrizes da proposta da UNESCO de 2002-2003, envolvendo informação digital, preservação do patrimônio digital e memória digital mundial, enfocando a preservação e contínua acessibilidade. (http://www.bn.pt/agenda/manifesto_unesco.html)⁴⁹

Natural e necessariamente, pensar o patrimônio digital engloba o patrimônio na sua forma original, seja manuscrito, impresso ou, no caso das artes e da arquitetura, os objetos e monumentos, com a finalidade de salvaguardar essa memória. O chamado patrimônio documental, certamente abriga a multiplicidade de documentos já mencionada, na sua relação com o patrimônio digital.

É oportuno lembrar que a UNESCO tem tradição, tanto nessa visão mais articulada dos “lugares da memória”, quanto na potencialidade da informação para o desenvolvimento de C&T e das nações, bem como da informação como componente emancipador na formação da cidadania.

Desde a década de 60, a UNESCO pregava a “cooperação voluntária internacional” para melhorar o acesso e o uso da informação; “a informação científica como herança do conhecimento científico do homem e bem comum de toda a humanidade” ou “matéria prima

internacional”. Na década seguinte, 1970, houve uma extensão dessa política, tendo por pilares três idéias:

- a Ciência não seria oposta nem separada das Humanidades, mas sua contraparte; - o conceito de informação é mais amplo e inclui a “informação em geral”, além da técnica e científica, o que naturalmente estende o direito à informação a todo e qualquer indivíduo, em qualquer atividade, inclusive o operário e o camponês; e - documentação de bibliotecas e arquivos são “instrumentos alternativos e complementários”. (Miranda, 1977 apud Pinheiro, 1997)⁵⁰

Nas políticas atuais o direito à informação passa a ser incorporado à Declaração Universal de Direitos Humanos, visando a garantia de benefícios das TICs para todos, acesso à infra-estrutura e tecnologias de informação e comunicação, à informação e ao conhecimento. Trata-se de um direito essencial para a existência humana, conforme foi defendido na Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação, em Genebra, 2003, e na Tunísia, em 2005. (http://osi.unesco.org.br/conteudo_tema.php?tema=17)⁵¹

Se estamos falando de Informação em Arte, cuja expressão mais forte são os museus de Arte, retomamos ao pensamento de Pessanha (1988)⁵² e os museus “ de cacôs, objetos, quadros, idéias ou sonhos “, revelando sua vida interior e seu “sinal de sangue”.

Assim, passemos do plano das políticas para a dimensão social e cultural da informação, especialmente a disseminada em museus, encerrando este artigo com dois caminhos teóricos: um leva à consciência e outro à criatividade. O primeiro foi pensado por Silva (2002)⁵³, tendo por fundamento a teoria da consciência na concepção marxista de história – o sujeito como ação - traduzida na seguinte definição de informação: “[...] processo que promove a ampliação da consciência acerca da possibilidade de conhecer e agir”.

O segundo foi esboçado pela autora deste trabalho, Pinheiro, em 1997 e, embora passados mais de 10 anos, acreditamos que ainda mantém seu vigor, porque comunicar e informar, essenciais ao conhecimento, impulsionam o ato de criar, que é a ação mais transformadora do indivíduo, em qualquer esfera, move a sociedade e a mantém viva.

Quando o homem pré-histórico deixou a marca de sua presença no mundo, nas cavernas, através da pintura e no próprio registro ou impressão de sua mão, esses gestos, impregnados de magia, muito antes daquilo que viria ser denominado Arte, podem ser sintetizados (ou ampliados?) em duas palavras: comunicação (processo) e informação (produto). Ou mais ampla e plenamente – criação. As manifestações do homem pré-histórico expressam, sobretudo, a necessidade inerente à condição humana, o gesto social, político, histórico e cultural de transmitir a outro ser humano idéias, pensamentos, medos e conquistas. São registros e inscrições de sua permanência e sobrevivência no tempo – informação.

Notas

- 1 Google. Disponível em <http://www.google.com.br>. Acesso em 14/04/2008.
- 2 WILL, Leonard. Museum objects as sources of information. *Managing Information*, v.1, n.1, p.32-34, Jan.1994.
- 3 FERREZ, Helena D., BIANCHINI, Maria Helena S. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987. 2v.
- 4 PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Redes e sistemas de informação: interação e integração. *Jornal das Bibliotecas*, Rio de Janeiro, v.4, n.5, p.5, maio/jun. 1997.
- 5 MORIN, Edgard. Réforme de pensée, transdisciplinarité, réforme de l'Université. *Communication*. In: Congrès International "Quelle Université pour demain? Vers une evolution transdisciplinaire de l'Université. Locarno, Suisse, 30 avril -2 mai 1977. Disponível em: <http://nicol.club.fr/ciret/bulletin/b12/b12cl.htm>. Publicado na *Motivation*, v.24, 1997.
- 6 PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Prefácio. In: *O sonho de Otlet: aventura em tecnologia da informação e comunicação*. Organização de Maria de Nazaré Freitas Pereira e Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Rio de Janeiro, Brasília: IBICT,DEP/DDI, 2000, 289p. p. vii-xxiv

7 OTLET, Paul. *Traité de documentation; le livre sur le livre, théorie et pratique*. Bruxelles, Belgium: Ed. Mundaneum, 1934.

8 RAYWARD, W. Boyd. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/ International Federation for Information and Documentation (FID). *Journal of the American Society for Information Science* v.48, p.289-300, April 1997.

9 RAYWARD, W. Boyd. 1997. *Op. cit.*

10 RAYWARD, W. Boyd. 1997. *Op. cit.*

11 SHERA, Jesse H., CLEVELAND, Donald B. History and foundations of Information Science. *ARIST-Annual Review of Information Science and Technology - ARIST*, v.12, p.249-275, 1977.

12 FERREZ, Helena Dodd *Documentação museológica: teoria para uma boa prática*. Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção, 1994. p. 65- 74 (Cadernos de Ensaio 2).

13 FERREZ, Helena Dodd. 1994. *Op. cit.*

14 BUCKLAND, Michael K. , LIU, Ziming. History of Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology -ARIST*, v.30, p. 385-416, 1995.

15 YUEXIAO, Zhang. Definitions and sciences of information. *Processing & Management*, v.24, n. 4, p.479-491, 1988.

16 SMITH, Linda. Interdisciplinarity: approaches to understanding library and information Science as an interdisciplinary field. In: VAKKARI, Pertti, CRONIN, Blaise, ed. *Conceptions of Library and Information Science: historical empirical and theoretical perspective*. Proceeding of International Conference held for the celebration of 20th Anniversary of the Department of Information Studies. University of Tampere. Finland, 26-28, August 1991. London, Los Angeles, Taylor Graham, 1992 p.253-267.

17 WERSIG, Gernot, NEVELLING, Ulrich. The phenomena of interest to Information Science. *The Information Scientist*, v. 9, n. 4, p.127-140, Dec. 1975.

18 WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing and Management*, v.29, n.2, p.229-239, 1993

19 LIMA, Diana F. C. Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: informação em arte, um novo campo do saber. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) IBICT-UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro

20 WERSIG, Gernot. 1993. Op. cit.

21 LISA - Library and Information Science Abstracts. Disponível em: <http://www.csa/factsheets/lisa-set-c.php>. Acesso em: 16/04/2008.

22 FERREZ, Helena Dodd.1994. Op. cit.

23 MORAES, Julia Nolasco Leitão de. Faces e Interfaces na “poesia das coisas”: exposições museológicas sob o olhar interdisciplinar da Ciência da Informação e da Museologia. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT / Universidade Federal Fluminense – UFF. 25 de março de 2008. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro

24 Museu Nacional de Belas Artes. Manual de Catalogação de pintura, escultura, desenho e gravura. Comp. de Helena Dodd Ferrez e Maria Elizabete Santos Peixoto. Rio de Janeiro, 1995. 67p

25 ART LIBRARIES AND INFORMATION SERVICES: development, organization and management. Orlando: Academic Press, 1986. 343p.

26 *Library Trends: Linking Art Objects and Art Information*, v. 37, n 2, p. 154 – 174, Fall 1988.

27 LINDSAY, Kenneth C. Computer input form for Art works: problems and possibilities apud MARKEY, Karen. Access to iconographical research collection. *Library Trends*, v.37, n.,2, p.154-74, Fall 1988.

28 FERREZ, Helena Dodd.1994. Op. cit.

29 PINHEIRO, Lena Vania R. Arte, objeto artístico, documento e informação em museus. Art, artistic object, document and information museum. In: Symposium Museology & Art. XVIII Annual Conference of UNESCO ICOFOM – International Council of Museums, V Regional Meeting of ICOFOM / LAM, Rio de Janeiro, maio de 1996. Rio de Janeiro, Tacnet Cultural, 1996. P. 8 –n 14

30 LIMA, Diana F. C. Acervos artísticos: proposta de um modelo estrutural para pesquisas em Artes Plásticas. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1995. Dissertação de mestrado (Memória Social e Documento). Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Lamartine

31 HUMANITIES AND ARTS ON THE INFORMATION highways: a profile. Summer 1994. Draft

32 HUMANITIES AND ARTS ON THE INFORMATION, 1994. Op. cit.

33 LIMA, Diana F. C. 2003. Op. cit.

34 ICOM.CIDOC. The International Committee for Museum Documentation. Disponível em [http://cidoc.mediahost.org/home\(en\)\(E1\).xml](http://cidoc.mediahost.org/home(en)(E1).xml)

35 ASIS&T The American Society for Information Science & Technology. Special Interest Group. Arts & Humanities (AH). Disponível em: <http://www.asis.org/SIG/ah.html>. Acesso em: 13/03/2008.

36 ASIS&T The American Society for Information Science & Technology. Special Interest Group. Visualization, Images & Sound (VIS). Disponível em: <http://www.asis.org/SIG/vis.html>. Acesso em: 13/03/2008.

37 PINHEIRO, Lena Vania R. 1996. Op. cit.

38 REDARTE- Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/Bibliotecas_Arte.htm. Acesso em: 24/04/2008.

39 FERREZ, Helena Dodd.1987. Op. cit.

40 FERREZ, Helena Dodd.1994. Op. cit.

41 LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus: Museu, Informação e arte: a obra de arte como objeto museológico e fonte de informação. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT – UFRJ. Orientadoras: Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Maria Nélida González de Gómez

42 CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. Exposição em museus e público: o processo de comunicação e transferência da informação. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO - CNPq/IBICT, 1998. 146p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Orientador(es): Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

43 LIMA, Diana F. C. 1995. Op. cit.

44 LÉVY, Pierre. As Tecnologias da inteligência: O Futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

45 PINHEIRO, Lena Vania R. 2006. Op. cit.

46 MIRANDA, Rose Moreira de. Informação e sites de museus de arte brasileiros: Representação no ciberespaço. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT- UFRJ. Rio de Janeiro, 2001. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

47 LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Museus de Arte no ciberespaço: uma abordagem conceitual. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT – UFRJ. Orientadoras Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Maria Nélida González de Gómez

48 GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida. Da representação do conhecimento ao conhecimento da representação. Ciência da Informação, Brasília, v.22, n.3, p.217-222, 1993.

49 UNESCO. Manifesto para a Preservação Digital: proposta submetida pela comissão nacional da UNESCO dos países baixos, apresentada à Conferência Geral da UNESCO e aprovada para inclusão no Programa para 2002-2003. Disponível em: http://www.bn.pt/agenda/manifesto_unesco.html. Acesso em: 09/04/2008.

50 PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1997. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Orientadora: Gilda Maria Braga.

51 UNESCO. Observatório da Sociedade da Informação. Disponível em: http://osi.unesco.org.br/conteudo_tema.php?tema=17. Acesso em: 14/03/2008.

52 PESSANHA, José Américo Motta. A retórica dos museus. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro 9 de julho de 1988. Idéias p 8.

53 SILVA, Rubens R. G. Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais: tecnologia e consciência no universo digital. 2002. Tese (Ciência da Informação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro/IBICT, Rio de Janeiro, 2002.

Referências

ART LIBRARIES AND INFORMATION SERVICES: development, organization and management. Orlando: Academic Press, 1986. 343p.

ASIS&T The American Society for Information Science & Technology. Special Interest Group. Arts & Humanities (AH). Disponível em: <http://www.asis.org/SIG/ah.html>. Acesso em: 13/03/2008.

ASIS&T The American Society for Information Science & Technology. Special Interest Group. Visualization, Images & Sound (VIS). Disponível em: <http://www.asis.org/SIG/vis.html>. Acesso em: 13/03/2008.

BUCKLAND, Michael K. , LIU, Ziming. History of Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology -ARIST*, v.30, p. 385-416, 1995.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. Exposição em museus e público: o processo de comunicação e transferência da informação. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO - CNPq/IBICT, 1998. 146p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Orientador(es): Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

FERREZ, Helena Dodd Documentação museológica: teoria para uma boa prática. Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção, 1994. p. 65- 74 (Cadernos de Ensaio 2).

FERREZ, Helena D., BIANCHINI, Maria Helena S. Thesaurus para acervos museológicos. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987. 2v.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida. Da representação do conhecimento ao conhecimento da representação. Ciência da Informação, Brasília, v.22, n.3, p.217-222, 1993.

Google. Disponível em <http://www.google.com.br>. Acesso em 14/04/2008.

HUMANITIES AND ARTS ON THE INFORMATION highways: a profile. Summer 1994. Draft

ICOM.CIDOC. The International Committee for Museum Documentation. Disponível em [http://cidoc.mediahost.org/home\(en\)\(E1\).xml](http://cidoc.mediahost.org/home(en)(E1).xml)

LÉVY, Pierre. As Tecnologias da inteligência: O Futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

Library Trends: Linking Art Objects and Art Information, v. 37, n 2, p. 154 – 174, Fall 1988

LIMA, Diana F. C. Acervos artísticos: proposta de um modelo estrutural para pesquisas em Artes Plásticas. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1995. Dissertação de mestrado (Memória Social e Documento). Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Lamartine

LIMA, Diana F. C. Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: informação em arte, um novo campo do saber. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) IBICT-UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro

LINDSAY, Kenneth C. Computer input form for Art works: problems and possibilities apud MARKEY, Karen. Access to iconographical research collection. Library Trends, v.37, n.,2, p.154-74, Fall 1988.

LISA - Library and Information Science Abstracts. Disponível em: <http://www.csa.com/factsheets/lisa-set-c.php> Acesso em: 16/04/2008.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Museu, Informação e arte: a obra de arte como objeto museológico e fonte de informação. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT – UFRJ. Orientadoras: Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Maria Nélida González de Gómez

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Museus de Arte no ciberespaço: uma abordagem conceitual. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT – UFRJ. Orientadoras Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Maria Nélida González de Gómez

MIRANDA, Rose Moreira de. Informação e sites de museus de arte brasileiros: Representação no ciberespaço. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT- UFRJ. Rio de Janeiro, 2001. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro

MORAES, Julia Nolasco Leitão de. Faces e Interfaces na “poesia das coisas”: exposições museológicas sob o olhar interdisciplinar da Ciência da Informação e da Museologia. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT / Universidade Federal Fluminense – UFF. 25 de março de 2008. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro

MORIN, Edgard. Réforme de pensée, transdisciplinarité, réforme de l’Université. Communication . In: Congrès International “Quelle Université pour demain? Vers une evolution transdisciplinaire de l’Université. Locarno, Suisse, 30 avril -2 mai 1977. Disponível em: <http://nicol.club.fr/ciret/bulletin/b12cl.htm>. Publicado na Motivation, v.24, 1997.

Museu Nacional de Belas Artes. Manual de Catalogação de pintura, escultura, desenho e gravura. Comp. de Helena Dodd Ferrez e Maria Elizabete Santos Peixoto. Rio de Janeiro, 1995. 67p

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Prefácio. In: O sonho de Otlet: aventura em tecnologia da informação e comunicação. Organização de Maria de Nazaré Freitas Pereira e Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Rio de Janeiro, Brasília: IBICT,DEP/DDI, 2000, 289p. p. vii-xxiv

OTLET, Paul. *Traité de documentation; le livre sur le livre, théorie et pratique*. Bruxelles, Belgium: Ed. Mundaneum, 1934.

PESSANHA, José Américo Motta. A retórica dos museus. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro 9 de julho de 1988. Idéias p 8.

PINHEIRO, Lena Vania R. Arte, objeto artístico, documento e informação em museus. Art, artistic object, document and information museum. In: *Symposium Museology & Art. XVIII Annual Conference of UNESCO ICOFOM – International Council of Museums, V Regional Meeting of ICOFOM / LAM*, Rio de Janeiro, maio de 1996. Rio de Janeiro, Tacnet Cultural, 1996. P. 8 –n 14

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1997. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Orientadora: Gilda Maria Braga.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. “Educação da sensibilidade”, informação em arte e tecnologias para inclusão social. *Inclusão Social*, Brasília, v.1, n.1, p.51-55, out./mar., 2005. Disponível na forma impressa e em: <http://www.ibict.br/revistainclusaosocial/viewarticle.php?id=16&layot=html>.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Redes e sistemas de informação: interação e integração. *Jornal das Bibliotecas*, Rio de Janeiro, v.4, n.5, p.5, maio/jun. 1997.

RAYWARD, W. Boyd. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/ International Federation for Information and Documentation (FID). *Journal of the American Society for Information Science* v.48, p.289-300, April 1997.

REDARTE- Rede de Bbliotecas e Centros de Informação em Arte. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/Bibliotecas_Arte.htm. Acesso em: 24/04/2008.

SHERA, Jesse H., CLEVELAND, Donald B. History and foundations of Information Science. *ARIST-Annual Review of Information Science and Technology - ARIST*, v.12, p.249-275, 1977.

SILVA, Rubens R. G. Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais: tecnologia e consciência no universo digital. 2002. Tese (Ciência da Informação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro/IBICT, Rio de Janeiro, 2002.

UNESCO. Manifesto para a Preservação Digital: proposta submetida pela comissão nacional da UNESCO dos países baixos, apresentada à Conferência Geral da UNESCO e aprovada para inclusão no Programa para 2002-2003. Disponível em: http://www.bn.pt/agenda/manifesto_unesco.html . Acesso em: 09/04/2008.

UNESCO. Observatório da Sociedade da Informação. Disponível em: <http://osi.unesco.org.br/conteudo.php?tema=17>. Acesso em: 14/03/2008.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing and Management*, v.29, n.2, p.229-239, 1993

WERSIG, Gernot, NEVELLING, Ulrich. The phenomena of interest to Information Science. *The Information Scientist*, v. 9, n. 4, p.127-140, Dec. 1975.

WILL, Leonard. Museum objects as sources of information. *Managing Information*, v.1, n.1, p.32-34, Jan.1994.

YUEXIAO, Zhang. Definitions and sciences of information. *Processing & Management*, v.24, n. 4, p.479-491, 1988.

A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA ENTRE A ARTE E A CIÊNCIA

Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro
marialucia@mast.br

O objetivo de minha fala é refletir sobre a documentação museológica, apontar algumas questões relacionadas à prática documental nos museus, enfatizando os acervos dos museus de arte e de ciência.

Partir da documentação das obras de arte é muito rico para refletir sobre a documentação museológica de modo geral, até porque ela joga uma luz sobre questões que são comuns ao conjunto de objetos musealizados, mas que ganham um realce maior, aparecem de modo mais nítido e mais urgente também quando se trata de objeto artístico.

Abordar todas essas questões é impossível, mas destaco uma que tem muitas facetas e que se presta muito bem ao tema deste evento: objetos musealizados de modo geral (e obras de arte em particular) são entidades de natureza não verbal. Sistemas de informação lidam necessariamente com informação verbal. O trabalho de documentação museológica impõe um trabalho de “tradução” que reflete a complexidade inerente ao objeto musealizado. Vou retomar essa questão mais adiante.

A documentação museológica não é fim, mas meio: é uma ferramenta indispensável não só para a localização de itens da coleção e o controle dos deslocamentos internos e externos dos objetos, para o desenvolvimento de exposições ou outras atividades do museu, para a recuperação das informações intrínsecas e extrínsecas “contidas” ou relacionadas aos objetos – individualmente ou em conjunto – mas também fonte para a pesquisa em diferentes disciplinas.

Quando abordamos a documentação, está claro que estamos falando simultaneamente de documento, que foi o tema do primeiro MAST COLLOQUIA deste ano. Não vou retomar questões já discutidas, mas apenas frisar que é um pressuposto da minha fala essa visão funcional de documento já abordada pela Prof Johana Smit.

Apenas para balizar minha reflexão, trago a definição de documento conforme Suzane Briet:

“todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com as finalidades de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. (1)

Para ilustrar o conceito e conferir maior clareza às suas idéias, Briet enumera ‘objetos’ de diferentes naturezas, indagando (e respondendo) se são ou não documentos:

Estrela no céu? Não

Foto de estrela? Sim

Pedra em um rio? Não

Pedra em um museu? Sim

Animal na selva? Não

Animal no zoológico? Sim

As idéias de Briet foram expostas em uma obra clássica publicada em 1951. Trata-se de um “manifesto” sobre documentação, retomado por autores como Michael Buckland (2), que inferiu os seguintes critérios que estariam implícitos na obra da autora:

1) materialidade: a noção de documento aplica-se apenas objetos e sinais físicos;

2) intencionalidade: pretende-se que o objeto seja tratado como evidência;

3) processamento: os objetos devem ser processados, ou seja, devem ter sido tornados documentos.

Após essa breve introdução sobre o conceito de documento, vamos passar aos objetos de museu e à documentação museológica propriamente dita:

*Objetos de museus são objetos separados de seu contexto original (primário) e transferidos para uma nova realidade (o museu) a fim de **documentar** a realidade da qual foram separados. Um objeto de museu não é só um objeto em um museu. Ele é um objeto coletado (selecionado), classificado, conservado e **documentado**. Com tal, ele se torna fonte para a pesquisa ou elemento de uma exposição. (3)*

Para Peter Van Mensch, o objeto é “portador de informações”. O valor do objeto é determinado por propriedades intrínsecas a ele (valor intrínseco), e por informações contextuais, não materiais (valor extrínseco). Cabe a cada museu, segundo o autor, decidir pela preservação das informações intrínsecas, extrínsecas, ou por ambas.

O ato de selecionar e atribuir valor, por si, já acrescentaria mais um atributo ao objeto - o de ter sido escolhido – uma vez que aqueles objetos desprezados pelos critérios de seleção serão relegados ao esquecimento ou condenados à extinção.

Tradicionalmente, os museus concentraram seus esforços na preservação física dos objetos de seu acervo, que é uma atividade sem sombra de dúvida de importância inquestionável. No âmbito dos museus, aspectos ligados à informação foram sistematicamente deixados em segundo plano em relação a ações voltadas à preservação física. O ato de preservar é muitas vezes entendido apenas como garantir a integridade física dos objetos pelo maior tempo possível (em termos ideais, para sempre). Preservação é mais do que isso, ela tem uma caráter dinâmico. Ao musealizar um objeto, ele passa a desempenhar a função de documento. Preservar objetos não significa imobilizá-los ou congelá-los, mas mantê-los disponíveis e acessíveis como documentos. A preservação física é sem dúvida fundamental, mas não suficiente. É necessário preservar também as informações “contidas” ou relacionadas aos objetos.

A idéia de preservação, de acordo com Mensch, oferece uma imensa gama de possibilidades: pode-se optar pela preservação material ou funcional, *in situ* ou *ex situ*; ou pode-se recorrer à preservação por documentação. As escolhas dependem da natureza do bem a ser preservado, dos objetivos da atividade, da missão institucional.

Como exemplos da estratégia de preservação *ex situ* podem ser citados os museus clássicos (que praticam a preservação material) e os jardins botânicos (que praticam a preservação funcional). Uma planta ou animal em uma área de preservação ambiental são

exemplos de preservação in situ, adotada também nos chamados ecomuseus. O projeto Portinari, por sua vez, é um bom exemplo de preservação por documentação. (4)

Essas reflexões sobre as diferentes formas e modalidades de preservação levaram Mensch a propor uma nova definição de objeto de museu, que inclusive enfatiza o papel da documentação:

Objeto museológico é “qualquer elemento pertencente ao âmbito da natureza e da cultura material, que seja considerado merecedor de preservação, seja in-situ, ex-situ ou por documentação.” (5)

Lembro aqui que a atividade de documentação estaria incluída, para alguns autores, entre as quais Helena Ferrez (6), na função básica de preservar que caracteriza os museus.

Para Francisca Hernández (7), a coleção de um museu é integrada não só pelos objetos, mas também pelas informações sobre os objetos. A autora ressalta essa natureza dual:

a dinâmica dos elementos que compõem a unidade 'objeto-informação' desenvolve-se em direções contrárias: enquanto os objetos tendem a perder suas características físico-químicas originais, a informação sobre eles vai sendo incrementada.

Leonard Will (8) sublinha a missão dupla dos museus, que não só necessitam preservar coisas para o futuro, mas, ainda, torná-las disponíveis para uso no presente. Ele compara os museus às bibliotecas, onde (com exceções como as obras raras, por exemplo) os portadores de informação são efêmeros por natureza, e ressalta que os museus se vêem diante de um impasse: a impossibilidade de “encapsular” as informações contidas nos objetos, pela transferência para outro meio, impõe, também, sua preservação física.

É necessário ainda enfatizar que o museu não é mero intermediário, mas sim produtor ativo de informação. Nesse sentido, Bruno Latour (9) oferece uma perspectiva bastante rica para analisar a prática de documentação museológica, quando propõe o conceito de “centro de cálculo”.

A produção da informação, conforme o autor, é uma atividade prática, concreta e material, que envolve “operações de seleção, de extração, de redução” que resolvem “a contradição entre a presença de um lugar e a ausência desse lugar”. O autor enfatiza o “ciclo de acumulação”, que transforma alguns espaços como laboratórios, bibliotecas, coleções (museus, arquivos) “centros de domínio à distância”. (10)

Para que esse ciclo de acumulação ocorra, é preciso “mobilizar o mundo”: “é preciso poder transportar qualquer estado do mundo para certos lugares (...); todos precisam ser reunidos em algum lugar e encaminhados para esse recenseamento universal”. (11)

Tal mobilização, entretanto, depende da invenção de meios que permitam que as coisas se tornem móveis, estáveis e combináveis: “*móveis* para que possam ser transportadas, (...) *estáveis* para que possam ser movimentadas sem distorção, e (...) *combináveis* a fim de que (...) possam ser acumuladas, agregadas e misturadas como um baralho de cartas”. Entre esses vários meios, Latour cita a herborização, a taxidermia, a produção de desenhos, etc.

A produção da informação implica em seleção e, conseqüentemente, em redução. Não se pode transportar integralmente um lugar para o outro, é preciso selecionar alguns traços ou elementos considerados relevantes que, posteriormente, serão reunidos e combinados, e preencherão a ausência de uma realidade impossível de ser transportada em sua totalidade. Essas práticas conferem comensurabilidade a coisas vindas de diferentes domínios do real, e compensam a redução, que é inevitável. Esse “movimento de redução”, teria como contraponto um “movimento de amplificação”, que Latour exemplifica através de uma coleção de pássaros empalhados, originalmente dispersos no espaço e no tempo e posteriormente reunidos em um “centro de cálculo” (um museu de História Natural).

*Comparada à situação de partida, onde cada pássaro vivia livremente em seu ecossistema, que perda considerável, que redução! Mas, comparada à situação de partida onde cada ave voava **invisível** na confusão de uma noite tropical ou de um pequeno dia polar, que ganho fantástico, que **grandiosidade!** O ornitólogo pode, em seu gabinete, comparar os traços característicos de milhares de aves que se tornaram comparáveis pela imobilidade, pelo empalhamento. Aquilo que vivia disperso nos estados singulares do mundo se unifica, se universaliza, sob o olhar preciso do naturalista. **Impossível compreender esse suplemento de precisão e de conhecimento, sem a instituição que abriga todas essas aves empalhadas, que as apresenta***

aos olhos dos visitantes (...) A comparação de todas as aves do mundo, sinoticamente visíveis e sincronicamente reunidas confere uma enorme vantagem sobre quem só tem acesso a algumas aves vivas. A redução de cada ave se paga com uma formidável amplificação de todas as aves do mundo. (13)

Esse exemplo se aplica a diferentes tipos de museus, inclusive os museus de arte. Um museu é também um instrumento imprescindível para o conhecimento da arte e sobre arte. Assim como o museu de história natural, o museu de arte permitiu reunir, sinoticamente e sincronicamente, artefatos que se encontravam dispersos no espaço e no tempo, e que só através dessa operação de mobilização puderam ser comparados, justapostos, vistos como elementos de um conjunto, como passagens ou capítulos de uma história, posteriormente construída e narrada, a História da Arte. É preciso ressaltar aqui que o museu antecedeu a fotografia e as técnicas de reprodução que possibilitaram as publicações de arte. Quem desejasse ou precisasse conhecer o acervo artístico da humanidade necessitaria fazer grandes deslocamentos. Em um determinado momento da história, o museu de arte permitiu que uma pessoa, com um mínimo de deslocamentos, pudesse ter contato com obras de diferentes tempos e espaços. Também no processo de musealização da Arte percebe-se esse movimento de redução – que precede o movimento de amplificação possibilitada pela reunião em um centro de cálculo de coisas dispersas. Esta redução é uma das críticas das mais freqüentes ao museu que, ao arrancar a obra de arte do mundo no interior do qual ela foi criada, descontextualiza a obra, causando, em conseqüência, um considerável dano em seu conteúdo informacional. (15)

Quando Latour menciona a mobilização do mundo nos “centros de cálculo”, resalta que, embora indispensável, a prática não é suficiente: a primeira conseqüência dessa mobilização é um “dilúvio” de coisas, espécimes, artefatos. É necessário, portanto, que se realize um “**trabalho adicional**”, que tem como finalidade transformar e simplificar as inscrições, aumentar sua mobilidade, torná-las “mais combináveis”. (16)

Trazer de todos os cantos do mundo coleções de fósseis é ótimo, mas daí a pouco alguns milhares de pedras se acumulam em desordem nos porões e nos depósitos. Assim, é preciso partir das pedras e extrair uma nova ordem, exatamente como se os fósseis fossem extraídos da confusão das camadas de antracito ou de calcário. (17)

A documentação museológica seria esse “trabalho adicional” realizado nos museus para que os objetos se tornem mais móveis e mais combináveis. O trabalho cotidiano de produção de informações é o complemento obrigatório e indispensável à etapa de mobilização, que reuniu espacialmente objetos vindos de domínios da realidade até então estranhos. Trata-se de uma tarefa constante que permite a preservação do conteúdo informacional dos objetos e também o estabelecimento de ligações até então impensadas e impossíveis.

Documentação Museológica em Arte e Ciência

Para falar de documentação museológica no âmbito da arte, eu começo por citar Pinheiro (17), que ressalta como algo essencial “a compreensão do processo de criação artística, em si mesmo, e a capacidade de representar e interpretar a obra de arte, no tempo e no espaço, tarefa árdua pela complexidade, amplitude e níveis de abstração inerentes à Arte”.

Dada a amplitude do tema, é necessário um recorte: ao falar em arte, me refiro às obras plásticas - que sofrem “musealização direta”. Estou excluindo, portanto, o que Osborne (18) chama “artes de performance” cuja musealização é indireta. Na música, teatro, dança, poesia etc, não musealizamos as obras em si, mas seus registros (partituras, manuscritos, fotografias, vídeos, gravações etc).

Também nos museus de ciência é oportuno fazer algumas distinções, até mesmo por conta da diversidade de acervos: há museus de coleções vivas, há coleções de estudo em diferentes disciplinas – botânica, entomologia, mineralogia. Essas coleções são muitas vezes a base do trabalho científico e colocam questões diferentes daquelas colocadas por coleções de objetos de C&T como a do MAST, por exemplo, que documentam a prática científica.

Ao representar uma obra de arte com finalidade operacional o profissional se depara com as inevitáveis limitações inerentes aos modelos técnicos, cujo caráter reducionista se torna ainda mais evidente diante da singularidade da obra de arte.

O fato de que os sistemas de informação são basicamente verbais coloca no centro da discussão sobre informação em arte um dilema conceitual, que Stam e Giral (1988) atribuem à natureza não verbal das obras de arte. (19) Esse dilema, como eu ressaltai logo no início da minha fala, é extensivo aos demais objetos musealizados, embora se apresente de forma bem marcante quando se trata de acervos artísticos, até porque obras de arte são

mensagens e, portanto, se dirigem a uma audiência. Esse é um dos traços exclusivos dos acervos artísticos, e que tornam mais tenso esse conflito ou esse dilema entre o verbal e o não verbal.

Com o propósito de caracterizar e distinguir a “informação semântica” e “informação estética” dentro do quadro da “Teoria da Informação”, Abraham Moles (20) coloca em evidência, dois pontos de vista antagônicos no conjunto de mensagens: um “semântico, lógico, estruturado, enunciável, traduzível, preparando ações”, outro “estético, intraduzível, preparando estados.”

A questão da intradutibilidade da informação estética é central para os estudos no campo: a informação estética não só não é traduzível para outra língua, como também é “específica ao canal que a transmite, encontrando-se gravemente alterada por uma mudança de um canal para outro”. Ao contrário, a informação semântica pode ser traduzida em uma língua estrangeira, porque é resultante de leis comuns a diferentes idiomas, e é ainda comutável de um canal para outro. Em oposição à informação semântica, a informação de natureza estética, segundo Moles, é “apenas transportável aproximadamente”. (21)

Este aspecto é também sublinhado por Svenonius (1994) que, ao examinar questões ligadas à indexação de obras de arte, ressalta que, em alguns casos, “uma mensagem expressa em um meio não pode ser adequadamente transposta para outro.” (Ibid., p.600) Admitindo que a indexação é levada a cabo por meio da linguagem verbal, cabe questionar a possibilidade de usar palavras para expressar o assunto de uma entidade não verbal como a obra de arte. Svenonius recorre ao enunciado clássico de McLuhan - “o meio é a mensagem” – para reforçar o argumento de que “a forma na qual uma mensagem é expressa é inseparável de seu conteúdo”. (22)

McLuhan (23) também ressalta a “inadequação das palavras em transmitir informação visual sobre objetos”. Para Svenonius (24), o que é comunicado pela arte pode ser expresso apenas parcialmente, pois é “inútil tentar indicar uma realidade indizível com uma palavra-chave”. Os limites impostos pela chamada “realidade indizível”, entretanto, não se restringiriam às obras de arte plásticas e musicais. Alguns casos em que o meio textual não é usado com propósitos descritivos ou documentários constituem também desafios para o indexador: a linguagem poética, por exemplo, busca, freqüentemente, ser não-referencial ou alterar conscientemente convenções da língua.

Referindo-se a textos de caráter artístico, Tibbo (25) sublinha a multiplicidade de significados em uma mesma fonte, o que constituiria em si um desafio à sua representação. Quanto às imagens, soma-se ainda a dificuldade extra não só de discernir seu assunto, como também determinar a terminologia mais apropriada para representá-lo.

Sara Shatford Layne (26) aborda a indexação de imagens de modo geral, o que inclui não só fotografias, mas também obras de arte e imagens científicas. A indexação de imagens, para a autora, deve se basear em seus atributos, que são classificados em quatro grupos. As observações abaixo, extraídas da obra de Layne, podem ser estendidas aos objetos musealizados de modo geral.

atributos biográficos: prendem-se ao que ela chama biografia da imagem, compreendendo as informações relacionadas ao seu “nascimento” (criador, tempo, lugar, etc), bem como a suas “viagens” através do mundo (localização, proprietários, preço etc).

atributos de assunto: seriam “os mais problemáticos e menos objetivos”, conforme a autora. As imagens portam informação de forma inerentemente diferente dos textos, que se valem de símbolos e convenções arbitrárias. São considerados três aspectos em relação aos atributos de assunto:

- uma imagem pode ser “de” e “sobre” alguma coisa (ex: a imagem de uma pessoa chorando pode ser sobre “tristeza”);
- uma imagem é “simultaneamente genérica e específica”. Ela serve para exemplificar um indivíduo específico ou um grupo maior de objetos.
- os assuntos de uma imagem “podem ser classificados em quatro facetas: 1)Tempo; 2) Espaço; 3) Atividades e Eventos e 5) Objetos (termo usado em sentido amplo, para designar objetos animados e inanimados).

atributos exemplificadores: imagens podem ser também exemplos de alguma coisa. Imagens (assim como objetos em geral) podem servir para exemplificar.

atributos relacionais: imagens (e objetos) podem ainda se referir ou se associar a outras imagens, textos ou objetos.

Cabe ainda ressaltar como traço característico da documentação museológica o fato de que se trata de uma metalinguagem, ou seja, uma linguagem artificial construída para

nomear e descrever objetos de diferentes domínios da realidade, com a maior objetividade possível e o mínimo de ambigüidade. Quando se trata de uma obra de arte, há o impasse extra de buscar “traduzir” subjetividade em objetividade. A documentação museológica tem função predominantemente denotativa, contrastando com a linguagem poética, que é acentuadamente conotativa e polissêmica, aberta a múltiplas leituras.

Eu finalizo lembrando que um sistema de documentação museológica eficiente gera, dissemina e preserva as informações de que são portadoras suas coleções. Dada a complexidade do conjunto de objetos criados pelo homem, é necessário o desenvolvimento de sistemas de documentação igualmente complexos no âmbito dos museus, de modo a otimizar o acesso não só aos objetos, mas também às informações (intrínsecas e extrínsecas).

Notas e Referências Bibliográficas:

1 - BRIET, Suzanne apud BLANQUET Marie-France . **Suzanne BRIET, Madame Documentation**. Fev 2007. Disponível em: <http://savoirs.cndp.fr/CulturePro/biographie/briet/briet.htm>

2 - BUCKLAND, Michael K. Information as Thing. **Journal of American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 352-360, 1991.

3 - MENSCH, Peter Van. **The Object as data Carrier**. In: Towards a methodology of museology. PhD thesis, University of Zagreb, 1992.

4 – www.portinari.org.br

5 - MENSCH, Peter Van. Society, Object, Museology. In: **SYMPOSIUM COLLECTING TODAY FOR TOMORROW**. ICOFOM, Leiden: 1984.

6 - FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma boa prática. **Estudos de Museologia** – Caderno de Ensaios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.2, p. 65-74, 1994.

7 - HERNÁNDEZ, Francisca. **Manual de Museologia**. Madrid: Editorial Síntesis, 1994. 319 p.

8 - WILL, Leonard. Museum Objects as Sources of Information. **ASLIB Managing Information**, v. 94, n. 1, 1994, p. 32-34.

9 – LATOUR, Bruno. **Science in Action: how to follow scientists and engineers through society**. Milton Keynes: Open University, 1987.

10 - LATOUR, Bruno. Ces réseaux que la raison ignore: laboratoires, bibliothèques, collections. In: BARATIN, Marc, JACOB, Christien. **Le Pouvoir des bibliothèques**. Paris: Albin Michel, 1996. p.23-46.

- 11 – LATOUR, Bruno. Les ‘vues’ de l’esprit: une introduction a l’anthropologie des sciences et des techniques. **Culture Technique**, n.4, p.5-29. Número Especial, 1985. p. 21.
- 12 – LATOUR, 1987, op. cit., p. 223.
- 13 - LATOUR, 1985, op. cit, p.27-28.
- 14 – LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **Museu, informação e Arte**: a obra de arte como objeto museológico e fonte de informação. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- 15 - LATOUR, 1985, op. cit, p. 22.
- 16 - LATOUR, 1985, op. cit, p. 19.
- 17 - PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Arte, Objeto Artístico, Documento e Informação em Museu**. 1996. (mimeo)
- 18 - OSBORNE, Harold. **A Apreciação da Arte**. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 173-175.
- 19 - STAM, Deirdre, GIRAL, Angela. Introduction. **Library Trends – Linking Art Object and Information**. University of Illinois: Graduate School of Library and Information Science, v. 37, n. 2, p. 117-264, 1988.
- 20 - MOLES, Abrahan. **Teoria da Informação e Percepção Estética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969. p. 192.
- 21 – Ibid, p. 193-194.
- 22 - SVENONIUS, Elaine. Access to Nonbook Materials: The Limits of Subject Indexing for Visual and Aural Languages. **Journal of American Society for Information Science**, v. 45, n. 8, p. 600-606, 1994. p. 600.
- 23 - McLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 182.
- 24 - SVENONIUS, E. op. cit., p.605.
- 25 - TIBBO, Helen R. Indexing for the Humanities. **Journal of American Society for Information Science**, v. 45, n. 8, p. 607-619, 1994.
- 26 - LAYNE, Sara Shatford. Some Issues in the Indexing of Images. **Journal of American Society for Information Science**, v. 45, p. 583-588, 1994.

TEMA: THESAURUS E THESAURUS EM MUSEUS

Thesaurus como linguagem de representação da informação

Rosali Fernandex de Souza

Aproximações para el diseño de un tesouro de Museus

Maria José López-Huertas

Nota Biográfica

Rosali Fernandez de Souza

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Santa Úrsula (1968), especialização em Documentação Científica (1969) e mestrado em Ciência da Informação (1973) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia . Doutorado realizado na Polytechnic of North London, conferido pelo Council for National Academic Awards (1984). Atualmente é pesquisadora titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT / MCT. Área de conhecimento em que atua : Ciência da Informação; subárea: organização e representação do conhecimento.

Maria José López-Huertas

Dra. Maria José López-Huertas Pérez, da Universidad de Granada, Espanha, e atual presidente da ISKO– International Society for Knowledge Organization.

THESAURUS COMO LINGUAGEM DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Rosali Fernandez de Souza

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite para participar como palestrante do MAST COLLOQUIA. Aceitei como um desafio para pensar sobre o tema THESAURUS em instituição com riqueza de informação inquestionável em seus acervos de biblioteca, arquivo e museu.

Tomando conhecimento dos demais membros deste Painel, que são reconhecidamente especialistas em ensino, pesquisa e construção de thesaurus, considerei oportuno abordar o tema numa perspectiva introdutória e contextual da caracterização do Thesaurus como uma linguagem de representação e recuperação de informação. Começarei abordando a origem e o significado do termo Thesaurus, depois farei uma breve trajetória histórica do desenvolvimento do Thesaurus. Apresentarei também exemplos de itens bibliográficos relacionados a Thesaurus encontrados na literatura especializada das áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação nos últimos dois anos.

Pela minha formação profissional e pela minha trajetória de ensino e pesquisa, o tema será focado sob o viés da Organização do Conhecimento no contexto da Ciência da Informação. Nesse sentido, mencionarei quatro etapas que considero marcantes na evolução dos processos de registro, tratamento e disseminação para propósitos de arranjo de acervos e recuperação de informação. Os trinômios Documento - Informação - Conhecimento, e Informação - Comunicação - Conhecimento serão abordados para contextualizar o importante papel a ser desempenhado pelas linguagens de representação, como o Thesaurus, em sistemas de informação.

Para iniciar, gostaria de mencionar que o campo de estudos e pesquisas em organização do conhecimento ultrapassa as fronteiras das áreas de atuação dos profissionais de informação. Como apresenta Dahlberg, numa cronologia histórica, a Organização do Conhecimento se caracterizou inicialmente como área de interesse de filósofos e bibliotecários. Depois, pelos enciclopedistas, documentalistas e cientistas da informação. Mais tarde, por lingüistas e educadores. E, mais recentemente, por profissionais de inteligência artificial, sistemas especialistas e sistemas de hipermídia. (DAHLBERG 1993 a).

As diferentes necessidades de sistematizar o conhecimento para qualquer atividade que demande classificação para alguma finalidade de arranjo temático e recuperação de informação tornaram a Organização do Conhecimento um campo de estudos em várias áreas ou disciplinas, tais como: Filosofia Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação, Arquivologia, Museologia, Educação, Lingüística, História da Ciência e Ciência da Computação - apenas para citar algumas das mais reconhecidas e representativas em termos de literatura produzida sobre o assunto.

Podemos acrescentar que essas áreas, com objetivos próprios de reflexão e aplicações sobre questões e elementos de organização do universo do conhecimento, tratam desse tema com bases teóricas e métodos de abordagem próprios. Esta multiplicidade de abordagem concorre para uma reflexão mais abrangente da área de organização do conhecimento. Ao mesmo tempo, enriquece sobremaneira as discussões entre estudiosos e profissionais de diferentes campos de pesquisa que vêm ao longo do tempo firmando a organização do conhecimento em seus múltiplos aspectos como uma área nuclear de pesquisa, como no caso da Ciência da Informação.

De fato, existe uma sociedade científica internacional na área que é a ISKO - *International Society for Knowledge Organization* - cuja presidente em 2007 é a Profa. Dra. Maria José López Huertas que muito nos honra com sua presença neste Painel. A ISKO edita a revista *Knowledge Organization* que é referência na área de organização do conhecimento. É interessante observar que o subtítulo dessa revista enumera os principais campos de atividades da organização do conhecimento como: teoria do conceito, classificação, indexação e representação do conhecimento – todas com relações intrínsecas com o Thesaurus.

Aqui no Brasil temos a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) que, entre os grupos temáticos que representam as principais linhas de investigação em Ciência da Informação no país, tem um grupo específico de “Organização e Representação do Conhecimento”. As temáticas de pesquisa apresentadas nos encontros nacionais (ENANCIBs) nesse grupo temático versam sobre

Teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os

estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias da informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional (ANCIB 2007)

No contexto de ensino e pesquisa em Ciência da Informação no Brasil, a área de organização do conhecimento é linha de pesquisa em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Como exemplo, mencionamos o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, realizado em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Esse Programa, que nomeia como área de concentração “O Conhecimento da Informação e a Informação para o Conhecimento” explicita, na ementa, os objetivos gerais de ensino e pesquisa como:

Estudar a informação, sua estrutura, fluxos e instrumentos de organização e controle. As condições teóricas, conceituais, operacionais e técnicas; as suas aplicações e os atos de informação nos diferentes contextos; seus elos com outros campos e sua relação com a geração do conhecimento. (PPGCI IBICT-UFF 2007)

A linha de pesquisa do PPGCI IBICT-UFF que trata da organização do conhecimento é nomeada como “Representação, Gestão e Tecnologia da Informação”. Esta linha, como explicita a sua ementa, trata de diferentes aspectos temáticos, tais como: a) das formas de mediação dos processos cognitivos, comunicacionais e sociais, considerando a informação como objeto de uma ação de intervenção; b) dos fluxos, processamento e gestão da informação em contextos distintos; c) das necessidades e usos da informação em seus diferentes contextos; d) da organização de domínios do conhecimento, na representação da informação e nas tecnologias de informação e comunicação. (PPGCI IBICT-UFF 2007).

Até o momento caracterizamos de forma breve a ‘Organização do Conhecimento’ como área de estudos e apresentamos a sua exemplificação como linha de pesquisa no âmbito de um Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação no país. Antes de abordar o Thesaurus como uma linguagem de representação e recuperação de informação, vamos mencionar os momentos considerados como marcantes da história dos registros de informação. O objetivo é mostrar como essas fases ou etapas caracterizaram, motivaram e mesmo exigiram o desenvolvimento de estudos e pesquisas em organização e representação

do conhecimento envolvendo processos, técnicas e métodos de tratamento, disseminação, recuperação e acesso à informação.

A literatura corrente emprega palavras de forte conotação e denotação para se referir a essas etapas, tais como: ‘caos’ documentário, ‘explosão’ da informação, ‘avalanche’ de conhecimento e ‘revolução’ tecnológica. As palavras caos, explosão, avalanche e revolução revelam momentos impactantes que traduzem bem a complexidade dos elementos e fenômenos envolvidos nos processos de geração, tratamento e busca dos registros dos saberes humanos que são: documento, informação, conhecimento e tecnologia. Em cada uma dessas etapas sempre estiveram presentes atividades de organização e representação do conhecimento no tratamento temático da informação, com sofisticação tecnológica de apoio cada vez mais intensa.

No campo da Organização do Conhecimento é importante considerarmos duas perspectivas. De um lado os profissionais que atuam em sistemas de recuperação de informação que lidam com repositórios de acervos, essencialmente, em bibliotecas, museus, arquivos e redes de informação, como a internet. O trabalho desses profissionais, no âmbito da organização e representação do conhecimento, é tratar os itens de informação quanto às suas características descritivas e de representação temática para atender as necessidades de recuperação e acesso dos usuários. É nesse sentido temos a especificação do trinômio Documento - Informação - Conhecimento.

Por outro lado, podemos focar a temática da organização do conhecimento sob o olhar da produção do conhecimento propriamente dita. E é nessa visão que o trinômio Informação – Comunicação – Conhecimento se faz presente.

O importante a considerar nessas duas visões é a importância da organização do conhecimento, realizada em base do ‘o que’ e do ‘para que’, como os principais referenciais do ‘como’ organizar e representar para finalidades específicas de recuperação de informação, quer seja como suporte à geração de conhecimento, ou para finalidades de tratamento de acervos. Nesses dois contextos, as linguagens de representação da informação – entre elas o Thesaurus - exercem papel de fundamental relevância como instrumentos de apoio aos profissionais de informação que atuam em sistemas de recuperação de documentos e aos usuários desses sistemas na busca de informação.

A complexidade da construção e uso de instrumentos de organização do conhecimento e representação da informação está tanto na diversidade de documentos quanto na natureza da informação que contém, como nas necessidades específicas de informação dos diferentes tipos de usuários. Essas situações revelam a importância de se contar com métodos e técnicas adequadas de tratamento e processamento da informação. No entanto, é importante ressaltar que a escolha da linguagem de representação de informação é fruto do objetivo de recuperação segundo a natureza do documento a ser tratado e das características próprias da comunidade usuária.

Portanto, a decisão da adoção do instrumento de apoio não pode ser arbitrária; deve ser sempre fruto de reflexão da potencialidade dos instrumentos, enquanto linguagens de classificação e indexação, frente às vantagens e desvantagens de uso para finalidades de tratamento de documentos em contextos específicos de sistemas de recuperação de informação. Entre esses instrumentos, o Thesaurus apresenta-se como linguagem de indexação e recuperação de informação.

A palavra **Thesaurus** é de origem grega e quer dizer ‘tesouro’. Foi inicialmente usada para designar léxico ou ‘tesouro de palavras’. A palavra Thesaurus aparece pela primeira vez no “*Thesaurus of English Words and Phrases*” de autoria de Peter Mark Roget publicado em Londres em 1852. As características e os objetivos próprios desta obra estão destacados em seu subtítulo que exprime com clareza que seu conteúdo consiste de: “*palavras classificadas e arranjadas para facilitar a expressão de idéias e para ajudar a composição literária*”. Essa definição torna clara a diferença de objetivos dos tradicionais dicionários de língua que partem da palavra para os seus significados.

Como observado, a intenção da construção de Thesaurus não era para objetivos de recuperação de informação tal como estamos focalizando neste Painel. De qualquer forma, aquela intenção do uso do Thesaurus, de alguma forma, traz considerações importantes para reflexão nesse contexto.

Dois especialistas da Ciência da Informação em organização do conhecimento fizeram considerações importantes sobre o Thesaurus de Roget que merecem ser destacadas pra reflexão no contexto desta discussão.

Karen Spark-Jones (1972) em obra de cunho histórico sobre Thesaurus resalta duas importantes considerações:

*“Roget pensou o seu tesouro como **uma classificação de idéias na busca de palavras apropriadas; considerou a organização de seções ou tópicos em categorias** como um componente do todo.*

*O caminho para a formulação da idéia (ainda nebulosa) seria encontrado seguindo a trilha apropriada da **árvore na tabela** até a seção particular para encontrar a **palavra mais específica, mais apropriada** para a expressar a idéia desejada” (grifo nosso)*

Karen Spark Jones 1972

As considerações acima revelam as principais características da concepção do thesaurus como linguagem de representação e recuperação da informação no contexto que estamos tratando.

Foskett (1985) especialista em abordagem temática de informação assinala que: “o valor do tesouro de Roget está em ser uma **estrutura de conceitos relacionados entre si, através de vários significados**”

Foskett usa as expressões: estrutura de conceitos, relações entre conceitos e significados para o tesouro de Roget. No entanto, no contexto da representação e recuperação da informação propriamente dito, a primeira vez que apareceu a palavra Thesaurus foi em 1950. Hans Peter Luhn do centro de pesquisas da IBM nos Estados Unidos da América foi o primeiro a usar o termo **Thesaurus** para nomear o sistema que idealizou de **palavras autorizadas com estrutura de referências cruzadas**.

Luhn considerou que uma **listagem alfabética** não era suficiente para **localizar uma palavra/idéia para recuperação** e que deveria ser estabelecida alguma **relação entre palavras para representar uma estrutura mais sólida de referências cruzadas**. Considerou que seria necessário definir “**famílias de noções**” **entre palavras**, ou seja, **evidenciar idéias afins ligando uma palavra à outra**. Ao nomear essa nova lista chamou-a de **Thesaurus**.

Como antecedentes do Thesaurus nos Estados Unidos podemos mencionar em 1876, o trabalho de Charles Ammi Cutter que na indexação de documentos cria regras para cabeçalhos de assuntos. Ou seja, Cutter estabeleceu regras para pré-coordenação de conceitos; em outras palavras, significa que os conceitos do objeto analisado são coordenados no momento da indexação e não da recuperação.

Em 1951, Mortimer Tauber cria o sistema UNITERMO. Este sistema buscava a representação do assunto por palavras únicas, extraídas do texto de documentos sem nenhuma forma de controle. A coordenação dos conceitos era deixada para o momento da busca e, por esta razão, chamada de indexação pós-coordenada.

O sistema Unitermo, assim como outros sistemas de indexação, foram criados para satisfazer necessidades de tratamento da informação em contextos definidos de recuperação de documentos. O que se pode observar no tempo é que os diferentes sistemas apresentam características próprias em termos de métodos e técnicas de indexação e recuperação da informação. Grosso modo apresentam sofisticações cada vez maiores visando obter maior eficiência na indexação e recuperação mais apurada em função das expectativas dos usuários. Via de regra podemos dizer que cada novo delineamento e desenvolvimento de um sistema de indexação busca minimizar as deficiências encontradas nos que os antecederam.

O questionamento em torno de uma busca incessante e necessária por sistemas de indexação e recuperação mais eficientes caracteriza a área de organização e representação da informação como tipicamente de pesquisa.

No caso do Thesaurus, a necessidade surgiu como conseqüência natural do desenvolvimento científico e tecnológico cuja complexidade se evidenciava na produção de conhecimento como refletida na literatura publicada. As características típicas desse desenvolvimento expressas na literatura, e que passaram a exigir adaptação das linguagens de indexação até então conhecidas, podem ser identificadas como: a) a necessidade de **cabeçalhos compostos** em substituição às entradas únicas para identificar assuntos de maior complexidade que não podiam ser representados por termos únicos - como era o caso do sistema Unitermo; b) o número crescente de termos novos exigia o estabelecimento de uma **estrutura** mais sólida de **referências cruzadas** que refletisse uma análise das relações entre termos de uma forma mais refinada.

Em síntese podemos dizer que efetivamente o **tesauro documentário** foi incrementado na década de 60 com a finalidade de ser um instrumento de recuperação de informação para suprir as deficiências da pré-coordenação dos cabeçalhos de assunto e como instrumento de auxílio aos sistemas UNITERMO quanto à identificação das relações entre termos.

Em linhas gerais, podemos dizer que o thesaurus como linguagem documentária apresenta como principais características: a) o controle de vocabulário ; b) a inter-relação temática entre termos de indexação; e c) a identificação de termos de maior e menor abrangência conceitual. Essas características fizeram do thesaurus um instrumento auxiliar de relevância para o indexador, como também para o usuário de sistemas de recuperação de informação.

Na Europa em 1930 o desenvolvimento de Thesaurus teve uma forte influência de S. R. Ranganathan – bibliotecário indiano reconhecido como personagem marcante no desenvolvimento da teoria da classificação em bibliotecas. Ranganathan estabeleceu as bases para o desenvolvimento de esquemas de classificação analítico-sintéticos ou facetados em torno de cinco categorias fundamentais: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo, conhecidas pela sigla PMEST (*Personality, Matter, Energy, Space and Time*).

Especificamente na Inglaterra o Grupo de Pesquisa em Classificação, conhecido pela sigla CRG (*Classification Research Group*) criado em 1942, teve um papel relevante no desenvolvimento de bases teóricas na criação de instrumentos de classificação e indexação de documentos, aí incluídos os Thesaurus. Os membros do CRG, com base na teoria de Ranganathan, identificaram um conjunto de categorias definindo aspectos mais pragmáticos, ampliando inclusive a margem de aplicabilidade, identificando um elenco de possíveis relações entre termos representando: coisa, tipo, parte, material, propriedade, processo, operação, agente, espaço e tempo.

Assim, nessa breve introdução ao tema central deste encontro, caracterizamos o Thesaurus como uma linguagem de organização e representação da informação que tem como principais funções: a) mostrar as relações semânticas entre termos em base de significados; b) ser agente de vocabulário controlado; e c) mostrar os termos usados para indexação em sistemas de recuperação da informação .

Uma busca seletiva nos anos de 2006 e 2007 no *Library and Information Science Abstracts (LISA)* - serviço de indexação de artigos de periódicos e outros itens de informação das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação - revelou os seguintes campos de aplicação recente do Thesaurus:

- **thesaurus** como auxílio na busca de informação na Internet ;

- atualização de categorias ontológicas baseadas em conceitos, categorias, significados e relações derivadas de fontes usadas na construção de “corpus” de termos para **thesaurus bilíngüe**;
- uso de **thesaurus** para reduzir problemas de “falhas” na navegação e para encontrar palavras-chave mais adequadas para recuperação de informação;
- **thesaurus** “on line”;
- desenvolvimento de ontologia no contexto da web semântica a partir de um **thesaurus** documental tradicional;
- um modelo de interação usuário–sistema em busca realizada com base em **thesaurus**;
- **thesaurus** e sistemas de tratamento automático de língua (o papel do tesouro clássico em alguns sistemas de processamento automático da língua)
- **thesaurus** multilingüe ;
- desenvolvimento de **thesaurus** automatizado: extração de termos de metadados do título;
- desenvolvimento de um **thesaurus** local para implementar o acesso a coleções antropológicas do Museu da História Natural (USA).

A diversidade de exemplos de aplicação e uso do Thesaurus na atualidade, indica a sua relevância como linguagem de representação para objetivos de recuperação de informação na atualidade.

Como epílogo, retomo o significado na palavra Thesaurus significando “tesouro”, que a Wikipédia enciclopédia ilustrada apresenta como: “*o lugar onde se guarda preciosidades. No sentido figurado, significa o que é muito precioso ou estimado*”. Considerando essa definição, eu perguntaria: que exemplo poderíamos dar de um lugar que pudesse ser considerado como um tesouro, um lugar onde se guarda preciosidades; que lugar poderia ser esse?

Vou terminar dizendo que, em minha opinião, um exemplo significativo de um lugar que guarda um “Tesouro” é o MAST. No momento, o MAST está refletindo sobre a construção de um Thesaurus como uma possível linguagem de representação para suas necessidades de informação. Espero que a presente reflexão introdutória sobre o tema Thesaurus, no contexto da organização do conhecimento e como linguagem de representação da informação, possa contribuir nessa direção.

Referências

AITCHINSON, J. & GILCHRIST, A. **Manual para construção de tesouros**. Rio de Janeiro, BNG/Brasilart, 1979.

ANCIB. **Grupos temáticos GT2: Organização e Representação do Conhecimento**, Disponível em: http://marulaibict.br/ancib//index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=3&Itemid=30.

ANDERSEN, J. Communication technologies and the concept of knowledge organization – a medium-theory perspective. **Knowledge Organization**, vol. 29, no. 1, pp. 29-39, 2002

BRASIL. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Área de Concentração e linhas de pesquisa**. Disponível em: <http://www.uff.br/ppgci/areas.htm>.

CAMPOS, M.L.de . **Linguagem Documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói, Ed. Da Universidade Federal Fluminense, 2001

CINTRA, A.M.M.; TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G. de; KOBASHI, N.Y. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo, Polis, 2002.

DAHLBERG, I. Teoria do Conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, n.2, p. 101-107, 1978.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization, its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, v. 20, n.4, p. 211, 1993 (a).

DAHLBERG, I. Knowledge organization and terminology: philosophical and linguistic bases. **International classification**, Frankfurt, v. 19, n. 2, p. 65-71, 1993 (b).

DODEBEI, V.L.D. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói, Intertexto; Rio de Janeiro, Interciência, 2002.

FOSKETT, D. **Subject and information analysis**. New York: M. Dekker, 1985.

GILCHRIST, A. **The Thesaurus in Retrieval**. London, ASLIB, 1971.

KNOWLEDGE ORGANIZATION, international journal devoted to concept theory, classification, indexing, and knowledge representation. International Society for Knowledge Organization : Ergon Verlag, 1974- ISSN 0943-7444

LANCASTER, F. W. **Vocabulary control for information retrieval.** Washington, Information Resources Press, 1972

SPARK-JONES, K . Some Thesauric History. **Aslib Proceedings**, v. 24, n. 7, p. 400-411, 1972

VICKERY, B. C. **Information systems.** London: Butterworths. 1973

Aproximaciones para el diseño de un tesoro de Museos

María José López-Huertas

Introducción

La organización del conocimiento es una necesidad ineludible en cualquier centro de información y esto es válido en cualquier caso, sea el centro de información que sea. Tal vez se ha objetivado esta necesidad más tempranamente en bibliotecas y centros de documentación, pero se ha visto también que es igualmente una necesidad imperiosa para otro tipo de centros que, tradicionalmente, han venido utilizando sistemas alternativos para la organización de sus fondos, normalmente de acuerdo a principios específicos que caracterizan los fondos que guardan. Este es el caso de los archivos y de los museos que se han incorporado más tardíamente, aunque con éxito, a la utilización de algunas herramientas de recuperación de información como es, por ejemplo, el tesoro que ya venían usándose en bibliotecas y centros de documentación desde la segunda mitad del siglo XX..

El tesoro es una herramienta formalmente terminológica que tiene como unidad básica de organización el concepto. Se caracteriza también por ser un lenguaje especializado por naturaleza, estrechamente conectado, por tanto, con la terminología en sentido estricto, lo que le otorga unas características especialmente idóneas para la gestión de dominios especializados, como puede ser el caso de museos, entre otros.

Los museos son centros de información que tienen al menos dos niveles de realidad: uno lo constituyen las piezas u objetos que se exhiben y otra la documentación que posee del tipo que sea y en el soporte que sea.

Si nos centramos en la parte de exhibición que suele ser la más importante en un museo, no cabe duda de que tras el agrupamiento de los objetos que muestra o la creación de secciones se está manifestando una determinada organización del conocimiento que suele estar influida por corrientes epistemológicas en la especialidad a la que pertenecen los objetos exhibidos, por la historia de la temática del museo, etc. Esto mismo puede trasladarse a cualquier exposición temporal que se pueda alojar en los museos o en cualquier galería de arte. El tesoro es una propuesta para la organización del conocimiento en un área temática determinada que formaliza por medio de términos de esa especialidad, por tanto, es fácil ver

las concomitancias entre las actividades básicas seguidas en los museos para la exhibición de sus piezas y el contenido de un tesoro. El tesoro, además, permite recuperar información no presencial sobre el contenido del museo, a partir de un acceso digital bien en el mismo museo o vía Internet.

Una vez reconocidas la viabilidad y la utilidad que puede tener un tesoro para la representación y la organización de conocimiento museístico, se abre una cuestión importante y previa a cualquier acción que se quiera acometer para la elaboración de una herramienta de estas características: el diseño. Con demasiada frecuencia no se atiende lo suficiente a este aspecto y se procede a su elaboración sin la debida reflexión previa.

Consideraciones sobre el diseño de tesauros

El diseño está en estrecha relación con los modelos teóricos existentes en una especialidad dada, en este caso las Ciencias de la Información y, más concretamente, en las teorías sobre organización del conocimiento y sobre sistemas de organización del conocimiento. Cada plataforma teórica ofrece también modelos de diseño diferentes que es necesario conocer antes de empezar la construcción de un tesoro, además el proceso y el método de elaboración va a estar condicionado por el modelo elegido.

Hay dos tendencias generales a la hora de plantearse cómo organizar el conocimiento con la finalidad de recuperar información: una *universalista* que propone principios y criterios generales aplicables a cualquier especialidad y otra *contextual* que parte del conocimiento de la especialidad como paso previo y referente básico para la construcción de sistemas de organización del conocimiento. En este trabajo voy a centrarme en esta segunda aproximación que es la pertinente porque ya partimos de un dominio específico: el tema o los temas del museo.

Modelo de diseño contextual

Dentro del modelo contextual, hay varias tendencias y variantes como se va a ver seguidamente, aunque la mayoría de ellas podríamos considerarlas dentro de una teoría general llamada *análisis del dominio* formulada en 1995 (Hjørland & Albrechtsen, 1995). Propone esta visión que la organización del conocimiento debe incorporar las posibles dinámicas ontológicas, epistemológicas y sociales existentes en cada dominio, en la creencia de que éstas son exclusivas de cada uno de ellos. Considera a las disciplinas como

comunidades de discurso, apartándose así de previas concepciones que se centraban en una representación estrictamente objetiva de la realidad. Cree que el conocimiento que se representa y organiza en los sistemas de la información está organizado según unas estructuras más o menos visibles que tienen influencias paradigmáticas. Los diferentes paradigmas significan distintas visiones, métodos y valores. El núcleo del análisis del dominio es el estudio de las actividades y los productos de los dominios para tener conocimiento de lo que hay en las estructuras de cada dominio.

El mismo autor publica en 2002 once métodos para llevar a cabo el análisis del dominio, completando así la propuesta anterior (Hjørland, 2002), sugiriendo que la utilización de varios métodos conjuntamente es la mejor opción.

Análisis del dominio. Ejemplo práctico

Hay un trabajo de análisis del dominio aplicado a los estudios de arte que es ilustrador de esta tendencia y especialmente pertinente para el caso que nos ocupa aquí: los tesauros para museos (Ørom, 2003). Los métodos que utiliza son los siguientes:

- Estudios históricos del dominio (estudio histórico de categorías, conceptos, contextos y organización del conocimiento).
- El análisis del discurso, sistemas de símbolos y lenguaje técnico
- Análisis de documentos y géneros
- Indización.

Considera que el dominio se articula en torno a dos áreas bien definidas: las exposiciones de arte y la producción científica sobre arte y analiza tres entornos entendiendo que la perspectiva histórica penetra en los tres:

1) Las exposiciones de obras de arte que se exhiben en museos, galerías, museos virtuales, etc. Cuando estas obras se sitúan y se presentan en un contexto constituyen una organización del conocimiento que puede considerarse como una actividad institucional. Será considerado como el nivel institucional de la organización del conocimiento

2) Presentación del tema en publicaciones de arte (impresos, audiovisuales, y documentos multimedia)

3) La organización del conocimiento como es entendido en Ciencias de la Información (Sistemas de clasificación y tesauros).

La representación y la organización del conocimiento de los estudios de arte descansarían sobre tres pilares representados en el siguiente esquema



Este ejemplo es perfectamente extrapolable a los museos, donde habría que sustituir las exposiciones de arte por los objetos exhibidos en el museo y las exposiciones temporales que aloja y/o que ha ido dando cabida a lo largo del tiempo. El esquema tiene, además, el interés añadido de que delimita el ámbito a partir del cual empezar a construir un tesoro o cualquier otro sistema de organización del conocimiento, entendiéndose en el esquema anterior que las exposiciones de arte, los documentos especializados y las clasificaciones y tesauros de arte son básicamente las fuentes del conocimiento que hay que representar y organizar. Son, por tanto, elementos de diseño básicos para la construcción de un tesoro de arte o un tesoro de museos con las sustituciones antes mencionadas de parte de esos elementos.

Volviendo al trabajo de Ørom, puede decirse que, gracias a la aproximación de análisis del dominio realizada, se ha podido descubrir, por ejemplo, que la evolución histórica del dominio va dando lugar a categorizaciones distintas y a criterios de representación y organización diferentes y que van sucediéndose paradigmas generales tales como los denominados por el autor “Tradicionales”, “Iconográficos”, “Estilísticos”, “Materialista” y “Nueva” Historia del Arte. Del análisis de las publicaciones recientes sobre arte, se ha desvelado un cambio en la historia del arte. Se amplía el concepto y, sobre todo, se reconoce que la nueva historia del arte requiere una aproximación interdisciplinar. Este nuevo modelo incluiría la Semiótica y Teorías de la Representación, Historia de los Estudios de Género, Psicoanálisis, Historia Social y Historia de las Instituciones de arte.

Como resultado de esta aproximación, ha sido posible la identificación de categorías, criterios de representación y organización conceptuales del dominio y orden de utilización de los criterios identificados para desarrollar la estructura conceptual de un tesoro, por ejemplo, de acuerdo con sus componentes ontológicas, epistemológicas y sociales.

Tesoros corporativos

Hay otras aproximaciones dentro de lo contextual que tienen como objetivo incorporar en el tesoro la dinámica de la organización, principalmente los posibles agentes/usuarios implicados en una determinada corporación. Es una solución más cercana a lo que se conoce como gestión del conocimiento y que recibe el nombre de tesoro corporativo (Nielsen, 2001; Nielsen & Eslau, 2002). En opinión de las autoras, un tesoro corporativo “sirve como mecanismo para facilitar la comunicación, mejorar el aprendizaje y apoyar la recuperación de la información del entorno corporativo específico” La importancia de un tesoro de estas características es grande cuando se dan las siguientes circunstancias en una determinada corporación:

- corporaciones empresariales que están formadas por agencias que pueden estar situadas en lugares distintos e incluso en países diferentes
- personal procedente de dominios muy distintos y con procedencias culturales, educativas y profesionales diferentes que trabajan y/o son usuarios de una corporación..

La integración de estas circunstancias es el objetivo del tesoro corporativo

La metodología empleada, en resumen, fue la siguiente:

- El campo conceptual y terminológico básico se identificó a partir de los vocabularios procedentes de las delegaciones nacionales e internacionales de la compañía, tras su comparación, se hizo una lista terminológica integrada. Así se creó el tesoro básico cuyas categorías principales de representación del dominio se basan en el vocabulario antes citado
- Esta primera aproximación se amplió con la inclusión de los usuarios y/o agentes de la corporación. Con 100 términos de ese vocabulario se hicieron tests de asociación de palabras a 35 participantes que arrojaron un total de 2.885 respuestas asociativas. Los

resultados demostraron que se pueden armonizar los resultados obtenidos por los tres métodos empleados, que resultan ser complementarios en la construcción del tesoro.

El análisis del discurso en la construcción de estructuras conceptuales.

Dentro de la perspectiva contextual, pueden situarse otras aportaciones teóricas y metodológicas que intentan dar respuesta a la necesidad de construir estructuras conceptuales más evolucionadas que el tesoro tradicional que se ha convertido en una herramienta algo anquilosada a pesar de ser utilizada como recurso terminológico y conceptual para la recuperación de la información en Internet.

Este es el objetivo de un trabajo publicado por López-Huertas (1997) que demuestra cómo puede mejorarse la estructura conceptual del tesoro a partir de un diseño basado en supuestos teóricos sociocognitivos y utilizando métodos alternativos para la elaboración de la estructura, como el análisis del discurso.

El método persigue los siguientes objetivos:

1. Construir una estructura conceptual directamente a partir del análisis y la estructuración de los propios textos especializados utilizando el análisis del discurso

2. Dar respuesta a las necesidades actuales de los sistemas de organización del conocimiento que tiene que enfrentarse a la complejidad que suponen: a) el nuevo conocimiento emergente (interdisciplinariedad, conocimiento generado en entornos laborales; en definitiva, un conocimiento que desborda al estrictamente considerado conocimiento científico) y b) la complejidad que supone gestionar la heterogeneidad presente en el entorno Internet .

En sintonía con lo dicho, la respuesta debe ir encaminada a la creación de sistemas de organización del conocimiento que tengan un alto poder de representatividad conceptual, deben ser fuentes generadoras de una rica red de relaciones semánticas identificadas y deben de partir de un concepto de relevancia más amplio incorporando también el conocimiento “subjetivo relevante” que los autores de los textos especializados depositan en sus publicaciones en la medida de lo posible

3. Objetivar y automatizar el procedimiento para evitar sesgos no deseables en el proceso de elaboración de la estructura

4. Asegurar la garantía literaria de los resultados que a menudo es cuestionable en los tesauros

El dominio elegido para esta investigación fue el de los instrumentos musicales, que, por tratarse en su mayor parte de objetos puede extenderse a los fondos museísticos fácilmente.

Se parte en el referido estudio de una terminología representativa del dominio en cuestión, ya que este acopio terminológico es previo cronológicamente a la construcción de la estructura conceptual del tesoro. En este caso, el experimento se realizó con 10 conceptos de instrumentos de cuerda.

Hay dos cuestiones de básica importancia para elaborar una estructura: la identificación de categorías representativas y pertinentes para el dominio elegido y el orden en que esas categorías deben citarse en el desarrollo de la estructura. Habitualmente éstas han sido decisiones tomadas de forma apriorística por un especialista o un grupo de ellos, en el mejor de los casos, aquí se cambia ese orden de cosas y son los textos especializados los que se convierten en fuentes generadoras de esta información. Por tanto, el método que se desarrolla es inductivo, teniendo como referentes básico los conceptos elegidos y los textos especializados

Las fases más importantes en el proceso de construcción de la estructura que se propone son las siguientes:

1. Consideraciones previas

- La unidad de análisis es el concepto expresado formalmente por un descriptor
- Las unidades textuales, punto de partida para el análisis del discurso, son las definiciones de los diccionarios especializados en la materia, previamente seleccionados
- Para cada descriptor se crea un texto que será la base del análisis

2. Formación del texto

El texto estará constituido por la suma de las definiciones de los diccionarios especializados previamente seleccionados

- Es importante incluir distintas visiones del concepto analizado, en teoría cuantas más visiones mejor.
- En el ejemplo siguiente, se muestra cómo se elabora el texto creado para Banjo. A, B, C y D representan los cuatro diccionarios consultados.

BANJO

D) Instrumento con cuello largo y trastes, con 5 a 9 cuerdas pulsadas con los dedos. Es parecido a la guitarra, pero su cuerpo es circular, y con una membrana tensada en ambos lados planos. Instrumento relacionado con los negros americanos. Se usa mucho en las bandas de jazz para llevar el ritmo

E) Instrumento favorito de los negros americanos que fue traído de África donde existía con el nombre de bania. Es una clase de guitarra con un cuello largo y un cuerpo hecho de cuero con un arco a modo de timbal. Tiene de 5 a 9 cuerdas. La primera se toca con el pulgar. El banjo tiene distintos tamaños. Tiene un papel importante en las bandas de jazz y por la popularidad de éstas fue conocido en Europa

F) Una clase de guitarra con cuerpo circular sobre el que se pone una membrana tensada. Tiene de 5 a 9 cuerdas y un cuello largo. Importante en las bandas de jazz de Nueva Orleans

D) Instrumento de cuerda pulsada, una clase de guitarra con 6 cuerdas, aunque también los hay con 5 y 7. Tiene un sonido dulce. La caja de sonido está formada por un arco que sujeta una membrana atirantada fijada con tornillos alrededor de su circunferencia. La parte de atrás del cuerpo es también circular, hecha de madera que forma una pieza con el cuello. Se toca en las bandas de jazz.

La idea es llegar a la identificación de categorías a partir del mismo texto sin tomar decisiones apriorísticas sobre cuáles deben ser estas categorías. Se entiende que así se respeta la garantía literaria de los resultados también a nivel estructural y no sólo a nivel terminológico, al tiempo que se evitan sesgos o desviaciones no deseables producto de decisiones tomadas exclusivamente basadas en opiniones de especialistas.

3. Identificación de expresiones relevantes para cada concepto

Se indizan las definiciones que constituyen el texto para cada concepto con la idea de identificar sus elementos textuales relevantes. Tratándose de definiciones, el proceso es rápido por su condensación de información. Utilizando el ejemplo anterior, la indización, marcada en negrita, quedaría así:

BANJO

A) Instrumento con cuello largo y trastes, con 5 a 9 cuerdas pulsadas con los dedos. Es parecido a la guitarra, pero su cuerpo es circular, y con una membrana tensada en ambos lados planos. Instrumento relacionado con los negros americanos. Se usa mucho en las bandas de jazz para llevar el ritmo

B) Instrumento favorito de los negros americanos que fue traído de África donde existía con el nombre de bania. Es una clase de guitarra con un cuello largo y un cuerpo hecho de cuero con un arco a modo de timbal. Tiene de 5 a 9 cuerdas. La primera se toca con el pulgar. El banjo tiene distintos tamaños. Tiene un papel importante en las bandas de jazz y por la popularidad de éstas fue conocido en Europa

C) Una clase de guitarra con cuerpo circular sobre el que se pone una membrana tensada. Tiene de 5 a 9 cuerdas y un cuello largo. Importante en las bandas de jazz de Nueva Orleans

D) Instrumento de cuerda pulsada, una clase de guitarra con 6 cuerdas, aunque también los hay con 5 y 7. Tiene un sonido dulce. La caja de sonido está formada por un arco que sujeta una membrana atirantada fijada con tornillos alrededor de su circunferencia. La parte de atrás del cuerpo es también circular, hecha de madera que forma una pieza con el cuello. Se toca en las bandas de jazz

De aquí se llega a una lista unificada de *elementos relevantes* para el concepto de banjo que se enumeran a continuación

- | | |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Instrumento solo</i> 2. De cuerda 3. Punteado 4.- Se toca con los dedos 5. Se toca con el pulgar 6. Cuello o mástil largo 7. Trastes 8. Cuerpo circular 9. Lados planos 10. 5-9 cuerdas 11. Diferentes tamaños 12. Membrana tensada 13. Popular/Importante | <ol style="list-style-type: none"> 14. <i>Sonido dulce</i> 15. Para llevar el ritmo 16. Bandas de jazz 17. USA 18. Nueva Orleans 19. África 20. Europa 21. Negros 22. Música de jazz 23. Hecho de piel 24. Hecho de madera 25. Se parece a la guitarra |
|--|--|

4. Identificación de categorías relevantes a partir del significado de la expresiones antes mencionadas

Las categorías están sugeridas por los elementos textuales relevantes antes identificados para cada concepto. El significado de las categorías viene dado por el significado que tienen esos elementos textuales relevantes en el contexto de las definiciones. Es interesante destacar que el nombre de las categorías viene sugerido directamente por los propios textos. A continuación se relacionan los elementos textuales junto con las categorías sugeridas por estos

<i>Elementos textuales relevantes</i>	<i>Identificación de categorías</i>
<i>Instrumento</i>	<i>Mecanismo sonoro</i>
De cuerda	Fuente del sonido
Punteado	Forma de producir el sonido
Se toca con los dedos	Medio de producir el sonido
Se toca con el pulgar	“
Sonido dulce	Carácter musical
Para llevar el ritmo	Funciones musicales
Bandas de jazz	“
Música de jazz	“
Popular	Funciones sociales
Cuello o mástil largo	Características morfológicas
Trastes	“
Cuerpo circular	“
Lados planos	“

5-9 cuerdas	“
Diferentes tamaños	“
Membrana tensada	“
<i>Se parece a la guitarra</i>	<i>Relación con otros instrumentos</i>
Hecho de piel	Material
<i>Hecho de madera</i>	“
<i>USA</i>	<i>Lugares</i>
África	“
Nueva Orleans	“
Europa	“
Negros	Características étnicas

5) Ordenación de las categorías en la estructura

El siguiente paso en el proceso de construcción de la parte sistemática de un tesoro o de cualquier sistema de organización del conocimiento es identificar criterios relevantes para ordenar las categorías en una determinada estructura. Los criterios elegidos para dicha organización y el orden de aplicación de esos criterios en el desarrollo de la estructura son muy importantes.

o *Asignación de la relevancia a las categorías.* En este caso, el criterio de ordenación elegido es el peso o la importancia que las categorías identificadas tienen en los propios textos. Para determinar ese peso, nos fundamentaremos en el análisis del discurso y, concretamente en las macroestructuras que son las encargadas de indicar la relevancia del discurso. La macroestructura puede señalarnos el grado de relevancia de las categorías en los textos creados para cada concepto. Una manifestación de la macroestructura es la repetición de la misma idea a lo largo del discurso, de manera que la importancia de las categorías vendrá dada por el número de veces que aparece citada en los textos. Por tanto, cada categoría recibirá un peso en función de su relevancia que se medirá según el número de veces que aparece citada en los textos. De manera que a mayor número de citas las categorías tendrán mayor relevancia (importancia).

o *Agrupamiento de categorías.* El siguiente paso es agrupar las categorías de acuerdo con dos criterios fundamentales y en este orden: 1) la relevancia previamente asignada a cada categoría y 2) la semejanza. Si aplicamos estos

parámetros al caso que nos sirve de ejemplo tendríamos que las categorías más relevantes son:

- o Mecanismo sonoro/solo
- o Fuente del sonido
- o Características físicas

Al aplicar el segundo criterio este grupo se diferenciaría en dos: uno de sonido bajo el que estarían Mecanismo sonoro y Fuente del sonido y otro que sería Características físicas..

La estructura se empezaría por las categorías más relevantes que correspondería a lo que tradicionalmente se identifica con los conceptos más genéricos. En este caso, habría dos familias: el sonido y las Características físico-morfológicas:

SONIDO

Mecanismo sonoro/solo

Fuente del sonido

CARACTERÍSTICAS FÍSICO/MORFOLÓGICAS

Así se seguiría procediendo con el resto de las categorías con menos citas hasta acabar la estructura (López-Huertas, 1997).

Las características más destacadas de una estructura como la descrita serían las siguientes:

- La polirrepresentación conceptual
- El desarrollo de la capacidad relacional

- Alteración de parámetros clásicos (Exhaustividad y precisión)
- Posibilidad de generar sistemas expertos o semiautomáticos

Concretamente, a partir de la polirrepresentación que cada concepto logra tener en la estructura, se consigue un entramado relacional enriquecido comparado con propuestas tradicionales, sobre todo en lo referente a las llamadas relaciones asociativas potenciales que, no sólo las aumenta significativamente sino que las identifica e individualiza (López-Huertas, 2000). Un ejemplo es el siguiente

Nombre del instrumento

Carácter musical

Procedente de / lugar relacionado

Tiempo

Hecho de

Géneros musicales relacionados

Formas musicales relacionadas

Grupos musicales relacionados

Orquestas relacionadas

Relación con otros instrumentos

Acontecimientos sociales relacionados

Cómo es / Características morfológicas

Grupos étnicos relacionados

Grupos religiosos/militares relacionados

Compositores relacionados

Artesanos relacionados

Métodos de aprendizaje

Composiciones relacionadas

Las características relativas a la posibilidad de generar sistemas expertos o semiautomáticos a partir de la estructura descrita están desarrolladas en López-Huertas (1999). En cuanto a los parámetros exhaustividad / precisión, sólo decir aquí que ambos resultan altamente mejorados porque cada concepto está representado de forma muy exhaustiva, como se ha demostrado, y porque esta exhaustividad es al mismo tiempo pertinente porque cada característica que representa a cada concepto en la estructura conduce a dicho concepto con un nivel de precisión prácticamente absoluto.

Recientemente este método ha sido aplicado para la construcción de una ontología (Denda, 2005).

Conclusiones

La elaboración de una herramienta profesional tan importante como es cualquier sistema de representación y organización del conocimiento, un tesoro es un ejemplo de ello, debe realizarse en consonancia con los avances teóricos y metodológicos que se van produciendo en nuestro campo: las Ciencias de la Información en general y la Organización del Conocimiento en particular. De no hacerse así, se estarán creando sistemas anacrónicos de dudosos resultados en la práctica. Es verdad que a menudo se produce esta especie de divorcio entre teoría y práctica en nuestra especialidad, pero en ningún caso debe justificarse y menos apoyarse.

Con este artículo he pretendido llamar la atención sobre aspectos relacionados con el diseño de un sistema de organización del conocimiento, en este caso representado por un tesoro, porque es un aspecto del que suele hablar poco y porque está estrechamente relacionado con el conocimiento teórico y metodológico generado en el área, imprescindible

para conseguir un producto actualizado y eficaz. Evidentemente, el diseño es una etapa previa a la construcción, de aquí que sea el momento de la reflexión sobre los avances producidos y sobre qué fundamentos teóricos y qué metodología se va a construir un tesauro.

Referencias

DENDA, Kayo (2005). Beyond subject headings. A structured retrieval tool for interdisciplinary fields. *Library Resources and Technical Services*, 49 (4), pp. 266-275

HJØRLAND, Birger and ALBRECHTSEN, Hanne (1995). Toward A New Horizon in Information Science: Domain Analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 1995, 46(6), pp. 400-425.

HJØRLAND, B. (2002). Domain analysis in information science. Eleven approaches - traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, 58 (4), pp.422-462

LÓPEZ-HUERTAS, María J (1997). Thesaurus structure design: an approach for improved interaction. *Journal of Documentation*. Vol 53 (2), pp. 139-177

LÓPEZ-HUERTAS, María J. (2000). Nuevas relaciones conceptuales en los lenguajes documentales para la indización y la recuperación de la información. XVII Coloquio Internacional de Investigación Bibliotecológica. Méjico, 1999. La Bibliotecología en la construcción de la sociedad del conocimiento. México, UNAM.

LÓPEZ-HUERTAS, María J. (1999). Potencialidad evolutiva del tesauro: hacia una base de conocimiento experto. IV Congreso ISKO-España. Representación y organización del conocimiento en sus distintas perspectivas: su influencia en la recuperación de la información. Granada, Isko-España, Universidad, pp. 133-140

LÓPEZ-HUERTAS PÉREZ, Mª José. Potencialidad evolutiva del tesauro: hacia una base de conocimiento experto. IV Congreso ISKO-España. EOCONSID'99. Representación y organización del conocimiento en sus distintas perspectivas: su influencia en la recuperación de la información. Granada, Isko-España, Universidad, 1999, pp. 133-140

ØROM, A. (2003). Knowledge organization in the domain of Art Studies. *Knowledge Organization*, 30 (3/4), pp. 128-143

NIELSEN, Marianne Lykke (2001). A framework for work task based thesaurus design. *Journal of Documentation*, vol. 57, 6, pp. 774-797

NIELSEN, Marianne Lykke and ESLAU (2002). Corporate Thesauri- How to ensure integration of knowledge and reflexion of diversity. En: *Challenges for Knowledge Representation and Organization for the 21st. Century. Integration of knowledge across boundaries*. Proceedings of the 7th International ISKO Conference. Würzburg: Ergon Verlag, 2002, pp. 324-331)

TEMA: DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA EM MUSEUS DE CIÊNCIA

Documentação de acervos Museológicos em ciência e tecnologia: novos desafios para o Museu da Vida

Eloísa Ramos Sousa

A coleção de Objetos de Ciência e tecnologia do Museu de Astronomia e Ciência Afins: reflexões sobre a documentação museológica

Claúdia Penha dos Santos

Nota Biográfica

Eloísa Ramos Sousa

Museóloga (Universidade Federal do Rio de Janeiro UNI-RIO, 1989), bacharel em Ciências Sociais (Universidade Federal Fluminense, 2003). Especialista em História da África (Universidade Castelo Branco, 2008). Iniciou sua vida profissional na Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais (1989-1994), trabalhando nos Museus Mineiro, Museu Casa de Guimarães Rosa e Museu da Polícia Militar atuando nas áreas de documentação e exposição. Desde de 1994 trabalha no Museu da Vida/COC/Fiocruz desenvolvendo vários trabalhos na área de documentação, principalmente voltados para museus de ciências e tecnologia.

Claudia Penha dos Santos

Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1988), especialização em Teoria da Arte: Princípios e práticas artísticas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002) e mestrado em História das Ciências pelo Fundação Oswaldo Cruz (2003). Atualmente é responsável pelo Núcleo de Documentação e Conservação do Acervo Museológico do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Documentação de Acervos Museológicos em Ciência e Tecnologia: Novos desafios para o Museu da Vida.

Eloísa Ramos Sousa

O presente artigo originou-se de uma apresentação no Mast Colloquia 2007 e foi enriquecido com as contribuições dos ouvintes que compareceram ao evento. O trabalho que expomos aqui tem o caráter aberto, ele é o resultado parcial de algumas reflexões que vêm sendo feitas em relação à incorporação de novos objetos pelo Museu da Vida. São os aparatos interativos, que constituem hoje uma nova categoria de acervo, altamente significativa, criando um novo paradigma principalmente para a documentação museológica.

Ao trazer essa indagação sobre esses novos acervos a intenção é de convidar a todos e principalmente aquelas pessoas que possuem em suas instituições esses aparatos interativos para participarem dessa reflexão, de forma a contribuir com suas experiências trazendo mais luz para esse caminho, que é não exclusivo do Museu da Vida. Caminho que alguns museus de Ciência e Tecnologia trilharam em direção à interatividade e nessa jornada aparecem os “aparatos interativos”. Caracterizar, documentar, preservar e incluir esses elementos como parte integrante da memória institucional, impõe um desafio para os profissionais dos museus, principalmente para os comprometidos com a documentação e a preservação de acervo.

Como primeira indagação, podemos perguntar: e os aparatos interativos devem ou não ser tratados com acervo museológico? Existem duas respostas, uma bem simples que não necessitaria de muita argumentação, bastaria dizer que os aparatos não constituem acervo museológico e encerraríamos o caso. A outra é positiva e foi essa que nós escolhemos. Gostamos de desafios e estamos buscando respostas para as novas indagações que nos deparamos com a inclusão desses aparatos ao acervo museológico.

Os aparatos interativos não são tão novos no mundo museológico, já existem há muito tempo. O que é novo é o tratamento que queremos dispensar a esses objetos, pois entendemos que eles refletem a ordem social e intelectual de seu tempo e nesse sentido, esses aparatos interativos passam a caracterizar as instituições para as quais eles foram produzidos ou para onde foram transmutados. Tornaram-se uma ferramenta extremamente poderosa, eles sendo capazes de traduzir todo pensamento de um tempo ou de uma época. Desprezá-los, pelo simples fato de não serem considerados acervo, é uma forma de acabar com a memória dessas instituições.

A segunda indagação refere-se a classificação dos objetos em questão: a que categoria eles vão pertencer ou teremos que criar uma nova classe de objetos para inserir esses aparatos?

É objeto museológico?

É material museográfico?

Ou apenas um aparato interativo (criando uma nova possibilidade classificatória dentro da instituição)

Dentro das diversas definições de objeto museológico nos identificamos com a corrente que o caracteriza sendo um objeto que é retirado do seu contexto original é recolhido à coleção de um museu para sua própria segurança. O objeto está fora do circuito material para o qual foi originalmente concebido, passando a ser índice de si mesmo ou de sua categoria.

Essa definição oferece uma falsa tranquilidade ao definir o objeto museológico, ela exclui toda ou qualquer possibilidade de inclusão de objetos produzidos com a finalidade de pertencer a uma instituição museológica, como é o caso dos aparatos interativos, mesmo que esses tenham uma função primordial, que os torna acervo e índice de uma nova estrutura pretendida na instituição a que pertencem.

Por outro lado eles não são objetos retirados de algum contexto físico, eles são pensados e construídos para uma instituição que trabalha com o conceito de interatividade e podem, ainda ser usados em diferentes instituições.

E por fim, não é material museográfico, embora muitas vezes seja, dessa forma, entendido. Dentro da proposta interativa da instituição os aparatos são fundamentais, pois são os portadores da mensagem que se pretende ensinar ao público. Distintamente do material museográfico, que é apenas um suporte e, teria um papel secundário numa mostra.

O que temos visto nessas últimas décadas é o “surgimento” de museus que se enquadram na categoria de ciência e tecnologia (nos mais diversos ramos das ciências). Em 1999 existiam 617 museus ou centros de ciências no mundo, sendo 113 no Brasil. Muitos oriundos de instituições “museológicas tradicionais” (entendemos aqui por tradicional toda

aquela instituição que tem como base um acervo museológico), que, seguindo uma tendência mundial, viu seus espaços serem modificados, modernizados ou atualizados, ganhando uma “nova roupagem” com a inclusão de aparatos interativos, que em alguns casos substituíram o acervo museológico. Acreditamos que o Acervo Museológico pode, simbolicamente, ser considerado o documento de identidade da instituição museu, pois, é ele que a caracteriza e assegura sua identidade tornando-a única mesmo que ela fale da universalidade. É a particularidade que torna o museu único, nos ensina o professor Ulpiano de Meneses.

Os centros de ciências, diferentemente das instituições museológicas, têm seu nascimento dissociado de um acervo institucional e /ou histórico, seu compromisso é outro, a idéia da preservação está numa outra instância, a preocupação é com os conceitos que poderão ser “apreendidos” através dos aparatos que são construídos para essa finalidade, e estes aparatos podem ser expostos em qualquer espaço, pois, não asseguram a identidade da instituição onde ele está inserido.

Como descreve Barros (1998), citado por Loureiro (s/d, 5) que o museu científico se diferencia do centro de ciências em virtude de sua configuração com “instituição que possui um acervo de relevância histórica e que contribui para criar a identidade de uma sociedade”.

Não vou me estender sobre os conceitos e as origens dos centros interativos de ciência, pois, esse não é esse o objetivo do trabalho, mas é sempre bom lembrar que assim como os museus, esses centros são instituições datadas e seu surgimento está atrelado às necessidades da sociedade as quais eles fazem parte.

Quando formulamos assim, temos a impressão que estamos falando de duas instituições completamente distintas, e na verdade estamos. Então, onde reside a problemática?

Temos que voltar um pouco ao início quando falamos da modernização dos museus. Essa atualização em muitos casos veio com a inclusão de atividades interativas em espaços museológicos já consolidados, que até então atendia às demandas de seu público com exposições de objetos, ricos em simbolismo, capazes de traduzir o discurso das instituições de forma ímpar, cumprindo sua missão ao longo de sua existência.

Mas o mundo gira e não podemos perder a roda do mundo, temos que nos atualizar. Foram e são criados discursos que auxiliam a despertar novas expectativas para o vasto

público dos museus, ávido por informação e conhecimento, que agora os terão de uma forma mais dinâmica; é o fim do imobilismo ou do engessamento museológico, como é preconizado por alguns.

Para nós é o nascimento do novo, mesmo que esse novo já esteja agonizando em seu nascedouro. Traçando um paralelo com o nascimento da casa burguesa e de sua transformação como um modelo a ser seguido, como foi analisado por Baudrillard (1997), percebemos que essa instituição atualizada ocupa o espaço simbólico do já consagrado museu, com modelos geralmente importados de outras realidades.

Os espaços híbridos dos museus passam a conviver de maneira não muito harmônica com duas realidades: as dos objetos que constituem o acervo museológico e os aparatos interativos. Em alguns casos o acervo museológico encontra-se dissimulado ou pulverizado no meio desses aparatos, em outros guardados nas reservas técnicas.

... são objetos, se fazem, encarnados no espaço os laços afetivos da permanência do grupo, docemente imortais até que uma nova geração moderna os afaste ou os disperse ou às vezes os reinstaure em uma atualidade nostálgica de velhos objetos. (Baudrillard, p.22)

A impressão que o “novo espaço museal” não é suficiente para essas duas categorias de objetos, é também reforçada pelo tipo de tratamento que esses aparatos recebem dos profissionais das instituições museológicas, geralmente os aparatos interativos não dizem respeito ao serviço de museologia, em algumas instituições são tratados como bens patrimoniais na carga administrativa. É uma forma de tratamento bem distinta daquela dispensada aos objetos das coleções que garantem a identidade do museu.

Essa categorização dos objetos, ou distinção entre eles, parece algo de importância menor: aparentemente resolvido, de um lado ficam os profissionais de museologia tratando do acervo histórico e do outro os especialistas de diversas áreas, trabalhando com seus aparatos interativos. Ao aceitarmos essa separação não estamos na contra-mão do nosso próprio discurso da inclusão? Que deve ser entendido de uma forma mais ampla, ou seja, incluir é juntar, é fundir é dar a mesma oportunidade a tudo e a todos. Por que essa separação? Esses objetos, ao serem inseridos na instituição, não são possuidores da história da instituição? São instituições concorrentes que agora estão abrigadas sob o mesmo céu?

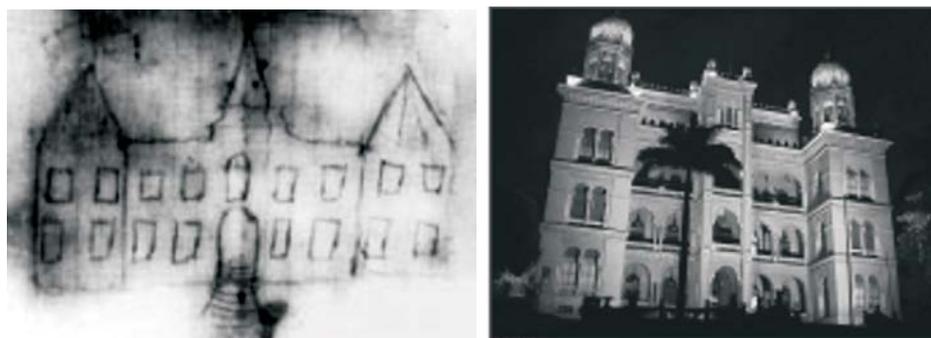
Partindo desse pressuposto, vou particularizar no caso do museu da Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ que atualmente é denominado de Museu da Vida.

A FIOCRUZ é uma instituição centenária que teve e tem uma participação muito ativa no cenário nacional e internacional. A importância dessa pincelada histórica é para mostrar a trajetória da instituição e as transformações que ocorreram no seu espaço museológico, foco de nosso trabalho.

Criada em 1900 como Instituto Soroterápico Federal, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma das instituições de pesquisa científica no campo da saúde e da biologia mais tradicionais e importantes da América latina.

Para entender a estrutura museológica da Fiocruz dividimos em três grandes períodos: Formação, Consolidação e Mudança. Na realidade é uma divisão arbitrária, pois sempre teremos esses movimentos coexistindo na instituição, mas nos períodos que identificamos há um predomínio de uma ação sobre a outra, e por isso temos tranquilidade nessa classificação.

A primeira fase está ligada à criação do Instituto Soroterápico Federal, em 1900. Ao assumir a direção do Instituto em 1903, Oswaldo Cruz empreende uma grande mudança, com a construção de diversos prédios para melhorar as condições de trabalho. O principal foi o Castelo Mourisco, onde ele destinou uma sala para abrigar um museu.



Figs 1 e 2: Croqui do Castelo Mourisco por Oswaldo Cruz e Castelo Mourisco Maginhos/RJ

No 3º andar do castelo foi instalado o Museu de Anatomia Patológica, seu acervo era resultado das pesquisas realizadas pelos cientistas do então nascente Instituto de Medicina Experimental de Manguinhos. Sua concepção é fortemente influenciada pelos padrões europeus e norte-americanos, sendo adotada a estrutura de um museu científico institucional.

No museu estão expostos, em mostruários apropriados, colleções de insectos transmissores de molestias, particularmente de especies brasileiras, de animaes venenosos e peçonhentos, de peças anatomicas, oriundas de autopsias realizadas pelos assistentes nos hospitais(...)Nota-se digna de menção a coleção de culturas de cogumelos, constituída por 1.300 especies diferentes, sendo uma das mais completas, entre as que têm sido organisadas em todos os paizes”. (CHAVES, 1926)



Fig. 3 Planta baixa do Museu de Anatomia Patológica 3º andar do Castelo Mourisco



Figs: 4,5,6, e 7:Detalhe do Museu de Anatomia Patológica 3º andar do Castelo Mourisco



Esse acervo ultrapassou as muralhas do castelo mourisco e representou o país na Exposição Internacional de Higiene e Demografia que aconteceu na Alemanha em 1907, o já Instituto Oswaldo Cruz ganha a medalha de ouro pelo conjunto dos trabalhos desenvolvidos.



Figs: 8 e 9 Acervo do Instituto de Manguinhos exposto em Berlim



Fig:10

Em 1917, com a morte de Oswaldo Cruz, sua sala de trabalho e o laboratório são transformados em sala de memória, uma homenagem ao cientista. Tinha como objetivo reverenciar seus feitos e imortalizá-lo na Instituição.

A sala em que Oswaldo Cruz trabalhou até os últimos dias de sua vida, em Manguinhos, foi piedosamente conservada como se achava então, trazendo para ela alguns dos aparelhos que usou nos primeiros dias do Instituto, sua biblioteca particular adquirida pelo governo, após a sua morte, o fardão acadêmico, sua blusa de trabalho, escritos seus, recordações da família e outras lembranças. Hoje, quando penetramos nessa sala, onde muitas coisas se encontram como ele as dispôs, temos a impressão que a deixou por um momento e vai voltar, tão impregnado está o ambiente de seu espírito e de sua vida". (ARAGÃO,1950)



Figs 11 e 12: Planta baixa do museu no 2º andar e Sala de memória de Oswaldo Cruz

Neste período 100% do acervo encontrava-se exposto, a informação sobre ele era dada através de uma ficha de identificação colada na própria peça e pelas fichas catalográficas que ficavam num arquivo.

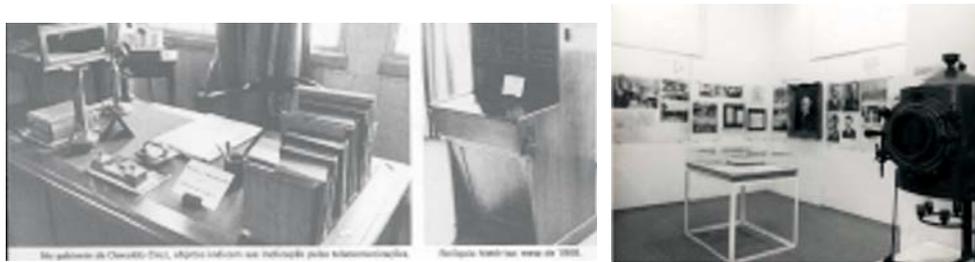
Até os anos de 1970, não houve alteração na concepção museológica da instituição. Para celebrar a passagem do centenário de Oswaldo Cruz (1972), a sala dedicada a sua memória foi reformulada e o laboratório deixou de existir.

Em 1976, foi contratado o primeiro museólogo da instituição, Luiz Fernando Ribeiro, sua função principal seria organizar o museu. Foi o começo da institucionalização da museologia na Fiocruz. Entre os vários trabalhos desenvolvidos pelo museólogo Luiz Fernando, um dos mais importantes, foi o de identificar e salvar as peças que hoje formam o acervo histórico, tanto museológico como arquivístico da instituição, e que esta preservado no Museu.

Com a entrada desse profissional na instituição foi feita uma campanha informal de captação de acervo, despertando nos funcionários o sentimento do respeito por sua própria memória. O museólogo passa a ser identificado com o guardião do acervo representativo do trabalho ali desenvolvido, sendo requisitado sempre em caso de descarte de alguma peça ou quando alguém atribuía algum valor a um objeto encontrado.

Começa-se a pensar na memória do trabalho de uma forma coletiva.

As ações museológicas desse período resultaram na reabertura da Sala de Oswaldo Cruz no 2º andar e na criação do Museu do Instituto Oswaldo Cruz no 1º andar que ocupava cinco salas do castelo. A exposição foi montada com os objetos que foram transferidos dos setores, coletados no campus e/ou recuperados dos lixões. Nesse período inicia-se de modo técnico e sistemático a documentação do acervo museológico da instituição, este acervo era composto de material arquivístico, de livros e peças históricas de diversas categorias.



Figs 13 e 14 : Sala de memória de Oswaldo Cruz , anos de 1970 e Museu do Instituto de Oswaldo Cruz , (anos de 1970/80).

Ainda nos anos de 1970, precisamente em 1976, surge a idéia da criação de um “museu didático ou museu de pesquisa” que foi denominado de Marquês de Barbacena. A proposta do museu era inovadora, foi desenvolvida por um médico e um artista plástico. Suas atividades eram baseadas em ações interativas que ficaram a cargo de 02 biólogos e 02 relações públicas.

Nesse período há um incentivo à visitação ao espaço museológico, com instalação de infra-estrutura para o recebimento desse público.

Proporcionar de uma maneira mais ampla, o conhecimento da Instituição, assim como sua obra, principalmente aos alunos do 1º, 2º grau e superior. Com a sala Marques de Barbacena e o Museu do Instituto Oswaldo Cruz, suas portas se abrem ao grande público, reafirmando seu papel dissiminator da ciência e cultura. Recebendo visitantes ilustres confirma sua vocação universal. As maquetes do Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos e Centro Hospital, já em construção, lançam a imagens de Manguinhos Futuro". Projeto museológico por Luiz Fernando Ribeiro

Em 1984, o museu fechou suas portas, a necessidade de manutenção freqüente no prédio e nos aparatos interativos concorreu para a suspensão de suas atividades.

A terceira e última fase começa nos anos de 1980, há um ampliação no conceito de patrimônio e de preservação, em nível mundial e em consonância com a história, a Fiocruz contrata diversos profissionais: museólogos, historiadores, arquivistas e arquitetos.

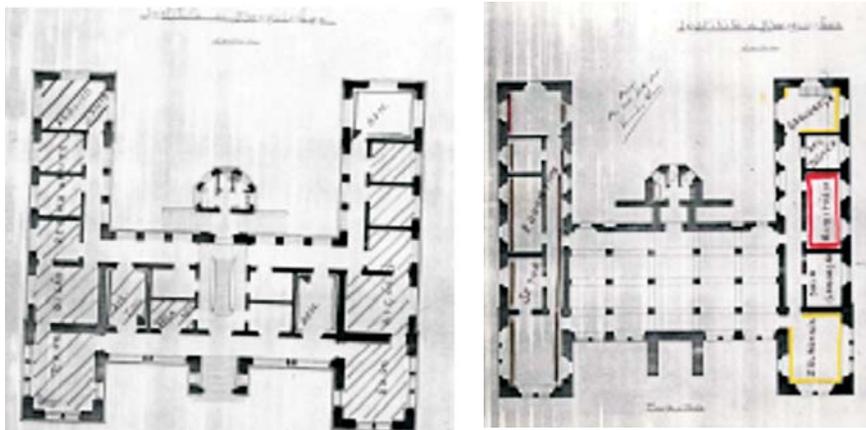
“Em janeiro de 1981, foi tombado conjunto arquitetônico de Manguinhos pelo IPHAN. Inauguro-se assim um período de grande divulgação de Manguinhos, que trouxe até nós em um só ano cerca de 18.000 visitantes...

Assim o prédio é, naquilo em que pode ser visitado e naquilo que é suscetível de comunicação ao público um museu. No caso específico do Museu da Fundação Oswaldo Cruz, mais do que um fato, o museu procurará registrar um processo, o processo, de cientificação do Brasil:

A) Enquanto museu-processo, ele próprio museu.

B) Enquanto o objeto de seu registo, também um processo é considerado algo não acabado, mas “em se fazendo”

Proposta museológica dos anos 80



Figs. 15 e 16: Proposta para o Museu do Instituto Oswaldo Cruz , anos 80

criada em 1985 a Casa de Oswaldo Cruz, (COC) que passa a agregar o espaço museológico

existente e cria novos departamentos visando a preservação da memória institucional. Nesse período o acervo do museu é separado por categorias, o arquivístico dá origem ao Departamento de Arquivo da COC.

Outro fato a ser salientado nesse período em relação ao acervo é que, em 1985, foi feita uma campanha institucional, de captação de acervo, o que resultou num acréscimo grande de peças, principalmente as relacionadas à produção. O acervo passa a assumir cada vez mais o caráter de ciência e tecnologia com ênfase em biomedicina.

Em 1994, é desenvolvida, por diversos profissionais da Fiocruz, uma nova proposta museológica, o projeto do Espaço Museu da Vida. Tinha como objetivo principal atingir todas as categorias de público, a partir do potencial museológico existente na Instituição. Baseado principalmente em atividades interativas, visando a alfabetização e popularização da ciência, fazendo parte de um movimento mais geral da comunidade científica nacional de popularização da ciência, que buscava interagir com a sociedade, como salienta Pedro Paulo Soares (Montevidéu, 2007)

O projeto ainda contemplava a implantação de um reserva técnica para o acervo museológico, iniciada em 1995. A Reserva recebeu todo o acervo que se encontrava em exposição no museu, que foi desativado para a implantação da nova proposta.



Figs 15 e 16: Reserva Técnica Museu da Vida 1999.



Fig 17: Manual de Documentação MV

Esse período pode ser considerado como o da grande mudança nos padrões museológicos até então adotados na Fiocruz. Embora num dos seus projetos ele se assemelhe muito ao museu Marques de Barbacena, mas no conjunto dos espaços e das atividades propostas ele é realmente um marco de separação entre o tradicional e o contemporâneo. Houve uma mudança na linguagem, há um predomínio de imagens, formas, do lúdico, de cores, aparatos interativos, há um apelo maior do que a simples interatividade de olhar e refletir, agora é possível interagir de outras formas.



Figs: 18 e 19: Espaços do Museu da Vida, 2007

E é nesse espaço que aparecem os aparatos interativos, que não podem ser considerados materiais museográficos como já foi dito anteriormente, pois entendemos que sua função na exposição é muito maior do que a desses recursos de apoio. Desta forma acreditamos os que os aparatos são objetos passíveis de serem musealizados, ou seja, “elevados a categoria de objetos museológicos”, pois eles são os portadores dos signos ou símbolos da nova estrutura museológica, capazes de permitir uma tradução do momento histórico no qual e para o qual foram produzidos.

O que vimos até aqui foram formas tradicionais, já definidas e consagradas de aquisição de objetos dentro de uma instituição que tem um museu, cuja finalidade é preservar sua memória. E quem vai guardar a memória do museu? Ou ao museu não lhe é permitido ter memória?

Nossa proposta é acabar com essa segmentação em relação a esses aparatos interativos e dar-lhes o tratamento técnico adequado, como forma de garantir a preservação da memória da instituição museológica, mesmo que para esse trabalho seja necessário agregar novos paradigmas.

Quero encerrar essa exposição com um texto de Carlos Drummond de Andrade, que representa bem a angústia que aflige os profissionais do Museu da Vida responsáveis pela documentação do acervo museológico, nessa nova fase que estamos vivendo e que acreditamos ser comum a outras instituições semelhantes.

A poesia de Drummond fala da ordem e da desordem que se instaura quando um documento que assegurava a ordem deixa de existir, é mais ou menos assim que nos sentimos, porque até então, tínhamos a segurança do tradicional thesaurus para acervos museológicos e ao incluir os aparatos interativos estamos trazendo novas questões que irão refletir diretamente na documentação tradicional, que deverá ser revista e adaptada constituindo um desafio para seus profissionais, mas isso é um outro tema para ser posteriormente desenvolvido.

O convite continua em aberto esperando contribuições para dirimir a angústia.

“Ordem

Quando a folhinha Mariana

Exata, informativa santificada

Regulava o tempo, as colheitas,

O casamento e até a hora de morrer.

O mundo era mais inteligível

Pairava uma certa graça no viver

Hoje que é que pode?" *Carlos Drummond de Andrade*

Bibliografia

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Boitempo. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1968.
- ARAGÃO, Henrique de Beaurepaire. Notícia Histórica sobre a Fundação do Instituto OswaldoCruz.RJ: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.
- BENCHIMOL, Jaime L (Coord). Manguinhos do Sonho à Vida: a Ciência na Belle Époque.RJ: FIOCUZ/COC, 1990
- BAUDRILLARD, Jean. O Sistema dos Objetos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- CAVALCANTI, Cecília & outros. Divulgação Científica em Centros e Museus de Ciências Disponível em: http://www.cienciaviva.org.br/4scwc/documento01_diculga%C3%A7%C3%A3o.pdf acesso 14/08/2007.
- CHAVES, Leocadio. Nosso Patrimonio Cientifico em Ciencia Medica, v 4, n1, 1926[44]
- LOUREIRO, José Mauro M. & LOUREIRO, Maria Lucia de N M. Museus e Divulgação Científica: Singularidades da Transferência da Informação Científica em Ambientes Museológicos. Disponível em <http://www.conform.ufba.br/7cinform/soac/papers/4f4624a44312c468e04615eb48a.pdf>. acesso 14/08/2007
- MARINHO, Inaldo Barbosa. Museus na Fundação Oswaldo Cruz-Ontem e Hoje. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Informação e Documentação. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ-ECO, 1994.
- Espaço Museu da Vida. RJ: Fundação Oswaldo Cruz. Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz, 1994.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Museus: entre globalização e identidade. São Paulo. Palestra proferida na IV Semana de Museus, 2003.
- SOARES, Pedro Paulo. Museu da Vida. Apresentação em Montevidéu, 2007.

A Coleção de Objetos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins: reflexões sobre a documentação museológica

Cláudia Penha dos Santos

Introdução:

Neste artigo enfocamos o sistema documental utilizado para o acervo museológico do Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST/MCT, destacando algumas reflexões acerca da documentação museológica de acervos de ciência e tecnologia. Inicialmente, apresentamos alguns conceitos de documentação museológica, em seguida, reflexões acerca da documentação de acervos de ciência e tecnologia e finalizamos com a apresentação do sistema documentação museológica adotado no MAST.

A pesquisa e a documentação de acervos são funções fundamentais em qualquer museu, contudo são ações que não têm a mesma visibilidade das demais ações dos museus. Nos últimos anos, a maioria dos museus desenvolveu páginas virtuais onde quase sempre há um espaço disponível para a disseminação e socialização dos acervos. Assim, ao lado das exposições, os museus passaram a divulgar seus acervos através de bancos de dados informatizados, contudo, na base desse processo, encontram-se as atividades de pesquisa, registro e catalogação dos acervos museológicos. Por outro lado, ainda existem poucos estudos acadêmicos relacionados a prática documental nos museus ou, mais precisamente, à forma como os museus processam a informação sobre suas coleções.

Los instrumentos documentales, como inventarios y catálogos, han sido utilizados más como fuentes historiográficas para hacer historia del coleccionismo, como há ocurrido com la historia del arte, sin ser tantos estudiados como resultado de un importante proceso inherente a la gestión de las colecciones y de los museus (TORRES, 2002, p. 9)

Entre os autores brasileiros que buscaram conceituar documentação museológica destacamos Fernanda Camargo-Moro que a define:

(1) processo de organização dos diversos elementos de identificação do acervo; 2) conjunto de conhecimentos e técnicas que têm por fim a pesquisa, reunião, descrição, produção e utilização dos documentos sobre as coleções. (CAMARGO-MORO, 1986, p.239).

Já para Helena Ferrez, documentação museológica além de um conjunto de informações sobre cada um dos objetos da coleção é também: “(...) um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, (...), as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.” (FERREZ, 1994, p.65)

Para Rosana Nascimento (1998), ao se negar o entendimento do objeto museal enquanto processo de conhecimento, a técnica documental reduz-se quase sempre ao preenchimento de fichas, que “resgata-filtra” informações. Para essa autora, ao contrário, a documentação museológica deve ser entendida como:

a ação que vai fundamentar o fazer museológico das outras ações no interior do museu, não deve ser entendida como a principal, ou a mais importante, mais concebida como um processo educativo que estará engajado a uma concepção de Educação da instituição museu, não sendo assim, continuará como um banco de dados de itens que nada comunicam a não ser o que menos se necessita para a compreensão do objeto museal. (NASCIMENTO, 1998, p.94)

Entre os caminhos apontados para a documentação museológica destacamos os princípios do sistema documental do Museu Paulista, onde é ressaltada a relação intrínseca entre pesquisa e acervos, e conseqüentemente, para todo o sistema documental resultante dessa relação, como vemos no trecho a seguir:

Não haveria sentido em apenas localizar, para interessados, documentos materiais e imagéticos sem qualquer decodificação, uma vez que tal decodificação, que está longe de ser de domínio comum, é necessária para tornar esses documentos mais compreensíveis. Dados sobre autores ou fabricantes e terminologia descritiva específica, por exemplo, são previstos no sistema como informações necessárias à compreensão do próprio objeto ou imagem; descritores orientados para a compreensão de padrões de representações sociais são uma meta. (BARBUY; LIMA; CARVALHO; ALMEIDA; RIBEIRO; MAKINO; BERALDO, 2002, pp.16-17)

A documentação museológica em museus de ciência

Se não existem muitos trabalhos referentes à documentação museológica, menos ainda são os dedicados à documentação museológica em museus de ciência em língua portuguesa. Aqui temos quase sempre adaptações de sistemas criados para outras tipologias de acervo, porém o registro e a catalogação de objetos de ciência e tecnologia apresentam problemas bem específicos. Contudo, já existe um consenso em torno da idéia de que esses objetos são importantes para a história das ciências e da tecnologia, pois a partir de sua análise e estudo podemos entender aspectos do desenvolvimento científico e tecnológico de um determinado local ou período. Para José Sánchez e Antonio Belmar, esses objetos “constituyen uno de los elementos más importantes de la cultura material de la ciencia.” (SÁNCHEZ; BELMAR, p.1). Desde a segunda guerra mundial, surgiram diversas iniciativas para a criação de catálogos de instrumentos e até mesmo para a elaboração de um inventário internacional. Hoje os estudos sobre e com os instrumentos científicos constituem-se em um campo bem sedimentado, bastando para comprovar essa tese uma consulta à página da Scientific Instrument Commission da International Union of the History and Philosophy of Science¹.

Voltando à questão dos problemas enfrentados pelos documentalistas em museus de ciência, destacamos como sendo o mais crucial a necessidade de definir o que é um objeto de interesse histórico. Nos anos 1950, Henri Michel, no âmbito do projeto da Comissão para o Inventário Mundial dos Aparelhos Científicos afirmava:

No se trata de catalogar todos los objetos científicos que tienen un valor arqueológico, artístico o histórico. El inventario mundial debe permitir encontrar, si todavía existen, los principales hitos de la historia de las ciencias, entendiendo como tales todos aquellos instrumentos que sirvieron a los científicos [savants], o que marcaron un momento de progreso en la evolución de las ciencias. (MICHEL apud SÁNCHEZ; BELMAR, p.2)

Na concepção acima percebemos a intenção de catalogar os instrumentos relacionados com grandes feitos científicos, com grandes descobrimentos, com feitos que marcaram momentos de progresso na evolução das ciências. Algumas décadas depois, com foco na instrumentação astronômica, o tema voltou a ser debatido em dois seminários que aconteceram em 1988 e 1989, na Itália, para discutir problemas metodológicos relacionados à catalogação e recuperação/restauração do patrimônio instrumental dos observatórios astronômicos e institutos e departamentos de astronomia e astrofísica na Itália. A partir dos seminários, foram definidos como de interesse histórico todos os instrumentos astronômicos básicos e acessórios não mais em uso no presente (PROVERBIO, 1995). A mudança de uma história pautada em grandes figuras em direção a uma história social trouxe mudanças também para a catalogação. Sánchez e Belmar citam como exemplo dessa mudança o Inventário Nacional Irlandês de Instrumentos Científicos publicado por Charles Mollan em 1995, que engloba tanto os instrumentos empregados na investigação e no ensino como os utilizados em engenharia e no âmbito doméstico com fins recreativos.

Outros problemas desafiam a documentação dos acervos científicos e tecnológicos, como por exemplo, os critérios de classificação, que podem ser baseados tanto na função original ou no uso do objeto; a distinção entre partes e acessórios de um instrumento principal; o registro de grandes aparatos, como por exemplo, os aceleradores de partículas.

A documentação museológica no MAST

Uma das finalidades do MAST é a preservação de suas coleções, sejam essas constituídas de objetos científicos e tecnológicos, mobiliário, documentos textuais e iconográficos ou edificações. A coleção de objetos de C&T sob a guarda do museu é composta, até o momento, de cerca de 2000 objetos procedentes do Observatório Nacional – ON², do Instituto de Engenharia Nuclear – IEN (cerca de 300 objetos entre equipamentos fotográficos e eletrônicos), do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM (cerca de 40 objetos utilizados principalmente nos laboratórios da instituição) e resultado de doações particulares.

Os itens da coleção, utilizados em serviços e pesquisas científicas ou de desenvolvimento tecnológico em suas instituições de origem, são em sua maioria fabricados no exterior e pertencem a um período que compreende do século XVIII ao XX. A figura 1 (a e b) apresenta imagens de objetos típicos daqueles provenientes do Observatório Nacional .



Figura 1(a e b) – instrumentos científicos procedentes do Observatório nacional, cronômetro de marinha (a) e teodolito (b).

O acervo museológico do MAST já foi alvo de alguns projetos de documentação e o primeiro deles, de acordo com os registros da Coordenação de Museologia, é de 1987 de autoria da museóloga Márcia Ferreira Neto e se insere no projeto de implantação das reservas técnicas do museu. Para a autora:

Esta proposta de implantação das reservas técnicas I e II tem como meta prioritária manter, preservar, conservar, restaurar e sobretudo difundir o acervo científico e tecnológico do MAST, fazendo-se cumprir o verdadeiro papel do MUSEU, com intuito de repassar todas as informações de forma didática e aberta. (NETO, 1987)

Um outro projeto é o Sistema de Documentação Museológica para o Acervo do MAST (1ª Etapa) de 1989 que tinha como objetivo “(...) criar um sistema de documentação específica para o acervo existente no MAST, procurando atender a todas as categorias que o compõem, como por exemplo: meteorologia, mobiliário, etc.”(MAST; 1989). Em 1991, encontramos o projeto Documentação do Acervo de Instrumentos Científicos do MAST assinado por Maria Esther Alvarez Valente, na época chefe do Departamento de Exposição e Preservação (DEP), que tinha entre seus objetivos específicos :

criação de instrumentos jurídicos e de controle interno que atendam a identificação, localização e cuidados especiais dos objetos; organização da documentação referente ao acervo instrumental; levantamento dos documentos e publicações existentes no MAST e outras instituições referentes ao acervo para complementação dos dados coletados até a presente data; elaboração de plano para a implementação de um sistema informatizado específico visando o cruzamento das informações DEP/DOC referentes ao acervo.(VALENTE, 1991)

Em 1992, a denominação do Departamento de Exposição e Preservação é alterada para Departamento de Museologia (DEM). Na nova estrutura aparecem o Serviço de Exposições e o Serviço de Conservação e Processamento Técnico de Acervo³. As atribuições do novo departamento eram:

estabelecer a política museológica para o MAST, pautada em suas finalidades e características institucionais, enquanto unidade de pesquisa do CNPq e em concordância com as modernas técnicas museológicas. Principais atribuições: estabelecer e manter um sistema de controle para o acervo do MAST, sobretudo no que diz respeito à sua documentação, seu adequado acondicionamento e sua utilização; promover e estimular o estudo do acervo do MAST, com vista à sua difusão, através de exposições, publicações ou quaisquer mecanismos que o museu venha utilizar para se comunicar com o público em geral.(CALDAS, 1992)

Nessa gestão, destacamos dois projetos que colaboraram para a delimitação de uma política museológica de ação sistemática para o acervo museológico do MAST: a implantação, em 1994, da reserva técnica aberta à visitação e a Oficina de Museografia. O

primeiro deles refere-se à transferência da reserva técnica fechada para as salas do primeiro pavimento do prédio principal do museu, com sua abertura á visitação pública:

No Mast, a Reserva Técnica ocupava duas salas no pavimento de cobertura, e sua disposição atendia somente ao requisito de guarda do acervo, não correspondendo à proposta atual deste departamento, que vê a Reserva como o espaço onde se vivencia o processamento técnico do acervo. Nesta visão maior, o acervo será trabalhado, através do estudo e confronto, agrupado segundo áreas específicas, e aberto à visitação, para que o público leigo e o pesquisador direcionado, tenham acesso ao objeto e à informação que o cerca, de forma clara, rápida e interativa.”(CALDAS, 1994)

Já a Oficina de Museografia teve como objetivo a busca de subsídios para o início do processamento técnico do acervo do MAST, tendo se constituído em um espaço para debates sobre os acervos e os museus científicos em nosso país. Durante o seu período de funcionamento, foram recebidos profissionais de museus com as mais diversas formações, especialistas em instrumentação científica, restauradores e estudantes. Os especialistas eram trazidos ao museu para colaborar com o trabalho que estávamos fazendo e intercambiar experiências.

O processamento técnico do acervo museológico do MAST inicia-se em 1992 e a metodologia utilizada na documentação foi a proposta por Fernanda Camargo Moro (1986) que divide as etapas da documentação em registro e catalogação. Os instrumentos científicos procedentes do Observatório Nacional foram os primeiros a serem registrados e as fontes de pesquisa foram antigos dossiês e inventários patrimoniais do Observatório Nacional, depoimentos orais de especialistas em instrumentos científicos e, em menor escala, bibliografia específica. Contudo, a maior contribuição nessa fase foi o trabalho realizado ao longo dos anos com o Sr. Odílio Ferreira Brandão, ex-funcionário do Observatório Nacional que colaborou na identificação e nas descrições dos objetos. O produto das entrevistas com o funcionário foi gravado e constitui em rico material de pesquisa. O processamento técnico foi iniciado em 1993 e continua até os dias atuais, todos os objetos receberam um número de registro bi-partido: ano de registro/numeração seqüencial (SANTOS,1993; MAST,2000) e foi elaborada uma ficha híbrida, com campos de registro aliados a campos de catalogação. A figura 2 (a e b) apresenta imagens dessa ficha.

Figura 2 (a e b) – Verso e anverso da ficha de registro

No ano 2000, através de um projeto financiado pela Fundação VITAE, foi iniciado o registro informatizado da coleção com o desenvolvimento de um banco para inserção dos dados das fichas manuais e das imagens dos objetos da coleção. Esse banco, desenvolvido em linguagem DELPHI, não funcionava inicialmente em rede, ficando o acesso restrito aos pesquisadores que visitavam o MAST. As figuras 3(a e b), apresentadas a seguir, mostram imagens do banco de dados elaborado para o registro informatizado da coleção. Nesse mesmo ano, foi estabelecida uma classificação por tipologias para a coleção de instrumentos científicos, com base em critérios internacionais e com o auxílio de um consultor internacional do *Museo di Storia della Scienza* (BRENNI,2000) que abrange as seguintes áreas: astronomia, cálculo e desenho, cosmografia e geografia, medição do tempo, eletricidade e magnetismo, geodésia e topografia, geofísica e oceanografia, mecânica, meteorologia, metrologia, navegação, ótica, termologia, e química.

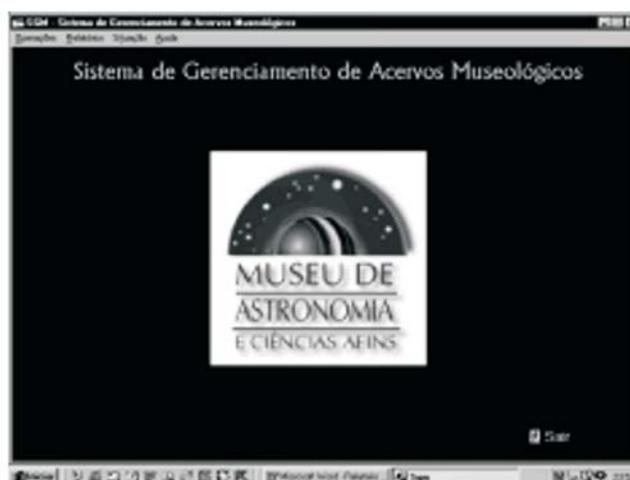


Figura 3- Imagem da tela de entrada do banco de dados informatizado.

Somente a partir de 2004 foi possível pensar na disponibilização do banco integralmente pela internet. O programa de informatização do acervo foi atualizado para a linguagem *web*. A alimentação do banco e a disponibilização acontecem de forma simultânea. Na tela de consulta à base, aparecem os campos (nome, origem, fabricante, área, procedência, material e século) que podem ser preenchidos individualmente ou de forma combinada. Na tela com a resposta, aparecerá uma tabela com três colunas (número de registro, nome do objeto e descrição) ordenada em ordem alfabética pelo nome do objeto. Ao

Para a documentação das coleções científicas e tecnológicas, os catálogos dos fabricantes de instrumentos constituem-se em uma importante fonte de pesquisa, pois apresentam descrições detalhadas e ilustrações dos instrumentos, sendo freqüentemente a única fonte disponível de informação sobre os mesmos. O MAST possui uma coleção de catálogos de construtores estrangeiros, principalmente europeus e norte-americanos, publicados entre o final do século XIX e meados do XX, referentes a modelos de instrumentos e equipamentos que foram utilizados pelo Observatório Nacional ou pelo Instituto de Engenharia Nuclear. Essa coleção foi disponibilizada ao público por dois meios: a publicação de um inventário (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2003) e a disseminação dos catálogos pela internet⁴. A figura 5 apresenta uma imagem de capa desse inventário.



Figura 5 - Imagem da capa do inventário da coleção de catálogos de fabricantes.

A consulta aos catálogos na internet pode ser feita através de uma busca por fabricantes ou busca combinada. No primeiro caso, aparece uma listagem em ordem alfabética dos fabricantes. Já na busca combinada, uma tela apresenta uma ficha de pesquisa com os campos fabricante, título, local e instrumento. O preenchimento dessas informações pelo usuário permite uma busca com cruzamento das informações fornecidas, propiciando a

seleção do material desejado. Destacamos que os catálogos podem ser total ou parcialmente impressos, pois o documento foi disponibilizado em formato PDF.

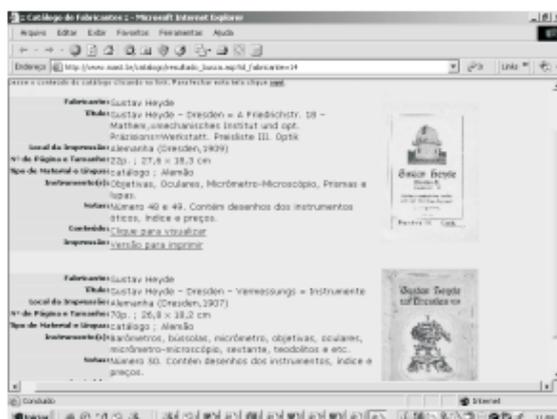


Figura 6 - Imagem do inventário da coleção de catálogos de fabricantes na página da internet.

Thesaurus para Acervos Científicos em língua portuguesa

Com o início do projeto para elaboração de um *thesaurus* de acervos científicos em língua portuguesa⁵ surgiram novas questões acerca das designações e classificações para essa tipologia de acervo que refletem diretamente no sistema de documentação. As experiências para elaboração de *thesauri* para objetos museológicos são raras no Brasil e no MAST estamos seguindo as orientações e metodologia do Thesaurus para Acervos Museológicos de Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini (1987). As autoras destacam que:

“O thesaurus não elimina, entretanto, o trabalho essencialmente do museólogo, de identificação dos objetos, etapa que antecede o seu manuseio e, diferentemente dos demais thesauri, não foi criado para auxiliar na indexação do conteúdo temático de documentos textuais/bibliográficos.” (BIANCHINI; FERREZ; 1987, p. XVII).

Nos levantamentos realizados nas instituições envolvidas no projeto⁶ para coleta de termos, verificamos a falta de normas e de padrões para identificação e designação dos objetos de C&T. Encontramos designações com nomes próprios que não se referem ao inventor do objeto, mas sim ao seu fabricante ou ainda designações que descrevem o objeto ao invés de nomeá-lo.

Outras questões surgem: quando um objeto é considerado singular para que sua designação entre no thesaurus? Um tópico relacionado diretamente a esse é a definição de acessório. No registro museológico do MAST, entendemos que os acessórios têm uma unidade própria apesar de não funcionarem sem o instrumento-mãe. Um exemplo é o da Câmara fotográfica para espectrômetros, o instrumento-mãe funciona sem a câmara fotográfica, mas essa tem sua unidade própria, é uma câmara fotográfica. No registro do MAST, fazemos ainda uma distinção entre partes móveis e acessórios: partes móveis são elementos que se juntam para compor ou formar um instrumento (ex.: os níveis de cavaletes dos teodolitos, as tampas de objetivas, ou os suportes para bobinas de papel dos cronógrafos).

Outro ponto importante é o relacionado aos modelos, classificados em modelos de venda, patente, exposição, de projeto ou de instrução e assim definidos no *Thesaurus para Acervos Museológicos*: “Considerou-se modelos a representação, em escala reduzida ou não, de objetos ou construções que se pretende executar em tamanho maior ou quantidade.”(BIANCHINI; FERREZ; 1987, p. XVII).

Em função dos levantamentos feitos até o momento, constatamos a existência de uma boa quantidade de objetos que são na realidade utensílios como, por exemplo, a vidraria utilizada nos laboratórios para análises químicas. Esses objetos constituem-se em objetos cujas designações deveriam constar no *thesaurus*? Temos ainda os objetos que parecem ter sido feitos por alunos. Como vamos designar esses objetos?

Considerações Finais

Após esse breve panorama da documentação museológica do MAST, dois pontos ainda precisam ser abordados, pois apresentam perspectivas futuras para a documentação. O primeiro deles refere-se aos levantamentos de objetos de interesse histórico em institutos de pesquisa da área de C&T, tarefa que o MAST abraçou em função da inexistência de políticas de preservação para a cultura material produzida pelo setor e que culminou com a elaboração

de inventários das instituições do setor nuclear (MAST, 2006) e do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), ainda não publicado.

Os inventários produzidos pelo MAST não devem ser entendidos em seu sentido mais tradicional, mas sim como instrumentos de disseminação e divulgação dos acervos museológicos do próprio museu (MAST, 2000) ou de acervos de C&T de interesse histórico que tenham sido inventariados pela equipe do museu.

O segundo ponto refere-se à necessidade de elaboração de uma política de aquisição e descarte de acervos. Atualmente, no MAST, a Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervos (COPAD) trabalha nesse sentido, pois desde sua fundação o museu se ressentia de uma política de aquisição de acervos. Contudo, como se trata de um documento que está apoiado na missão e na finalidade da instituição é salutar observar as reflexões de Caldas:

“Todavia, para que essa política seja definida, é necessário também definir a própria instituição; principalmente quanto ao seu objeto de estudo, sua linha de pesquisa. O Mast é um museu de astronomia e ciências afins? O Mast é um museu de história da astronomia e ciências afins no Brasil? O Mast é um museu de história da ciência? O Mast é um instituto de pesquisa?”

Na mesma linha José Neves Bittencourt afirma que: “(...) o estabelecimento de uma política de aquisição passa por um extenso conhecimento sobre a instituição museológica, o que inclui o preciso dimensionamento da extensão, possibilidades e necessidades do acervo.” (BITTENCOURT, 1990, p. 35)

Com esses dois últimos pontos fechamos esse breve panorama que destacou algumas questões consideradas relevantes para pensarmos em documentação para acervos de C&T, questões elaboradas ao longo da trajetória do processamento técnico do acervo do MAST.

Notas

1 Disponível em: <http://www.sic.iuhps.org/>.

2 As coleções procedentes do Observatório Nacional, assim como as edificações do campus, são preservadas por Lei Federal de 1986 (Processo no 1009-T-79/ IPHAN).

3 Essa estrutura se manteve inalterada até setembro de 2007. Atualmente a Coordenação de Museologia tem um Serviço de Produção Técnica e um Núcleo de Documentação e Conservação do acervo Museológico.

4 Disponível em: http://www.mast.br/nav_h03.htm.

5 Esse projeto, iniciado em 2005, é coordenado pelo MASTe pelo Museu de Ciências da Universidade de Lisboa e envolve diversas instituições no Brasil e em Portugal.

6 No Brasil, participam do projeto: MAST; Colégio Pedro II (Laboratório de Física/Unidade Centro); Museu da Escola Politécnica da UFRJ; Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia da UFJF; Museu de Ciência e Técnica e Museu da Escola de Farmácia, ambos da UFOP, Centro de Memória da Engenharia da UFMG.

Referências Bibliográficas:

BARBUY, Heloisa; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de; ALMEIDA, Adílson José de; RIBEIRO, Ângela Maria Gianeze; MAKINO, Miyoko; BERALDO, Luciano Antonio. O sistema Documental do Museu Paulista: a construção de um banco de dados e imagens num museu universitário em transformação. In: *Imagem e Produção de Conhecimento*. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BARBUY, Heloisa (orgs.). São Paulo: Museu Paulista – USP, 2002, 88p.

BIANCHINI, Maria Helena S., FERREZ, Helena Dodd. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987. 2V (Série Técnica; 1). Conteúdo: v.1. Ordem sistemática; v.2. Ordem alfabética

BITTENCOURT, José Neves. Sobre uma política de aquisição para o futuro. In: *Cadernos Museológicos* n.3 p. 29-37out,1990

BRENNI, P. Instruments in South America: the collection of the Museu de Astronomia e Ciências Afins of Rio de Janeiro. *Bulletin of the Scientific Instrument Society*, n.65, p. 25-28, 2000.

CALDAS, Maurício Elias.[Discurso apresentado no Colóquio Interno do Museu de Astronomia e Ciências Afins]. Rio de Janeiro, 1992 (texto impresso)

CALDAS, Maurício Elias. Projeto de Implantação da Reserva Técnica. Rio de Janeiro: MAST, 1994 (cópia impressa)

CAMARGO-MORO, Fernanda de. Museus:aquisição-documentação. Rio de Janeiro:Livraria Eça, 1986.

FERREZ, HELENA. Documentação Museológica: Teoria para uma boa prática. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1994. 83p.

IPHAN. In: Cadernos de Ensaio n° 2/*Estudos de Museologia*. 1994

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Projeto de Sistema de Documentação Museológica para o Acervo do MAST (1ª etapa). MAST. Rio de Janeiro. 1989.

_____ *Inventário da Coleção de Instrumentos Científicos do Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Rio de Janeiro. MAST: 2000. 256p

_____ *Catálogos e Manuais: Coleção de Instrumentos Científicos do Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Rio de Janeiro. MAST: 2003. 47p

_____ *Panorama Histórico da Energia Nuclear no Brasil: inventário de objetos de C&T*. Rio de Janeiro. MAST: 2006. 213 p.

NASCIMENTO, Rosana. O objeto museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu. *Cadernos de Sociomuseologia* (Centro de Estudos de Sociomuseologia). Nº 11, 1998. Universidade Lusófona de Humanidades e

Tecnologias. Lisboa: 1998. Disponível em:
<http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/arquivo.htm>

NETO, Márcia Ferreira. Projeto Implantação das Reservas – Técnicas I e II do MAST”. Rio de Janeiro: MAST, 1987 (cópia datilografada).

PROVERBIO, Edoardo. Observational Instruments of historical Interest. *In: Nuciis*. Ano X, fasc 1, 1995.

SÁNCHEZ, José R. Bertomeu; BELMAR, Antonio García Belmar. *Abriendo las cajas negras: los instrumentos científicos de la Universitat de València*. Disponível em: <http://www.uv.es/~bertomeu/material/museo/instru/pdf/Abriendo.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2008.

SANTOS, Cláudia Penha. *Projeto de Processamento Técnico para o Acervo do MAST*. Rio de Janeiro, MAST, 1993, 29 p (mimeo).

TORRES, María Teresa Marín. *Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*. Espanha: Ediciones Trea, S.L., 2002, 387p.

Sistema de Documentação Museológica para o Acervo do MAST (1ª Etapa) de 1989.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. Documentação do Acervo de Instrumentos Científicos do MAST, 1991 (cópia datilografada)

TEMA: TERMOS E CONCEITOS DA MUSEOLOGIA

Museologia, Informação, Comunicação e Terminologia:

Pesquisa termos e conceitos da Museologia

Diana F. C. Lima

Termos e conceitos da museologia:

contribuições para o desenvolvimento da Museologia como campo disciplinar

Theresa C. M. Scheiner

Nota Biográfica

Diana Farjalla Correia Lima

Museóloga: Museus Artísticos e Museus Históricos, 1975 e 1976, MHN/UFRJ. Especialista: História da Arte e Arquitetura no Brasil, PUC/RJ, 198. Atrações e Atividades Turísticas, OEA/bolsista, Argentina, 1981. Mestre: Memória Social e Documento, UNIRIO, 1996. Doutora: Ciência da Informação, IBICT/UFRJ, 2003. Professora UNIRIO (1996/...) cursos: Graduação/Museologia; Pós-Graduação/Museologia e Patrimônio UNIRIO /MAST. Pesquisa/Linhas: Museu e Museologia; Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento. Pesquisas UNIRIO: coordenadora - Termos e Conceitos da Museologia; pesquisadora: Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação. Pesquisa/Grupos - Museologia e Patrimônio (UNIRIO); Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade na Ciência da Informação (IBICT/MCT). No exterior: Conselheira (Board) do ICOFOM, Conselho Internacional de Museus, ICOM. Experiência Profissional - áreas/temas: Museologia/Patrimônio; Ciência da Informação; Interdisciplinaridade; Documentação/Informação em Museus; Informação em Arte; Memória Social; História da Arte; Turismo Cultural. Experiência anterior: Touring Club do Brasil, 1968/69; Embratur 1969/86, Micro Empresária/Produções Artísticas, 1988/96; professora colaboradora: Comunicação e Arte, ECO/UFRJ, 1995/96.

Teresa C. M. Scheiner

Nascida no Rio de Janeiro, Tereza Scheiner é formada em museologia pelo Museu Histórico Nacional (MHN/1970) e em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/1977). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Antropologia pela George Washington University (G.W.U/ Washington), é também mestre (1998) e doutora (2004) em Comunicação pela UFRJ. Com vasta experiência profissional, é membro atuante do International Council of Museums - ICOM, no qual já ocupou cargos diversos inclusive Vice-Presidente do ICOFOM, publicou e organizou vários livros, além de inúmeros trabalhos. Atualmente, é professora adjunto da Escola de Museologia da UNIRIO e coordenadora do Mestrado em Museologia e Patrimônio da UNI-RIO/MAST.

Museologia, informação, comunicação e terminologia: pesquisa termos e conceitos da museologia (UNIRIO).

Diana Farjalla Correia Lima

1. Museologia, Patrimônio, Linguagem de especialidade

A Museologia, campo do conhecimento compreendido sob forma cultural de espaço regionalizado da produção simbólica¹, zona particularizada no domínio específico da realidade social, refere-se às “manifestações das práticas e representações culturais”². Identifica-se aos campos de significações da cultura que se apresentam conjugando mensagens e bens (simbólicos) socialmente ambientados e transmitidos. Estes, por sua vez, são reconhecidos como “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos; igualmente, aos de comunicação; e também aos de legitimação de poder”³. Nesta configuração, os campos se organizam como espaços para o exercício do poder simbólico.

O espaço Museologia, quanto ao caráter formador, conforme já se tratou recentemente⁴, ostenta feição de “campo híbrido”⁵ por ser resultante do cruzamento de fronteiras disciplinares. Associa movimentos de conexão a outras áreas do saber à sua origem interdisciplinar, indicando vigência de “zonas comuns” entre áreas de perfil (uni)disciplinar dotadas de fronteiras. Deste modo, possibilita que diversas “comunidades produtoras do saber”⁶, atuantes neste espaço de encontro misto possam compor-se sob a forma de “comunidades híbridas” assentadas na temática patrimônio (bens culturais) / museus — em sentido lato a expressão bens culturais já permite entendimento da noção integradora que conjuga bens naturais.

Neste contexto de fronteiras permeáveis e comunidades heterogêneas, seu “corpo de agentes”⁷ se faz reconhecido sob modelo e nomenclatura genérica de “profissionais de museus”, segundo o Conselho Internacional de Museus, ICOM⁸, abarcando: (a) Museólogos - titulados pelos cursos de Museologia; e (b) Profissionais de museus - todos os demais graduados em outras áreas do conhecimento e atuando nos museus de variadas naturezas.

O ICOM, órgão representativo e fórum de debates da Museologia em âmbito internacional, associado à UNESCO, congrega na categoria membro votante tanto profissionais como instituições. Engloba trinta Comitês especializados, organizados atendendo a diversas categorias tipológicas de museus e/ou disciplinas referentes.

Convém esclarecer e há que se considerar, em razão da variedade da tipologia Museu, a existência de elementos e espaços musealizados enquadrados no contexto técnico-conceitual do congêneres Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS⁹. Este é o motivo de museólogos estarem associados ao Conselho que reúne treze Comitês internacionais. Ambos incluem Comitês temáticos dedicados a questões de Documentação, Informação e Comunicação do patrimônio (bens culturais ou naturais) e, nos temas pertinentes aos seus focos de tratamento, voltam-se ao “intercâmbio da informação científica”¹⁰ em nível de “comunicação internacional”. A informação está relacionada a modelos definindo rumos de cunho conceitual, a prescrição de ações adequadas ao aperfeiçoamento e qualificação das questões do patrimônio musealizado ou, ainda, na perspectiva do bem/patrimônio ‘musealizável’. No conjunto de indicações teóricas ou práticas relativas aos bens há expressiva inserção no capítulo de “normas, regulamentos e recomendações”¹¹ para as áreas do conhecimento e profissionais envolvidos.

E, no cenário da disseminação da informação dos bens, a Museologia se entrelaça à Ciência da Informação e à Comunicação relevando a marca ativa da identidade grupal do campo representada pela terminologia específica da área: a Linguagem de Especialidade/Linguagem Profissional.

2. PESQUISA TERMOS E CONCEITOS DA MUSEOLOGIA

A linguagem, reconhecida como manifestação cultural do sistema simbólico, vem a consubstanciar, ao lado dos agentes individuais e institucionais, instrumento de legitimação do campo. A fraseologia particularizada pelo território da Museologia, que se expressa por meio de termos e conceitos explicativos do seu discurso, atua como elemento integrador reforçando laços entre o corpo de agentes e o meio especializado. Ao se constituir como informação específica estabelece, também, padrão informacional e comunicacional da área. No plano externo do domínio, a interlocução alcança, ainda, demanda de outros agentes interessados na temática contemplada como objeto do estudo museológico.

No interior do campo, os processos para sua consolidação indicaram que

A prática de atividade legitimadora [...] exercício do poder simbólico no campo, envolvendo questões da terminologia museológica e sua relação com o contexto da comunicação e informação em museus, conduziu à tomada de decisão para aprofundar, no que se refere à

perspectiva terminológica, estudos que melhor identificassem e delimitassem conceitos próprios a este espaço do saber.[...] ¹²

A conjugação da terminologia museológica, da necessidade da comunicação da produção científica e de outras atividades da área em ambiente da transferência da informação esboçou o quadro que permite situar a questão da investigação de termos e conceitos no campo.

O ICOM¹³, em 1977, tomando por base “experiências práticas e teóricas acumuladas na Museologia de todos os países” conclamava suas “Comissões nacionais e internacionais” a apresentar propostas direcionadas à “unificação da terminologia museológica”, em razão da “necessidade de definir os termos museológicos e assim contribuir eficazmente para melhor compreensão mútua entre os profissionais de museus de diferentes países”.

O Comitê Internacional para a Museologia do ICOM, ICOFOM, iniciou projeto internacional e permanente de pesquisa (1993)¹³ cujo ramo brasileiro é a pesquisa Termos e Conceitos da Museologia, desenvolvida na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, desde 2005.

O grupo brasileiro, no estudo das questões concernentes à clareza das noções em meio aos problemas da presença da ambigüidade, enfatiza a interação harmonizadora entre pólos produtores do conhecimento e pólos receptores da disseminação da informação (clientela). Portanto, neste caso, além dos tradicionais serviços aos usuários considera como canais informacionais as exposições e demais espaços/circuitos musealizados por serem mobilizadores da visitação museológica que, no tempo atual, extrapola a condição *in loco* agregando modalidade do acesso virtual (exposição virtual/visitante virtual) pela rede internacional de computadores (Internet).

A pesquisa UNIRIO envolvendo Linguagem de Especialidade ou Linguagem Profissional enfoca construções características do campo: conjunto de determinados vocábulos expressando conceitos considerados básicos e distinguidos nesta categoria pelos agentes atuantes no território museológico; ainda leva em consideração expressões derivadas do cruzamento de fronteiras disciplinares e demais ocorrências que, neste espaço, têm lugar.

Com vistas à normalização terminológica, o projeto busca prover ao instrumento mediador, Linguagem Documentária, elementos hábeis que permitam o acesso, a transferência e disseminação da informação, calcados em conteúdos capazes de eliminar obstáculos ('ruídos') no processo comunicacional entre usuários da área — os pares; e demais usuários (nesta categoria para efeitos da investigação estão os visitantes de museu).

O fio condutor da investigação terminológica reconhece, em virtude da configuração da Museologia compartilhando com outras disciplinas modelos e práticas manifestadas no seu espaço, a ocorrência de mudanças significativas ligadas aos diferentes ambientes sociais e culturais de uso. As variações nas significações emprestadas aos termos e a multiplicidade de formas de nomear estão espelhadas nos textos de comunicação profissional refletindo a criação, a ressignificação e a variação de termos e conceitos. Para tanto, a pesquisa se apóia nos estudos da socioterminologia e da teoria comunicativa da terminologia¹⁵.

Tais contextos, vinculando linguagem e comunidades especializadas, apresentam fontes/dados de caráter: normativo, teórico, técnico, político, administrativo, entre outros. Com referência aos documentos e sites investigados, expressam-se por meio de quatro idiomas: português, inglês, francês e espanhol.

Ainda no conjunto de fontes selecionadas para estudo do universo terminológico da expressão patrimônio, nas suas variantes associando formas de apresentação a áreas do conhecimento, setores e profissões, a pesquisa utilizou como apoio: dicionários de língua, de termos técnicos, vocabulários multilíngüe, tesouros e outros vocabulários controlados além de bases de dados¹⁶ reunindo itens relativos ao patrimônio/museus de regiões e países.

Equipe, subprojetos e termos investigados

O grupo brasileiro reúne pesquisadores que interagem Museologia, Comunicação e Ciência da Informação, todos associados a Comitês Internacionais do ICOM. Os bolsistas (Iniciação Científica) são alunos do Curso de Graduação em Museologia da mesma Universidade. A pesquisa está inserida em linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST (PPG-PMUS).

A seguir, apresenta-se a equipe de professores pesquisadores (E), apontando suas ligações com o ICOM e os que atuam na UNIRIO como orientadores (O); os subprojetos

pelos quais são responsáveis (SP); os bolsistas que neles atuam e os períodos (B); e no contexto de cada trabalho os principais termos/conceitos s investigados (TI).

- Coordenadora (E): Dra. Diana Farjalla Correia Lima (O) - UNIRIO, Board do ICOFOM/ICOM; — (SP) Termos e Conceitos da Museologia: Terminologia e Significações em Diferentes Contextos de Feição Museológica, (B 1) Igor F. R. da Costa (2005/2007), (TI) Patrimônio (1), Herança (2), Bem (3), Monumento (4), Coleção/Acervo; (B 2) Martha V. Guedes (2008/...), (TI) prosseguindo estudo dos termos 1, 2, 3 e 4. — (SP) Termos e Conceitos da Museologia: Terminologia e Sentidos/Acepções Aplicados em Diferentes Contextos de Feição Museológica, (B) Bernardo B. Arribada (2007/...), (TI) Documentação Museológica, Indexação, Inventário, Catalogação, (em museus). — (SP) Termos e Conceitos da Museologia: Terminologia e Significações/Noções Utilizadas em Diferentes Contextos de Feição Museológica, (B) Pedro B. Mendes (2007/...), (TI) Museu Virtual, Cibermuseu, Museu na Internet, Webmuseum, Netmuseum.
- (E) Pesquisadores: Dra. Tereza Scheiner (O) - UNIRIO, Executivo do ICOM e membro do ICOFOM; — (SP) Termos e Conceitos da Mitologia na Museologia, (B) Felipe Farias (2005/2007), (TI) Museion, Museu, Museologia, Musas. – (SP) Análise de Termos Relativos aos Fundamentos da Museologia: Museu e Museologia, (B) Tamine Andrade, (2008/...), (TI) Museu, Museologia.
- (E) Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro - IBICT/MCT, membro do CIDOC/ICOM.

Aspectos considerados na investigação: patrimônio — instituições e profissionais

A Internet, ao emprestar nova forma de visibilidade aos museus, ao ampliar o acesso aos serviços informacionais e comunicacionais — consultas on-line: bases de dados de coleções museológicas, bibliotecas digitais - exposições virtuais, etc., — tanto para profissionais da área como público em geral, implicou tornar disponível, em escala mundial, a gama variada de bens (patrimônio) que a Museologia, no seu contexto de múltiplas feições, encerra. Esta configuração do campo resulta das características de diversidade tipológica dos museus, da relação estabelecida com disciplinas de outros campos, da presença das comunidades híbridas entre os fatores contribuintes. Assim, a questão da multiplicidade de termos/conceitos que lida e as dificuldades enfrentadas para exercer a compreensão nos processos de intercâmbio, a partir desta nova situação, tornaram-se ainda mais perceptíveis.

Para efeitos do presente artigo foi estabelecido no bojo da pesquisa pequeno recorte temático destacando, embora concisamente, o termo/conceito Patrimônio capacitado a representar os diversos bens simbólicos aos quais foi dado o atributo *museológico*: coleções; espaços/componentes; manifestações; deste modo, compreendendo objetos; lugares e seus componentes, exemplares isolados ou sob a forma de conjuntos; expressões culturais; e ocorrências naturais. O elenco se fundamenta em situações de uso diversificado em consonância com registros construídos pelas comunidades especializadas da Museologia e demais operadores do termo patrimônio; além disso, distingue conjugando: o objeto do processo de musealização somado a disciplinas/áreas do conhecimento e aos agentes institucionais e individuais envolvidos.

Neste contexto de pesquisa amalgamando Museologia e Patrimônio, particularmente nomenclatura, tipologias (categorias) de patrimônio/museus, o campo museológico detém patrimônio de natureza diversificada, motivo que alimenta a multiplicidade de acepções para exprimir tais itens. Esta configuração encaminhou estabelecer, no cenário das consultas, conjunto de variáveis e indicadores que permitissem analisar tal especificidade técnico-conceitual.

De modo esquemático, são citados alguns exemplos de variáveis e indicadores analisados, ainda, permitindo reconhecer determinadas fontes de consulta e dados coletados.

I — Comunidades Especializadas em Atividades Museológicas/Patrimoniais — Instituições (Agentes Institucionais)

I (A) - Instituições responsáveis por Definições e Diretrizes do Patrimônio (musealizado/musealizável) – contexto internacional e nacional.

I (A. 1) - Perfil da Instituição indicando histórico, missão, objetivos etc.; relacionando com tipologias do patrimônio;

I (A. 2) - Documentos de trabalho (desde 1931, Carta de Veneza. Total: cerca de 50). Apontados como “normativos” ou “doutrinários”¹⁷ formalizam Recomendações, Convenções, Declarações, Normas, Resoluções, Cartas, Compromissos e assemelhados originados de Assembléias Gerais, Congressos, Reuniões e similares — atos governamentais (criação do Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional). Integram os *Documentos Patrimoniais*, termo e definição operacional elaborados pela pesquisa e designando a

[...] textos normativos -- Convenções, Recomendações, Declarações, Cartas, Compromissos, Normas e similares - representando a produção internacional e ou nacional que, em especial, destaca o conjunto relativo as normas/ procedimentos para tratamento do tema patrimônio, quer seja indicado a interpretação conceitual com o exercício prático e oriundos das instâncias especializadas tais como ICOM - Conselho Internacional de Museus; ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre outras entidades¹⁸.

O item I (A.1) apresenta desdobramentos dos quais se indicam alguns pontos:

I (a.1.1) - Representando Grupos Profissionais e relacionadas a Tipologias de Patrimônio.

— Conselho Internacional de Museus, ICOM (International Council of Museums, 1946). Sucessor do Escritório Internacional de Museus (Office International des Musées, 1926), Sociedade das Nações. — 30 Comitês Internacionais, 21 mil associados, Instituições e membros Individuais em 146 países;¹⁹

— Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS (International Council of Monuments and Sites 1964). — 13 Comitês Internacionais, 7.600 mil associados, Instituições e membros Individuais em 105 países.²⁰ O ICOM participou da criação do ICOMOS.

— Comitê Internacional para Conservação do Patrimônio Industrial, TICCIH (International Committee for the Conservation of Industrial Heritage, 1978).²¹ Atua como “conselheiro temático”²² no ICOMOS;

— Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN (1937) Brasil. Estrutura comportando 41 museus e demais bens. Corpo profissional próprio (e variado) atuando no raio de alcance da Instituição.

I (a.1.2) - Os propósitos, as linhas de ação e outras perspectivas traçadas.

— ICOM (Museus) – ‘Conservação’, “manutenção” e “comunicação para a sociedade do patrimônio cultural e natural no mundo, presente e passado, tangível e intangível”, “cooperação internacional e intercâmbio”²³; (grifo nosso)

— ICOMOS (Monumentos e Sítios) – “Conservação”, “preservação” e “intercâmbio” referente aos espaços de “patrimônio arquitetônico” e ‘arqueológico’. Desenvolveu a noção de “Patrimônio Mundial” (Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade)²⁴; (grifo nosso) — TICCIH (Patrimônio Industrial) – “Preservação, “conservação”, “pesquisa” “documentação”, “interpretação”, “divulgação do patrimônio industrial” (“sociedade industrial”)²⁵; (grifo nosso)

— Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN (Brasil) — “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”; “trabalho permanente de identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro”.²⁶ (grifo nosso)

I (a.1.3) - Patrimônio que enfocam: Bens Musealizados (MD); Bens Musealizáveis (MVL).

(MD)

— ICOM. Todas as formas definidas como Museus pela Instituição internacional²⁷.

(MD) e (MVL)

— IPHAN. Destaca “conjunto” dos “bens móveis e imóveis” com “valor histórico”, “arqueológico”, “etnográfico”, “bibliográfico”, “artístico”²⁸

— ICOMOS. Destaca: “construções”, “cidades históricas”, “paisagens culturais e sítios arqueológicos (paleontológicos)”²⁹;

— TICCIH. Destaca: “sítios industriais”; “arquitetura – instalações, residências”; “máquinas e equipamentos”; “paisagens industriais”; “produtos e processos”³⁰.

No âmbito do ICOMOS e TICCIH a tipologia mais frequente é o ecomuseu.

I (B) - Instituições relacionadas aos Inventários Nacionais³¹ —
(musealizado/musealizável no exterior e no Brasil)³² .

— Ministère de la Culture e de la Communication, França. “Arquitetura e patrimônio”: espaços e afins, coleções de museus, bibliotecas e arquivos do país³³;

— Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, Brasil. Bens materiais e imateriais inscritos (figura do tombamento - valor nacional).

II — Comunidades Especializadas em Atividades Museológicas/Patrimoniais —
Profissionais (Agentes Individuais)

II (A) – Profissionais responsáveis por Definições e Diretrizes do Patrimônio
(musealizado/musealizável) – contexto internacional e nacional

Combinaram-se indicadores referentes à formação profissional/atução e relação com tipologias do patrimônio/Instituições. O elenco resultante apontou a presença de museólogos e profissionais da informação no corpo das instituições que militam no tema do patrimônio, em sentido lato. E o caráter híbrido dos profissionais componentes das comunidades, nomeando-se as áreas de origem permite ser verificado.

— Museólogos e profissionais de museus representando variadas áreas/disciplinas – ICOM, (profissionais abaixo arrolados servem para ilustrar os membros atuantes neste Conselho);

— Antropólogos, Arqueólogos, Arquitetos, Arquivistas, Bibliotecários, Botânicos, Conservadores, Curadores de Museus, Documentalistas, Engenheiros, Etnólogos, Geógrafos, Geólogos, Historiadores, Historiadores da Arte, Historiadores da Ciência, Museólogos, Músicos, Restauradores, Paisagistas, Paleontólogos, Zoólogos etc. — ICOMOS, TICCIH, IPHAN.

III — Comunidades Especializadas em Atividades Museológicas/Patrimoniais —
Documentação, Informação, Comunicação e Agentes Institucionais / Individuais

— ICOM – inclui o CIDOC, Comitê Internacional para Documentação – (International Committee for Documentation) — sete grupos de trabalhos (Working Groups) — exemplo: tema / ação — Sítios Arqueológicos e História Natural³⁴;

— ICOMOS – inclui o CIPA, Comitê Internacional para Documentação do Patrimônio (International Committee for Heritage Documentation) — grupos de trabalhos (três) – exemplo: tema / ação — Levantamento de dados [imagens] para Registro do Patrimônio Cultural³⁵.

Sintetizando este tópico: ICOM, ICOMOS, TICCIH e IPHAN, entre outras instituições identificadas na pesquisa, atuando por meio de seus corpos de agentes, intentam, de modo similar, tratar da Proteção (compreendida pela Preservação/Conservação, embora não citadas explicitamente, mas representadas pelos próprios documentos consultados: legislação e demais normas de uso), da Documentação, da Informação e Comunicação (apontadas, também, como intercâmbio, divulgação, promoção) e do Patrimônio, categorizado sob múltiplos termos e significações das quais se dá exigua mostra, no tópico que segue.

O patrimônio entre categorias...

Ao se investigar o termo/conceito Patrimônio tornou-se necessário trabalhar os termos Bem, Herança e Monumento, presentes na literatura analisada (termos correlatos) comparando-os e, ainda, estabelecer correspondência entre os idiomas das fontes que os mencionavam. Tratou-se, neste caso e nesta fase da pesquisa, de focar o patrimônio sustentado pelo caráter da materialidade.

Se no campo da Museologia o termo patrimônio (bem simbólico) remete à dimensão do mundo coletivo, conforme os especialistas — operadores do conceito no contexto profissional; em seu significado original restringia-se à dimensão do individual, cujo cerne conceitual se fundamenta na posse de um determinado conjunto de bens familiares detido pelo patriarca.

Cabe, a esta altura, um pequeno resumo ilustrativo desta passagem da imagem do individual (a) para imagem coletiva (b, c1, c2, d). A ótica coletiva (da sociedade, social) apóia as abordagens atuais no trato do patrimônio musealizado e/ou musealizável.

— (a) - Conjunto de bens do Pater transmitido por herança ao(s) filho(s) – Propriedade particular transferida após a morte pelo direito à sucessão. (Roma, século V a C, Lei da XII Tábuas; idéia base para o Direito Romano). Nesta acepção o patrimônio como conjunto, prerrogativa do pai, remete à idéia do uno, portanto, indivisível.

— (b) - Monumento histórico e artístico — Patrimônio nacional, os bens públicos, posse da nação, por conseguinte, bens do povo. (construção advinda da Revolução Francesa, século XVIII);

' — (c1) – Patrimônio relacionado às áreas/disciplinas — Fragmentação do saber relacionado ao aparecimento das especialidades. (autonomia e formação dos campos do conhecimento, século XIX até atualidade);

— (c2) - Patrimônio relacionado a setores resultantes da economia e atividades — Indústria, Turismo, Paisagismo (século XX, até atualidade); e

— (d) – Patrimônio relacionando identidade cultural – noção de inserção e reconhecimento em grupos culturais/sociais, imagem do pertencimento; exemplos: Antropologia, Memória Social (século XX até atualidade).

Patrimônio e demais termos correlatos, na atualidade, permitem entender o conjunto de bens e de valores. Deste modo, representam nas fontes: a herança compreendida a partir da sucessão coletiva (social) inscrita no processo da transmissão cultural; a nação, exprimindo o caráter nacional; a identidade cultural de grupos em correspondência ao reconhecimento da diversidade cultural associando, ainda, grupos denominados minorias. Entretanto, no caso da acepção patrimônio como monumento cabe tanto a interpretação atribuída ao elemento isolado (único exemplar) como, por exemplo: obelisco, igreja, vulcão; como servindo ao conjunto de exemplares (de bens) e, segundo tal conformação, aplicada a grupo de elementos iguais, isto é, vila operária; parque florestal, etc.; e até grupo de elementos diferenciados, porém integrados, como por exemplo, a arquitetura associada ao entorno paisagístico.

No cenário profissional de usos e significações atribuídas ao patrimônio é possível alinhar perspectivas conceituais do ICOFOM/ICOM e ICOMOS. A última, está relacionada ao turismo.

- Conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de espaço, que seriam simplesmente herdados de ascendentes e ancestrais e gerações anteriores ou reunidos e conservados para ser transmitidos aos descendentes e gerações futuras. O patrimônio é um bem público cuja preservação estaria assegurada pelas coletividades. (...) A adição de especificidades naturais e culturais de feição local contribui para a concepção e constituição de um patrimônio de feição universal³⁶.
- O conjunto de criações e de produtos conjugados da natureza e do Homem que constitui o quadro de nossa existência no tempo e no espaço. Uma realidade, uma propriedade de dimensão coletiva e uma riqueza transmissível que favorece um reconhecimento e uma participação³⁷.
- Patrimônio é um largo conceito que inclui o ambiente natural e cultural. Abarcapaisagens, lugares históricos, sítios e paisagens construídas; assim como biodiversidade, coleções, práticas passadas e atuais, conhecimento e experiências de vida. Registra e expressa os longos processos históricos, formando a essência de diversas identidades nacional, regional, indígenas e local sendo parte integral da vida moderna. (...) O patrimônio particular e a memória coletiva de cada localidade ou comunidade é insubstituível (...)³⁸.

O Patrimônio e correlatos, conforme as três definições, comportam tipologias que os qualificam em razão da natureza de sua origem; da sua condição ou não em apresentar corporeidade; e da possibilidade ou não de mobilidade. Portanto, as categorias nomeadas de cultural/natural, material/imaterial — o mesmo que tangível/intangível; e imóvel/móvel são denominações freqüentes atribuídas às representações.

Outro aspecto marcando as caracterizações do patrimônio/correlatos são os atributos aplicados pelos campos do conhecimento ou demais formas contribuintes para designações. Em vista de tal ação seletiva — a classificação que lhes é dada; legitimam-se procedimentos específicos de tratamento que passam a prescrever e administrar. (tutorar seria um termo adequado para a situação que se deparou...).

A marca do poder simbólico, nesta circunstância, emerge de modo reconhecível pela forma terminológica das categorias dadas ao patrimônio: antropológico; arqueológico; arquitetônico; arquivístico; artístico; bibliográfico; científico; da memória social; digital; ecológico; etnográfico; histórico; industrial; literário; museológico; musical; nacional; paisagístico; paleontológico; subaquático; turístico. Aparecem alargando esta lista outras

categorias que tratam de representar demais ramos disciplinares das Artes, Ciências e História (exemplos: ... da História da Ciência, ... das Artes Plásticas).

Constitui exceção o termo correlato monumento que não apresenta correspondência para nomeá-lo nas categorias imaterial — intangível, digital e subaquático (para este último, por enquanto, não foi encontrado exemplo, mas nada impede que instância e seletivas e determinadoras das distinções possam ajustar imagem da categoria monumento à qualificação patrimonial).

Patrimônio em face das acepções ou patrimônio e faces das acepções?

O estudo do signo lingüístico patrimônio refletindo a dinâmica das línguas, ao longo da análise comparada, lhe afigurou teor de multifacetado, permitindo verificar, no caminho gradativo dos usos que lhe foram dados, a ocorrência de alargamento no conceito do termo, abrangendo variedade de “fenômenos particularizados pela esfera social.” E, do mesmo modo, foi possível “ênfatar ao referido conceito o caráter de formador de elo/relação entre tais fenômenos — bens. Neste cenário de “movimento de dilatação dos significados” (...) e para o estudo “do termo e de suas acepções (...) na área museológica e afins” (...), elaborou-se “três agrupamentos/categorias” baseados, em particular, nas diretrizes emanadas dos Documentos Patrimoniais. Isto facultou apontar os resultados quanto às interpretações que encerram.³⁹ Como esclarecimento: entre setembro e outubro 2007, não estava em foco a questão do patrimônio intangível na medida em que não era contemplado no correlato monumento, objeto em análise naquele momento da pesquisa.⁴⁰ Os grupos formados por Farjala e Rodrigues⁴¹ são:

— a) Patrimônio determinado o sentido monumento – incide no aspecto físico, material — tangível. Expressa forma documental ligada a recordar fatos. Caráter histórico manifestado “pela relevância testemunhal do dado físico como critério de valor patrimonial e, portanto, limitando a idéia de patrimônio a um espectro restrito de fenômenos materiais”. Esclarece-se que o bem histórico pode ser, por exemplo, de natureza artística.

— b) Patrimônio qualificando bens culturais e bens naturais, bens móveis e bens imóveis — a dicotomia entre visões das áreas das Ciências “Humanas e Sociais e das ligadas às Ciências Naturais” assoma, compreendendo “tais bens como separáveis, ao contrário da idéia de indivisibilidade” que originou o conceito, no âmbito da cultura romana. Neste

sentido, “a noção de conjunto do Patrimônio se apresenta como fragmentada, mas aberta a outras tipologias de fenômenos, não se limitando ao caráter do testemunhal-histórico”.

— c) Patrimônio com sentido de conjunto indivisível – “estabelece o patrimônio como relação entre os bens, ou seja, o valor que traz sentido ao agrupamento dos fenômenos sejam eles naturais ou culturais, móveis ou imóveis, não está restrita — no plano conceitual do patrimônio – a” determinada “área de conhecimento, a não ser pela necessidade operacional” de tratar os fenômenos (e no caso da Museologia, musealizando). A interpretação feita compreende a relação entre ser humano e meio ambiente, portanto esferas “inseparáveis e necessariamente complementares, enfatizando mentalidade ecológica e global aos fenômenos agrupados sob o termo Patrimônio.” Consoante este sentido patrimônio é identificado “como grande elo entre fenômenos particularizados na realidade, não mais como o próprio fenômeno bem”, quer seja de um tipo ou do outro.

3. Mosaico terminológico e a busca da adequação

Arquitetura vernacular; ecossistemas marinhos e costeiros; patrimônio humano; formações geológicas; vestígios etnológicos; obras conjugadas do homem e da natureza; cidades históricas; áreas verdes; acervo etnográfico; paisagens; manifestações associadas a eventos; zonas circundantes; aldeias e lugarejos; tudo isto e muito mais são designativos de patrimônio, herança, bem e monumento que compõem exemplos pontuais coletados nas representações genéricas já citadas como categorias (tópico 2). Um universo de termos no qual a clareza pode ser nublada pela escolha de vocábulo com sentido amplo ou vago. Ainda dependendo da área ou comunidade institucional/profissional que os designou, podem indicar, ou não, qual patrimônio ilustram, ora surgindo inseridos em categorias de um tipo ora de outro modelo (dependendo do olhar, do tratamento), ou sob o aspecto de uma categoria ou associando categorias, portanto, bens de teor igual ou diferente são passíveis de receber classificações ora assemelhadas ora díspares (os termos/conceitos são usados indistintamente). As diversidades estão visíveis no mesmo documento analisado. Tais formas plurais convergentes e divergentes estão sendo estudadas na pesquisa, no momento, paralelamente ao estudo dos termos tratados nos outros subprojetos mencionados que constituem trabalhos integrados.

Situar a ação realizada pela Museologia relacionando-a, adequadamente, no contexto da pluralidade designativa do patrimônio e dos seus correlatos, implica na harmonização terminológica que identifica e reconhece o valor de cunho cultural e social

consignado nas diferenças atribuídas aos termos e conceitos que os representam. Conhecer e compatibilizar as linguagens profissionais de áreas e setores envolvidos, considerando mudanças no âmbito do conhecimento que cada campo está lidando é elemento alinhado à adequação. Dificuldades no aspecto terminológico que determinadas áreas podem ostentar, agigantam-se entre comunidades heterogêneas — especialmente apropriações de termos de determinadas áreas por outras, nem sempre redundando em resultados claros. Neste cenário há, ainda, os campos ‘jovens’ (e outras áreas/setores) em processo de consolidação e esta circunstância é condição a influenciar a terminologia em construção (por exemplo: Museologia, Ecologia, Turismo e outros).

Neste sentido, a produção de pesquisas analisando a problemática dos termos e conceitos, alinhando perspectivas para melhor compreender questões de temas comuns a determinados campos do conhecimento, abre caminhos para repensar e favorecer de modo ‘afinado’ o processo informacional e comunicacional no domínio dos conteúdos compartilhados.

NOTAS

1. MICELI, Sergio. (Org.) **Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 27-28. (Coleção Estudos). Textos selecionados da obra de Bourdieu.
2. CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990. passim. (Coleção Memória e Sociedade).
3. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. passim. (Coleção Memória e Sociedade).
4. FARJALA, Diana, RODRÍGUEZ, Igor. Patrimônio, herança, bem e monumento: termos, usos e significados no campo museológico. In: ICOFOM/ICOFOM LAM - INTERNATIONAL SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND HISTORY: a field of knowledge. 2006. Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers. Córdoba, Argentina. **Trabalhos Apresentados...** 2006. Munich/Germany, Córdoba/Argentina: ICOFOM/ICOFOM LAM. 2006. p. 243-250. (ICOFOM Study Series ISS 35).
5. KLEIN, Julie Thompson. *Crossing boundaries: knowledge, disciplinarity, and interdisciplinarity*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1996. 281 p. (Knowledge:

disciplinarity and beyond) Series editors Ellen Messer-Davidow, David R. Shumway, David J. Sylvan. apud. LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: Informação em Arte um novo campo do saber**. 2003. Tese (Doutorado) - Instituto Brasileiro em Ciência da Informação/IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro. passim.

6. LIMA, D. F. C. 2003. op. cit., p. 3.

7. BOURDIEU, P. 1990. op. cit. p. 22.

8. INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEMS. ICOM. Disponível em: <<http://icom.museum>>. Acesso: 05 jan. 2007.

9. INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. ICOMOS. Disponível em: <<http://www.icomos.org>>. Acesso em: jan. 2007.

10. INTERNACIONAL... ICOM. op. cit.

11. INTERNACIONAL... ICOM. op. cit. --INTERNATIONAL... ICOMOS op. cit.

12. LIMA, D. F. C., COSTA, I. F. R. Ciência da informação e Museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos — subsídio à linguagem documentária. In: CINFORM, 7. Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa. 2007. Instituto de Ciência da Informação, Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador. **Trabalhos Apresentados...** 2007. Salvador: Instituto de Ciência da Informação - UFBA.

Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/vie abstract.php?i=32>>. Acesso em: out. 2007.

13. INTERNATIONAL.... ICOM. Op. cit. Resolução nº. 7 — XII Assembléia Geral (Moscou). 1977.

14. Terms and Concepts of Museology. Coordenador internacional (ICOFOM) André Désvallées.

15. CABRÉ, Maria Teresa. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.
FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995. Artigos. Disponível em: <www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=875&article=529&mode=pdf>. Acesso em: abr. 2007.
16. Exemplificando: CANADIAN HERITAGE INFORMATION NETWORK. CHIN. Canadá. Disponível em <www.chin.gc.ca>. Acesso em jan. 2007 — INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. Disponível em: <<http://www.ipmuseus.pt/pt/servicos/A13/SL.aspx>>. Acesso em: jan.2007
17. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Portal da UNESCO**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID6207URL_DO=DO_TOPIC&URLSECTION_01.html> Acesso em: fev. 2007.
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>> Acesso em: jan. 2007.
18. LIMA, Diana Farjalla Correia. **Pesquisa Termos e Conceitos da Museologia – Relatório Docente (parcial), período agosto 2005 - julho 2006**. Rio de Janeiro: UNIRIO – PROPG, DPq. 2006. p. 7.
19. INTERNATIONAL... ICOM. Op. cit.
20. INTERNATIONAL... ICOMOS. Op. cit.
21. INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF INDUSTRIAL HERITAGE. TICCIH. Disponível em: <<http://www.mnactec.com/TICCIH/>>. Acesso em: jan 2007.
22. INTERNATIONAL... ICOMOS. Op. cit.
23. INTERNATIONAL... ICOM. Op. cit.
24. INTERNATIONAL... ICOMOS. Op. cit.
25. INTERNATIONAL... TICCIH. Op. cit.

26. INSTITUTO... IPHAN. Op. cit.
27. INTERNATIONAL... ICOM. Op. cit.
28. Decreto-Lei número 25 de 30 de novembro de 1937. Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN. INSTITUTO... IPHAN. Op. cit.
29. INTERNATIONAL... ICOMOS. Op. cit.
30. INTERNATIONAL... TICCIH. Op. cit.
31. Estas instituições integram, também, a classe nomeada em: I (A).
32. A UNESCO, responsável pela outorga do título e inscrição internacional na lista do Patrimônio Cultural/Natural da Humanidade, atua na homologação. Os Conselhos internacionais, que estão sendo analisados, permitem-se atuar como co-participes nos processos de indicação/solicitação junto com outros solicitantes. Por isto, a UNESCO não figura na pesquisa como Instituição inserida nas variáveis estabelecidas, embora, seja fonte de consulta.
33. MINISTERE DE LA CULTURE E DE LA COMMUNICATION. Disponível em: <<http://www.culture.gouv.fr/culture/min/index-min.htm>>. Acesso em: jan. 2007.
34. INTERNATIONAL... CIDOC. Op. cit.
35. INTERNATIONAL... ICOMOS. Op. cit.
36. A definição é dos anos 90. A publicação citada é posterior. DÉSVALLÉES, André. Terminologia Museológica. Proyecto Permanente de Investigación. ICOM/ICOFOM. ICOFOM LAM. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural. 2000. 1 CD.
37. Charte de Conservation du Patrimoine Québécois. Quebec, 1982. INTERNATIONAL... ICOMOS. Op. cit.
38. International Cultural Tourism Charter Managing Tourism at Places of Heritage Significance, 1999. INTERNATIONAL... ICOMOS. Op. cit.

39. FARJALA, Diana, RODRÍGUEZ, Igor. 2006. op. cit., p. 248-249.
Os três parágrafos subseqüentes (a/b/c) apresentam citações da mesma publicação.

40. A palestra no MAST ocorreu em 13 de novembro/2007, ocasião em que foi apresentado PPS. Em agosto estava sendo iniciada outra etapa anual da pesquisa.

41. FARJALA, Diana, RODRÍGUEZ, Igor. 2006. op. cit., p. 248-249.
Os três parágrafos subseqüentes (a/b/c) apresentam citações da mesma publicação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

CABRÉ, Maria Teresa. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.

CANADIAN HERITAGE INFORMATION NETWORK. CHIN. Canadá. Disponível em <www.chin.gc.ca>. Acesso em: jan. 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990. (Coleção Memória e Sociedade).

COMITE INTERNATIONAL POUR LA DOCUMENTATION. CIDOC.. Disponível em: <<http://icom.museum/international/cidoc.html>> Acesso em: ago.. 2007.

CIDOC WEB PAGES ON STANDARD, 1996-2001. **Developments in Museum and Cultural Heritage Information Standards**. Disponível em: <<http://www.cidoc.icom.org/stand1.htm>>. Acesso em: ago. 2007

DÉSVALLÉES, André. **Terminologia Museológica. Proyecto Permanente de Investigación - ICOM/ICOFOM. ICOFOM LAM**. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural. 2000. 1 CD.

FARJALA, Diana, RODRÍGUEZ, Igor. Patrimônio, herança, bem e monumento: termos, usos e significados no campo museológico. In: ICOFOM/ICOFOM LAM - INTERNATIONAL SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND HISTORY: a field of knowledge. 2006. Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers. Córdoba,

Argentina. **Trabalhos Apresentados...** 2006. Munich/Germany, Córdoba/Argentina: ICOFOM/ICOFOM LAM. 2006. p. 243-250. (ICOFOM Study Series. ISS 35).

FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995. Artigos. Disponível em: <www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=875&article=529&mode=pdf>. Acesso em: abr. 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>> Acesso em: jan. 2007

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. Disponível em: <<http://www.ipmuseus.pt/pt/servicos/A13/SL.aspx>>. Acesso em: jan. 2007

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY. ICOFOM. Disponível em: <<http://icom.museum/international/icofom.html>>. Acesso em: mar. 2007.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF INDUSTRIAL HERITAGE. TICCIH. Disponível em: <<http://www.mnactec.com/TICCIH/>>. Acesso em: jan 2007.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEMS. ICOM. Disponível em: <<http://icom.museum>>. Acesso: 05 jan. 2007

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. ICOMOS. Disponível em:<<http://www.icomos.org>>. Acesso em: jan. 2007

KLEIN, Julie Thompson. Crossing boundaries: knowledge, disciplinarity, and interdisciplinarity. Charlottesville: University Press of Virginia, 1996. 281 p. passim. (Knowledge: disciplinarity and beyond) Series editors Ellen Messer-Davidow, David R. Shumway, David J. Sylvan. apud. LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: Informação em Arte um novo campo do saber**. 2003. 358 f. Tese (Doutorado) - Instituto Brasileiro em Ciência da Informação/IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Pesquisa Termos e Conceitos da Museologia – Relatório Docente (parcial), período agosto 2005 - julho 2006**. Rio de Janeiro: UNIRIO – PROPG, DPq. 2006. 11 p.

LIMA, D. F. C., COSTA, I. F. R. Ciência da informação e Museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos — subsídio à linguagem documentária. In: CINFORM, 7. Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa. 2007. Instituto de Ciência da Informação, Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador. **Trabalhos Apresentados...** 2007. Salvador: Instituto de Ciência da Informação - UFBA. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/vie/abstract.php?i=32>>. Acesso em: out. 2007.

MICELI, Sergio. (Org.) **Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Coleção Estudos). Textos selecionados da obra de Pierre Bourdieu.

MINISTERE DE LA CULTURE E DE LA COMMUNICATION. Disponível em: <<http://www.culture.gouv.fr/culture/min/index-min.htm>>. Acesso em: jan. 2007.

UNESCO. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage** -The General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization meeting in Paris from 17 October to 21 November 1972. Disponível em: <<http://portal.unesco.org>>. Acesso em: abr. 2007.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Portal da UNESCO**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID6207URL_DO=DO_TOPIC&URLSECTION_01.html>. Acesso em: fev. 2007.

Documentos Patrimoniais:

1) Brasil: Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/cartaspatrimoniais>>. Acesso em: jan. 2007.

2) Internacional: Disponível em: <<http://portal.unesco.org>>. Acesso em: jan. 2007.

**TERMOS E CONCEITOS DA MUSEOLOGIA:
contribuições para o desenvolvimento da Museologia como campo disciplinar**

Tereza Cristina Scheiner

INTRODUÇÃO

O trabalho museológico é, como tantos outros movimentos do humano, um ponto de junção entre duas ou mais subjetividades, que dialogam através de uma prática comum. Mas dialogar supõe compartilhar realidades percebidas em conjunto, por meio de códigos que permitam a comunicação das percepções, vivências e experiências e façam a ponte entre as diferentes subjetividades.

Um desses códigos é a linguagem; poderosa instância de representação social e codificação de experiências do humano no mundo que, permite a geração de incontáveis sistemas de signos relacionados a conceitos e/ou idéias.

É a linguagem que nos permite “dizer” o mundo, através de sistemas combinatórios e multifuncionais de signos, que operam na interface entre os planos mental e sensorial, traduzindo-se por meio de gestos, sons, imagens, movimentos (entre os quais destaca-se a fala).

Sabemos que toda linguagem tem uma dimensão pragmática, que sofre a influência constante dos sujeitos envolvidos no processo comunicacional. A falta de um acordo inicial sobre o que se diz produz interferências entre os diferentes sujeitos e as realidades que pretendem comunicar. E portanto, o cuidado com o uso de linguagens que comuniquem de modo claro valores e idéias comuns a dois ou mais indivíduos está na base de todo processo social.

Entre as muitas formas de representação reconhecidas e nomeadas como “linguagens” (ou sistemas sógnicos) destaca-se a língua, conjunto de signos de origem verbal, dotado de regras próprias e expresso por meio de palavras e expressões, características de determinados grupos sociais.

A Museologia, como instância organizada do saber humano, depende em grande parte do domínio lingüístico, por meio do qual se desenvolvem e traduzem os conceitos básicos deste campo do conhecimento.

Tais movimentos não excluem a importância das interfaces da Museologia com outras linguagens comunicacionais, especialmente aquelas utilizadas no âmbito das exposições: a linguagem visual – que transforma idéias em imagens, permitindo um mergulho no âmbito da criação e no campo da arte; a linguagem gestual, que propicia interessantes cruzamentos com o universo do teatro e com a espontaneidade dos processos do cotidiano; a linguagem sonora, a olfativa, a gustativa, que promovem uma aproximação com os caminhos do corpo e com a instância da imaterialidade; a linguagem digital, síntese de todas as outras e que abre caminho para a imersão conjunta do corpo e da mente em universos compossíveis¹, espaços jamais antes experimentados.

Mas é principalmente no âmbito do domínio lingüístico que a Museologia busca legitimar-se como campo, na medida em que logra gerar termos e conceitos da sua especificidade, ao mesmo tempo em que realiza movimentos particularíssimos de apropriação/adaptação de termos e conceitos já existentes em outras áreas.

Existe, portanto, dentro das chamadas “linguagens museológicas”, uma área de estudos relativa aos termos e conceitos próprios do campo da Museologia. E é destes termos e conceitos que trataremos aqui, muito brevemente.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Os estudos relativos aos termos básicos da Museologia datam dos anos 1960 – época em que esta começa a ser identificada como campo específico do conhecimento - e desenvolvem-se essencialmente no âmbito do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

A necessidade de identificar e definir termos próprios da Museologia já se vinha fazendo presente desde os primeiros anos de existência do ICOM, quando, para precisar sua essência e objetivos, a jovem Organização necessitou definir o que seria “museu”: árdua tarefa, que até os dias atuais vem mobilizando sucessivas levadas de especialistas.

Em 1946, o primeiro Estatuto do ICOM reflete, em seu Artigo II, Seção 2, a percepção que tinham do tema as instituições do campo da cultura e seus especialistas:

O termo ‘museus’ inclui todas as coleções abertas ao público, de material artístico, técnico, científico, histórico ou arqueológico, incluindo zoológicos e jardins botânicos, mas excluindo bibliotecas, com exceção daquelas que mantêm salas de exposição permanente.²

Nada mais vago e pouco científico. Diretamente associada a uma perspectiva colecionista e à experiência cultural de um ‘Ocidente’ Moderno - que elegeu como representação hegemônica da experiência ‘museológica’ o que hoje conhecemos como Museu Tradicional Ortodoxo -, esta percepção levou a um equívoco interpretativo que perdurou cerca de quatro décadas: a de que haveria coleções, ou acervos ‘museológicos’, ‘biblioteconômicos’ e ‘arquivísticos’. Lembro aqui o quanto esta percepção, legitimada e oficializada pelo ICOM, confundiu os estudiosos das três áreas, dando origem a inúmeras tentativas classificatórias que, muito naturalmente, não davam conta das necessidades de documentação do patrimônio cultural em sua plenitude³. Apenas com o desenvolvimento da Ciência da Informação, e com a adoção progressiva de sistemas classificatórios baseados em critérios mais científicos, foi possível fazer um deslocamento desses impasses interpretativos para as questões realmente fundamentais do campo documental.

Dez anos mais tarde, em 1956, a segunda versão do Estatuto do ICOM define ‘museu’ de modo ainda vago:

O termo museu denota, aqui, qualquer estabelecimento permanente, administrado no interesse geral, com o fim de preservar, estudar valorizar por diferentes meios e essencialmente expor, para o deleite e a instrução do público, conjuntos de objetos e espécimes de valor cultural: coleções artísticas, históricas, científicas e tecnológicas, jardins zoológicos e botânicos e aquários. Bibliotecas e arquivos públicos mantendo salas de exposição permanente serão consideradas museus.⁴

A terceira versão do Estatuto do ICOM, datada de 1961, busca ampliar um pouco o escopo da definição, estendendo-a definitivamente à ‘*naturalia*’ e aos museus diretamente vinculados ao patrimônio natural⁵:

O ICOM reconhecerá como museu qualquer instituição permanente que conserve e exhiba, para fins de estudo, educação e lazer, coleções de objetos de significação cultural e científica (Seção II – Definição de Museu. Artigo 3)

Inserem-se nesta definição: a) as galerias de exposição permanente mantidas por bibliotecas públicas e as coleções arquivísticas; b) os monumentos históricos e suas partes ou dependências, tais como tesouros de catedrais, sítios históricos, arqueológicos ou naturais oficialmente abertos ao público, c) jardins botânicos e zoológicos, aquários, vivários e outras instituições que exibem espécimes vivos, d) reservas naturais. (Ibid. Artigo 4)

Em 1969, fica definido que o ICOM reconhecerá como museu “toda instituição permanente que conserve ou exponha, para fins de estudo, de educação e deleite, coleções de objetos de importância cultural e científica”⁶ .

Gary Edson⁷ chama aqui a atenção para o fato de que, dada a dificuldade de identificar o significado preciso dos termos, definições freqüentemente utilizam-se de ‘não-termos’ – muito comuns no jargão específico de comunidades profissionais. Jargão e metáforas cumprem, assim, a tarefa de exprimir idéias que, de outra forma, seriam inexprimíveis:

*Estes não-termos têm um sentido simbólico, imaginal ou emblemático, no interior do grupo, mas são ininteligíveis para as pessoas não endoutrinadas neste vocabulário compartilhado. Tal situação exige freqüentemente que os termos utilizados na definição sejam explicados separadamente*⁸ .

Baseados na inexistência de uniformidade na linguagem escrita e falada utilizada pelos especialistas em museus, ou por aqueles que usavam a Museologia e os museus como sujeito e objeto de análise; e conscientes de que a identificação e consolidação de uma área ou campo disciplinar requerem a existência de um vocabulário mínimo que lhe seja específico, um grupo de teóricos buscou, desde então, constituir uma terminologia apropriada para o campo “museológico”, baseada em códigos comuns, reconhecíveis por especialistas de diferentes áreas e de distintas nacionalidades.

Um dos projetos pioneiros nesta trajetória foi o do *Dictionarium Museologicum*, aprovado por uma resolução da Conferência Geral de Museus, realizada em Nova Iorque, em 1965. A Resolução No. 4 desta Conferência trata diretamente da necessidade de os museus assumirem total responsabilidade sobre a documentação relativa a suas coleções e ao seu campo de pesquisa; e, mencionando a dificuldade em estabelecer princípios e métodos de uso racional da documentação dita ‘museológica’, recomenda que:

*os museus dêem especial atenção ao estabelecimento de serviços de documentação [organizados] em bases muito estritas, adotando, da maneira mais ampla possível, um padrão comum para todos os museus da mesma categoria (...).*⁹

A mesma Resolução demanda ainda que:

*... os vários Comitês Internacionais envolvidos [na documentação de coleções] estudem, em cooperação com o Comitê de Documentação e com o Centro de Documentação ICOM-UNESCO, os problemas apresentados pela estandardização das normas a serem aplicadas a este campo (para cada categoria de museu)*¹⁰.

Entretanto, duas décadas ainda se passariam antes que o projeto do *Dictionarium Museologicum* se concretizasse.

Ao longo dos anos 70, vários grupos de especialistas vinculados ao ICOM, interessados em atender às recomendações da Organização, debruçaram-se sobre os termos e conceitos da Museologia, analisando-lhes os fundamentos ontológicos e as situações de uso. Em sua maior parte vinculados aos comitês internacionais de Documentação (CIDOC, estabelecido ainda nos anos 1950), Formação de Pessoal para Museus (ICTOP, fundado em 1968) e Museologia (ICOFOM, iniciado em 1977), esses especialistas buscavam apresentar à comunidade internacional de estudiosos do patrimônio um conjunto de padrões e normas operacionais que tornasse possível desenvolver, para os museus e a Museologia, uma linguagem comum. Tais esforços resultaram na organização de uma série de glossários, alguns deles vinculados ao ICOM, abrangendo algumas centenas de termos técnicos, em diferentes idiomas: em 1974, foi elaborado um glossário em russo, com 211 termos; em 1975, um outro glossário enumerava 300 termos em alemão; outro, ainda, editado em 1978, apresentava 400 termos em idioma tcheco. Cabe lembrar aqui que projetos similares foram

também desenvolvidos no âmbito da UNESCO, resultando em *thesauri* relativos a determinados aspectos do campo museológico e patrimonial.

Museus e/ou associações de museus de diferentes países buscaram também desenvolver seus glossários, predominando nestes os termos técnicos relativos a funções básicas dos museus tradicionais: registro, classificação, catalogação, conservação, exposição (de objetos). Entre esses, incluíram-se inúmeros profissionais brasileiros, preocupados em aprofundar estudos e pesquisas que levassem à compatibilização de linguagens documentais e à formulação de normas que integrassem as necessidades dos diferentes museus, e as coleções destes às de bibliotecas e arquivos¹¹.

Trabalhos como estes fundamentaram a prática museológica nos anos 70 e 80, especialmente no que se refere à documentação de coleções. A falta de uma unidade conceitual e terminológica constituía, entretanto, um problema, dificultando o trabalho de documentação de acervos e, principalmente, o desenvolvimento de inventários nacionais e internacionais.

*Existem grandes disparidades internacionais no desenvolvimento da Museologia. Mas deve a solução dos problemas de linguagem esperar até que os países tenham alcançado um estágio relativamente avançado do ponto de vista teórico e prático, tornando-se capazes de construir suas próprias terminologias especializadas?*¹²

O *dictionarium museologicum*

A tarefa de constituição do *Dictionarium Museologicum* foi inicialmente designada ao Comitê Internacional para Documentação (CIDOC) e ao Centro de Documentação ICOM-UNESCO. Em 1976, o Comitê Internacional de Formação de Pessoal para Museus (ICTOP) assumiu em parte esta responsabilidade, com a criação de um Grupo de Trabalho sobre Terminologia.

Em 1977, na Conferência Geral de Museus em Leningrado e Moscou, o CIDOC reorganizou seu Grupo de Trabalho sobre Terminologia e iniciou o desenvolvimento do *Dictionarium Museologicum*, sob a direção de István Éris, presidente do Comitê. O objetivo era constituir um dicionário de termos especializados, que servissem de instrumento de trabalho a museólogos de todo o mundo. O Dicionário deveria ser “útil para a formação

profissional, para as atividades de informação e pesquisa e para a tradução oral e escrita”, e ainda servir “como uma obra de referência para documentalistas e bibliotecários, em todas as áreas especializadas relacionadas à museologia”¹³. Deveria conter, ao todo, cerca de 1.500 termos técnicos, com seus equivalentes em 15 a 20 línguas diferentes.

A intenção expressa era de que os termos constantes do Dicionário ajudassem a esclarecer problemas conceituais, reduzindo as ambigüidades – especialmente nos trabalhos teóricos do campo. Especialistas das principais comunidades lingüísticas do ICOM seriam chamados a participar, devendo responsabilizar-se pelas respectivas versões do Dicionário. Um comitê editorial ficaria responsável pela edição da obra. Quanto à publicação, ficaria a cargo da seção de dicionários da Academia Húngara de Ciências.

Mas o projeto apresentou, desde o início, dificuldades e equívocos incontornáveis, como a questão da língua definida para a edição do Dicionário: baseados na experiência dos glossários já existentes, e tendo em vista a inexistência, no campo, de compêndios ou glossários gerais, decidiu-se usar como língua base... o húngaro. Ao longo dos meses subseqüentes, foram compilados 1.350 termos em húngaro, buscando-se os termos equivalentes em outras línguas – a começar pelo alemão (e, em seguida, o inglês e o francês). Todo o trabalho foi realizado na Hungria, sem a colaboração de nativos nos citados idiomas, o que explica o sem-número de problemas de tradução de conceitos, verificado logo na primeira edição da obra (1978).

Outra linha editorial foi imaginada, com a inclusão de definições dos termos abordados – mas esta foi logo em seguida considerada impraticável. Ficou claro, naquele momento, que uma terminologia museológica deveria ser desenvolvida em cada língua, visto que não só os termos variavam enormemente, mas os próprios conceitos ligados a cada termo eram objeto de complicadas especificidades, ligadas às realidades culturais de cada grupo ou país.

Em 1979, foi publicada outra versão do Dicionário, com cerca de 2.000 termos, em alemão, inglês, francês, húngaro e russo - num total de 10.000 referências, revisadas por especialistas de diferentes nacionalidades. Para este trabalho, foi usado como base o léxico alemão, considerado como bem fundamentado do ponto de vista teórico e prático.

A terceira edição do Dicionário, lançada em 1981, continha um léxico de 1.000 a 1.200 termos, em dois volumes - incluindo, além dos idiomas já citados, o dinamarquês, o espanhol, o romeno e o croata. Muito naturalmente, ficou claro para o grupo de trabalho a necessidade de buscar as correspondências entre os sentidos dos diferentes termos, nas diversas línguas trabalhadas. Verificou-se ainda a necessidade urgente de pesquisar e analisar as correspondências terminológicas entre os países/grupos que utilizam a mesma língua (para o inglês, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália; para o francês, França, Bélgica, Canadá, Suíça)

Verificou-se também a necessidade de analisar as relações cruzadas entre idiomas com as mesmas raízes – como o espanhol, o português e o árabe – tarefa esta que, por si só, já demandaria anos de intenso estudo, por parte de profissionais altamente especializados.

Entre os critérios utilizados para a elaboração do Dicionário, incluíam-se os seguintes:

- Diferenciar os termos específicos da Museologia daqueles de aplicação mais geral;
- Trabalhar apenas sobre os termos de significado mais específico da Museologia e das áreas que lhe são mais próximas (conservação, restauração, proteção a monumentos);
- Colocar em anexo um glossário com abreviaturas de títulos de instituições e/ou organizações do campo, de âmbito nacional e/ou internacional;
- Destacar os termos já ultrapassados, mas ainda utilizados pelo campo;
- Publicar termos que sejam utilizados em pelo menos uma das línguas oficiais da UNESCO, ainda que não tenham correspondência direta em outras línguas.

Dentro desses parâmetros, foram utilizados conceitos simples e termos compostos, em ordem alfabética; verbos foram incluídos na forma infinitiva. A maioria dos vocábulos consistia em nomes, seguidos de uma indicação de gênero e (quando cabível), de uso do plural. Se e quando necessário, foram usados adjetivos.

Entretanto, tal estrutura não refletia o ordenamento sistemático de informações na seqüência lógica da Museologia: termos de sub-campos específicos da área não podiam ser agrupados. Foi então decidido que seria criado um glossário com indicações de termos equivalentes. Os termos considerados “intraduzíveis” permaneceriam em seus idiomas originais.

A última versão oficial do *Dictionarium Museologicum* foi publicada pelo ICOM Hungria, em Budapeste, em 1986, com 774 páginas contendo termos e expressões consideradas úteis e importantes para a prática museológica e para o campo teórico da Museologia. O conteúdo abrange informações em 20 línguas diferentes – incluindo inglês, francês, espanhol, alemão, búlgaro, tcheco, dinamarquês, norueguês, esperanto, finlandês, húngaro, italiano, holandês, polonês, português, romeno, servo-croata, eslovaco e sueco.

Termos e conceitos da museologia

As evoluções em torno do *Dictionarium Museologicum* e da identificação de um conjunto de termos básicos para a Museologia constituíram, desde o início, a preocupação fundamental do Comitê Internacional de Museologia – ICOFOM.

São hoje reconhecidos e consagrados, entre os profissionais de museus, os estudos do ICOFOM sobre o conceito de Museu e sobre a identidade da Museologia no sistema do conhecimento. Conforme já apontado em trabalhos anteriores, podemos identificar, como foco de origem desta preocupação,

*os estudos realizados na União Soviética e as reflexões de teóricos como Georges-Henri Rivière, a partir dos anos 30 do século 20. Mas é nos anos 50 que um grupo de especialistas passa a investigar de maneira mais sistemática as bases científicas e filosóficas da Museologia, resultando na elaboração de uma série de conceitos e definições que foram os responsáveis pela estruturação deste campo.*¹⁴

A partir dos anos 60 do século 20, debates teóricos sobre o museu e a Museologia tornaram-se progressivamente mais importantes, sobretudo entre os profissionais do centro e leste europeus. Exemplos desse movimento foram o simpósio realizado na República Democrática Alemã, em 1964, e o I Simpósio de Teoria Museológica, realizado em Brno, República Tcheca, em 1965¹⁵.

Dedicado especificamente ao estudo da Museologia, na intenção de definir-lhe uma identidade epistêmica, seja como ciência ou campo disciplinar, o ICOFOM ocupou-se, desde a sua criação, em 1977, em desenvolver estudos teóricos em torno de termos e conceitos

identificados como constitutivos do campo – sendo os dois primeiros, Museu e Museologia. Jan Jelinek¹⁶, criador e primeiro presidente do ICOFOM e, na ocasião, presidente do ICOM, assim se referia à tarefa assumida:

*por museologia referimo-nos aos aspectos teóricos das atividades dos museus, em oposição à museografia, que significa o lado prático dessas atividades. Cada ramo de atividade profissional necessita ser estudado, desenvolvido e adaptado às cambiantes condições contemporâneas – e não apenas aquele da museologia. Perseguir como objetivo a distribuição do conhecimento do moderno desenvolvimento museológico será o programa do Comitê Internacional de Museologia.*¹⁷

As contribuições teóricas do ICOFOM foram importantíssimas para o estudo dos museus e da Museologia, e sem dúvida ofereceram uma sólida via de pensamento para o seu desenvolvimento como campo disciplinar. Três questões fundamentaram, desde o início, as discussões do grupo: a) o estatuto científico da Museologia; b) seu objeto de estudo; c) sua autonomia enquanto campo.

Desvallés¹⁸ lembra as naturais tensões ocorridas, no primeiro momento, entre o ICOFOM e o ICTOP, ambos determinados a desenvolver estudos teóricos que levariam à publicação de um **Tratado de Museologia**. Este projeto, baseado numa iniciativa do Comitê Executivo do ICOM, datada de 1978, pretendia lançar o Tratado até 1983, em quatro volumes: Museu e Sociedade; Museu e Patrimônio; Museu como instituição; e O Futuro do Museu – estudos de caso. Entre outros pontos, o *Tratado* deveria apresentar à comunidade do ICOM uma lista de termos técnicos relevantes, com as respectivas definições. Jamais realizado, o projeto deu entretanto origem aos trabalhos investigativos sistemáticos do ICOFOM, diretamente voltados para o estudo “das complexas questões filosóficas e teóricas relativas aos museus”¹⁹, através de estudos analíticos e de inventários de opinião.

Nas duas últimas décadas do século vinte, pensadores como Stránsky, Desvallés, Sola e outros tornam-se responsáveis pela estruturação do campo, definindo-lhe os fundamentos como ciência independente, com objeto e postulados próprios, e estudando as bases filosóficas e comunicacionais da Museologia. Tais estudos permitiram que se considerasse a Museologia como “um domínio científico em constituição”²⁰.

Entretanto – e apesar da valiosa contribuição desses teóricos – permanecia, até mesmo no âmbito do ICOFOM, a dificuldade em trabalhar com os termos e conceitos básicos do campo. Ainda que os autores da *core area* do Comitê se preocupassem em desenvolver uma produção articulada, baseando suas idéias e opiniões na teoria já existente, o crescimento exponencial do ICOFOM trouxe para o âmbito do Comitê dezenas de novos autores, que em muitos casos passaram a produzir textos teóricos onde utilizavam, para os mesmos termos, os mais diversos conceitos.

Em sua tese de doutoramento, datada de 1992, Peter van Mensch comenta que

uma das fraquezas do campo museológico é o fato de que, à parte dos levantamentos históricos e manuais técnicos, não existe um livro-texto em inglês sobre a teoria da museologia. O grosso do material teórico encontra-se sob a forma de artigos, numa ampla gama de periódicos. Muitos temas museológicos encontram-se em publicações das disciplinas relacionadas aos museus. (...) Muitos artigos tratam de modo geral, ou superficial, as questões²¹.

Para Mensch, o caráter multidisciplinar do campo enfatizava esta dispersão, tornando maior a inconsistência conceitual e terminológica da produção teórica.

Visando minorar esta situação, foi criado em 1993, durante a Conferência Anual do ICOFOM, em Atenas, Grécia, um projeto permanente de pesquisa denominado Terminologia da Museologia, com o objetivo de sistematizar os estudos sobre termos e conceitos básicos da Museologia. Entre outros objetivos, pretendia-se produzir um livro - *Basic Museologic Ideas* – que pudesse funcionar como um léxico do campo. O projeto contava, desde o início, com a coordenação internacional de André Desvallés. Integraram o grupo de trabalho original os seguintes especialistas: Ivo Maroevic (Croácia), Martin Schaerer (Suíça), Peter van Mensch (Holanda), Tereza Scheiner (Brasil) e Zbynek Stránsky (República Tcheca).

Sob a responsabilidade desse grupo, desenvolveram-se os primeiros estudos sistemáticos de terminologia no âmbito do ICOFOM, tendo estes posteriormente dado origem a outros grupos de trabalho, em diferentes regiões – os quais se debruçam em caráter permanente sobre o estudo e a análise de termos e conceitos da Museologia.

No plano internacional, e sob a coordenação de André Desvallés, o trabalho evoluiu para a busca de organização de um *Thesaurus Museologicus*, com redação coletiva e desenvolvido a partir de uma lista hierarquizada de termos, propostos pela equipe central de trabalho. Novos termos podem ser introduzidos e/ou propostos por qualquer um dos participantes, em diferentes idiomas. Os termos devem articular-se por correlação de uso ou sentido (gramatical, semântico, genérico e/ou referencial).

Na América Latina, várias pesquisas que já se desenvolviam sobre o tema foram integradas ao projeto, como as do CILEM – Centro de Pesquisas em Linguagem Museológica²². Em 1994, o ICOFOM LAM integrou-se definitivamente ao projeto e criou um grupo regional de trabalho sobre termos e conceitos da Museologia, com pesquisadores de diferentes países²³.

Em 1997, foi apresentado à comunidade do ICOFOM o primeiro resultado deste trabalho, sob a forma de uma lista de termos, com duas seções específicas:

- a primeira, coordenada por Desvallés, abordando o histórico de termos e conceitos fundamentais para a Museologia, comparando-os entre si e pelo uso;
- a segunda, coordenada por Stránsky, adotando a forma de um dicionário enciclopédico – denominado, pelo próprio autor, “uma versão preliminar de uma ‘Enciclopédia de Museologia’”²⁴.

O documento de Desvallés recebeu aceitação geral por parte do ICOFOM, ao contrário do de Stránsky, considerado, pelos pares, incompatível com a epistemologia contemporânea – ainda que o autor propusesse que o texto apresentado fosse revisto e atualizado por especialistas, via internet. Ao deixar a Direção da ISSOM no ano seguinte, Stránsky aparentemente diminuiu sua participação no projeto do ICOFOM, tendo a produção se direcionado para o modelo proposto por Desvallés.

Uma versão atualizada da lista de termos e conceitos foi apresentada por Desvallés em 1998, no México, durante o VII Encontro Regional do ICOFOM LAM. Em dezembro de 1999, o esboço de um *Thesaurus*, com 94 páginas, foi apresentado formalmente ao ICOFOM e muito bem recebido pelos pares. O sumário revelava os termos básicos sobre os quais se construiu o trabalho: I) museologia; II) espaço museal; III) musealização; IV) museografia e expografia; V) avaliação²⁵. Em anexo ao presente artigo, encontra-se a lista completa dos termos trabalhados até aquele momento no âmbito do projeto.

Contribuíram ativamente para a elaboração deste documento, além dos já citados especialistas, Bernard Deloche e François Mairesse (em francês) e Norma Rusconi (em espanhol). Quanto aos trabalhos em português, não houve grande avanço neste período, dado o fato de a maior parte dos teóricos brasileiros interessados em estudos terminológicos sobre museus encontrar-se já produzindo no âmbito do CIDOC, e no campo da Ciência da Informação. Na ocasião, mais uma vez propusemos que ICOFOM e CIDOC articulassem seus trabalhos, na busca de uma produção integrada – como já havia ocorrido ao longo dos anos 1970.

O relato desta reunião foi publicado em janeiro de 2000:

A técnica do data-show possibilitou que toda a audiência tomasse parte ativa nos debates, colocando questões, discutindo detalhes da metodologia, fazendo comentários e sugerindo avanços. Foi sem dúvida a melhor sessão sobre Terminologia realizada pelo ICOFOM desde o início do projeto, em 1993. Muitos colegas presentes interessaram-se em participar e aderiram à rede LAM de Terminologia. Considerando que em 2000 o ICOFOM trabalhará sobre o patrimônio intangível, foi sugerido – e aprovado – que de novembro de 99 a junho de 2000 o Grupo de Trabalho de Terminologia se dedicará ao estudo de termos e conceitos relativos a patrimônio e seus equivalentes – em inglês, francês, espanhol e outros idiomas, que possam ser do interesse de países específicos²⁶.

O documento dirigido por Desvallés propunha o seguinte modelo de análise e redação:

- termo (em francês) / equivalentes em outros idiomas
- definição / etimologia / aplicações
- exemplos
- derivados
- correlatos

MUSÉOLOGIE. Terme français (lat.: *museologia*). - Équival. it.: *museologia*; sp.: *museologia*; po.: *museologia*; en.: *museology*, *museum studies*; ge.: *Museologie*, *Museumswissenschaft*, *Museumskunde*; ru. : *museieivedenie*, *ovtchei museieivedenie* ; cz. : *museologie*.

Définition : Étymologiquement parlant la muséologie est “l’étude du musée” - et non pas sa pratique, qui est renvoyée à la muséographie. Mais le terme, confirmé dans ce sens large au cours des années 1950, et son dérivé muséologique - surtout dans leur traduction littérale anglaise (*museology* et son dérivé *museological*) ont trouvé deux applications bien distinctes.

La première et la plus répandue est une tendance à s’appliquer, très largement, à tout ce qui touche au musée (en français en concurrence avec le terme **muséal**), et plus particulièrement dans les pays anglophones (en concurrence avec **museum business**) et de même, par contamination, dans les pays latino américains. C’est ainsi que, là où n’existe pas de profession spécifique reconnue, comme en France les **conservateurs**, les termes de “muséologie” et de “muséologue” s’appliquent à toute profession muséale, et en particulier aux consultants qui ont pour tâche d’établir un projet de musée ou de réaliser une exposition.

Pour la deuxième application, qui traduit le sens premier (étymologique) d’ “étude du musée”, l’anglais préfère plutôt l’expression **museum studies**, particulièrement en Grande-Bretagne, où le terme **museology** est encore assez peu employé à ce jour. Et il est indispensable de remarquer que, de façon générale, si le terme a été de plus en plus utilisé de par le monde à partir des années cinquante, à mesure que croissait l’intérêt pour le musée, il continue à l’être très peu par ceux qui vivent le musée “au quotidien” et que l’usage du terme reste cantonné à ceux qui observent le musée de l’extérieur. Pour ces derniers, qui tendent à en faire sinon un véritable domaine scientifique, du moins une discipline à part entière, elle se divise en **muséologie historique** (l’évolution de la muséologie est inséparable d’une histoire des musées), en **muséologie sociale** et en **muséologie théorique**. Elle se développe aujourd’hui en direction d’une approche communicationnelle et informationnelle de l’activité muséale.

Exemples : **ge.** : 1. “ ... *Kunstgeschichte und Museologie* ” (Georg Rathgeber, 1839) ; 2. “ *Dermoplastik und Museologie* ” (Philipp Leopold Martin, 1876-1882) ; 3. “ *Zeitschrift für Museologie und verwandte Wissenschaften* ” (J.G.T.Grässe, 1878-1885) ; **en.** 4. : “ *museography – the systematic description of the contents of museums ; museology - the science of arranging museums ; museologist – one versed in museums* ” (Richard F. Bach, 1924) ; **fr.** : 5. “...*les méthodes nouvelles de muséologie appliquées au musée de peinture et de sculpture*”(R.Rey, 1929) ; 6. : “ *La muséologie est la science ayant pour but d’étudier la mission et l’organisation du musée. La muséographie est l’ensemble des techniques en relation avec la muséologie*” (RIVIÈRE, 1960 :»

Dérivés : **muséologique (museological) ; muséologue (museologist).**

Corrélat : **musée (museum) ; muséographie (museography) ; nouvelle muséologie (new museology) ; muséal (museal) ; muséaliser (to musealize) ; muséfier, péjor. ; muséalité (museality, museum quality) ; muséalisation (musealization ; museum attribution) ; musealium, muséalie, objet de musée (museum object, museum quality attributed object) ; réalité (reality).**

Ficava clara a intenção de estabelecer, para a Museologia, um vocabulário controlado, considerando uma grande possibilidade de variantes de registro e de relações entre os termos e conceitos trabalhados:

Este foi, aliás, o maior problema enfrentado por Desvallés e seu grupo de trabalho. Repetindo a experiência dos anos 1970, ficou clara a existência de uma infinidade de cruzamentos possíveis entre as variações léxicas de cada termo, em cada uma das línguas trabalhadas, e as múltiplas ideações que se constituíam em conceitos, nas diferentes situações. Muito naturalmente, dada a matriz conceitual do dirigente do projeto, todo o trabalho impregnava-se de um ‘olhar europeu’ sobre os termos e conceitos da Museologia, praticamente impossibilitando a tradução direta do texto para outros idiomas além dos já incorporados ao documento original.

Para possibilitar a ampliação do escopo do trabalho, incorporando ao texto original não somente termos, mas principalmente conceitos, em significados de outras matrizes culturais, foi publicada, em 2000, uma edição em CD Rom da versão de 1999 do *Thesaurus*, com uma introdução em espanhol²⁷. Esta edição constituiu, até cerca de um ano, a principal forma de difusão do projeto de terminologia, no âmbito da América Latina²⁸.



O projeto brasileiro

Em 2003, constituiu-se finalmente um projeto de pesquisa brasileiro especificamente direcionado para o estudo dos termos e conceitos da Museologia, como desdobramento do projeto maior, dirigido por André Desvallés. Este projeto, denominado *Termos e Conceitos da Museologia* e vinculado oficialmente ao NUCLEM – Núcleo de

Estudos e Pesquisas em Museologia, Patrimônio e Turismo²⁹, a partir de 2005, vem trabalhando no sentido de identificar e desenvolver, para o campo da Museologia, uma terminologia específica no idioma português.

A pesquisa realizada na UNIRIO contribui de maneira essencial para o desenvolvimento do campo, na medida em que busca propiciar, aos estudiosos da Museologia, oportunidade de voltar-se para a configuração de traços do que se poderia identificar como uma 'linguagem museológica'. Desde 2006 associada à Linha de Pesquisa 01 (Museu e Museologia) do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS -UNIRIO/MAST), tem como objetivo identificar e analisar os termos e conceitos fundamentais da Museologia, participando da constituição de uma linguagem museológica internacionalmente reconhecível.

Os estudos se realizam mediante a análise de significado dos termos e conceitos básicos da Museologia, desde o ponto de vista lingüístico e museológico. Com metodologia similar à desenvolvida por André Desvallés, identifica e analisa cada termo em si e na relação com seus correlatos, em português. Cada pesquisador ou bolsista efetua a leitura de publicações relacionadas ao termo que investiga, identificando as situações de uso dos termos e indexando-os, de acordo com o modelo proposto por Desvallés. Em seguida, faz-se uma análise comparativa de significados em outros idiomas – como o inglês, o francês e o espanhol.

Os termos básicos investigados são Museu – Museologia - Patrimônio. De acordo com os projetos de cada pesquisador e com os subprojetos apresentados pelos bolsistas, outros termos podem agregar-se aos trabalhos, tais como Musas – Mito – Exposição³⁰. A seguir, exemplo de ficha em processo:

PROJETO – TERMOS E CONCEITOS DA MUSEOLOGIA

SUBPROJETO – *ANÁLISE DOS TERMOS RELATIVOS À FUNDAMENTAÇÃO MÍTICA DA MUSEOLOGIA: MUSEU – GÊNESE, MITO , MITOLOGIA , MUSAS, MUSEU)*

BOLSISTA IC/PIBIC - FELIPE ROQUE FARIAS

BASE DE DADOS – TERMOS E CONCEITOS
FICHA DE INDEXAÇÃO DE TERMOS

TERMO	Museologia
DEFINIÇÃO	Termo português (do latim: museologia). Etimologicamente, significa estudo do museu e no o conjunto de práticas ligadas aos museus, denominado museografia.
EQUIVALENTES	It: museologia; esp: museologia; fr: muséologie; ingl: museology; al: museologie, museumswissenschaft, museumskunde, ch: museologie
EXEMPLO	
DERIVADOS	Museológico (fr: muséologique; ingl: museologic; esp: museológico) – Museólogo (fr: muséologue; ingl: museologist; esp: museólogo)
CORRELATOS	Museu (fr: musée; ingl: museum; esp: museo) – Museografia (fr: museographie; ingl: museography; esp: museografía) – Nova Museologia (fr: museologie; ingl: museology; esp: museología) – Museal (fr: muséal; esp: museal) – Musealizar (fr: muséaliser; ingl: to musealize; esp: musealizar) – Musealidade (fr: musealité; esp: musealidad) – Musealização (fr: muséalisation; ingl: musealization; esp: musealización) – Museificar (fr: pejour – muséfifier; esp: museificar) – Musealia (lat: musealium; fr: muséalie) – Objeto de Museu; Objeto Museológico (fr: objet de musée; ingl: museum object; esp: objeto de museo, objeto museológico) – Coisa de Museu (esp: pejour. - cosa de museo) -Real (fr: réel; esp: real) – Realidade (fr: réalité; ingl: reality; esp: realidad)

FONTE DESVALLÉS, André (Dir.) *Thesaurus*. (Dir.) *Thesaurus*.
PESQUISADA Ébauche B la date du 12 novembre 1999. ICOM/ICOFOM. 1999.
94 p. [Documento de Trabalho].

PALAVRAS-CHAVE Museu. Museologia.

RESUMO O termo museologia e seu derivado museológico foram
amplamente utilizados a partir dos anos 50 do século 20. (fonte:
Desvallés, A. *Thesaurus*.) continuar....

COMENTÁRIOS

Esta pesquisa vem gerando interessantes produtos, tendo influenciado monografias de Graduação em Museologia e pesquisas-dissertação em Museologia e Patrimônio³¹.

PROSSEGUINDO O TRABALHO

O desenvolvimento de pesquisas sobre terminologia vem comprovando que a idéia original, de produzir um *Thesaurus* completo, é mais complexa e ambiciosa do que se imaginava, mesmo com as facilidades trazidas pelas novas tecnologias. No presente, os estudos desenvolvidos pelos especialistas do ICOFOM vêm-se concentrando nos trabalhos por idioma, com resultados muito positivos. O grupo de trabalho original intitula-se agora Grupo de Trabalho do *Thesaurus* (*Thesaurus* Research Group) e divide-se em subgrupos, por matriz idiomática.

O grupo de língua francesa, liderado por Desvallés e Mairesse, desenvolve estudos complexos e aprofundados de termos e conceitos naquele idioma, a partir da versão do *Thesaurus* de 1997. Um encontro de trabalho foi realizado em julho de 2008, na Bélgica, para debater o andamento das pesquisas. Os resultados deverão ser disponibilizados em futuro próximo.

Com o falecimento de Norma Rusconi, em 2004, os trabalhos em espanhol tornaram-se menos enfáticos, sendo no momento desenvolvidos no âmbito do grupo de trabalho Argroup, da Argentina – cujo objetivo maior é efetuar análises de conteúdo da produção teórica do ICOFOM. Lidera este grupo Nelly Decarolis.

No Brasil, permanecem os estudos no âmbito do projeto Termos e Conceitos da Museologia, divulgados periodicamente no meio acadêmico nacional e latino-americano. Este, entretanto, não constitui o único grupo de pesquisa de termos no país: Suely Ceravolo, na Universidade da Bahia, também desenvolve estudos na mesma direção. Esta autora dedicou sua tese de doutoramento³² à questão terminológica e à constituição de uma linguagem de especialidade que possa contribuir para a definição do domínio Museologia.

Finalizando, não poderíamos deixar de mencionar a importância dos trabalhos desenvolvidos, nas duas últimas décadas, pelo Comitê Internacional de Documentação do ICOM (CIDOC), através de um grupo de trabalho especificamente dedicado aos padrões de documentação para museus: *Documentation Standards Working Group*. O grupo tem como objetivo estabelecer as interfaces entre os diferentes grupos e iniciativas que desenvolvem normas relevantes para a documentação em museus. Na área de controle terminológico, dedica-se à revisão dos marcos técnicos existentes, tais como o padrão para *Thesaurus* da NISO³³ e da *British Standard Institution* – enfatizando os recursos de controle terminológico de relevância para os museus.

Em 1990, o grupo publicou uma *Bibliografia de Controle Terminológico* e, em 1994, um *Directorio de Thesauri para Nomes de Objetos*. O documento que fundamenta os processos de modelização encontra-se disponível desde 1995, em formato impresso e digital – mas hoje já se encontra amplamente substituído pelo Modelo Conceitual de Referência, desenvolvido por outro grupo especializado de trabalho, no âmbito do mesmo Comitê. No presente, o grupo desenvolve os princípios básicos para a documentação em museus, em sintonia com o Código Internacional de Ética para Museus; o documento preliminar encontra-se disponível na internet e, em sua versão final, deverá estabelecer as diretrizes para o trabalho de pesquisa terminológica, em interface com as bases e sistemas digitais já existentes.

Ainda que nenhum desses grupos se dedique especificamente à teoria da Museologia, ou ao estudo exclusivo dos termos básicos constitutivos do campo, não há como negar que contribuem substancialmente para a consolidação da Museologia como campo disciplinar, consolidando, com a merecida competência, sua linguagem de especialidade; e articulando quadros referenciais e de modelização compatíveis com os padrões dos demais campos disciplinares.

Estaremos, assim, aguardando ansiosos por uma articulação mais ampla entre os trabalhos de terminologia do ICOFOM e do CIDOC, e pelo estabelecimento de um diálogo permanente entre os profissionais desses grupos, bem como entre os profissionais dos campos da Museologia e da Ciência da Informação que se dedicam às pesquisas do gênero.

Notas

- ¹ Utilizo-me aqui de termo usado por Márcio Tavares d’Amaral, ao referir-se às múltiplas possibilidades e às complexas interfaces do universo virtual/digital.
- ² ICOM. Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes (1946-2001). Disponível em www.icom.museum .Em 30.07.2008. [tradução da autora]
- ³ Exemplo emblemático dessa dificuldade foram os embates técnicos e metodológicos sobre onde e como localizar e documentar objetos tais como: cartas, mapas, fotografias, livros (pertencentes a coleções de personagens históricos, por exemplo) e, a partir dos anos 1950, fitas gravadas, filmes e materiais similares.
- ⁴ Estatuto do ICOM. 1956. Artigo II. Definição. In: ICOM. **Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes (1946-2001)**. Op. Cit. [tradução da autora]
- ⁵ Estatuto do ICOM. 1961. Seção II – Definição de Museu. Artigos 3 e 4. In Op. Cit. [tradução da autora]
- ⁶ BAGHLI, Sid A., BOYLAN, Patrick. HERREMAN, Yanni. History of ICOM (1946-1996). Paris: Conseil International des musées, 1998. p. 15 [tradução da autora].
- ⁷ EDSON, Gary. Définir le musée. In : MAIRESSE, François, DESVALLÉS, André. Vers une redéfinition du musée ? Paris : l’Harmattan, 2007. p. 43.
- ⁸ Ibid., passim. [tradução para o português da autora].
- ⁹ Resolutions adopted by ICOM’s General Assembly 1965. 8th General Assembly of ICOM. New York, N.Y., USA, 2 October 1965. Disponível em: www.icom.museum . Em 30 de julho de 2008. [tradução para o português da autora]

- ¹⁰. Ibid., ibidem.
- ¹¹. Ainda que o presente trabalho não tenha como objetivo historiar o desenvolvimento da documentação dita ‘museológica’ no Brasil, não é demais lembrar a contribuição aos estudos sobre documentação de acervos, realizada nos anos 70 pela museóloga Terezinha de Moraes Sarmiento, à frente da Associação Brasileira de Museologia; ou o emblemático livro *Thesaurus para Acervos Museológicos*, desenvolvido por Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini e publicado em 1983.
- ¹². ÉRI, István. UNESCO. MUSEUM, 1983 p: 110-113.
- ¹³. Ibid., In Op. Cit.
- ¹⁴. SCHEINER, Tereza. Musée et Muséologie – définitions en cours. In : MAIRESSE, François, DESVALLÉS, André. Vers une redéfinition du musée ? Op. Cit.. p. 147-165. [original em português, inédito].
- ¹⁵. Ver SCHEINER, Tereza. Op. Cit., p. 149.
- ¹⁶. Antropólogo tcheco, Diretor do Museu *Anthropos*, de Brno, República Tcheca.
- ¹⁷. JELINEK, J., Apud DESVALLÉS, André. (Dir.). *Thesaurus*. Ébauche à la date du 12 novembre 1999. ICOM/ICOFOM. [Documento de Trabalho]. 1999. p. 5.
- ¹⁸. Essas tensões se verificaram desde a primeira reunião conjunta entre ICOFOM e ICTOP, em Leicester, UK, 1979.
- ¹⁹. SOFKA, Vinos. My adventurous life with ICOFOM... In: ICOM / ICOFOM. **ICOFOM STUDY SERIES – ISS** (Reprint). 1995. Tomo 1, p. 1-25.
- ²⁰. DESVALLÉS, André (Dir.). *Thesaurus*. Op. Cit. p. 9
- ²¹. MENSCH, Peter van. **Towards a methodology of museology**. Tese. Universidade de Zagreb, Croácia, 1992. Disponível em : <http://www.museum.ee/en/eriaaneareng/museoologiaalaneki/pvanmeneschtowar/mensch01/>. Em 08/08/08
- ²². Presidido por Nelly Decarolis, Argentina.

23. Integram este grupo de trabalho os seguintes profissionais: Eva Rosenthal, Nelly Decarolis, Olga Nazor (Argentina); Diana Lima e Tereza Scheiner (Brasil); Nelly Pena (Equador); Karina Durand Velazco (México). Desde 1994, o grupo vem desenvolvendo estudos e pesquisas sobre o tema, consignados em textos acadêmicos, projetos de pesquisa e discussões sistemáticas, sendo os resultados apresentados nos eventos anuais do ICOFOM LAM. Em várias oportunidades, foram realizadas discussões conjuntas com o grupo internacional do ICOFOM.
24. Ver nota publicada em 1998 na Escola Internacional de Verão em Museologia (International Summer School of Museology - ISSOM), de Brno, Republica Tcheca Disponível em <http://www.rec.muni.cz/VZ97-ENG/unesco.html>. Em 08 de agosto de 2008.
25. Utilizamos aqui o termo ‘museal’, o mesmo termo empregado por Desvallés no original francês desse documento. No entanto, cabe comentar que na língua portuguesa, em muitas situações ‘museal’ poderia ser melhor traduzido por ‘museológico’ [N. A.]
26. SCHEINER, Tereza. ICOFOM Newsletter 28. RJ, January 2000. Disponível em <http://www.orientalhane.com/newsviews/feb00/18-02-00/1.htm> Em 08.08.2008.
27. DECAROLIS, Nelly e SCHEINER, Tereza (Org.). Terminología Museológica. Proyecto Permanente de Investigación. RJ: Tacnet Cultural Ltda./ICOFOM LAM, Mayo de 2000. CD ROM.
28. Uma versão impressa do texto (em pré-edição) foi também disponibilizada, com poucos exemplares e circulação muito reduzida.
29. O projeto foi oficialmente registrado no Depto. de Pesquisa da UNIRIO em 2005, com o número de registro 4063/0502 – tendo como líder Diana Farjalla Correia Lima e como pesquisadora Tereza Scheiner.
30. Cito como exemplo o subprojeto de Felipe Pereira Roque Farias, bolsista de IC (UNIRIO e PIBIC) durante os anos de 2006 e 2007: Termos e Conceitos da Mitologia na Museologia, o qual tratou da análise de termos relativos à fundamentação mítica da Museologia, através da identificação e seleção de termos e conceitos relativos ao tema, em fontes bibliográficas dos campos da filosofia e da museologia. Orientador: Tereza Scheiner.

- ³¹. Entre os trabalhos realizados, destaca-se a dissertação de Anaildo Baraçal sobre os estudos de Stránsky, fundamentais para a constituição da Museologia como campo.
- ³². CERAVOLO, Suely Moraes. Da palavra ao termo: um caminho para compreender museologia. Tese apresentada à ECA/USP em 26.05.2004. Orientador: Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo. 218 p.
- ³³. NISO - National Information Standards Organization. Organização sem fins lucrativos, credenciada pela ANSI - American National Standards Institute.
- ³⁴. CIDOC – Conceptual Reference Model Special Interest Group.
- ³⁵. Statement of Principles of Museum Documentation. Disponível em <http://cidoc.mediahost.org/principles6.pdf> Em 08.08.2008

Referências

- BAGHLI, Sid A., BOYLAN, Patrick., HERREMAN, Yanni. **History of ICOM (1946-1996)**. Paris: Conseil International des musées, 1998.
- DECAROLIS, Nelly e SCHEINER, Tereza (Org.). **Terminologia Museológica**. Proyecto Permanente de Investigación. RJ: Tacnet Cultural Ltda./ICOFOM LAM, Maio de 2000. CD ROM.
- DESVALLÉS, André. Pour une terminologie muséologique de base. In: ICOM. **ICOM STUDY SERIES**, 8.
- DESVALLÉS, André. (Dir.). **Thesaurus**. Ébauche à la date du 12 novembre 1999. ICOM/ICOFOM. 1999. 94 p. [Documento de Trabalho].
- EDSON, Gary. Définir le musée. In: MAIRESSE, François, DESVALLÉS, André (Org.). **Vers une redéfinition du musée?** Paris : l'Harmattan, 2007. p. 43.
- ICOM. Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes (1946-2001). **Disponível em www.icomuseum.org. Em 30.07.2008.**
- MAIRESSE, François (Dir.). **Définir le Musée**. ICOM/ICOFOM. Rev. Lynn Maranda, Ann Davies. Mariemont: Musée Royal de Mariemont, dez. 2005. 300p.

MERCURI, Mónica. Terminología Museológica: recuerdo. In: **Museos, Museología y el Diversidad Cultural en América Latina y el Caribe / Museus, Museologia e Diversidade Cultural na América Latina e no Caribe**. VII Encontro Anual do ICOFOM LAM. ICOFOM LAM 1998. Xochimilco, México, 13-20 junho 1998. Coord. DURAND, Karina, DECAROLIS, Nelly, SCHEINER, Tereza. Tereza Scheiner (Ed.). Rio de Janeiro:Tacnet Cultural Ltda., 1998. p: 192-194.

Resolutions adopted by ICOM's General Assembly 1965. Disponível em www.icom.museum. Em 30 de julho de 2008.

RUSCONI, Norma. El Lenguaje Museológico y los Requerimientos de una Hermenéutica Crítica de la Cultura. In: **Museología y el Patrimonio Intangible / Museologia e o Patrimônio Intangível**. ICOFOM LAM 2001. X Encontro Regional do ICOFOM LAM. Montevideu, Uruguai, 12-15 dez. 2001. Coord. DO MONTE, Álvaro & DECAROLIS, Nelly. Tereza Scheiner (Ed.). Rio de Janeiro:Tacnet Cultural Ltda., 2002.

_____. Contribuciones para um análisis de la producción teórica en Museología, a los diez años del ICOFOM LAM. In: **Museología y Presentación: original/real o virtual? / Museologia e Apresentação:original/real ou virtual?** XI Encontro Regional do ICOFOM LAM. [juntamente com o XXIV Simpósio Anual do ICOFOM]. Cuenca e Ilhas Galápagos, Equador. 26 a 30 out. 2002. Coord. ASTUDILLO, Lucía & DECAROLIS, Nelly. Tereza Scheiner (Org. Ed.). Rio de Janeiro:Tacnet Cultural Ltda., 2003. p: 169-181

RUSCONI, Norma, BORIOLLI, Liliana. Desafío y Construcción de un Lenguaje. In: **Museología, Filosofía e Identidad en América Latina y el Caribe / Museologia, Filosofia e Identidade na América Latina e no Caribe**. VIII Encontro Regional do ICOFOM LAM. [juntamente com a XXI Conferência Anual do ICOFOM. Coro, Venezuela, 28 nov. a 04 dez. 1999. Coord. REYES, Anamaría, SCHEINER, Tereza. Tereza Scheiner (Org. Ed.) Rio de Janeiro:Tacnet Cultural Ltda., 2000. p: 173-177.

_____. *Thesaurus Museologicum*: the holisacred object. In: **Museos, Museología y el Diversidad Cultural en América Latina y el Caribe / Museus, Museologia e Diversidade Cultural na América Latina e no Caribe**. VII Encontro Anual do ICOFOM LAM. ICOFOM LAM 1998. Xochimilco, México, 13-20 junho 1998. Coord. DURAND, Karina, DECAROLIS, Nelly & SCHEINER, Tereza. Tereza Scheiner (Ed.) Rio de Janeiro:Tacnet Cultural Ltda., 1998. p: 195-208

SCHEINER, Tereza. Musée et Muséologie – définitions en cours. In: MAIRESSE, François, DESVALLÉS, André (Org.). **Vers une redéfinition du musée?** Paris: l'Harmattan, 2007. p. 147-165.

SCHEINER, Tereza, LIMA, Diana Farjalla Correia. **Projeto de Pesquisa Termos e Conceitos da Museologia**. UNIRIO, Departamento de Estudos e Processos Museológicos, 2005. [documento de trabalho].

LISTA DE TERMOS DO THESAURUS
(em ordem analítica)

	Pág.
Réalité (reality) naturelle // culturelle	10
Naturalia // culturalia	14
Paysage	15
Contexte	65
socio-géographique	
historique	
Chose (<i>thing</i>)	17
Vrai chose (<i>real thing</i>)	17
Objet (<i>object</i>)	19
Création (<i>creating</i>)	
artefact (<i>ou culturalia</i>)	16
oeuvre d'art (<i>piece of art</i>)	18
Patrimoine (<i>patrimony</i>)	24
patrimoniser, patrimonisation	
biens (<i>property</i>)	42
naturels (<i>natural</i>)	
culturels (<i>cultural</i>)	
héritage (<i>legacy, inheritance</i>)	40
naturel (<i>natural</i>)	
culturel (<i>cultural</i>)	
trace (<i>track, trace</i>)	
relique (<i>relic</i>)	43
témoin, témoignage (<i>witness, material evidence</i>)	
// prélèvement, échantillon	45
naturel (<i>natural</i>)	
culturel (<i>cultural</i>)	
material culture (<i>culture matérielle</i>)	10
monuments (<i>monuments</i>)	43
trésor (<i>treasure</i>)	44
naturel (<i>natural</i>)	
culturel (<i>cultural</i>)	
mémoire [collective] (<i>collective memory</i>)	41
Museum (musée)	48
Muséal (<i>museal</i>)	49
Muséaliser (<i>to musealize</i>), muséfier, (péjor.)	56
Muséalité (<i>museality, museum quality</i>)	57
Muséalisation / suspension, séparation (<i>musealization, museum quality attribution</i>)	57
Musealium (<i>muséalie, objet de musée / museum object, museum quality attributed object</i>)	52
authentic, original (<i>authentique, original</i>)	18
copy (<i>copie</i>)	18
Objectivité (<i>objectivity</i>) / subjectivité (<i>subjectivity</i>)	60
Musée de synthèse	49
Musée du temps	50
Musée de l'espace	50
Musée communautaire	50
Heritology, patrimonomy (patrimnologie)	40

Museology (<i>muséologie</i>)	1
Muséologique (<i>museological</i>)	9
Système	
Interdisciplinarité	60
Nouvelle muséologie (<i>new museology</i>)	9
Écomuséologie	10
Expologie	57
Muséographie (<i>museography, museum practice</i>)	57
Muséographique	57
Espace muséal (<i>museal space</i>)	48
global	
Territoire (<i>territory</i>)	
Environnement (<i>environment</i>)	16
Milieu, terrain	
naturel (<i>natural</i>)	
culturel (<i>cultural</i>)	
Écosystème	16
Isolat	65
Centre d'interprétation (<i>interpretation center</i>)	50
Écomusée (<i>ecomuseum</i>)	48
ouvert	
Site	51
Site historique (<i>historic site</i>)	51
Cité historique (<i>historic city</i>)	51
Cheminement ou Sentier d'observation (<i>nature trail</i>)	51
couvert	
Museum [building] (<i>[bâtiment de] musée</i>)	
Storage room or Store room (<i>réserve</i>)	
visible (open) storage (<i>réserve visible</i>)	
or open study collection (<i>galerie d'étude</i>)	
Espace d'exposition	61
Exhibition room (<i>galerie d'exposition</i>)	61
Accessibility (<i>modes d'accès</i>)	
Boutique de musée (<i>museum shop</i>)	
Palais musée, Château musée (<i>Museum Palace</i>)	51
extra mural	
Exposition itinérante (<i>travelling exhibition</i>)	
Valise pédagogique (<i>school kits</i>)	74
Circuit de musées (<i>museum route</i>)	
Preservation (<i>préservation</i>)	
Préservation (<i>in situ preservation</i>)	16
Landscape (<i>paysage</i>)	
Natural Reserve (<i>réserve naturelle</i>)	
Natural Park (<i>parc naturel</i>)	48
Living museum (<i>musée vivant</i>)	
Museum village (<i>village musée</i>)	
Historic city museum (<i>musée de cité historique</i>)	
Historic house museum (<i>musée-maison historique</i>)	
Archeological soil archive	
Settlement traces and objects	
Site museum (<i>musée de site</i>)	50
Préservation ex situ (<i>ex situ preservation</i>)	
Jardin botanique (<i>botanical garden</i>)	
Jardin zoologique, zoo (<i>zoological garden, zoo</i>)	

Collection	
Acquisition (collecting)	
Collecter (to collect, to gather)	
Collecte, collectage, collectionnement, action de collecter	
(collecting, gathering, collecting museum quality)	
Collecte, produit de la collecte (collecting, collecting result)	
Collecteur (collector)	
Politique d'acquisition (collecting policy)	
Champ d'acquisition (fieldscop of collecting)	
Sélection (selection)	
Thésaurisation (thesaurization)	
Accession (entrée en jouissance)	
Deceasing (perte de jouissance)	
Collection (collection)	
objet-témoin	
Documentum, document / documentation	
(document / documentation)	55
documenter (to document)	54
Research (recherche)	
collecting discipline (scholarly and scientific)	
object oriented	
word oriented	
classification	
systématique ou taxonomie ou taxinomie (taxonomy)	66
Conservation	
Identification	
collection mark (marque de collection)	
Inventorization (inventaire)	
description	
inventory book (livre d'inventaire)	
duplicate inventory (double d'inventaire)	
package (logiciel de description informatique)	
descriptors (descripteurs)	
inventory card (fiche d'inventaire)	
Enregistrement (registration)	
numerotage (numbering)	
inventory number (numéro d'inventaire)	
Prêt (loan)	
Preventive conservation (conservation préventive)	
Conservation laboratory (laboratoire de conservation)	
Restoration (restauration)	
Reversibility (reversibilité)	
Restoration workshop (atelier de restauration)	
Mediatization (médiatisation / communication / transmission)	
Expographie (expography)	57
object oriented	
thematic oriented	
concept open	
concept closed	
Exhibition / exhibit (exposition)	57
permanent (permanente)	
temporary (temporaire)	
itinérante / en tournée	
exposition de synthèse	
Exposer (to exhibit)	57
Manipuler	60

Discours expographique	60
outreach program (<i>programme exogène ?</i>)	
Information making (<i>trame conceptuelle</i>)	
Story line (<i>trame narrative</i>)	
Présentation (<i>presentation, display</i>)	59
Présenter (<i>to display</i>)	59
Décoration	62
Exhibiting (<i>mise en espace</i>)	61
Aménagement de l'espace	63
Accrochage	63
Lay out (<i>disposition</i>)	
Routing / pacing (<i>circulation, itinéraire</i>)	
Circuit	64
Restitution ex situ (<i>ex situ restitution</i>)	67
en site ouvert	
Scenic natural reserve	
Open air museum (<i>musée de plein air</i>)	50
en site mixte	
Ménagerie (<i>menagerie</i>)	
en site couvert	
Aquarium	
Biodôme	
Unité écologique	16
Reconstitution (<i>reconstruction</i>)	67
Period room (<i>salle d'époque</i>)	
Living picture (<i>tableau vivant</i>)	
Streetscape (<i>scène de rue</i>)	
Évocation (<i>evocation</i>)	68
Pianetarium	
Panorama	68
Diorama	68
Scénographie	68
Exhibition language (<i>langage de l'exposition</i>) // registre médiatique	65
Lexique	
Exhibit (<i>expôt</i>)	63
Simple (<i>simple</i>)	
Complex (<i>complexe</i>)	
Morphologie	
Component (<i>composant</i>)	63
Real thing, original / authentic (<i>vraie chose, original / authentique</i>)	17
Image	55
transparent	68
Substitute (<i>substitut</i>)	55
<i>fac simile / replica / reproduction / copy</i>	
bi-dimensional (<i>bidimensionnel</i>)	
photographie	
dessin	
three-dimensional (<i>tridimensionnel</i>)	
maquette	68
modèle	68
audiovisual (<i>audiovisuel</i>)	
Complément graphique	
Complément textuel	

Exhibition tools (<i>outils d'exposition</i>)	71
Cimaise	72
Cloison	72
Estrade	72
Socle	72
Panneau	72
Cadre	72
Showcase (<i>vitrine</i>)	72
Couleurs	69
Éclairage	69
niveau d'éclairage	70
quantité de lumière	70
luminance	70
source de lumière	70
rayonnement lumineux	70
éclairage dynamique	71
fibre optique	71
point de vision	71
Exhibit (<i>unité d'exposition</i>)	
Unit, (<i>élément</i>)	
Exposition systématique	66
Sequence (<i>séquence</i>) ou set (<i>série</i>)	67
Processus opératoire	67
Séquence dynamique	66
Démonstration	67
Ilot, site, (<i>island ?</i>)	65
Installation	68
Secteur	
Topos	
Syntaxe	
Distanciation (<i>distance</i>)	65
Neutralisation	65
Dénotation (<i>denotative</i>)	65
Connotation (<i>connotative</i>)	65
Contexte, environnement (<i>context, environment</i>)	65
Contextualiser	66
Contextualisation	66
Syntagme	
Trame (<i>frame</i>)	
Visualization (<i>visualisation</i>)	
Artefact	16
Kinetifact	19
Model (<i>modèle</i>)	
A.-V., film (movie), video, image de synthèse, etc)	
Signalisation (<i>signals</i>)	74
Fléchage (<i>arrowing</i>)	
Label (<i>étiquette / cartel / notices</i>)	74
Semiotic (sémiotique)	
Représentations	
Information hierarchy	
essential content	
fonctionnal content	
instrumental content	
Semiophore	22

Visual information	
object information	additional information
context information	
environmental	
aesthetic	
graphic information	
diagrammatic	
iconographic	
text information	
signalisation (<i>signals</i>)	
identification	
comments	
Limite de signification	
Education	
Interpretation	
Education permanente (<i>life long learning</i>)	
Educational model	
Educational exhibition	
Educational work in museum	
Publics	
visitor (<i>visiteur</i>)	
studious (<i>studieux</i>)	
motivated (<i>motivé</i>)	
recreational (<i>qui se distrait</i>)	
individual (<i>individuel</i>)	
in group (<i>en groupe</i>)	
behavior (<i>comportement</i>)	
parcours	64
remembering	
appreciating	
imagining	
muscle movement	
museum fatigue	
public amenities (<i>équipements collectifs d'accueil</i>)	
observation participante	
evaluation	
visitor survey (<i>enquête de public</i>)	
Société (<i>society, community</i>)	
Communauté (<i>community</i>)	
Identité (<i>identity</i>)	
Population (<i>people</i>)	
partenariat	
Programmation	60
Évaluation	75
Communication	
Security (<i>sécurité</i>)	
Detectors and installing to detect	
Security P.C. (<i>centrale de sécurité</i>)	
Museum professions (<i>professions muséales</i>)	
Museum training (<i>formation muséale</i>)	
Museologist (<i>muséologue</i>)	10
Expologist (<i>expologue</i>)	

Curator (U.S.A.), keeper (G.B.) (<i>conservateur</i>)	
Museographer (<i>muséographe</i>)	
Registrar (<i>registreur</i>)	
Restorer Conservator (U.S.A.) (<i>restaurateur</i>)	
Exhibitor (<i>expositeur</i>), expographer (<i>expographe</i>)	61
Exhibition designer (<i>architecte d'intérieur,</i>	
<i>décorateur, expographe</i>)	62
Scénographe	
Agent d'entretien	
Guide (<i>guide</i>)	
Conférencier	
Animateur	
Médiateur	
Educateur	
Host / Hostess (<i>hôte / hôtesse</i>)	
Attendant / worder / guard (<i>agent de surveillance / gardien</i>)	

Ethics (*déontologie*)